

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

ISADORA DE OLIVEIRA PINTO BARCIELA

Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP:
Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

OLIVEIRA PINTO BARCIELA, ISADORA DE

Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental / ISADORA DE OLIVEIRA PINTO BARCIELA; orientadora, Edmur Antonio Stoppa. -- São Paulo, 2023.
287 p: il.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias) - Programa de Pós-Graduação em Turismo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023.
Versão corrigida

1. Lazer. 2. Turismo. 3. Ecoturismo. 4. Educação Ambiental. 5. Rio Paranapanema. I. Stoppa, Edmur Antonio, orient. II. Título.

ISADORA DE OLIVEIRA PINTO BARCIELA

Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP:
Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências pelo Programa de Pós-graduação em
Turismo.

Área de concentração: Desenvolvimento do
Turismo.

Orientador: Professor Doutor Edmur Antonio
Stoppa

São Paulo
2023

Nome: ISADORA DE OLIVEIRA PINTO BARCIELA

Título: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo, na área de concentração Desenvolvimento do Turismo, linha de pesquisa de Conhecimentos e Tendências, aprovado pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa – Orientador
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Roselene Crepaldi
Universidade Anhembi Morumbi – UAM

Prof. Dr. Cáthia Alves
Instituto Federal de Educação – Salto/SP

Aprovado em: 10/03/2023

Dedico este trabalho aos meus avós, que nos possibilitaram navegar pelas águas do Rio Paranapanema e aos meus pais, meus grandes incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar os agradecimentos, sem primeiramente lembrar de meus avós, Amabile e Ângelo, que hoje já não estão mais aqui, mas ficariam felizes em saber sobre o tema da pesquisa. Foi através deles que eu e minha família pudemos conhecer e nos encantar com o Rio Paranapanema. Há muitos anos, meu avô construiu com sua própria mão um pequeno rancho em uma cidade pequenininha, chamada Campina do Monte Alegre e hoje estou aqui escrevendo sobre ela. Enquanto ele colocava tijolo por tijolo, minha avó plantava e cozinhava e hoje temos sorte a felicidade de colher frutos desse pequeno refúgio ecológico que nos proporcionaram. Obrigada!

Hoje em dia, meus pais que cuidam do nosso refúgio ecológico e nos mostraram a importância da natureza e a alegria de estar em contato dela. Gostaria de agradecer por tudo, e principalmente pelo apoio dos meus pais durante a minha trajetória, desde sempre me incentivando a percorrer meus sonhos e que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, me apoiando e ajudando em tudo que fosse possível, desde os deslocamentos para a cidade de Campina do Monte Alegre, até dicas de livros e leituras, se entusiasmando com cada resultado alcançado e me dando energia para seguir em frente. Avante, amo vocês!

Ao meu irmão Gregório, também dedico este trabalho, onde passamos boa parte da infância brincando nas águas do Rio Paranapanema, admirados com os peixinhos pulando na cachoeira, correndo atrás de borboletas e se sujando na lama. Boas memórias em contato com a natureza, que guardarei para sempre. Agradeço também ao Augusto, meu companheiro, amor e amigo de vida, que foi justamente através das águas do Paranapanema que nos conhecemos, em Rosana, onde o Rio Paranapanema se encontra com o Rio Paraná e foi ali que vivemos um dos melhores momentos de nossas vidas.

Parece que o Rio Paranapanema acompanha nossas trajetórias e está sempre presente de alguma maneira. A ele, eu desejo que receba cuidado e seja respeitado, através de política que visem não apenas preservá-los, mas também melhorar suas condições, pois além de ser essencial do ponto de vista natural, faz parte de milhares de vidas e nos alimenta com peixes, lazer e tranquilidade.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador que me acompanhou durante toda a trajetória do mestrado. Uma jornada atípica, totalmente remota, devido a pandemia COVID-19, mas que conseguimos encerrar o ciclo.

E por último, mas não menos especial, gostaria de agradecer todos os participantes da pesquisa, aos moradores, ambientalistas, gestores e turistas, que foram fundamentais e tornaram o trabalho ainda mais rico, com suas contribuições e visões de mundo. Espero que a presente pesquisa contribua para que o Rio Paranapanema seja visto sob uma nova perspectiva, que conseguimos preservá-lo ainda mais e que o turismo possa servir como um instrumento que sensibilize os indivíduos para a riqueza natural, cultural e histórica que o “Panema”, apelido carinhoso que se dá ao rio, possui.

“O homem bicho da Terra, tão pequeno, se chateia com a Terra, lugar de muita miséria e pouca diversão, faz um foguete e toca para Lua. Pisa na Lua, planta bandeirola na Lua, experimenta a Lua, civiliza a Lua, chateia-se com a Lua. Vai para Marte, depois para Vênus, para o Sol...para outros mundos. Proclama justiça com injustiça. Mas por fim, resta a difícil viagem de si para si mesmo, pôr o pé no chão de seu coração”.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

OLIVEIRA PINTO BARCIELA, Isadora de. **Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.** Dissertação de Mestrado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

O turismo ecológico é uma modalidade que vem crescendo no país, sobretudo pelo seu caráter regenerativo, preservacionista e proximidade com a natureza e culturas locais. Compreende-se que as atividades de turismo ecológico quando bem planejadas e atrelado a educação ambiental contribuem com o protagonismo das comunidades locais, conservação dos biomas e formação para uma consciência ecológica dos sujeitos, através de atividades lúdicas, de lazer e educativas, que sensibilizam e estimulam o olhar cauteloso e respeitoso para o meio ambiente, além de ampliar a bagagem de conhecimento, que faz com que os sujeitos se aproximem da natureza, repensem seu modo de vida e compreendam a realidade, refutando a ideia de natureza como mercadoria e recurso inesgotável. No entanto, quando a atividade não é bem planejada, se apropria dos patrimônios naturais e culturais e traz impactos negativos ao destino, por isso, o estudo social dos ambientes que realizam ou pretendem realizar turismo em áreas naturais é essencial. Nesse contexto, emergiu a problemática da presente pesquisa, buscando compreender em que medida a atividade turística pode contribuir com a preservação do rio Paranapanema. Para responder à pergunta foi realizado um estudo no município de Campina do Monte Alegre/SP, especialmente na Cachoeira do Salto, localizado no Distrito de Salto, que é banhado pelo Rio Paranapanema e principal recurso turístico da cidade. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o desenvolvimento da atividade turística no Distrito de Salto e de que maneira ela pode contribuir com a preservação do Rio Paranapanema. Assim sendo, foi identificada a visão da comunidade local em relação a atividade turística, analisado o perfil do visitante, identificado os usos do rio e identificadas as ações da Prefeitura focadas no turismo ambiental e na proteção do Rio Paranapanema. Para alcançar os objetivos propostos, a dissertação foi desenvolvida por meio da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, supondo a inserção da pesquisadora no atrativo natural estudado e através do contato com moradores, turistas, gestores e ambientalistas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa exploratória, onde foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com 159 pessoas no total, sendo, 46 moradores, 101 turistas, 4 gestores e 8 ambientalistas que atuam no Distrito de Salto e região. Por fim, identificou-se que mesmo com vocação para o desenvolvimento do turismo ecológico devido a diversidade de espécies e recursos hídricos disponíveis, o potencial da cidade é subaproveitado, pois não há atividade de lazer e de educação ambiental estruturadas para que o visitante aproveite e conheça com mais propriedade o destino, se conecte com a natureza e apreenda sobre o valor histórico e natural do Rio Paranapanema e região. A proposta foi mostrar um novo olhar para o Rio Paranapanema, através do turismo e refletir sobre essa aproximação entre sujeitos e natureza, neste caso, uma aproximação com o Rio Paranapanema, Mata Atlântica e Cerrado, para que o turismo seja uma das ferramentas para o despertar ambiental e preservação deste importante recurso hídrico, que apesar de ser considerado o Rio mais limpo do Estado de São Paulo, já sofre sérios riscos ambientais devido ao desmatamento, irrigação, agrotóxico, resíduos industriais e domésticos, sendo urgente uma nova forma de se relacionar com esse recurso e com o planeta Terra, para o futuro das próximas gerações. Portanto, é notório que o Rio Paranapanema em toda sua extensão carece de planejamento, fiscalização, zoneamento ecológico e medidas alicerçadas na educação ambiental, definindo e limitando os seus múltiplos usos possíveis, dentre eles o turismo.

Palavras-Chaves: Lazer. Turismo. Ecoturismo. Educação ambiental. Rio Paranapanema.

OLIVEIRA PINTO BARCIELA, Isadora de. **A new look at the Paranapanema River in the municipality of Campina do Monte Alegre/SP: Perspectives for an ecological tourism based on a possible environmental awakening.** Masters Dissertation. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

Ecological tourism is a modality that has been growing in the country, mainly due to its regenerative, preservationist nature and proximity to nature and local cultures. It is understood that ecological tourism activities, when well-planned and linked to environmental education, contribute to the protagonism of local communities, conservation of biomes and training for an ecological awareness of the subjects, through recreational, leisure and educational activities, which raise awareness and encourage a cautious and respectful look at the environment, in addition to expanding the baggage of knowledge, which makes subjects approach nature, rethink their way of life and understand reality, refuting the idea of nature as a commodity and an inexhaustible resource. However, when the activity is not well planned, it appropriates the natural and cultural heritage and brings negative impacts to the destination, therefore, the social study of the environments that carry out or intend to carry out tourism in natural areas is essential. In this context, the problem of the present research emerged, seeking to understand to what extent the tourist activity can contribute to the preservation of the Paranapanema River. To answer the question, a study was carried out in the municipality of Campina do Monte Alegre/SP, especially in Cachoeira do Salto, located in the District of Salto, which is bathed by the Paranapanema River and the city's main tourist resource. Thus, the general objective of the research was to analyze the development of tourist activity in the District of Salto and how it can contribute to the preservation of the Paranapanema River. Therefore, the view of the local community in relation to tourist activity was identified, the profile of the visitor was analyzed, the uses of the river identified and the actions of the City Hall focused on environmental tourism and the protection of the Paranapanema River. To achieve the proposed objectives, the dissertation was developed through a combination of bibliographical, documentary and field research, assuming the researcher's insertion in the studied natural attraction and through contact with residents, tourists, managers and environmentalists. It is, therefore, an exploratory qualitative research, where semi-structured interviews were applied with 159 people in total, being 46 residents, 101 tourists, 4 managers and 8 environmentalists who work in the District of Salto and region. Finally, it was identified that even with a vocation for the development of ecological tourism due to the diversity of species and water resources available, the city's potential is underutilized, since there are no leisure activities and structured environmental education for the visitor to enjoy and get to know the destination more properly, connect with nature and learn about the historical and natural value of the Paranapanema River and region. The proposal was to show a new look at the Paranapanema River, through tourism and reflect on this approximation between subjects and nature, in this case, an approximation with the Paranapanema River, Atlantic Forest and Cerrado, so that tourism is one of the tools for the environmental awakening and preservation of this important water resource, which despite being considered the cleanest river in the State of São Paulo, already suffers serious environmental risks due to deforestation, irrigation, pesticides, industrial and domestic waste, and a new way of relating is urgently needed with this resource and with planet Earth, for the future of the next generations. Therefore, it is notorious that the Paranapanema River in all its extension lacks planning, inspection, ecological zoning and measures based on environmental education, defining and limiting its multiple possible uses, among them tourism.

Keywords: Leisure. Tourism. Ecotourism. Environmental education. Paranapanema River.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Pontal do Paranapanema.....	82
Figura 2 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Médio Paranapanema.....	83
Figura 3 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Alto Paranapanema.....	84
Figura 4 - Passagem do trem Sorocabana de Itapetininga a Angatuba.....	87
Figura 5 - Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema.....	92
Figura 6 - Cachoeira do Salto em fevereiro de 2021.....	100
Figura 7 - Cachoeira do Salto em janeiro de 2018.....	100
Figura 8 - Restaurante da Cachoeira.....	101
Figura 9 - Rio Paranapanema (Trecho da Cachoeira de Salto).....	102
Figura 10 - Pescadores no Rio Paranapanema.....	102
Figura 11 - Encontro dos Rios Itapetininga e Paranapanema.....	103
Figura 12 - Paredão (Potencial atrativo turístico).....	104
Figura 13 - Lago municipal de Campina do Monte Alegre.....	105
Figura 14 - Sítio Frutas Raras.....	106
Figura 15 - Poluição no Rio Paranapanema no Distrito de Salto.....	132
Figura 16 - Foto aérea da cachoeira de Salto e Rio Paranapanema.....	137
Figura 17- Foto aérea do Rio Paranapanema.....	137
Figura 18 - Representações do Rio Paranapanema segundo a população local.....	164
Figura 19 - Espaços de lazer na comunidade de Salto.....	171
Figura 20 - Turistas na Cachoeira de Salto do Paranapanema.....	178
Figura 21 - Geossítio Mesossauros em Guareí Velho.....	184
Figura 22- UFSCAR Campus Lagoa do Sino.....	185
Figura 23 - Fazenda Cruzeiro do Sul.....	186
Figura 24 - Passeio de Caiaque - Trecho Ponte Campina do Monte Alegre a Salto.....	205
Figura 25 - Período de piracema.....	214
Figura 26 - Sinalização e lixeira seletiva.....	228
Figura 27 - Acessibilidade do atrativo Cachoeira de Salto.....	231
Figura 28 - Turistas se banhando na cachoeira de Salto em janeiro 2016.....	234
Figura 29 - Turista se banhando na cachoeira de Salto em fevereiro 2021.....	235
Figura 30 - Cachoeira seca em julho de 2022.....	236
Figura 31 - Sentimento dos turistas ao estarem em contato com a paisagem.....	247

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa etária e gênero moradores	110
Gráfico 2 - Profissão moradores	110
Gráfico 3 - Cidade de origem turistas	216
Gráfico 4 - Grau de escolaridade turistas	217
Gráfico 5 - Faixa etária e gênero turistas	218
Gráfico 6 - Meio de hospedagem.....	219
Gráfico 7- Tempo de permanência no município	219
Gráfico 8 - Atrativos turísticos visitados	221

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Municípios pertencentes aos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema do Estado de São Paulo.....	80
Quadro 2 - Sugestões de turistas referente às possibilidades turísticas.....	224
Quadro 3 - Melhorias e infraestrutura.....	227

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3. A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO UMA FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO DO PENSAR E AGIR	28
3.1 Um despertar para a crise ambiental e crise hídrica	28
3.1.1 Á água	50
3.2 Educação ambiental atrelada ao turismo: Uma transformação possível	54
3.3 Turismo ecológico: reflexões, avanços e possibilidades	59
4. AS ÁGUAS DO PARANAPANEMA: POTENCIAIS E EMERGÊNCIAS DO RIO MAIS LIMPO DO ESTADO DE SÃO PAULO	70
4.1 Caracterização da Mata Atlântica	70
4.1.1 Rio Paranapanema, 929 quilômetros de história	77
4.2 Campina do Monte Alegre: O Distrito de Salto	93
4.2.1 Contextualizando: Turismo no município de Campina do Monte Alegre	99
5. DESPERTAR AMBIENTAL, LAZER E TURISMO: UMA POSSIBILIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	109
5.1 Transformações locais a partir da visão da comunidade local	109
5.1.1 Olhares locais e as ameaças ambientais	124
5.1.2 Pelas águas do Rio Paranapanema: Sentimentos e pertencimento	163
5.1.3 Lazer possíveis: Análise do Distrito de Salto pelo olhar dos moradores	167
5.2 Desenvolvimento turístico no Distrito de Salto	172
5.2.1 O Turismo na Cachoeira de Salto sob a ótica dos moradores	191
5.2.2 Perfil do turista que frequenta a cachoeira do Salto do Paranapanema	216
5.3 Perspectivas dos gestores públicos e ações relacionadas ao turismo e meio ambiente em Campina do Monte Alegre	249
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	262
REFERÊNCIAS	270
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS MORADORES	282
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS AMBIENTALISTAS	282
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS GESTORES	284
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS TURISTAS	285
APÊNDICE E – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO	286
APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	287

1. INTRODUÇÃO

A lógica e pensamento desenvolvimentista, que nos acompanha desde a revolução industrial, com avanço das tecnologias e novas relações de trabalho, têm causado grande impacto na sociedade, tanto em relação à estrutura desigual que ainda se perpetua, quanto à deterioração dos recursos naturais e culturais.

O Brasil representa $\frac{1}{5}$ da biodiversidade do planeta, quando se trata de recursos naturais. Neste sentido, pode-se citar biomas representativos como, Caatinga, Amazônia, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Pampa e costas marítimas. Perante essa diversidade ecológica, o país possui uma grande responsabilidade em preservá-los. Ressalta-se que a diversidade não se limita ao plano natural, pois no Brasil existem mais de 200 povos indígenas e uma extensa presença de povos tradicionais como, quilombolas, caiçaras, pescadores, extrativistas e agricultores que partilham em sua maioria desse olhar de co-pertença com a Terra e que vislumbram e compreendem a necessidade de preservação (SCILAR, 2010).

A preservação dos recursos naturais é fundamental, principalmente para a sobrevivência das espécies. Considerando que o Brasil é um país com potencial paisagístico enorme e um dos países com mais diversidade de ecossistemas de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), pode-se afirmar que há conseqüentemente um rico potencial para desenvolvimento de atividades de cunho ecológico, como é o caso do turismo. Dessa maneira o país possui papel central na preservação e grande potencial para implementação de novas ferramentas tecnológicas e eco sustentáveis, atrelados às atividades ambientais que visem a preservação dos recursos. Estes biomas possuem importância a nível mundial e estão concentrados em territórios brasileiros, sendo papel da sociedade e governo protegê-los (SOCIAL, 2010).

As possibilidades e novas formas de lazer e turismo são temas que vem sendo discutido nas últimas décadas, desvendando e construindo novas perspectivas, que superem a padronização, artificialidade e massificação dos destinos, contribuindo efetivamente com a localidade, através da responsabilidade no campo ambiental, cultural e social. Assim, o turismo e o lazer vêm ganhando novas proporções, pois entende-se que pode ser uma importante ferramenta de transformação social, considerado um instrumento de educação não formal, pois a partir da maneira que a atividade é construída, pode ser um indutor no despertar de um olhar aprofundado e sensível para o meio que os indivíduos estão em contato, compreendendo o ambiente em suas multiplicidades.

Segundo Marcellino (1998) o lazer é parte da cultura, vivenciada no tempo disponível dos sujeitos e essa disponibilidade possibilita que estes escolham entre lazer ou outra possibilidade, tendo como recompensa unicamente a atividade por si só, para se divertir, relaxar ou distrair-se, sendo assim, entende-se que ela acontece de forma desinteressada, pode ser considerada como uma atividade prazerosa e, ao mesmo tempo educativa, ainda que essa não seja a finalidade central (MARCELLINO, 1998).

Vale salientar que o lazer na sociedade contemporânea se tornou uma necessidade básica do ser humano. Segundo a Constituição Federal, o lazer é definido como direito social, ao lado da educação, de saúde, da alimentação, da moradia, da previdência social, dentre outros (BRASIL, 1988).

Uma das formas de lazer são as viagens, possibilitando contato com diferentes culturas e novos ambientes (CAMARGO, 2017). No que se refere ao turista, existem diversos perfis e essas características muito se relacionam com o segmento praticado, como o turismo de aventura, turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo cultural, turismo religioso, turismo de base comunitária, dentre outros.

Plog (2001) em sua teoria faz a divisão destes perfis, categorizando o turista em três tipologias: os psicocêntricos, que seriam os turistas menos aventureiros, que buscam por viagens tradicionais; os alocêntricos, que buscam por mais contato com o destino e a comunidade local, tendo um perfil mais curioso e um entusiasmo pelo conhecimento e preservacionista; e por último entre essas duas categorias, encontramos o perfil mesocêntrico, que normalmente é o turista que pratica o turismo de massa.

No que se refere às motivações dos turistas, Ryan (1991), desenvolveu um sistema denominado, “determinantes de demanda por viagens”, nele as motivações das viagens podem ocorrer por: autossatisfação; fuga; descontração; reforço de laços familiares; oportunidade sexual; satisfação de desejos; interação social; conhecimento; compras e prestígio.

No entanto, por mais que exista esse perfil traçado e essas motivações estabelecidas para definir o comportamento do turista, além de diversas outras caracterizações apresentados por outros pesquisadores, autores como Rojek e Urry (1997), apontam para o fenômeno da dissolução do turista, argumentando que com o processo de globalização, o comportamento do turista nos moldes tradicionais e estereotipados está sendo substituído na sociedade moderna por um perfil mais integrativo, uma vez que vivemos tempos em que os sujeitos estão cada vez mais universalizados. Assim, a conduta do turista se mescla às demais atividades do cotidiano e cada vez menos, principalmente em grandes cidades, se diferencia o turista do morador.

Por outro lado, existe uma busca por grande parte de turistas por locais autênticos e que contrastam com sua cultura, escolhendo viagens e destinos que possibilitem um contato real com a comunidade local, a fim de conhecer seus costumes e modo de vida, sendo a diferença cultural, a principal motivação, além do desejo de se conectar com a natureza e não gerar impacto negativo a população receptora através da visitação, assim, agem de forma respeitosa, consciente e ecológica, esse perfil de turista é denominado como turista responsável.

Vale destacar que houve um aumento deste perfil de turista na contemporaneidade, e essa informação pode ser compreendida através do pensamento de Neiman e Rabinovici (2010), ao afirmarem que as pessoas estão desprovidas de contato com a natureza e com o despertar referente às emergências climáticas e suas consequências relacionadas a escassez dos bens naturais, passaram a frequentar mais estes espaços e as demandas por viagens de natureza se elevou, pois estes indivíduos anteriormente anestesiados para essas questões ambientais se viram motivados por conhecer esses locais antes que se esgotem.

Nesse sentido, o turismo pode utilizar essa ânsia dos sujeitos por estarem em contato com o patrimônio natural, para não apenas realizar um turismo contemplativo, mas para paralelamente alertar e conscientizar os turistas a adotarem uma atitude ambientalista e serem atores da preservação, pois estes territórios passam a ter valor existencial, sendo possível inserir essa discussão nos roteiros turísticos, pois o turismo deve extrapolar seu caráter meramente econômico e se apropriar cada vez mais da experiência e ensinamentos, sem abandonar sua característica de lazer.

Desse modo, compreende-se que o turismo a partir das vivências reais possibilita ensinamentos de forma lúdica e dinâmica, onde através da prática pode aprofundar o conhecimento de modo informal, através de conversas com moradores locais, conhecendo seus costumes e histórias, se aproximando de diferentes realidades e descobrindo curiosidades sobre o patrimônio cultural e natural. Em vista disso, pode ser considerada uma forma de educação não-formal, muito além de uma atividade meramente comercial do setor de serviços. Desse modo, o turismo pode ser uma atividade pedagógica, sensível e transformadora, depende exclusivamente da forma que é organizado, mostrando ao turista que suas escolhas também interferem na conservação dos ambientes (SOCIAL, 2010).

Acredita-se que o desenvolvimento da atividade turística que articule o lazer pautado nos princípios ambientais, aproxima os sujeitos com a natureza através dos fenômenos e da contemplação, construindo uma relação de pertencimento com o universo e despertando nos indivíduos um olhar para questões emergentes relacionadas a proteção do meio ambiente e do cuidado com o planeta, provocando através do aprendizado interativo uma mudança de postura,

que de forma gradativa e articulado com ações em diferentes setores, pode tornar-se uma mudança comportamental coletiva e cultural, traçando novos rumos para a vida em sociedade.

Vale destacar que essa mudança de conduta não acontecerá somente através do turismo, mas sim através de ações sistemáticas em diversos setores, como educacionais, científicos, culturais e sociais. O turismo é apenas uma das frentes para fortalecer a construção destes novos paradigmas.

Nesse contexto, para que seja possível superar essa situação determinista, existem possibilidades, sobretudo no que diz respeito a ações comunitárias. Para Marcellino (1998), esse caminho pode ser construído através dos profissionais da área do lazer, cultura e educação, que precisam trabalhar coletivamente em um plano cultural, através de associações que visem modificar gradativamente alguns campos da sociedade e contribuir com a inclusão e emancipação das pessoas. Segundo ele, esses profissionais devem estar conscientes das necessidades dessas mudanças, e sobre o seu papel na sociedade, que deve ser de educador e não mercador.

Gastal e Moesch (2006) colocam a importância das políticas de planejamento turístico pensarem na comunidade local, como participantes das experiências turísticas e não apenas como espectadores da atividade. Esse processo de planejamento deve incentivar a população ao exercício da “cidadania turística”, recuperando os vínculos com as identidades locais de sua própria cidade. Esse modelo de planejamento contribui com a preservação dos patrimônios naturais e culturais, pois quando se inclui o morador, ele passa a visualizar seu entorno por uma nova ótica e protegê-lo.

Assim sendo, para a consolidação e alcance de uma cidade plena, igualitária e sustentável, o lazer e turismo também ocupam papel central, através da ressignificação do espaço por meio de seus usos, representando acima de tudo, que aquele espaço é um bem comum, de todos e deve ser conservado, compartilhado e perpetuado.

É sob essa perspectiva que a presente pesquisa foi desenvolvida, pois o objeto de estudo, localizado na cidade de Campina do Monte Alegre é caracterizado por seu potencial natural, no entanto ainda não é explorado seu viés turístico ambiental e educacional. Sendo assim, a pesquisa se debruçou sobre o Rio Paranapanema, em especial o trecho da Cachoeira do Salto, principal atração do município e que já atrai visitantes, sobretudo das cidades vizinhas. Porém, o visitante que frequenta o local não tem opções de atividades ecoturísticas ou ações que o impactam sobre a importância daquele patrimônio natural diverso, tanto o recurso hídrico, quanto a mata atlântica, bem como seu caráter histórico-sociocultural, que norteiam os moldes de vida da comunidade local que depende do rio.

Sendo assim, a presente pesquisa se faz necessária, pois o Rio Paranapanema, além de possuir importância Federal e ser fonte de vida para moradores de inúmeras cidades do Estado de São Paulo e Paraná já vem sofrendo impactos e ameaças ambientais, mesmo sendo considerado o mais limpo do Estado de São Paulo. Entende-se, portanto, que a implementação de atividades educativas, turísticas e de lazer podem contribuir com a conscientização das pessoas que frequentam o espaço e mostrar a importância das medidas protetivas que precisam ser adotadas com mais rigidez.

No que se refere ao município de Campina do Monte Alegre os principais usos do rio para população e turistas são de lazer e subsistência. No entanto, a situação da oferta turística ainda é insuficiente, sobretudo quando se pensa em um turismo ecológico, cujo um dos objetivos é a preservação. Nota-se que ainda não há uma atividade estruturada que desperte um olhar sensível para a abundância natural do município e a necessidade de preservação, pois são recursos finitos. Vale ressaltar que o município também possui potencial para o segmento do turismo rural, pois há presença significativa de agricultura familiar, no entanto essas atividades turísticas mencionadas ainda ocorrem de forma espontânea, uma vez que o local recebe turistas com foco na pesca, lazer e eventos, porém sem planejamento efetivo.

Importante considerar, que o turismo rural pode ser uma forma de modelo sustentável e alternativo focado na agricultura familiar dentro do segmento turístico, onde convive-se com o cotidiano dos moradores e valoriza-se suas tradições, produções e cultura, que normalmente estão sustentados em princípios ecológicos. Moran (2008), aponta que esse tipo de agricultura, sustentada pela própria comunidade não apenas atrai consumidores, mas reúne, partilha e aproxima-os dos produtores, pois há um interesse mútuo nas técnicas produtivas e qualidade do alimento e, assim, esse tipo de visitação proporciona a cria o de um vínculo através da coopera o e participa o, criando uma forma de enxergar o mercado turístico, alimentício e de consumir.

De acordo com a potencialidade e diversidade ecológica, o município possui condi es de oferecer atividades como: caminhadas, trilhas, passeios de barco, pesque-pague, tudo isso fundamentado na educa o ambiental, atrelando lazer a educa o e sensibilizando os indivíduos para os problemas ambientais, a partir da aprendizagem lúdica, tendo como vetor de transforma o o turismo.

Nesse sentido, pretendeu-se relacionar os potenciais da paisagem com o desenvolvimento da atividade de lazer e turismo e, a partir da análise desses aspectos, refletir sobre as práticas turísticas possíveis de se implementar no município, porém notou-se que esse processo ainda encontra-se em fase inicial, sobretudo no segmento de turismo ecológico, pois

mesmo com a predominância de recursos naturais existentes na região, como cachoeiras, rios e lagos, o planejamento e ações concretas são inexistentes.

Conforme já destacado, há uma forte presença de recursos hídricos na cidade e que caracterizam não só a topografia da localidade, mas também a cultura ribeirinha dos moradores, que possuem uma relação de troca com o rio Paranapanema, do homem como parte integrante da natureza. Assim, compreende-se que a água se incorpora aos costumes locais, faz parte da identidade e da memória das pessoas.

Entretanto o rio vem sofrendo algumas ameaças ambientais, necessitando de ações efetivas para que seja protegido a tempo. Nesse sentido, os principais responsáveis pelas mudanças paisagísticas e da contaminação da água na região são setores da agricultura, sobretudo pelo avanço do agronegócio e setores da indústria, que margeiam o rio em diversas cidades do Estado de São Paulo, poluindo as águas com descarte incorreto de resíduos. O município também sofre com construções irregulares nas margens do rio e já sofreu com a atividade de pesca predatória, afetando a vida aquática e ocasionando extinção de algumas espécies.

Desta forma, diante do que foi abordado, entende-se que a atividade turística pode agir de forma preservacionista no município, resguardando os bens naturais e culturais da localidade e provocando reflexões e mudanças gradativas na relação que moradores e turistas se relacionam especialmente com o rio. Porém, é importante que esse direcionamento seja iniciado e construindo através do poder público juntamente com a comunidade local, o que atualmente não ocorre. Assim, o trabalho visa dar luz a essas possibilidades e emergência, colocando o turismo como uma das formas de contribuir com a proteção ambiental do Rio Paranapanema.

Nesse contexto, emergiu a problemática da presente pesquisa, buscando compreender: Em que medida a atividade turística pode contribuir com a preservação do rio Paranapanema?

Para responder à pergunta foi realizado um estudo no município de Campina do Monte Alegre/SP, especialmente na Cachoeira do Salto, localizado no Distrito de Salto, que é banhado pelo Rio Paranapanema e principal recurso turístico da cidade. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi analisar o desenvolvimento da atividade turística no Distrito de Salto e de que maneira ela pode contribuir com a preservação do Rio Paranapanema. Para dar profundidade ao tema, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar a visão da comunidade local em relação a atividade turística na cachoeira do Salto;
2. Identificar o perfil do visitante que frequenta a cachoeira de Salto;
3. Identificar os usos e lazer associados ao Rio Paranapanema;
4. Identificar a visão da comunidade local em relação às transformações da paisagem e a situação ambiental do Rio Paranapanema
5. Identificar as ações da prefeitura focadas no turismo e meio ambiente que visem a preservação do Rio Paranapanema.

Frente ao que foi explanado, a pesquisa foi desenvolvida através combinação de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, com realização de estudo de caso sobre o Distrito de Salto, analisando em especial a cachoeira de Salto, principal atrativo turístico do Município de Campina do Monte Alegre. As técnicas de coleta de dados aplicadas foram entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 2008) com os responsáveis pela Secretaria de Turismo e do Meio Ambiente e com os moradores, turistas e ambientalistas. Dessa forma, para alcançar os objetivos propostos, o próximo capítulo versará sobre o procedimento metodológico adotado.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Marre (1991), a pesquisa científica possui três critérios básicos: a relevância social, relevância teórica e a viabilidade para o desenvolvimento do tema, passando então para os procedimentos metodológicos, que será o corpo do estudo. Vale frisar que a maneira que para o autor a maneira que será realizada a coleta de dados é fundamental, pois será a partir deste ponto que o estudo será aprofundado.

Como afirma Geertz (1997), deve-se enxergar a cultura como uma trajetória histórica e o encontro que acontece no trabalho de campo é apenas uma parte, um recorte desta trajetória, coletada e analisada em um dado período. Esta percepção torna-se fundamental em pesquisas do campo na área das humanidades, a fim de evitar generalizações e afirmações imutáveis, pois a sociedade está em constante transformação.

Entende-se que esse tipo de pesquisa está comprometido com as questões sociais, derivando em uma visão de trabalho de campo o qual o pesquisador, por necessidade e rigorosidade que a cientificidade exige, acaba se envolvendo com os problemas da comunidade local, ainda que com o olhar criterioso de pesquisador, logo, não é possível compreender os lugares e objetos de estudo como espaços isolados, pois recebem influências de fenômenos externos e internos. Portanto, deve-se procurar entender as zonas de fronteiras, as relações sociais, a atuação de processos exteriores, e outros elementos que em conjunto combinam as características que serão consistentes para tornar a pesquisa mais próxima da veracidade, independente daquilo que o pesquisador pretende encontrar e que já está determinado em suas bibliografias. (GEERTZ, 1997)

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho foi realizado por meio da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, supondo a inserção da pesquisadora no atrativo natural estudado e através do contato com moradores, turistas, gestores e ambientalistas. Trata-se assim de uma pesquisa qualitativa exploratória, onde foram entrevistadas 159 pessoas no total, sendo, 46 moradores, 101 turistas, 4 gestores e 8 ambientalistas que atuam no Distrito de Salto e região.

Vale ressaltar que a definição da amostra se deu pelo critério de saturação (MAGNANI, 2003) no caso dos moradores, ou seja, a partir da repetição de respostas. A sensibilização do visitante vinha pelo contato direto da pesquisadora e ao longo da pesquisa foi se formando uma rede de contatos, onde a cada entrevistado de forma natural indicavam pessoas para a pesquisadora entrar em contato. Visando enriquecer a pesquisa e trazer uma variedade de

opiniões e percepções da comunidade local, a amostra variou o gênero, escolaridade, profissão e idade.

Os participantes da entrevista não foram identificados, visando preservar a identidade de cada um. Sendo assim, os dados e trechos das entrevistas apresentados no presente trabalho foram categorizados da seguinte forma: Mn° para moradores, Tn° para turistas, An° para ambientalistas e Gn° para os gestores entrevistados.

No que diz respeito às entrevistas com os moradores mais antigos do município, sobretudo as pessoas da terceira idade, foi uma maneira de documentar e trazer representações do passado, que muitas vezes não possuem registros. Por se tratar de uma localidade pequena que possui pouca informação referente a formação do Distrito, esse processo de reconstrução foi fundamental, sendo explorado desde a chegada ou infância do entrevistado até os dias atuais, visando realizar o resgate histórico e identificar as transformações locais.

A definição da amostra de turistas também se deu pela saturação (MAGNANI, 2003), visando traçar com mais precisão o perfil do turista que frequenta a cachoeira do Salto. As entrevistas com turistas visaram compreender suas motivações atuais e como visualizam a possibilidade do desenvolvimento do turismo ecológico no município, bem como seu interesse de participar de atividades com esse enfoque, identificando as percepções durante a atividade realizada e sua relação com a paisagem, buscando perceber também as sensações, sentimentos e consciência para a preservação ambiental.

Já a seleção dos ambientalistas ocorreu através da indicação da própria comunidade, que ou passaram o contato das pessoas ou apresentaram a pesquisadora para os sujeitos interessados, que eram ativos na causa ambiental no município ou participavam das ONGs existentes na cidade. Vale destacar que estas pessoas foram selecionadas de maneira estratégica e intencional, a partir dos critérios de representatividade e acessibilidade, de acordo com suas contribuições na área ambiental ou por atuarem direta ou indiretamente com a atividade turística. Por fim, a seleção dos gestores foi feita com base nos temas da pesquisa, turismo e meio ambiente, a partir dos mesmos critérios anteriores.

Segundo Severino (2007) o método, é o que estrutura e define o eixo da pesquisa, pois a partir de sua organização e rigorosidade metodológica é possível identificar fenômenos e construir novas teorias e saberes, agregando para evolução do conhecimento científico.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, uma vez que analisará uma microrregião, com características específicas. Conforme aponta Severino (2007) o estudo de caso caracteriza-se por representar particularidades. No entanto, o autor afirma que este cenário particular, contribui com a fundamentação das pesquisas, tornando-se relevante. Neste sentido,

compreende-se que a pesquisa pode servir de exemplo e aplicado em diversos destinos para a preservação do patrimônio natural e recursos paisagísticos, sobretudo nas cidades balneárias paulistas, que possui como principal atração o Rio Paranapanema.

Vale frisar que a pesquisa tem como foco captar as ações, olhares e sentimentos dos indivíduos em relação ao meio ambiente que estão inseridos, sendo assim, as subjetividades, fenômenos e representações simbólicas são fundamentais, portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

Ao refletir sobre o papel da ciência, Zajonc (2010) faz uma pontuação sobre a necessidade de visualizar os aspectos para além da objetividade convencional, uma vez que a ciência tem o poder de mover e transformar o mundo.

Nessa linha de pensamento Donna Haraway (1995) faz uma alusão em seu texto “saberes localizados”, em relação a produção do conhecimento científico, comparando-a a uma espécie de indústria, onde o conhecimento se move unicamente a partir das teorias e pensamentos construídos dentro deste próprio laboratório e pelas mesmas pessoas, ou seja, algo controlado e padronizado. Por fim, a autora afirma que não são das falidas estradas de ferro que a humanidade necessita, mas sim de novas perspectivas e novas formas de fazer e olhar para a ciência, uma ciência viva.

Vale frisar, que o trabalho de campo acarreta compromissos políticos e ideológicos, não tratando-se somente do momento em que se adentra no território e está em contato com o objeto de estudo, mas esse processo inicia-se desde a escolha das referências bibliográficas, a partir dos vieses de cada pesquisador. Nesse sentido, é necessário a compreensão de que ver na visão do outro e estar em uma realidade à qual não se pertence não é algo que se aprende facilmente, mesmo que já haja um entendimento prévio deste terreno. Assim, é fundamental uma política de posicionamento crítico e reflexão sobre quem somos nós enquanto pesquisadores para descrever e explicar de forma imparcial os estudos, porém consciente.

Sob essa perspectiva, a neutralidade na ciência pode ser considerada um equívoco, uma vez que se trabalha em uma sociedade constituída por pessoas, com pensamento críticos e em constante transformação. Nesse sentido, ao se planejar a atividade turística é essencial uma pesquisa social aprofundada, pois a tentativa de neutralidade para Barreto (1991), pode até mesmo ser considerada um desrespeito aos envolvidos. Portanto, para alcançar essa maturidade científica, é fundamental que o planejamento seja feito por profissionais técnicos e especializados, pois apesar de refutar o conceito de neutralidade científica, um pesquisador não pode trabalhar baseado no empirismo, é preciso compreender cientificamente e através de dados o contexto social, econômico, cultural e ambiental da localidade (BARRETO, 1991).

Sendo assim, o pesquisador tem de se atentar para não idealizar um objeto perfeito. Nessa perspectiva, Haraway (1995, p.28) questiona:

Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver para quê? Ver com quem? Quem deve ter mais do que um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseiras? Quem interpreta o campo visual? Qual outro poder sensorial desejamos cultivar, além da visão?

Nessa mesma linha de pensamento, Barreto (1991), afirma que ao ler uma pesquisa ou um texto é necessário compreender o condicionamento histórico sociológico do escritor, pois, “os fatos sociais são complexos e sua interpretação tem uma carga subjetiva (do pesquisador) importante (BARRETO, 1991, p. 35).

Estas são questões fundamentais quando se está na posição de pesquisador. A visão na pesquisa científica não é tão simplista, é necessário obter uma ótica que esteja baseada em uma política de posicionamento, entendendo que a visão imediata não é suficiente, é necessário aprofundamento para a produção do conhecimento, é preciso obter o posicionamento crítico, compreendendo o olhar situacionista a qual se pertence, afinal a ética é uma das bases dos trabalhos científicos.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica para aprofundamento e compreensão dos conteúdos pertinentes ao trabalho, com os seguintes temas chaves: lazer e turismo, turismo ecológico, mudanças climáticas, recursos hídricos, preservação, sustentabilidade e educação. As principais bases de dados utilizadas na pesquisa foram a plataforma Scopus®, Scielo®, BDTD®, repositórios de universidades públicas e privadas em programas de pós-graduação e em bibliotecas virtuais e presenciais.

Marconi e Lakatos (2010) afirmam que a pesquisa bibliográfica é fundamental, pois será a partir dela que irá fundamentar, aprofundar e defender a teoria elaborada na pesquisa, assim são essenciais para ampliação do conhecimento e até mesmo criação de novas narrativas.

Enquanto a metodologia é o corpo do trabalho, para Marre (1991) a fundamentação teórica é a alma, ela percorrerá todo o trabalho científico, estará lado a lado em todos os momentos, até mesmo na interpretação dos dados. Para ele, a teoria é o foco que clareia as demonstrações empíricas.

Como o próprio autor cita, ela é:

[...] uma corrente teórica relacionada com o tema escolhido, é o momento em que o autor deixa de pensar em termos do senso comum, para se inserir numa tradição sociológica, numa corrente de pensamento teórica com a qual ele tem afinidade e dentre da qual tenderá a inserir todo o seu comportamento de pesquisador,

vivenciando de maneira intensa o conteúdo dessa teoria, os valores que ela implica, e a concepção de mundo que ela sugere (MARRE, 1991, p.19)

Portanto, a abordagem teórica é uma maneira de articular o conhecimento científico construído com demais métodos, contribuindo para que o objeto de estudo não esteja unicamente no campo da observação, dando outros sentidos e aportes a ele, visto que a construção do estudo não ocorre sem este aporte teórico, pois é essa base que lhe propicia pontos de vistas mais profundos do que a observação imediata. Talvez sem as bases teóricas muitos elementos passariam de forma invisível (MARRE, 1991).

Durante a etapa da pesquisa bibliográfica foi realizado também um levantamento histórico e documental (TRIVIÑOS, 2008) para caracterização sobre a formação e transformações da cidade de Campina do Monte Alegre e do Distrito de Salto, através de entrevistas com moradores antigos, leituras de trabalhos já publicados, jornais, revistas, análises de websites, consulta de arquivos da Prefeitura e do Plano Diretor de Turismo.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a pesquisa documental é uma maneira de comprovar e esclarecer informações, seja através de elementos textuais, fotográficos ou audiovisuais

O estudo também utilizou a técnica de observação simples no que se refere à interação dos turistas com o atrativo natural. De acordo com Magnani (2000), este método deve ser planejado desde sua fase inicial e o pesquisador deve ter um olhar diferenciado e atento, contrário dos sujeitos participantes, para evitar conclusões de senso comum. Para o autor:

[...] mesmo em uma caminhada de reconhecimento, tem um plano pré-estabelecido e seu caminhar, mais lento que o do usuário e mais regular que o do passeante, deve permitir, uma observação contínua e seguindo o fluxo do andar e parar” (MAGNANI, 1996 p.16).

O instrumento de coleta de dados na observação simples foi o diário de campo, onde foram anotados o comportamento do turista e a dinâmica de funcionamento do atrativo turístico, além de realizar anotações durante as entrevistas, como pontos de destaques mencionados pelos participantes, acompanhados de entonação da voz, gestos que chamasse atenção e características que não são possíveis de serem captadas apenas através de gravação de áudio e que podem ser relevantes ao estudo.

Sobre a maneira de realizar o trabalho de campo, Winkin (1998, p. 139) explica:

Em um primeiro momento, vocês anotarão muito, de maneira descabelada e isso é muito bom, mas num segundo momento, um tanto exausto pelos esforços realizados, vão recorrer a um procedimento mais analítico, que exige menos esforço e finalmente mais eficaz em suas coletas de dados pertinentes. Num terceiro momento, com a pena

mais ágil, vocês chegarão a escrever muitíssimo rapidamente, para surpresa de vocês mesmos.

Neste ponto, Winkin (1998), afirma que muitas vezes se coleta dados sem saber o que realmente se busca, o que é comum, por isso, a entrevista deve ser realizada de forma tardia, após o processo etnográfico de observação. Esse processo foi realizado durante o trabalho de campo, pois antes de aplicar as pesquisas com o turista, foi observado por dois dias a dinâmica do espaço para uma abordagem assertiva, além de um pré-teste das entrevistas para ver se o roteiro estava suficiente e objetivo.

O autor aponta ainda, que o pesquisador deve estar frente a frente com os sujeitos, pois ao contrário há uma ameaça em arruinar o trabalho científico. Deste modo, a utilização de câmeras fotográficas, gravações, coleta de depoimentos deve estar em um segundo momento, o primeiro envolve apenas os olhos, caneta e caderneta, chegando então a uma perspectiva sobre o lugar, sem parecer detetive, policial ou inspetor. Deve-se deixar a comunidade tranquila e se tranquilizar, ocupando aos poucos um local na comunidade, entendendo que em um primeiro momento é comum ser alheio e estranho (WINKIN, 1998).

Partindo desse princípio, todas as abordagens foram feitas de forma cautelosas, onde a pesquisadora se apresentava e compartilhava objetivo da pesquisa, todos os entrevistados se sentiram confortáveis e interessados em colaborar. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas manualmente para melhor efetividade da análise dos depoimentos e resultados.

Nesta mesma realidade, Foote Whyte (1980, p.81) diz o seguinte: “[...] é preciso aprender o momento apropriado para perguntar, assim como perguntar”. Nesse sentido, optou em utilizar entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 2008) pelo fato de possibilitar à pesquisadora maior flexibilidade sob o roteiro pré-estabelecido, enriquecendo assim os dados da pesquisa e podendo inserir novas perguntas de acordo com as falas e deixas dos entrevistados. A estruturação do roteiro de entrevista foi definida a partir de eixos temáticos, como turismo, lazer e preservação ambiental, que se relacionavam com os objetivos que a presente pesquisa tinha como finalidade responder.

Durante o trabalho, foi notório o envolvimento e o interesse dos entrevistados, sobretudo dos moradores, que destacaram a importância do projeto, pois mencionaram que esse tipo de ação e conversa com a comunidade não é comum e acreditam ser relevante para as melhorias turísticas e ambientais da cidade, que é uma das principais geração de renda da população e do município. Já os turistas também se interessaram, principalmente nas possibilidades de lazer ambiental e na história e importância que o Rio Paranapanema possui,

pois desconheciam inúmeras informações apresentadas, ficando surpresos. Compreende-se que o processo de escuta durante a mediação da entrevista é fundamental, pois os participantes se sentiram parte do processo e contributivos.

A pesquisa de campo teve duração de 20 dias e foi realizada no ano de 2022, sendo no mês de maio, do dia 1 ao dia 15, aproveitando o dia das mães para captação de turistas e no mês de junho, do dia 15 ao dia 19 durante o feriado de Corpus Christi. No entanto, o envolvimento da pesquisadora com o território é de longa data, pois frequenta a cidade e o rio desde sua infância, uma vez que seus avós moraram no local por 15 anos e possuíam forte relação com o território, com a comunidade local e com o Rio Paranapanema, o que foi um facilitador também para inserção da pesquisadora em campo, pois conhecia algumas pessoas da comunidade devido a esta relação e conexão com o local.

Por fim, entende-se que não existe um olhar fixo, que a ciência não está inerte e que a objetividade não é sinônimo de visão única, principalmente quando se trabalha questões da sociedade. Assim, é nesse contexto que a ciência feminista defende uma construção para e com os sujeitos múltiplos, com visão multilateral, em um ambiente que deve ser homogêneo, onde os saberes dos “subjugados” não são categorizados por visões dominadoras, ou ainda por uma visão superior, mas sim por uma visão coletiva, “que não seja apenas uma página em branco para inscrições sociais” (HARAWAY, 1995, p.35). Dessa forma, compreende-se que essa coleta de dados realizada com a comunidade local em relação ao turismo ecológico será agregadora ao trabalho e para implementação de futuras ações, que dialoguem e estejam alinhadas com as vontades da população local, que possui diversos saberes.

Dessa forma, a partir da metodologia adotada pretendeu-se verificar a maneira que o turismo é realizado atualmente e as transformações ambientais, trazendo a visão dos moradores, gestores e turistas em relação às ações atuais e desenhar um futuro possível, pautado nas premissas ecológicas, para que seja possível construir um caminho possível para que a atividade turística contribua com a sensibilização do visitante e com a preservação dos recursos naturais no município, em especial com a cachoeira do Salto, banhada pelo Rio Paranapanema. A última etapa da pesquisa foi a sistematização e interpretação dos dados coletados. Esses resultados serão amplamente disponibilizados para a comunidade local, que contribuiu com a construção do presente trabalho.

3. A ATIVIDADE TURÍSTICA COMO UMA FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E TRANSFORMAÇÃO DO PENSAR E AGIR

O presente capítulo fará uma abordagem acerca da educação ambiental atrelada ao turismo, como uma possibilidade de transformação social e uma das ferramentas que corrobore para a formação do pensamento ecológico dos sujeitos. Portanto, será apontado algumas reflexões sobre os avanços e possibilidades do turismo ecológico, bem como discutida questões referentes a crise ambiental que assola o planeta, em especial a crise hídrica, que possui relação central com a presente pesquisa, demonstrando a importância da água para a humanidade ao longo dos séculos, os problemas atuais e oportunidades sustentáveis para seus múltiplos usos possíveis, dentre eles o turismo em ambiente fluvial, como forma de aproximar os sujeitos da natureza e conseqüentemente auxiliar no despertar ambiental.

3.1 Um despertar para a crise ambiental e crise hídrica

Segundo Moraes (1997), a história da civilização pode ser analisada pela perspectiva da apropriação da superfície terrestre pelos variados grupos sociais, que reproduzem e estabelecem nessas porções espaciais suas características e modo de vida. Sendo assim, esses territórios criados pelos homens, demonstram também as relações sociais de uma determinada época.

O vínculo entre homem e natureza, vem desde a pré-história, inicialmente havia uma relação harmônica e natural, o homem compreendia essa interdependência e era parte integrante do meio, não o transformava ou modificava, sua principal atividade era de caça para sobrevivência. A partir de seu desenvolvimento, tendo como marco a dominação do fogo e posteriormente da agricultura, o ser humano aprendeu também a controlar a natureza de acordo com suas necessidades (ULBRA, 2008).

Na medida em que a agricultura evoluiu, as pessoas foram migrando e as paisagens foram se transformando. Com o aumento populacional formaram-se cidades, principalmente próximo aos rios, pois devido a fertilidade do solo garantia uma colheita mais produtiva (ULBRA, 2008).

Inicialmente a natureza pautava o ritmo e os ciclos da vida humana, havia uma conexão orgânica, uma ligação entre indivíduo e meio ambiente. Esse cenário se altera de forma drástica e gradativamente se intensifica no contexto da produção capitalista e tecnicista, havendo um

rompimento dessa interação, a natureza como forma de subsistência passa a ser substituída e passa a integrar o bojo dos meios de produção (TELES, 2011).

Como aponta Acosta (2011, p.112):

A separação entre espécie humana e o resto da natureza e a desconexão da sociedade de seus fundamentos físicos-biológicos constituem o substrato do pensamento moderno, que se expressa em dois princípios considerados axiomas: o mito do progresso ilimitado e o antropocentrismo, que situa o ser humano acima e inclusive contra a natureza. Este posicionamento das relações entre os seres humanos e a natureza deu lugar a uma crise ecológica que se tornou verdadeiramente planetária.

No Brasil a ocupação territorial foi e segue sendo desproporcional, uma herança advinda do período colonial, onde houve um processo predatório e hegemônico no que se refere à posse e usos de terras, refletindo na formação da sociedade brasileira atualmente. Alguns ciclos econômicos pautados pela monocultura, como a do café, da cana e do extrativismo de madeira, borracha e minérios marcaram e definiram uma forma de produção e um modelo econômico, alicerçado na exploração, crescimento financeiro, distribuição desigual dos recursos e degradação ambiental. Essa produção segue sob gestão de pequena parcela da população, dona de extensas faixas territoriais, ainda que em um mundo globalizado e dito desenvolvido (MALERBA, 2019).

Nesse contexto, os alarmes ambientais são crescentes e vem demonstrando perigo à sobrevivência e equilíbrio da terra, devido aos altos índices de poluição, extinção de espécies, descongelamento de polos, escassez de alimentos, queimadas de biomas, aumento de temperaturas e fome. Todos estes sinais de degradação, se tornaram denúncias para que essa autodestruição seja freada, pois muitos danos ambientais já são irreversíveis. Vale destacar que esse consumo e produção desenfreado se articulou e se sustentou nas políticas econômicas governamentais, que em sua maioria fortaleceram o ritmo desse sistema, privilegiando megaprojetos, urbanização e “progresso”, mesmo que isso tenha comprometido o bem-estar do meio ambiente. São os casos de usinas hidrelétricas, dos transgênicos, concentração de terras, mineração, utilização de hidrocarboneto, concessões, grandes construções que desencadearam no desmantelamento ambiental e um crescimento sem fim disfarçado de modernismo, porém sob recursos finitos e esgotáveis (ACOSTA, 2011).

Neste contexto, ao avaliar e calcular o índice “progresso” pautado pelo PIB e PNB, não se calcula os danos à ecosfera, assim como não subtrai deste valor o esgotamento de ar puro, dos peixes, dos custos sociais e demais danos que este modelo causa a vida no planeta. (LUTZENBERGER, 1977). Complementando, o autor afirma que "a riqueza também aumenta na proporção em que se diminui necessidades" (LUTZENBERGER, 1977, p.74).

Conforme dados científicos há três principais macroproblemas quando o assunto são os riscos ambientais que assolam o planeta: 1. mudança climática; 2. perda da camada de ozônio; 3. diminuição de índices de biodiversidade (CÁCERES AGUIRRE, 2011). Além disso, os autores afirmam que há diversas problemáticas em âmbito local e regional, advindo dos mais diferentes tipos de poluição, que são compreendidas como toda alteração indesejável e prejudicial ao equilíbrio do meio ambiente, pois transforma os ciclos e características da água, ar, solo, alimentos e afeta a saúde e ameaça a sobrevivência da vida humana e demais organismos vivos. Normalmente esses poluentes são substâncias e resíduos processados por setores industriais.

Nesse sentido, o capitalismo já demonstrou que foi o principal responsável pela crise civilizatória que a geração do século XXI enfrenta. Segundo Arruda (2019), essas tendências negativas e perversas são evidentes. Esse fenômeno pode ser notado através da concentração do capital, renda e benefícios, desigualdade e abismos sociais crescentes, escassez de justiça ambiental e social, geração de monopólio, oligopólio e cartéis com poder econômico e político representativos; sacrifício dos biomas e ecossistemas em detrimento aos avanços e progressos econômicos. Dessa maneira, diante desse cenário, o autor defende ser fundamental estabelecer limites para a riqueza material, bem como sua distribuição e delimitar as fragilidades do meio natural.

Essa destruição e extinção fica evidente uma vez que “[...] entre quatro e cinco décadas, o modo de desenvolvimento capitalista foi capaz de destruir mais de 20% da Floresta Amazônica e 92% da Mata Atlântica” (ARRUDA, 2019, p.162).

Diversos biomas vêm sofrendo com a questão da devastação ambiental. Em 2020 viu-se grandes extensões territoriais em chamas, o pantanal, cerrado e mata atlântica teve parcela significativa de seu território queimado. Desse modo, cada vez mais esses espaços são reduzidos, devido a consequência da atividade humana. Em especial a floresta amazônica, que é alvo do desmatamento e especulação por conta da indústria madeireira e, embora segundo Poletto e Malvezzi (2019), sua destruição comprometa o futuro de todos os seres vivos, o desmatamento segue ocorrendo em nível intenso.

De acordo com o INPE (2022), os índices de desmatamento no Brasil aumentaram de 2019 a 2022, sobretudo na Floresta Amazônica. Conforme dados do IPAM (2022), o aumento neste bioma foi de 56,6%, uma marca histórica e que vem alcançando cada vez mais novos recordes de desmatamentos e queimadas. Por isso, em se tratando de Brasil as enfermidades ambientais estão em destaque internacional, devido a gravidade dos dados.

Inclusive nas eleições presidenciais de 2022 recém realizadas, um dos principais jornais do mundo, o New York Time, publicou uma matéria, dizendo que o resultado das eleições definiram o futuro do planeta, pois metade da floresta amazônica está em território brasileiro, sendo urgente políticas públicas para sua proteção e recuperação. Após os resultados, países como Noruega e Alemanha anunciaram a retomada do fundo amazônico, o que demonstra a ineficiência e flerte do governo Bolsonaro com as políticas de degradação ambiental, pois devido aos elevados índices de desmatamento em sua gestão diversos países retiraram a verba financeira para conservação da Amazônia.

Situação semelhante pode ser encontrada no cerrado, conhecido popularmente como a “caixa d’água do Brasil”, devido sua importância na capacidade de armazenamento e distribuição da água, responsável pela quantidade e qualidade das bacias hidrográficas brasileiras, mas que vem sofrendo danos irreversíveis, pois é um bioma que não se regenera naturalmente. Estes danos são frutos principalmente do agronegócio que erradica a fauna e flora em detrimento da monocultura extensiva, envenena e desfloresta a água e o solo (POLETTI; MALVEZZI, 2019).

Essa denominada agricultura de rapina e extrativista, que modifica as áreas verdes em verdadeiros desertos sem vida e está presente de forma significativa no Brasil, além de interferir no ciclo natural dos habitats, impressionava e segue impressionando até mesmo viajantes, que notam a exploração insensata a partir da transformação da paisagem, que anteriormente era diversa e foi substituída por quilômetros de hectares de plantações monótonas, uma paisagem padrão, agressiva, sem vida e que na prática causou infertilidade dos solos, contaminação, desequilíbrio ecológico, e erosões em muitas cidades. Ao realizar viagens pelo interior paulista é notório a degradação da paisagem devido a implantação das monoculturas de cana e soja, que acompanha os olhos viajantes através das janelas dos carros e ônibus por quilômetros na estrada. Diversas regiões que eram consideradas pequenas "Amazônias" brasileiras, hoje já se encontram reduzidas ou até mesmo inexistentes (LUTZENBERGER, 1977).

Esse desmatamento retira a cobertura vegetal, comprometendo o solo. Em nascentes e zonas próximas a bacias hidrográficas, gera o que é chamado de desertificação, reduzindo a capacidade dos biomas armazenarem água da chuva no solo, de preservar as nascentes, bem como reter umidade, uma vez que há diminuição de árvores, que são responsáveis por este processo natural. Isso se intensifica, quando há interferências externas, como construção de usinas hidrelétricas, ou quando cultivos de monocultura se apropriam de águas do subsolo para uso em sistemas de irrigação, deixando a terra ainda mais seca e com baixa fertilidade, além do envenenamento da terra e da água devido ao uso de agrotóxicos, trazendo consequências

também aos modos de vida dos agricultores locais, que são gradativamente substituídos por máquinas, provocando êxodo rural e inchaço das médias e grandes cidades (POLETTTO e MALVEZZI, 2019).

O êxodo rural no sul e sudeste brasileiro vem desde os anos 60, havendo uma redução da população rural, por falta de oportunidades rentáveis no campo e por vislumbrar novos estilos de vida. Esse cenário tecnocrata veio acompanhado do desemprego, que aumentou no setor agrícola nessas duas regiões (YOUNG, 2005).

Além desses impactos, há uma grande problemática no mundo relacionado aos resíduos sólidos e gasíferos, a quantidade gerada é desproporcional ao que o planeta suporta. Esses lixos, principalmente industriais, hospitalares e agrotóxicos, poluem os mananciais e recursos hídricos, transformando a vida em adoecimento (POLETTTO e MALVEZZI, 2019).

Essas transformações, além de diminuir a quantidade de água para consumo humano, afeta a vida aquática em sua totalidade, com o desaparecimento e contaminação de espécies de peixes, afetando conseqüentemente as comunidades ribeirinhas, que dependem da pesca para sobrevivência. É um ciclo, cujo a inexistência de um interfere na sobrevivência do outro, isso quando se fala da relação homem-natureza.

A UNESCO alertou que em 2020 a escassez da água seria um problema global e de fato hoje já se percebe e sente-se essa crise hídrica. No painel da ONU sobre as questões climáticas, foi apontado que aproximadamente dois bilhões de pessoas não terão acesso a água potável no mundo em 2050 e que esse número vai aumentar substancialmente. Assim, diversos países discutem e focam nas soluções relacionadas ao gerenciamento sustentável dos recursos hídricos (PERERA, 2011).

Vale frisar que os modelos tecnicistas implementados em todo mundo e suas intervenções impostas nos ambientes naturais sempre foram colocados em um patamar de normalidade como justificativa a necessidade para a sobrevivência e desenvolvimento, sobretudo para o imperativo crescimento do sistema capitalista (RODRIGUES, 2000).

Esse aniquilamento dos sistemas naturais, caracteriza o homem moderno e o diferencia das civilizações anteriores, pois o homem industrial diferente de outros povos, deixa rastro e degrada em nível global, enquanto as culturas anteriores causaram impactos em âmbito local e limitados de acordo com suas necessidades para sobrevivência. No mundo atual nenhum ambiente esquivava-se da mira do homem, os oceanos estão envenenados, ilhas remotas no pacífico e a Antártida derretendo por conta do aquecimento, extinção de biomas e animais, poluição de recifes, corais e corpos d'água, além de muitos outros impactos catastróficos. No decorrer da história e seus três bilhões de anos, não houve registros de tantas agressões como

a que se tem atualmente e mesmo com este histórico os erros seguem se repetindo (LUTZENBERGER, 1977).

Estudos apontam que se o nível da elevação do aquecimento global seguir nessas proporções, as mudanças nos ecossistemas se intensificarão e serão frequentes, como aumento do nível do mar, derretimento de geleiras, oceanos mais ácidos, chuvas catastróficas, que já vem ocorrendo no sul e sudeste do país, secas severas e ondas de calor. O efeito estufa causador do aumento de temperaturas, advindo da queima de combustíveis fósseis tem três destinos, os oceanos, atmosfera e ar, causando impactos e ameaçando os ciclos naturais (PIVETTA, 2021).

Conforme aponta Díaz (2002), destruíram-se as culturas para estabelecer economias. O desenvolvimento na forma que é visto hoje, é datado desde os anos de 1950, período pós-guerra, onde priorizou-se as atividades econômicas para o crescimento dos países, havendo uma forte ênfase no processo de industrialização, sob o argumento da modernização, que acentuou algumas características como: rápida urbanização; consumismo; negligência ao desenvolvimento rural e disparidade econômica e social (BURNS, 2002).

Essa inércia e convencimento das pessoas diante das catástrofes ambientais podem ser entendidas pelo modo consumista que foi adotado nas sociedades capitalistas, onde há um excesso de informações, propaganda, publicidades, que valorizam elementos supérfluos e não dão espaços para discussões mais profundas (MORAN, 2008). Vive-se tempos de cidadãos distraídos para os problemas e soluções do mundo, por isso, são essenciais trabalhos e incentivos que visem mostrar essa outra realidade, mostrar o lugar que o homem possui na natureza e a necessidade de preservação e novos comportamentos humanos. É preciso apontar caminhos para o equilíbrio e para reciprocidade humana, restaurando valores humanitários.

Conforme colocado acima, este modo de produção são dogmas desenvolvimentistas que avançam desde a primeira guerra, onde o crescimento é ilimitado e necessário para o denominado progresso, modernismo e desenvolvimento, causando gradativamente a substituição da esfera pela tecnosfera e do natural pelo artificial, levando a cenários cada vez mais insustentáveis e desequilibrados (LUTZENBERGER, 1977).

Juntamente a esse processo invasivo de modernização da produção surge a suposta revolução verde, que se utilizou dos avanços tecnológicos como forma de justificar essas novas formas de agriculturas, afirmando então que estes novos modelos inovariam o mercado, a partir do uso extensivo de herbicidas, inseticidas, seleção e modificação de sementes e mecanização de processos, que acabariam gerando um rendimento em massa e aumentando a produtividade de alimentos, rotulando assim esses novos métodos como algo positivo, benéfico e revolucionário para a sociedade e ignorando os prejuízos. E é a partir de análises desse

desmantelamento que estudiosos afirmam que essa agricultura moderna é uma das principais responsáveis pelos danos estruturais que a Terra enfrenta (LUTZENBERGER, 1977).

A revolução verde que supostamente defendia a melhoria dos alimentos e o aumento de produção para redução da fome no planeta, estabeleceu condições que foram degradantes ao meio ambiente como o incentivo aos pacotes de veneno, através da utilização de insumos químicos, pesticidas, herbicidas e fertilizantes. Esse modelo beneficiou grandes produtores, aumentando a concentração de terras para um número reduzido de latifundiários e marginalizou pequenos produtores rurais, pois esses incentivos e subsídios exigiam investimentos altos, o que muitos agricultores não tinham condições de acessar, causando êxodo para grandes cidades em busca de trabalho. Foi uma política que apesar do nome “verde” foi excludente e ambientalmente insustentável (MORAN, 2008).

Baseado nessa política, nos anos 40, o Estado de São Paulo, aumentou a quantidade de maquinários agrícolas e aprimorou os insumos biológicos, porém começou-se a utilizar mais insumos químicos, trazendo um novo poluidor ao meio ambiente, que com o passar das décadas se mostrou como um alto contaminador de solos, águas e alimento, neste último caso, através do agrotóxico (SÃO PAULO, 1999).

No livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, (1969) a pesquisadora aborda e denúncia sobre esse período denominado revolução verde e o uso dos pesticidas nos Estados Unidos (EUA). Sua pesquisa foi considerada um marco mundial no que se refere às discussões ambientais e os impactos dos *Dicloro-difenil-tricloroetano* (DDT's) a saúde humana e saúde do planeta. Desse modo, considera-se que Carson (1969), foi uma das responsáveis pelo início da revolução ecológica nos EUA, ao comprovar cientificamente e denunciar a quantidade massiva de pássaros mortos no país devido a contaminação por agrotóxico através das águas e da alimentação, aponta também sobre os recursos hídricos contaminados que já não serviam de lar para os peixes. O nome de sua obra, pode ser confundida com algo poético, no entanto, leva esse nome, pois foi a primavera em que os pássaros pararam de cantar e fez com que a pesquisadora se destacasse nessa luta ambiental, além de ser perseguida pela indústria química, pois sua pesquisa houve desdobramentos e alguns tipos de DDTs foram proibidos em muitos países.

Durante uma conferência no congresso dos Estados Unidos, Carson expos:

Temos permitido que as mencionadas substâncias químicas sejam usadas sem que haja investigação alguma, ou apenas uma investigação insuficiente, quanto aos seus efeitos sobre o solo, a água, sobre a vida dos animais silvestres e também sobre o próprio homem. As gerações futuras não perdoarão, com toda probabilidade, a nossa falta de prudente preocupação a respeito da integridade do mundo natural que sustenta a vida toda. (CARSON, 1969)

Há um mito existente em torno da produção agrícola sobre a questão de produtividade, que estão em sua maioria relacionados a uso de fertilizantes para maior produção, porém, há dados que comprovam que a presença de mata nativa próximo as áreas de cultivo contribuem com a rentabilidade das produções, pois os ciclos naturais, como a polinização e presença de insetos como borboletas, abelhas, besouros, aves, morcegos, fazem naturalmente o papel biológico de reprodução, contribuindo de 20 a 30% na elevação do índice de produtividade e sem afetar os recursos naturais (TUNES, 2021).

Moran (2008) sinaliza que não se trata de paralisar a indústria, mas repensar e pensar em novos modelos, dando o exemplo da Dinamarca que é referência na produção de energia limpa, com energia eólica, conseguindo satisfazer a necessidade da população e ao mesmo tempo causando um baixo impacto ambiental.

Nessa mesma perspectivam de acordo com Lutzenberger (1977 p.18):

Se fizermos tudo aquilo que temos capacidade para fazer, causaremos tremendos estragos e nos expomos a tremendos perigos. Necessitamos de motivações e freios. Uma vez que a natureza não nos deu freios inatos, precisamos de controles culturais.

A partir dos anos 1970 essa forma de se relacionar e mentalidade insustentável começam a ser questionadas, inicialmente a discussão foi levantada por estudiosos da área, porém esse pensamento se difundiu e até hoje geram expressivos debates e estudos que visam reverter os problemas relacionados às questões ambientais. No entanto, conforme aponta Ulbra (2008), mesmo havendo um avanço da consciência ambiental, as destruições também avançaram em ritmo acelerado, devido às novas potências tecnológicas existentes.

Diante de tais preocupações e riscos que essa forma de produção globalizada em todo o planeta se perpetua, surgem eventos e marcos históricos para debater e implementar soluções em defesa ao meio ambiente e da vida humana. Foi o caso da Conferência de Estocolmo (1972), da Carta Mundial para a Natureza (1982), do Relatório de Brundtland (1987), da ECO 92 no Rio, do Encontro em Haia (1995) e da Carta a Terra (2000) que trouxeram importantes aportes e deram destaque para os problemas e urgências ambientais (BOFF, 2011).

A Comissão Mundial do Meio Ambiente foi criada em 1983, conhecida também como Comissão de Brundtland, foi responsável pela criação do relatório “Nosso futuro comum”, um dos primeiros documentos que deu luz para questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. O protocolo de Kyoto, estabelecido em 1997, também foi essencial, pois teve como

foco a redução de emissão de gases poluentes que causam efeito estufa e, conseqüentemente, mudanças climáticas.

Nestas conferências já se discutia sobre a necessidade de trabalhar a mudança de perspectiva e relação com o meio ambiente a partir dos conhecimentos locais, autônomos, autossuficientes e coletivos (ARÉVALO, 2019).

No Relatório de Estocolmo (1972) a educação ambiental já era pauta, como pode-se verificar abaixo:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos, para expandir as bases de opinião pública bem-informada e propiciar uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades, inspiradas no sentido de responsabilidade quanto à proteção e melhoria do meio em toda sua dimensão humana.

Já a Carta de Belgrado (1975) também é um dos marcos sobre o papel central que a educação possui para que a mudança de valores e relação com o meio ambiente seja possível e real:

A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial. Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento e podem melhorar as condições do mundo, mas tudo isso se constituíra em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade entre o sistema educacional e a sociedade [...]. É dentro desse que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que possa tornar possível o desenvolvimento de novos conceitos e habilidades, valores e atitudes, visando a melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, a elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

No entanto, vale lembrar, que durante a conferência de Estocolmo, mesmo havendo um consenso das ameaças ambientais, havia questionamentos, uma vez que os limites desenvolvimentistas estabelecidos deveriam ser padronizados para todos os países. No entanto, os países subdesenvolvidos defendiam que a medida era injusta, justificando que os países já desenvolvidos tinham se beneficiado com o uso de matérias primas e por isso alcançado o patamar econômico atual (ULBRA, 2008). Nesse sentido, nota-se que ainda há uma preocupação com os ganhos acima do cuidado com a natureza, mesmo que tenha que colocar em perigo o meio ambiente, pois nesta concepção, frear essa forma de produção seria o mesmo que impedir o desenvolvimento econômico. No entanto, essa discussão é pertinente e está em pauta na COP 27, pois os países que mais sofrem os impactos ambientais são os países mais pobres e subdesenvolvidos, mesmo não possuindo os mesmos índices de produção dos países considerados de primeiro mundo.

O Brasil neste período da conferência de Estocolmo, enfrentava a ditadura militar e os governantes se posicionaram justamente com o pensamento explanado acima, o qual defendiam que a poluição dos recursos naturais seriam o preço a ser pago pelo desenvolvimento e progresso, pois a expansão industrial que estava havendo no país era considerado um verdadeiro “milagre econômico”. Sob essa linha do pensamento desenvolvimentista, os militares utilizavam o seguinte *slogan*: "bem-vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberão de braços abertos a sua poluição, porque queremos empregos, dólares para o novo desenvolvimento” (ULBRA, 2008).

Entretanto, Moura (2002), afirma que a década de 80 foi um período de importantes marcos, sobretudo no que se refere ao surgimento de legislações ambientais em diversos países. No Brasil, destacam-se algumas leis em especial: Lei nº6938/81, decretando a Política Nacional do Meio Ambiente; Resolução nº001/84 promulgando o regimento interno do CONAMA e Lei nº7347/85 estabelecendo o Código Civil responsabilizando ações causadoras de danos ao meio ambiente.

Nesta lógica, apesar de avanços, Teles (2011) alerta para os interesses econômicos relacionados à natureza, afirmando que este cenário desencadeou até em legislações que beneficiam determinados grupos sociais e de certa forma aniquilaram o meio ambiente e comunidades em prol do desenvolvimento econômico.

Na conferência do Rio-92 ficou estabelecida a agenda 2021, elaborada por representantes de 179 países juntamente com a ONU e UNESCO, que visava preparar a sociedade para os desafios que o século XXI enfrentaria relacionado às questões ambientais, bem como definir ações conjuntas para serem aplicadas nos países em desenvolvimento. Dessa forma, compreende-se que já eram previstos os danos e condições atuais desde muito tempo atrás, havendo uma promoção da importância do desenvolvimento sustentável para amenizar e reduzir tais impactos. Assim, a agenda foi estruturada em quatro frentes: Dimensões sociais e econômicas; Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos grupos sociais; Meio de implementação (ULBRA, 2008). Todavia, Neiman (2002), aponta o fracasso da agenda 21, que não foi efetivada e colocada em prática, devido ao peso que conservadorismo possui na sociedade e as amarras do sistema capitalista.

No que tange a atividade turística, segundo Nogueira (2011) houve três acordos mundiais que influenciaram os caminhos e diretrizes do ecoturismo com foco na sustentabilidade, foram eles: Carta de Lanzarote (Espanha, 1995), Acordo de Mohonk (EUA, 2000) e Declaração de Quebec (Canadá, 2002).

Já no Brasil Irving (2004) destaca três momentos no desenvolvimento do ecoturismo: 1. Programa de Turismo Ecológico em 1985, cujo objetivo central era conhecer para preservar; 2. Rio 92 e 3. O lançamento da Política Nacional de Ecoturismo em 1994 que passou a direcionar as políticas do setor, despontando para o desenvolvimento da atividade nos pilares interpretação, sustentabilidade e conservação.

Assim sendo, o turismo sustentável surgiu no final dos anos 80 e início dos anos 90, quando se passou a discutir em maior grau a necessidade de preservação dos recursos naturais, buscando equilíbrio entre o paradoxo da exploração e conservação pelo turismo (MAGALHÃES, 2000). Um dos documentos que trouxe as primeiras diretrizes relacionadas a essa atividade é o manual de ecoturismo, publicado em 1994. Porém, o material sofreu algumas críticas, pois estava pautada em vieses exclusivamente econômicas. Nesse sentido, compreende-se que o planejamento da atividade turística inicialmente se preocupava sobretudo pela sustentabilidade econômica, posteriormente incorporou a sustentabilidade ambiental e mais recentemente a sustentabilidade das populações locais (LUCHIARI, 2002).

Segundo Ruschmann (1997), é nesse período onde as discussões ambientais e conferências a nível mundial estavam despontando e tendo desdobramentos, que o turismo começa a ser repensado sob a perspectiva ambiental, sobretudo pela compreensão de que o patrimônio natural é o principal produto da atividade turística. Dessa forma, surge uma nova sensibilidade para a natureza e comunidades receptoras, porém, sem grandes mudanças no que se refere ao turismo exploratório que vinha sido desenvolvido, ainda tardou para efetivar mudanças práticas.

O turismo alternativo surge na Europa, diante da nova demanda com aspirações contemporâneas e da saturação do turismo tradicional, como uma das consequências dos danos ambientais. Essa nova modalidade, baseou-se principalmente no turismo ecológico (MAGALHÃES, 2002).

Nesse contexto, sob esse novo prisma e diante da diversidade natural e cultural dos países denominados terceiro mundo, Ruschmann (1997), afirma que esse modelo de turismo, pode ser considerado um novo tipo de colonialismo, pois os países em desenvolvimento tornaram-se dependentes e criaram mecanismos para atrair os fluxos turísticos advindos dos países de primeiro mundo, ao mesmo tempo que é negligenciado os cuidados ambientais com os recursos naturais. A autora destaca o caso do ecoturismo brasileiro, que serve mais como um instrumento de atração de estrangeiros devido às paisagens e biomas exóticos do que um mecanismo de preservação, onde muitas vezes os impactos negativos advindos das atividades são maquiados.

Esses eventos trouxeram importantes respaldos para a atividade turística em áreas naturais serem reformuladas e pautadas no desenvolvimento sustentável. A partir desses debates realizados nas conferências mundiais, foram criadas reservas ecológicas, como parques e áreas de preservação como as unidades de conservação de proteção integral e as de uso sustentável, no intuito de proteger a paisagem e biodiversidade, porém o autor ressalta que o Estado ainda não consegue garantir a proteção integral desses locais (LUTZENBERGER, 1977).

A primeira área de preservação natural foi criada em 1898 em uma pequena área da cidade de São Paulo, sendo somente em 1937 que se tem uma área ampla conservada, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia e em 1939 o Parque Nacional de Iguazu, havendo um avanço significativo apenas na década de 60 com novas unidades de conservação (GUSMÃO CÂMARA, 2005).

Objetivando traçar novos caminhos para a atividade em ambiente natural, devido a forma degradante em diversas partes do mundo, a OMT, EMBRATUR, WWF e demais instituições redefiniram e criaram classificações para a prática de turismo na natureza (TELES, 2011).

Em vista disso, OMT tem se posicionado e incentivado o trade turístico a organizar ações que viabilizem uma elevação da consciência ecológica através do turismo, como um aliado para preservação do meio ambiente, não somente no sentido de reduzir os impactos negativos gerados pela atividade, mas também para mobilizar ações efetivas de suporte a salvaguarda do patrimônio natural (SOCIAL, 2010).

Vale destacar também a criação do Ministério do Turismo em 2003, quando foi iniciado a implementação de ações estratégicas para o desenvolvimento do turismo brasileiro, com a estruturação do Plano Nacional de Turismo, Lei Geral do Turismo 11.771/2008 e programas como o de regionalização do turismo, além de cartilhas de orientação para o desenvolvimento de diversos segmentos turísticos, como o de ecoturismo e turismo de base comunitária.

Na sequência histórica, o ano de 2010 foi definido como o ano internacional da biodiversidade, havendo a partir disso projeção do assunto em diversas esferas e debates para a preservação dos recursos naturais (SOCIAL, 2010).

Dentre os eventos mais recentes que deram visibilidade para as temáticas ambientais, sobretudo para a questão das mudanças climáticas a nível mundial, destaca-se a Cúpula do Clima de Paris em 2015, que deu origem ao Acordo de Paris, assinado por 195 países e prevê metas para redução do efeito estufa, além da realização da 24ª conferência do clima em 2020.

Neste mesmo ano, o Papa Francisco, grande defensor do meio ambiente e de novos paradigmas sociais relacionados a convivência harmônica entre homem e natureza, escreveu a encíclica “Laudato Si” que dá luz e propõe novas reflexões sobre o modelo de produção vigente, ressalta a importância do pensamento ecológico e da humanidade não se enganar com falsas soluções, enfatiza que elas precisam ser reais e propiciar mudanças concretas no relacionamento com o planeta, contribuindo para uma formação de uma nova consciência, baseado no pensamento solidário, que supere o antropocentrismo e estabeleça uma reconexão com o universo em sua plenitude (FRANCISCO, 2015) .

Ainda em 2015 houve a Agenda 2030 desenvolvida pela ONU, que estabeleceu 17 principais objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), que deve ser adotada globalmente e proporcionar uma mudança verdadeira no âmbito social, econômico, ambiental e político, sendo fundamental a participação de todos os países, sejam categorizados como desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Vale destacar que o presente trabalho possui relação sobretudo com os seguintes ODS: Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar; Objetivo 6 - Água potável e saneamento; Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; Objetivo 14 - Vida na Água. Todas as dimensões apresentadas têm como foco proteger o meio ambiente e pensar em novas formas de produção sustentáveis, sobretudo, da relação do ser humano com o planeta e da água como um direito universal.

Neste ano de 2022, ocorreu a COP 27, conferência do clima da Organização das Nações Unidas, evento global organizado pela ONU bianualmente, para discussão das mudanças climáticas, que foi realizado no Egito, localizado no continente africano, um dos territórios que mais sofre com os impactos ambientais, mesmo sendo um dos menores emissores de CO₂. Nesse sentido, um dos temas centrais do evento foi justiça climática, buscando resolver e criar soluções para o tema de vulnerabilidade ambiental e mitigar os impactos ambientais.

Atualmente discute-se o tema do racismo ambiental, que afeta as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Sarlet e Fensterseifer (2013, p.113) afirmam que “a injustiça ambiental e social afeta mais os cidadãos vulneráveis com acesso limitado aos direitos sociais e informação ambiental, diminuindo sua liberdade de escolha”.

Mesmo com as iniciativas, contribuições relevantes e de ordem transformacional, o que é proposto pela ONU, através do desenvolvimento sustentável, ainda intriga alguns estudiosos. Após o despertar para com a crise ambiental, começou-se a utilizar de forma recorrente o termo desenvolvimento sustentável, o que gera muitas contradições. Assim, entende-se que é um conceito ainda controverso e que divide pesquisadores, para um grupo é possível pensar em um desenvolvimento e crescimento que respeite os limites da natureza, enquanto para outros é

ilógico a utilização da terminologia desenvolvimento, uma vez que está atrelado diretamente ao progresso e crescimento econômico e de acordo com histórico dos avanços da civilização foi este desenvolvimento que não deu certo e nos trouxe até a realidade atual.

Seguindo esse raciocínio e refletindo sobre o papel das instituições ambientais, Krenak (2020), afirma que algumas instituições responsáveis pela proteção dos patrimônios culturais e naturais, não compreendem que não basta apenas criar alguns pontos de amostra grátis do que é a terra, mas sim criar uma reserva da biosfera. Segundo o autor, essas instituições mantêm estruturas de poder conservadoras e a sociedade segue legitimando e aceitando as decisões tomadas por grupos privilegiados, que limita a capacidade criativa de invenção de ver o mundo sob novas perspectivas e pontos de vista.

Desse modo, essas narrativas tradicionais e globalizantes vão sendo sobrepostas e silenciando outras narrativas, como os saberes indígenas de cuidado com a terra, quilombolas, caiçaras e aborígenes. Portanto a dita, sub-humanidade ainda não é ouvida de forma ativa, enquanto isso, o clube da humanidade e dos civilizados regem o tom das políticas preservacionistas que ainda não avançaram, significativamente.

Nesse sentido, surge o termo *greenwashing* que segundo Souza (2017) “[...] é a apropriação do discurso ambiental progressista pelo fenômeno da maquiagem verde, que visa contribuir para o modelo clássico de mercado capitalista livre e robusto” [...], esse método é utilizado sobretudo pelo setor industrial.

Ao apresentar sobre o desenvolvimento sustentável Molina (2004) listou nove princípios centrais:

1. Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
2. Melhorar a qualidade de vida humana;
3. Conservar a vitalidade e a diversidade da Terra;
4. Reduzir o mínimo de esgotamento dos recursos não renováveis;
5. Manter-se dentro da capacidade de sustentação da Terra;
6. Modificar as atitudes e as práticas pessoais;
7. Facultar às comunidades o cuidado do seu próprio meio ambiente;
8. Proporcionar um quadro nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação;
9. Forjar uma aliança mundial.

No que se refere a ações de preservação, um dos pioneiros nessas discussões, Gifford Pinchot, destaca que o manejo pode ser eficiente no controle dos impactos e na conservação

dos recursos e evoca três pilares centrais: o uso dos recursos pela geração presente, preservação de desperdício e o uso dos recursos naturais para benefício de todos os cidadãos. Tais concepções foram consideradas antecessoras ao que se conhece hoje como desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 1996).

De acordo com Ulbra (2008), o desenvolvimento sustentável permite a utilização dos recursos naturais, porém não deve comprometer as gerações futuras.

Em contraponto, Acosta (2011, p.90) explana:

O desenvolvimento sustentável, assim entendido, é insustentável, não se pode falar em manter os níveis de desenvolvimento, da industrialização, de poluição, e pretender, ao mesmo tempo, diminuir as consequências do impacto no ambiente, isso é algo ilógico.

O conceito de desenvolvimento sustentável para Boff (2011) também é contraditório, pois o sentido da palavra desenvolvimento advém da economia e não qualquer economia, como a economia solidária, mas baseia-se na economia alicerçada no modo imperialista e dominante. Já a terminologia sustentabilidade advém de outro campo teórico, o da ecologia e biologia, que visualiza o ecossistema de modo integrativo, onde há um equilíbrio dinâmico e a participação e inclusão de todos, assim são construções sociais que estão em dicotomia, ou seja, desenvolvimento versus sustentável.

Para Acosta (2011), sustentar esse desenvolvimento só se torna possível através da continuidade da exploração dos recursos e na manutenção das desigualdades sociais existentes, conseqüentemente com prejuízo ao planeta, pois não é possível que todos os seres consumam na mesma proporção, até porque o planeta não aguentaria. Sendo assim, para ele não faz sentido o uso do termo desenvolvimento sustentável, pois mantém a lógica injusta de exploração e consumo. Frisa que foi este desenvolvimento que levou a sociedade à situação atual, dessa forma, compreende que o conceito não considera estratégias que freiem efetivamente os impactos ambientais, mas continua a favorecer o desenvolvimento de poucos.

De acordo com Fase (2019), é uma armadilha ficar preso nesse campo conceitual pautado no desenvolvimento sustentável, uma vez que este crescimento é uma visão ideológica, reflexo da sociedade capitalista que visa a acumulação do capital, o que levará a sociedade ao colapso ambiental se seguir pensando neste mesmo modelo de produção já utilizado há anos.

Nesse sentido, o desenvolvimento na forma que está posto propicia exclusão, pode-se analisar pelo número enorme de pessoas que ficam fora dessa dinâmica na sociedade atual, a globalização, o crescimento acelerado, neoliberalismo em ascensão, pós-modernismo, gerou

essa a exclusão socioeconômica de diversos setores da sociedade, que além de carecerem de elementos básicos, ainda são ignorados no momento das decisões políticas (ACOSTA, 2011).

No que tange a terminologia desenvolvimento sustentável, Arruda (2019) se posiciona a favor, pois em sua concepção é um termo que diz respeito ao fazer prosperar o potencial que existe em cada local, comunidade e ser humano, que se opõe, portanto, ao crescimento sob a ótica quantitativa e coloca o desenvolvimento sustentável como uma possibilidade de evolução qualitativa a nível local.

Quando se fala de desenvolvimento, é muito comum atrelar a palavra progresso. No entanto, o termo pode ser utilizado em diversos contextos, não apenas no campo econômico. Para Lutzenberger (1977), será somente o progresso da qualidade de vida, espiritual e moral, antagônico ao progresso material e acumulador e que proporcione uma mudança comportamental que garantirá a estabilidade de um futuro.

Dessa maneira, compreende-se que independente de terminologia utilizada, é emergencial se pensar em desenvolvimento para além da geração de emprego e renda, priorizando a integração com setores, ambiental, social e cultural, a partir de um relacionamento ecológico.

Por conseguinte, é urgente uma nova ótica para os problemas ambientais e para com nossas responsabilidades. É preciso sentir-se parte habitante da Terra, pois essa almejada mudança e salvação do patrimônio natural só depende do ser humano, sem a Terra não somos plenamente humanos (BOFF, 2011). Como afirma Zajonc (2010), a mudança para um equilíbrio e visão ecológica terá que vir do interior, da consciência de cada indivíduo.

Neste contexto, Nilles, Knecht e Bourban (2019) destacam: “precisamos ser mais ousados na promoção de nossas soluções e alternativas, para mostrar que outro mundo é possível”. Complementam que para alcançar essa mudança sistêmicas é preciso de algumas características coletivas:

1. resistência;
2. Superação do modelo de desenvolvimento tecnocrático;
3. Mudar as relações de poder;
4. Mudança de baixo para cima;
5. Transformação interna.

Frente a essas reflexões, vale relembrar o real significado dos recursos naturais para os povos originários, através da carta do chefe indígena Seattle do povo de Duwamish nos EUA:

A ideia de vender a terra é estranha. A terra é sagrada para nós. A água cristalina que vive nas correntes e nos rios não é só água é o sangue de nossos ancestrais, e cada reflexo de água clara dos lagos nos fala de acontecimentos e lembranças na vida do meu povo. O rumorejar da água é a voz do pai, do meu pai. Os rios são nossos irmãos e apagam nossa sede. Os rios transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Os nossos jamais esquecem esta bela terra porque é Mãe do Pele-Vermelha. Somos parte da terra e ela é parte de nós (BARROS, 1988, p.)

Para as comunidades indígenas os elementos naturais, como rios e montanhas são sagradas e ancestrais. Krenak (2020), afirma que quando os despersonaliza, tira-se o seu sentido existencial e dá lugar para atividades extrativistas e degradantes. Assim, afirma que há dois extremos, as pessoas que dependem e vivem do rio e as pessoas que consomem a natureza como um recurso.

Essa visão apontada pelos autores acima, é um contraste com as formas incisivas que nos relacionamos atualmente com a terra. Em contraponto a essa perspectiva, na filosofia indígena “[...] a terra não nos pertence; pelo contrário, nós é que pertencemos à terra” [...] (HERNÁNDEZ, 2011, p. 173). É urgente que os seres humanos repensem sua relação com a Terra e com água e valorizem sua real importância, abundância e limites, pois além de ser fonte de vida, somos dependentes dela.

Moran (2003) frisa que os seres humanos criaram estes problemas e são capazes de também criarem soluções, redescobrimo que o mundo natural pode trazer mais satisfação e prazer do que as grandes construções e monumentos, que a natureza é uma ferramenta que pode contribuir também com a confiança, deleite e solidariedade humana, que menos pode ser mais, tendo muito a ensinar os homens. Finaliza sua reflexão dizendo que não há mais tempo para se perder.

Dessa forma, posto todos esses impactos ambientais e a crise ecológica em todo o mundo, estudiosos e ambientalistas, propõem a chamada virada ecológica, que se assenta na natureza como parte da sociedade, anteriormente excluída pela modernidade e vista como algo paralelo, mas que agora se reintegra a ela. Esse movimento, vislumbra mudanças de valores em todos os campos, o do agir, do pensar e do fazer humano, compreendendo esse ciclo bilateral, de ação e reação, onde os seres humanos afetam, e são afetados pelas leis da natureza, e não apenas isso, os indivíduos também são a natureza e são os ecossistemas que condicionam e possibilitam a ação e o habitar humana (ACOSTA, 2011).

Nesse contexto, esperançosos nesta mudança comportamental, Leonardo Boff e Miguel Escoto (2011), apresentam uma Declaração Universal do Bem Comum da Terra e da Humanidade, que surgiu através de encontros, reflexões e debates junto a diferentes atores da sociedade, que vislumbram ações contra os crimes ambientais para alcançar o equilíbrio da

terra e um despertar da consciência humana, para que a partir dos fundamentos éticos e estímulos para práticas reais, se encontre um modo sustentável de se viver. Seguem algumas declarações expostas neste documento:

Artº1 - I. O Bem Comum da Terra e da Humanidade exige que entendamos a Terra como viva e sujeito de dignidade. Ela não pode ser apropriada de forma individual por ninguém, nem ser transformada em mercadoria, nem sofrer agressão sistemática por parte de nenhum modo de produção. Pertence comunitariamente a todos os que a habitam, inclusive àqueles que ainda não nasceram, e ao conjunto dos ecossistemas (BOFF. ESCOTO, 2011, p.15).

Artº2 - I. O Bem Comum da Terra e da Humanidade resulta da utilização sustentável dos bens renováveis como a água, os solos, os produtos florestais e a vida marinha de forma que eles possam ser repostos e garantidos para as gerações atuais e futuras (BOFF. ESCOTO, 2011, p.16).

Artº3 - Adotar padrões de produção e consumo que garantam a vitalidade e integridade da Mãe Terra, a equidade social na Humanidade, o consumo responsável e solidário e o bem viver comunitário (BOFF. ESCOTO, 2011, p.16).

Artº3 - I. O Bem Comum da Mãe Terra e da Humanidade exige a utilização sustentável das energias disponíveis, privilegiando as matrizes renováveis e outras fontes alternativas, como a energia do sol, do vento, das marés e a agroenergia (BOFF. ESCOTO, 2011, p.16).

Artº3 - II. O Bem Comum da Mãe Terra e da Humanidade é potenciado quando se diminui ao máximo a poluição de qualquer parte do ambiente de forma a evitar os efeitos perversos do aquecimento global e não permitir o aumento de substâncias radioativas ou tóxicas e de outras substâncias químicas perigosas (BOFF. ESCOTO, 2011, p.16).

Artº5 - I. A água pertence ao Bem Comum da Terra e da Humanidade porque é um bem natural, comum, vital e insubstituível para todos os seres vivos, especialmente para os humanos, que têm direito ao acesso a ela, independentemente dos custos de sua captação, reserva, purificação e distribuição, que serão assumidos pelo poder público e pela sociedade (BOFF. ESCOTO, 2011, p.16-17).

Artº5 - III. As matas pertencem ao Bem Comum da Mãe Terra e da Humanidade, contêm a maior biodiversidade do planeta, a umidade necessária para o regime de chuvas e são os grandes sequestradores de dióxido de carbono (BOFF, ESCOTO, 2011, p.17).

Artº21. Pertencem ao Bem Comum da Humanidade os princípios éticos de respeito por todo ser, do cuidado da natureza e da responsabilidade universal pela preservação da biodiversidade e pela continuidade do projeto planetário humano e os princípios de cooperação e solidariedade de todos com todos partindo dos mais necessitados, para que todos sejam incluídos na mesma Casa Comum (BOFF, ESCOTO, 2011, p.21).

Segundo Viveret (2011, p.25), estamos em um momento histórico “[...] no qual o velho mundo demora a desaparecer e na qual a emergência de um novo mundo, que não é simplesmente um outro mundo possível, mas um mundo necessário, deve aparecer”. Em sua visão um dos principais desafios humanitários é o ecológico, os temas sobre alterações climáticas e riscos à biodiversidade são emergentes e exigem uma mudança comportamental, uma vez que já é claro que todas essas degradações estão ligadas diretamente às ações humanas advindas do processo de produção e consumo desenfreados.

Segundo Boff (2011), refletindo sobre os legados de Gandhi, afirma que o mundo oferece para as pessoas o suficiente para satisfazer suas necessidades, mas não o suficiente para a cobiça das pessoas. Nessa perspectiva, o autor esclarece que a crise começará a ser superada a partir do surgimento de novos valores na sociedade, a denominada *ethos*, que refletem novos comportamentos e começa a recolocar os indivíduos sob seu papel no mundo e suas missões enquanto sujeitos atuantes que podem contribuir para a mudança deste cenário atual.

A Carta da Terra elaborada em 1997-2000 é uma referência no que diz respeito a esta nova ética, que dá a luz e cristaliza novas formas de se relacionar com o meio e com os seres e consequentemente impulsiona o despertar desta consciência ecológica trazida anteriormente no presente trabalho, pois a Carta da Terra aborda a ética de forma integradora e holística e não de forma relativizada e isolada, o documento traz pilares interdependentes como: pobreza, degradação ambiental, democracia, ética, injustiça social, conflitos étnicos, paz e crise espiritual. Foi formulada e articulada por pensadores e sociedade civil de diversos países, a partir de consultas a nível mundial ao longo de muitos anos, sendo formada ao fim por 23 personalidades mundiais advindos e representantes de todos os continentes (BOFF, 2011).

Posto isso, vem se buscando cada vez mais novos mecanismos para mitigar, restaurar e prever os impactos das ações humanas, porém há um grande desafio, pois “[...] a tecnologia não é neutra, ela se inscreve em uma maneira de fazer uso e valorizar os bens da natureza” (CÁCERES AGUIRRE, 2011, p.47). Isso pode ser identificado quando se analisa os tipos de tecnologias utilizadas durante os últimos anos, responsáveis pela crise atual, como exemplo o extenso aproveitamento do hidrocarboneto implementado pelo homem. Dessa forma, Cáceres Aguirre (2011) reafirma que não é possível pensar em sustentabilidade sem considerar o ser humano e ter um olhar holístico no que diz respeito às complexidades que envolvem a vida.

Por essa forma de ver o mundo e enfrentamento às forças dominantes, muitas vezes, estudiosos da área são criticados e rotulados por lutar contra as tecnologias existentes e os avanços que estão postos na sociedade. No entanto, é imprescindível salientar que não é sobre as tecnologias que os ecólogos e demais pesquisadores e organizações contestam, mas em

oposição às mega tecnologias predatórias utilizadas, que comprometem as atuais e futuras gerações. Há dados científicos sobre a efetividade de outras ferramentas igualmente tecnológicas e renováveis que se pode aplicar em diferentes setores, porém elas precisam ser colocadas em prática e divulgadas em esfera pública, pois não existe apenas uma forma de se produzir, há uma gama de possibilidades alternativas e eficientes e que ainda são omissas e aplicada em baixa escala.

Vale destacar que ciência e tecnologia não são sinônimos, enquanto a tecnologia é um recurso, a ciência é disciplina, pensamento, dados científicos e ela pode contribuir efetivamente com a distinção entre tecnologias alienantes e contaminantes e oferecer caminhos reais para novos paradigmas. Nesse contexto, Lutzenberger (1977) relembra os tempos dos pensadores gregos e sua relação contemplativa como forma de exercitar o pensamento científico, como um deleite espiritual e filosófico, no qual através do olhar sensível para a natureza inspirou o exercício da ciência. Destaca que é importante recuperar essa “simplicidade” e harmonia com o meio e as conexões entre indivíduo, ciência e natureza, pois essa relação mútua corrobora com a formação e discernimento, contribuindo com a forma de visualizar as tecnologias e métodos, identificando o que se pode utilizar e o que não agrega e traz trará prejuízos irreversíveis.

Nos dias atuais já pode-se mapear algumas ações nesse sentido, com a utilização de tecnologias apropriadas e renováveis, sistema de agroecologia, legislações ambientais, ações populares, movimentos sociais em defesa do meio ambiente, debates de uma economia solidária e criativa, fomento ao turismo social e ecológico, sensibilidade para com a natureza e outras iniciativas, que se apresentam como alternativas ao modelo econômico vigente e compreendem em sua lógica os ciclos da natureza, porém em sua maioria ainda são desenvolvidos de forma independente e pontual (CÁCERES AGUIRRE, 2011).

No que se refere a modelos alternativos de proteção ao meio ambiente, fica evidente o potencial de comunidades através dos conhecimentos e saberes locais e ancestrais, especialmente comunidades tradicionais como camponesas, indígenas, ribeirinhas e quilombolas em preservar este bem comum. No entanto, essa preservação não acontece de forma isolada, necessita de articulação e respaldo político, fortalecido através de políticas públicas que visem a proteção efetiva da natureza, e uma aliança extraterritorial, que demanda a participação da sociedade civil (MALERBA, 2019).

Neste contexto, o primeiro passo para trilhar o caminho rumo à sustentabilidade, é desenvolver políticas públicas inovadoras aliadas ao reconhecimento da vida digna e a Terra como um sujeito de direitos. Dessa forma, compreende-se que quando se supera o estilo de

vida individualista e dá lugar ao estilo compartilhado, as mudanças significativas se tornam possíveis (ARRUDA, 2019)

Em algumas cidades brasileiras, em parceria com a USP, pesquisadores em conjunto com os governos municipais vêm desenvolvendo atividades para a população local, como: workshops, palestras e oficinas sobre a importância da revitalização dos ecossistemas e da cobertura vegetal para diminuir os impactos ambientais, mostrando como os impactos a nível global, são percebidos e interferem nas vidas cotidianas (QUEIROZ, 2021).

Os danos e impactos ambientais a nível global que tanto se fala, podem ser percebidos em âmbito local, através das poluições dos rios, da quantidade de lixo, o calor excessivo, o lobby que afeta a vida e emprego das pessoas, desse modo, é preciso um olhar cauteloso, porém, não é necessário muita atenção, pois os problemas ambientais já estão expostos, são nítidos e gritantes, fácil de serem percebidos. Assim, compreende-se que a solução para isso esteja dentro de cada indivíduo e relacionado às escolhas de cada um, em paralelo às ações rígidas governamentais, porém a força civil é fundamental para que se haja uma pressão para construção de uma outra sociedade (MORAN, 2008).

Porém, mesmo com avanços, os pesquisadores identificaram que a população está pouca preparada e disposta a mudar os hábitos, por isso ressalta a importância de estudos em outras áreas, não apenas no campo das exatas, onde há um respeitável monitoramento de dados, mas afirmam que pesquisas no campo das humanidades podem contribuir para projetar e trazer mudanças efetivas na sociedade (QUEIROZ, 2021).

Dentro desse bojo das humanidades, Eagles et al (2002) evidencia o turismo como um instrumento indispensável no processo de preservação do patrimônio natural e cultural, reitera que se bem estruturado pode incentivar até mesmo o governo a criar políticas públicas preservacionistas.

Quando se discute problemas ambientais, turismo sustentável e comportamentos, é preciso reconhecer que ainda há um grupo significativo de viajantes que não possuem consciência ecológica e causam impactos negativos nos territórios que interagem. Nesse sentido, Scilar (2010, p.32) afirma:

[...] existe um tipo de turista capaz de causar graves danos naturais. São aquelas pessoas que acampando espalham lixo pelo campo, poluem os cursos d'água, que destroem espécimes vegetais e animais, e que podem causar incêndios acidentais ou mesmo criminosos, capazes de destruir enormes extensões de mata nativa. Da mesma maneira existem pessoas que não respeitam os costumes das comunidades que visitam. Portanto, faz-se necessário um processo educativo capaz de mudar o próprio conceito de turismo, transformando-o em uma atividade capaz de conectar-se com a natureza e com outros seres humanos.

De acordo com Teles (2011) o turismo ecológico bem aplicado tem o potencial para reduzir esse tipo de atitude e contribuir com a conservação de diferentes biomas e com a formação de uma consciência ecológica dos indivíduos, a partir de atividades lúdicas e educativas que estimulem esse olhar e reflexão para o ambiente, refutando a ideia de natureza como mercadoria.

Vale ressaltar que essa mudança de comportamento e estilo de vida não é tarefa fácil, nas palavras de Campos (2002, p.87), pois “[...] mudanças e transformações não são simples, mas são possíveis ao sujeito que é crítico. Ele diante de situações problema, insiste e, por acreditar nessa possibilidade, a crença se faz um cidadão otimista, apesar das dificuldades”.

Portanto, no que tange aos modos de produção, Lutzenberger (1977) assegura que esses métodos convencionais não são o caminho para o futuro, pois além de comprovadamente não ser tão produtivo quanto se diz, degrada o ambiente. Esse percurso rumo ao futuro está justamente nos modos mais equilibrados e nos próprios controles naturais e culturais existentes, que possibilitam produção limpa e mais produtiva.

O presente trabalho pontuou em diversos momentos sobre a necessidade de estabelecer limites em relação aos usos dos recursos naturais. Diante disso, torna-se fundamental, pensar em ações mais concretas, pois como aponta Arruda (2019), esse reconhecimento gera outras exigências, como a definição do perfil de consumo consciente em oposição aos excessos, estabelecendo limites reais e drásticos no que se refere ao uso dos bens naturais e fontes não renováveis. Juntamente a isso, é necessário medidas protetivas e eficientes, com leis de proteção ambiental que regulam o uso e monitoramento das áreas preservadas, em especial os bens comuns, planejamento participativo e atividades em diversas áreas, como é o caso do turismo que desperte e sensibilize os sujeito para o cenário atual e para as mudanças necessárias.

No Reino Unido, houve uma mudança na legislação no que diz respeito às cobrança dos impactos ambientais ocasionados pela indústria, exigindo relatórios e informações públicas sobre as emissões tóxicas, somente essa nova determinação fez com que houvesse redução de 40% de substâncias cancerígenas em três anos (MORAN, 2008). Essa situação demonstra como a sociedade tem poder de exigir e opinar, pois a opinião sobre determinado produto ou empresa se torna cada vez mais relevante nos tempos atuais, sobretudo com advento das redes sociais e exposição em massa, assim quando os dados se tornam públicos os setores e iniciativa privada se moldam em certa medida para proteger a imagem, desse modo, compreende-se que as informações disponíveis aos cidadãos são uma forma de mecanismo e vigilância bem-

sucedidos. Portanto, compreende-se que é necessário criar uma filosofia e modo de vida ecocêntrica pautada na sustentabilidade mundial (MORAN, 2008).

Desse modo, os homens precisam adotar uma postura mais generosa, se colocando como protagonistas para um amanhã melhor, um novo olhar para a arte de viver, onde o cidadão comum se indigne e haja, pois seus gestos e atitudes, são grandiosos, ainda que sejam a nível local. Essa mudança virá através desse impulso e tomada de consciência (OLIVEIRA, 2010), de forma que talvez [...]” seja na natureza, no seu ecossistema que o homem volte a se encontrar, e perceber o quanto pode ser vivo e determinado como ela” (OLIVEIRA, 2010, p.29).

Nesse sentido, após realizar um apanhado teórico sobre os marcos históricos relacionados ao meio ambiente, reflexões sobre os problemas ambientais, compreender a forma que nos relacionamos com a natureza e a necessidade do despertar ambiental dos sujeitos para a preservação dos recursos naturais e bem-estar das futuras gerações, a próxima seção será abordada a importância da água para o planeta e seus múltiplos usos, uma vez que os recursos hídricos são um dos centros da pesquisa, sendo necessário compreendê-lo e respeitá-lo, para um turismo eficiente.

3.1.1 Á água

Sabe-se que a água é fundamental para a existência humana, mas não só, para a existência da vida em suas múltiplas formas. “A água tem vida. Ela é um ser vivo e como tal é capaz de dar vida. Ninguém pode viver sem água” (HERNÁNDEZ, 2011, p. 176).

Como aponta Otsu (2006, p.51) baseado na filosofia taoísta no que diz respeito a simbologia da água com o universo:

A água é o melhor exemplo do que significa servir. Ela irriga a terra, alimenta as plantas e os animais, serve de habitat para peixes e outras criaturas, embeleza os céus com as nuvens, servem como base líquida do sangue e das secreções. Tudo isso em silêncio, com humildade [...]. Em todos os lugares que está presente, a água se coloca como um instrumento de vida, como um símbolo de modéstia.

No que se refere a beleza e importância da água, o autor faz uma analogia para representar a presença da água em nossas vidas:

Em maior ou em menor quantidade, a água está presente em todos os cantos da Terra. O gelo do Polo Norte é água, as nuvens do céu do Deserto do Atacama são água. Todos os seres vivos têm água em sua composição bioquímica. Existe água no sangue do ser humano e no sangue do beija-flor, na pétala da rosa e no pé de jatobá. Existe água no xixi do bebê e na lágrima de uma velhinha. No suor do leão que caça uma gazela e no néctar da flor. Toda essa água circula na Terra sem cessar, desde a sua

formação, há bilhões de anos. Tudo é ciclo. E sempre a mesma água (OTSU, 2006, p.55).

A partir dessa reflexão metafórica, vale trazer de forma quantitativa o volume que a água representa no planeta. Ela compõe dois terços da terra, sendo 96,5% águas salgadas, 1,74% calotas glaciares, geleiras e apenas 3% são águas doces, sendo que menos de 1% desta água está disponível para uso humano e a água doce é essencial para o desenvolvimento da vida vegetal, animal e humana (PERERA, 2011).

Desse modo, compreende-se que a água foi fundamental e esteve em todo processo histórico das civilizações, sendo muito representativa no que diz respeito à fertilidade e desenvolvimento humano, muitos povos se instalaram às margens de rios, pois eram essenciais para a agricultura e demais usos. Sendo assim, a água sempre esteve presente na história mundial, como é o caso das populações que viviam às margens do rio Nilo, Tigre, Eufrates e rio Amarelo (EMOTO, 2006). No Brasil podemos citar diversos exemplos, como o Rio São Francisco, Rio Paraná, Paranapanema, Capivari, que fazem parte da vida de muitas comunidades.

A misticidade entorno da água, é algo antigo, havia muitas lendas que falavam sobre a fúria das águas e do inexplorado, os mares e rios eram colocados como encantados e sagrados, que precisavam de reverência e respeito, pois ali habitavam seres desconhecidos e quando esses seres ficavam enfurecidos causavam grandes ondas, mortes de navegadores e aparição de monstros (SÃO PAULO, 1999). Portanto, compreende-se que a água sempre esteve relacionada ao cosmo e que os seres humanos sempre tiveram uma ligação com a água.

A procura por fontes d'águas é uma motivação antiga, mas os deslocamentos se modificaram ao longo do tempo, inicialmente por buscas de alimentos e agriculturas, hoje para fins de lazer e turismo, especialmente com o surgimento das estâncias termais na Europa no século XVIII e XIX para fins terapêuticos e mais tarde para entretenimento. Dessa maneira, a recreação que tem como base a água se intensifica em 1960, com o chamado turismo de sol e praia (GRANADO, 2019).

No final do século XVIII as viagens para destinos litorâneos ganharam visibilidade, pois havia muitas prescrições médicas, relacionando o banho de mar e ar marítimo como facilitadores no processo curativo. O Brasil se espelhou no desenvolvimento europeu, assim, segundo relatos o surgimento da primeira estância é datada do século XIX, havendo disseminação desse modelo hidromineral por todo país.

Atualmente a demanda é crescente, incluindo outros meios aquáticos, como rios, lagos e represas, que se constituem como importantes atrativos de lazer não apenas para turistas, mas também para a própria população local. Portanto, compreende-se que os recursos naturais podem ser considerados uma forma de suprir as carências locais no que tange a infraestrutura e atividades de lazer voltadas para a comunidade, porém estes recursos estão cada vez mais sofrendo com os impactos da poluição e resíduo sólidos, afetando não apenas o lazer de populações, mas também outras dimensões sociais, culturais e ambientais relacionados à água (GRANADO, 2019).

Mesmo sendo uma das principais riquezas do mundo, a água vem sofrendo impacto pela poluição e exploração, os reservatórios encontram-se escassos, oceanos e rios secos ou contaminados. O tema da água está entre as pautas ambientais urgentes, pois é notável a preocupação. Hernández (2011, 178) questiona: “[...] é lamentável dar-nos conta de que não sabemos mais cuidar da água. É possível que a água se vá. Como poderemos viver depois?”.

Poletto e Malvezzi (2019), evidenciam a questão da escassez da água como uma das principais problemáticas advindas da crise ambiental. Mesmo com todos os sinais de socorro que o planeta vem pedindo, ainda em pleno século XXI o desmantelamento da natureza segue, os mananciais continuam sendo destruídos, ainda que sejam fundamentais para a sobrevivência humana. O Brasil, um dos países considerados como uma das maiores capacidades de água doce do mundo, ainda não reconheceu seu real potencial e enfrenta problemas básicos, como saneamento e avanço de áreas desertificadas.

No entanto, mesmo com os alertas e necessidades humanas, a água nas últimas décadas, vem ganhando espaço no universo do mercado econômico, pois como destacado anteriormente, é um recurso que além de ser matéria prima para diversos produtos, encontra-se em escassez, atraindo atenção de muitos setores, o que se pode chamar de oligarquia internacional da água, que reúne multinacionais interessadas no denominado hidronegócio (POLETTTO e MALVEZZI, 2019). Nesse sentido, compreende-se que não é de agora que a água se tornou um produto de interesse econômico, um elemento advindo da natureza, um bem comum essencial a toda sociedade e que se tornou um bem mercantilizado.

Porém, deve-se lembrar que a água além dos seus variados usos e significados, possui competências numerosas, desde necessidades biológicas a função social, ambiental, cultural, de lazer e paisagístico, portanto, para os autores a água não deve ser privatizada, mas sim considerada um patrimônio coletivo e um direito de toda humanidade (POLETTTO e MALVEZZI, 2019).

Quando se fala de preservação ambiental, é discutida a questão dos bens comuns à humanidade. Segundo Malerba (2019), um bem comum, ou seja, um bem de todos, está relacionado a não apropriação por uma empresa ou indivíduo de locais, sejam eles ambientais ou artificiais que são essenciais à sobrevivência ou representativos para a sociedade, são espaços de usos compartilhados, que devem ser gerenciados de forma que garanta de sua preservação e acesso democrático. A fim de exemplificar, a autora destaca como bens comuns, a água, a biodiversidade, ruas, bibliotecas e parques.

Segundo Boff (2019, p.127), “[...] o bem comum não é apenas humano, mas de toda a comunidade de vida, planetária e cósmica. Tudo o que existe e vive, merece existir e conviver. O bem comum particular emerge a partir da sintonia com a dinâmica do bem comum universal”.

Todo este cenário demonstra que as iniciativas focadas na recuperação e redução de danos à água, as matas ciliares, florestas e todo o ecossistema, já não são atividades isoladas, mas sim uma necessidade urgente e comum a todos os indivíduos, para vislumbrar novas formas de viver e conviver (POLETTI e MALVEZZI, 2019).

Um marco no que tange às águas brasileiras é o Decreto Federal 24.643/1934 que estabeleceu o código das águas, visando proteger os recursos hídricos e ordenar regras de uso em estados e municípios. No entanto, como neste período histórico havia um governo com características mais centralizadoras, não havia muita participação da sociedade nas decisões, ficando mais dependentes do governo federal e estadual, que decidiram o futuro dos rios, causando represamento de diversos rios em nome do progresso e a instalação de grandes projetos hidrelétricos (SÃO PAULO, 2014).

Outro exemplo de ações legislativas concretas que devem ser colocadas em destaque, é a Lei nº9.605/98 que dispõe sobre crimes ambientais e a Lei nº 9.433/97 que direciona o manejo dos recursos hídricos para Agência Nacional das Águas (ANA) (YOUNG, 2005).

Nesse sentido, o caderno de educação ambiental, desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2014), aponta algumas ações básicas e práticas para preservação dos bens naturais, como:

- usar água na medida correta
- não jogar lixo nos mares e rios
- não jogar óleo nos rios ou no encanamento
- exigir e acompanhar mais dos planos diretores das cidades
- manter a cobertura vegetal e mata ciliar

- arborizar as cidades
- pesquisar e implementar práticas agrícolas mais eficazes
- pesquisar maneiras de reutilização da água
- investir em captação de águas pluviais
- fortalecer as políticas e instituições responsáveis pelos recursos hídricos
- fortalecer os comitês de bacias hidrográficas
- desenvolver programas de educação ambiental junto às comunidades ribeirinhas
- ampliar as áreas protegidas
- sensibilizar o grande público, governo e setor privado
- reduzir o aquecimento global.

Após compreender a relação da humanidade com a água e seus usos possíveis, será abordado na próxima seção a importância e maneiras de desenvolver a educação ambiental articulada com o lazer e turismo, para que as atividades turísticas desenvolvidas em ambientes naturais contribuam com a sensibilização e aprendizados dos participantes.

3.2 Educação ambiental atrelada ao turismo: Uma transformação possível

Diante do exposto anteriormente, é notório que relação entre economia e natureza não ocorre de forma equilibrada e sustentável, pois o fator econômico perpassa os limites ambientais, visualizando a natureza como fonte gratuita de matéria-prima e ignora que o ser humano é parte indissociável desta natureza (LUTZENBERGER, 1977).

Em paralelo ao desafio da crise ambiental, está o antropocentrismo, que colocou e ainda coloca o homem no centro de tudo e, dessa forma, suas necessidades e desejos são vistos a partir dessa perspectiva. Essa maneira de ver o mundo desencadeou em diversas questões relacionadas aos impactos ambientais, pois essa visão coloca a terra apenas como um lugar de habitação, não havendo unicidade entre homem e natureza, pelo contrário, houve e há um distanciamento (POLETTTO e MALVEZZI, 2019).

Esse rompimento entre homem e natureza ocorreu através do sentimento de dominação, força e poder (ULBRA, 2008). Segundo Lutzenberger (1977, p.11) “[...] nenhuma espécie tem sentido por si só, isoladamente [...]”. De acordo com o autor, todas as espécies fazem parte de uma grande unicidade funcional que interagem, se relacionam e se complementam. Nesse sentido, para ele a cientificidade e o estudo da ecologia são essenciais, pois representa “a ciência da sinfonia da vida, é a ciência da sobrevivência” (LUTZENBERGER, 1977, p.12).

Como afirma Boff (2019, p.124) “[...] todos os seres estão interligados, pois uma precisa do outro para existir e coevoluir”.

Em outras palavras, nossa relação com a terra precisa ter a qualidade da afinação e complementaridade dos instrumentos musicais de uma orquestra: ser harmônica. Sem isso, a Terra e todos os seres vivos, isto é, a comunidade global de seres vivos de que é fonte originária, Mãe, caminharemos na direção da morte por sede. Ou cuidamos da água da Terra, ou não teremos como garantir os direitos para todos os seres vivos, na verdade, secaremos (POLETTTO e MALVEZZI, 2019, p.44-45).

De acordo com Lutzenberger (1977), grande parcela da população nasce e cresce isolado do ambiente natural, passa parte ou toda sua vida em ambientes artificiais existentes nas médias e grandes cidades, gerando sentimentos e percepções limitadas para com a natureza. Enquanto outra parcela da população, a que vive em áreas rurais ou em pequenas cidades, muitas vezes têm seu entorno formado por uma paisagem devastada e agressiva. Nesse sentido, o autor questiona, como é possível as crianças, jovens e adultos estabelecerem uma relação mútua com a natureza se estão em meio a este cenário? Um ambiente desnaturado, que segue crescendo e se proliferando em detrimento da destruição dos recursos naturais.

Como pode um indivíduo em formação ser tocado por percepções profundas com a natureza nesse rumo que seguimos? Afirma que os homens modernos, tornaram-se incapaz de sentir verdadeiramente o belo, de se conectar, pois lhe falta ânsia de instituir harmonia com o meio e, assim não se incomoda verdadeiramente com o lixo, paisagens devastadas, gerando de forma geral a inação, pacifismo e alimentação para os problemas ambientais (LUTZENBERGER, 1977).

Explana ainda que essa mudança partirá de uma revolução filosófica e a educação tem papel central para esse despertar, que é um despertar para a ética, para a sabedoria, da reverência pela vida, um sistema de valores totalmente oposto ao que vivemos atualmente, compreendendo o mundo como uma unidade funcional e única, a partir do viés da inclusão, respeito e soluções equilibradas, a partir de uma cultura ecológica, um patriotismo esférico e uma política Nacional concreta de proteção à natureza. (LUTZENBERGER, 1977) Conforme indica a Carta da Terra, esse pensamento e modo de vida está pautado na celebração da vida (BOFF, 2011).

Tozoni Reis (2004) afirma que essa é uma das maiores crises da história e para revertê-la exige-se substancialmente um papel da educação, através de novas abordagens, colocando a educação ambiental como um dos eixos centrais da educação.

Nesse sentido, Cáceres Aguirre (2011), discute sobre o conceito do olhar sacramental para com a natureza e ele diz que diante da gravidade da crise ambiental, em breve todo ser

humano terá que adotar medidas sustentáveis, se quiser visualizar a manutenção e permanência dos recursos do planeta e, conseqüentemente, da vida humana na terra. Dessa forma, diz que é essencial estimular esse olhar sacramental para a biodiversidade, do amor divino, quando se deslumbra e se vê para além da forma, da beleza da natureza, mas compreende-se seu real sentido existencial, o sentido de pertencimento, como algo sagrado.

Ainda de acordo com Cáceres Aguirre (2008, p.99):

Os grandes desafios ecológicos se condensam na busca de um modelo de desenvolvimento, de um estilo de vida, de uma ética planetária que contemplem um novo papel do ser humano em suas relações com o entorno e uma mudança paradigmática em sua percepção do mundo de vida.

Sobre essa ética, Leonardo Boff (2011) aponta para a ideia e prática da ética da austeridade compartilhada, pautado no consumo solidário e da responsabilidade coletiva para garantia de um futuro próspero e preservação da humanidade e do planeta. Essa mudança comportamental se dará através da educação coletiva, da autoeducação e da reconciliação dos seres consigo mesmos, um reencontro com a essência.

Nessa linha de pensamento Pereira et al (2007), frisa a necessidade de reformular a matriz curricular de ensino da educação brasileira, pois a educação ambiental deve atravessar as disciplinas e estar presente no planejamento escolar e nos projetos políticos pedagógicos. Defende que o tema da sustentabilidade precisa ser significativo nas escolas, para contribuir com a [re]educação dos alunos e com a saúde do planeta, pois desse modo, é possível reeducar o olhar das pessoas e a forma que agem no mundo, evitando agressões ao meio ambiente, desperdícios e consumo desenfreado, revertendo e substituindo a cultura descartável pela cultura ecológica. Será somente com essa tomada de consciência trazida pela ecoformação que as pautas ambientais avançarão.

Nesse sentido, a ecopedagogia tem como objetivo educar os indivíduos através de seu próprio olhar e do sentir, através do modo de enxergar e interagir com o meio ambiente, construindo gradativamente uma consciência ecológica nos sujeitos e direcionando-o como um parceiro e agente integrado da natureza. Esse modo de educar contribui para a cidadania ambiental e responsabilidades éticas que visem a proteção da Terra (ULBRA, 2008).

De acordo com Reigota (2006), a educação ambiental deve incentivar as pessoas a participarem das soluções dos problemas ambientais e culturais da realidade o qual está inserido, transformando assim o agir em esfera local e regional a partir do olhar para a comunidade.

Segundo Ulbra (2008) os objetivos da educação ambiental são: Conhecimento; conscientização; habilidades; capacidade de avaliação e participação, formando assim pessoas com atitude ecológica e sensibilidade e ética ambiental para com o meio em que vivem.

Assim, compreende-se que essa forma de educar é um processo de aprendizagem permanente e que deve ir se adaptando conforme as necessidades, as linguagens, com os novos acontecimentos e de acordo com o período em que se vive.

Segundo Ulbra (2008, p.140-141):

O aprendizado possibilita o despertar de processos internos do desenvolvimento que, caso não houvesse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam. Podemos afirmar então, que o homem aprende com o meio em que vive, e por meio desta relação, desenvolve-se, interage e assimila o seu entorno, o seu referencial sócio-histórico refletido pelo meio onde vive[...]. Assim é possível entender o aprendizado a partir da cultura e do meio, ou seja, aprendemos com o convívio social com outras pessoas.

De acordo com Carvalho (2004) a prática educativa tem como diretriz formar cidadãos como seres sociais e historicamente situados, pautados na sua relação com o mundo exterior e pelo qual é responsável.

Para Pereira et al (2007):

Uma educação para a cidadania planetária tem por finalidade a construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza. A cultura da sustentabilidade deve nos levar e saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas vidas, em contato com a vida dos outros. Só assim seremos cúmplices nos processos de promoção da vida e caminharemos com sentido.

Com as constantes e cada vez mais presentes mudanças nos ambientes e novos modelos de consumo, as pessoas se tornaram-se apáticas e de certa forma incapazes de visualizar de que maneira podem contribuir com as mudanças de paradigmas e novas formas melhores de se relacionar com o mundo. (MORAN, 2008)

Assim, complementando com as palavras de Cáceres Aguirre (2011) é necessário que o ser humano se: [re]encante, se indigne, se informe, adquira uma visão ecossistêmica, implemente ações individuais e impulsione ações coletivas. (CÁCERES AGUIRRE, 2011)

Já que a ética é fundamental para a transformação e para a evolução de mudanças externas e internas, vale conceituá-la:

Segundo Boff (2011, p.9): “[...] ética é um conjunto de valores e princípios, de inspirações e indicações que valem para todos, pois estão ancoradas na nossa própria humanidade”. Ethos em grego significa morada, não no contexto material, mas morada no

sentido metafórico, de onde habitamos, vivemos, assim, compreende-se que a *ethos* é coletiva e não individualizada, ela rege e integra a sociedade. Dessa forma, a ética se diferencia da moral, pois respectivamente uma se configura de modo coletivo e outra varia de cada indivíduo ou grupo social, podendo existir várias.

Nesse sentido, é necessário uma mudança no estilo de vida para então alcançar uma mudança de relação com o meio, a partir do momento em que se reduz necessidades, especialmente materiais, tem-se mais tempo para atividades “humanas”, como o contemplar de uma paisagem, contato com a natureza, sentir uma música e a arte em geral, aproveitar sua própria companhia, estabelecer contatos sociais profundos e dessa maneira vai se ampliando o horizonte e as relações sociais, ambientais e culturais (LUTZENBERGER, 1977).

Na sociedade contemporânea muito se discute sobre a felicidade, o tema já vinha ganhando destaque e se intensificou com a pandemia de covid-19 que provocou isolamento social e trouxe diversas problemáticas aos indivíduos no campo da saúde mental. Neste contexto, Murad (2019), sugere que o estado de felicidade ou a possibilidade de viver bem está muito relacionado a capacidade de se surpreender com coisas denominadas “pequenas”, aproveitar as coisas simples do dia-dia, ainda que o sentimento de felicidade seja relativo. Nesse contexto, a natureza pode contribuir com a melhoria da saúde mental e física das pessoas, pois possibilita relaxamento e alívio do estresse, ao mesmo tempo que pode ser surpreendente, é um instrumento poderoso de felicidade, que permite reconexão, paz interior e tranquilidade.

No entanto, o autor afirma que as pessoas se acostumaram com o “belo”, já não há um deslumbramento espontâneo, sendo necessário uma mudança de percepção, da felicidade como ter para a felicidade como ser e atuar, se impressionar com o simples e ao mesmo tempo grandioso fato de estar vivo, de sentir o vento, os dias ensolarados, apreciar a chuva, os ritmos da natureza e como nos vemos e percebemos neste ciclo (MURAD,2019).

Arruda (2019), afirma que as pessoas precisam ser reeducadas para que essa transição, que se pode chamar de transição cultural (pois é uma mudança comportamental) seja de fato realizada e dê espaço para uma cultura que ele caracteriza como da “abundância compartilhada”. O autor traz as ecovilas como exemplo de sociedade que já se encontra em transformação. Destaca ainda, que esta reeducação deve ser fundamentada na educação libertadora, pois o processo educacional possibilita a formação de um pensamento crítico capaz de instrumentalizar o conhecimento e a consciência nos indivíduos para o que de fato gera pobreza, injustiça, danos ambientais e semear a importância da reaproximação com a natureza. Essa educação vai além da sala de aula, está no âmbito formal e não formal. Conforme aponta

Salón (2019, p. 201): “[...] uma verdadeira mudança global depende de mudanças no nível pessoal, familiar e comunitário”.

No que se refere ao campo da educação, Lutzenberger (2012) afirma que o método de ensino em suas três esferas não prepara os sujeitos para compreensão sobre seu papel na natureza e sobre o pertencimento do homem como parte da natureza, como algo uniceno, pelo contrário, essa ausência de ensino gera alienação e isolamento dos indivíduos sob seu lugar no mundo e isso é fortalecido com os meios de comunicação em massa, que pouco contribuem com a temática.

Deste ponto de vista, Lutzenberger (2012), questiona: por que não trabalhar em conjunto com a natureza, ao invés de combatê-la? Além de preservá-la, geraria diversas oportunidades, de inovação, emprego e renda. Ele afirma que a salvaguarda do patrimônio natural só será possível se as pessoas estabelecerem um laço emocional com o meio ambiente e renovarem a apreciação e o olhar singelo pela natureza.

Pautado nas discussões ambientais expostas nas seções anteriores, o próximo subitem, será trazido conceitos acerca do turismo ecológico, bem como seus avanços e possibilidades, compreendendo se de fato é um caminho possível para contribuir com a formação do pensamento ecológico dos indivíduos e entendendo se é viável ser desenvolvido no Município de Campina do Monte Alegre.

3.3 Turismo ecológico: reflexões, avanços e possibilidades

Como já visto, esse cenário de ocupação predatória em diversos territórios causou alterações ambientais, culturais, sociais e econômicas. Diante desse entendimento, para Teles (2011), ao contrário do planejamento turístico focar em grandes investidores ou em um grande fluxo de demanda, é mais eficiente que os programas sejam pensados para atrair pequenos e médios investidores e turistas intermediários, pois a partir do momento em que a atividade turística está alinhada às premissas locais e regionais os retornos sociais e econômicos são maiores e mais equilibrados.

Para Embratur (1994) planejamento turístico pode ser compreendido como

[...] o processo pelo qual se analisa a atividade turística de um país ou região, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação, mediante estabelecimento de objetivos, metas e instrumentos, com os quais se pretende impulsioná-la, coordená-la e integrá-la ao conjunto macroeconômico em que se encontra inserida.

Neste contexto, o caminho do planejamento turístico deve sempre partir com destino a sustentabilidade, pois este conceito e forma de desenvolver os destinos deve estar na base e percorrer todas as fases e setores do turismo. Para essa construção o planejamento participativo é fundamental, de forma a atribuir decisões as comunidades locais sob os rumos do setor, pois são os moradores um dos principais afetados pela atividade turística e, conseqüentemente, podem ser um dos “vigilantes” e responsáveis pela salvaguarda de seu patrimônio, juntamente com o restante da cadeia turística, como setor público, viajantes e operadores receptivos e emissivos (SOCIAL, 2010).

Conforme destaca, Diegues (1996), “[...] se uma comunidade pode depender da natureza sem devassá-la\ ela vai protegê-la”. Vale destacar que a partir do momento em que se tem uma demanda exigente e consciente, as ofertas dos serviços precisam se adaptar e respeitar e agir de maneira responsável quando se trata de preservação do meio ambiente, assim, o visitante tem grande poder de indução e movimentação na cadeia turística (FLOSI 2010).

Com a alta demanda e aumento significativo de pessoas à procura de turismo em áreas naturais, este segmento acabou em certa medida sendo simplificado no que diz respeito aos seus conceitos básicos. A lógica comercial de mercado se impôs sob a premissa de conhecimento da oferta e com a suposta intenção de organizar a atividade, gerando na prática uma homogeneização dos destinos turísticos e uma certa superficialidade no que diz respeito aos princípios sustentáveis. A presença de recursos naturais supervalorizou os espaços, pois essa biodiversidade se difundiu como a grande promotora das localidades e se tornou uma forma de apelo e de agregar valor de mercado, com isso muitos lugares foram vendidos pela perspectiva do ecoturismo e se camuflando inadequadamente como turismo sustentável (TELES, 2011). De acordo com Rodrigues (2002), o rótulo “eco” se assumiu definitivamente como um bem de consumo.

De acordo com Western (1999) a relação de apropriação da natureza como mercadoria é evidente e ressalta que essa vinculação não colabora para o desenvolvimento da preservação dos recursos naturais, ao contrário, ele intensifica o processo de exploração e degradação.

Segundo o Ministério do Turismo (2006)

O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Para Oliveira (2007), o ecoturismo

[...] pode ser uma alternativa sustentável de exploração e conservação dos recursos naturais dos destinos, oferece experiências únicas e autênticas ao turista, proporciona uma vivência real com novas culturas e ambientes, além de oferecer ao mercado oportunidades de pequenas iniciativas locais

Vale ressaltar que o que é denominado como turismo de natureza ou turismo e meio ambiente, envolve diferentes segmentos, como: turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo, turismo de sol e praia, turismo de pesca e outras modalidades. Para Serrano (2004) o perfil do visitante e motivações de quem pratica atividade de ecoturismo está muito atrelado a oportunidade de fuga e da expectativa do contato com a natureza intocável.

Quando se pergunta aos sujeitos como consideram uma natureza ideal, muitos destacam sobre o conceito de natureza intocada pelos seres humanos, em sua plena originalidade, enquanto outros colocam as belas paisagens, pulverizando ambientes naturais e aqueles com interferências humanas, não há um consenso (MORAN, 2008).

As viagens para destinos naturais, muitas vezes geram expectativas dos viajantes, que idealizam um ambiente selvagem, preservado e não habitado, baseado no mito da natureza intocada (DIEGUES, 1996). Esse pensamento foi sendo projetado na sociedade moderna, onde os indivíduos estão cada vez mais distantes destes ambientes e aglomerados em centros urbanos, projetando sonhos, que são muitas vezes estimulados pelo mercado, havendo portanto, a necessidade de preparar estes sujeitos durante todo o processo da viagem, desde a ida ao destino até o retorno a sua residência, pensando em sua satisfação e motivações, bem como para a formação de uma postura ecológica, que este visitante seja de fato tocado e sensibilizado (SOCIAL, 2010).

Neste sentido, o turismo é o contato daquilo que não faz parte da experiência cotidiana, quando se fala em viagens, pois fala-se também sobre anseios, desejos, sonhos e momentos inesquecíveis compartilhados. Sendo assim, o turismo pode se colocar de modo diferente e se renovar, proporcionando a essas pessoas vivências que sejam marcantes e surpreendentes, abarcando essa conexão ambiental profunda.

Neste contexto, no que se refere ao perfil do público que realiza turismo de natureza, Rodrigues (2002) afirma que é um consumidor que vem se tornando cada vez mais sensível às questões ambientais e ao contrário do pensamento do século XX, demonstram uma preocupação com a finitude dos recursos, desse modo o turismo em ambientes naturais passa a se diferenciar do turismo convencional.

Assim compreende-se que o estímulo às viagens é fundamental, pois através do conhecimento do território de seu próprio país que os indivíduos se sensibilizarão para a importância de preservar e mudar o cenário atual. (FLOSI 2010). Por isso, o turismo social tem papel central, pois democratiza o acesso às viagens, oferecendo a possibilidade de lazer e vivenciar novos ambientes, contribuindo para ampliação desta percepção preservacionista. Porém, vale destacar que os pacotes e turismo de massa ainda se sobressaem, pois o turismo ecológico, ainda integra um espaço mercantilizado, pois o conceito “eco” gerou uma rotulação e supervalorização de destinos sustentáveis a partir de empresas que se denominam conscientes ambientalmente e elevam os preços, dificultando os acessos.

Um exemplo de turismo social pautado no turismo responsável e consciente é o programa turismo social do SESC, que oferece a preços acessíveis as viagens e traz o caráter preservacionista para atividade independente do segmento da viagem. Destacam-se também iniciativas de turismo de base comunitária, porém ainda há um nicho específico, sendo necessário difundir esse tipo de viagem.

Um outro exemplo também idealizado pelo SESC que permeia nesse sentido são os roteiros guiados focados na população local. Na cidade de São Paulo por exemplo, oferecem de tempos em tempos na programação roteiros para a região de Parelheiros, localizado no extremo sul da cidade, caracterizado por representar $\frac{1}{3}$ da área de floresta do município, formado pela APA Bororé Colônia e APA Capivari Monos, além da região ser conhecida pela agricultura familiar e cultivo orgânico, fortalecendo assim, através do lazer esse modo de produção e internalizando nos sujeitos essas possibilidades, ainda que dentro de uma metrópole cosmopolita como São Paulo

Esses avanços e tecnologias destacados ao longo do trabalho, por mais que tenha trazido benefícios em algumas áreas, como no setor de transporte e telecomunicação, têm gerado nos indivíduos o sentimento de monotonia, causada pela cultura globalizada, onde as particularidades são invisibilizadas e padronizadas.

Quando se fala de desenvolvimento a partir de turismo, em sua maioria é visto pelo princípio do turismo convencional, aquele denominado “pacote turístico” comercializado por uma agência de viagens, onde o turista irá conhecer os principais equipamentos, os “clássicos” dos destinos, como o Cristo Redentor, Torre *Eiffel* e museu do *Louvre*. Segundo Burns (2002), é esse modelo de desenvolvimento, pautado em uma política global massificada, que apaga as individualidades dos destinos, exclui os circuitos alternativos, degrada os recursos naturais e marginaliza comerciantes potenciais da indústria, como é o caso de pequenos produtores rurais ou pequenos empreendedores.

Neste contexto, vale expor a reflexão de Lutzenberger (1977, p,51):

[...] as viagens perdem o interesse, pois vemos as mesmas coisas em toda a parte. Os últimos restos de tradição, folclore, de paisagem cultural típica se superficializam, transformando-se em simples objetos de consumo para o turismo de massa. O turista regimentado que se movimenta em tropa, só vê o que o guia lhe mostra, só assimila o que lhe explicam de forma pré-dirigida em esquema mental super-simplificado, que impede todo o esforço de legítima compreensão.

Para Flosi (2010) viajar vai além da beleza cênica, é o momento em que se conhece e se convive com a diversidade, aprende-se sobre a rotina dos moradores, sua arte, seu trabalho, suas tradições, problemas, desafios, sonhos, ao mesmo tempo em que se conhece os ambientes naturais e culturais, uma espécie de imersão e que a “indústria” do turismo ainda está tentando compreender, pois o convencional e o padronizado ainda existe, mas há uma nicho de uma demanda real e potencial que quer usufruir das viagens de forma mais interativa e criativa, conhecendo a realidade de forma aprofundada e a partir do protagonismo local. Com a estruturação, criação de consciência e valorização dessas atividades a tendência é que cada vez mais pessoas se interessem por usufruir de atividades ecológicas em suas viagens.

Vale destacar que muitas vezes são justamente essas particularidades citadas anteriormente a principal motivação dos turistas, o contato com o diferente, com novas culturas e ambientes, o aprendizado e novas formas de ver e entender o mundo. Porém essa modernização automatizada afetou até mesmo a atividade turística, com a regulação das viagens e produtos, surge na contracorrente para superação dessa padronização atividades que visem de fato conectar, difundir e preservar as identidades e características locais, seja no campo cultural ou ambiental. São exemplos desse tipo de turismo, o segmento de turismo de experiência, turismo de natureza e turismo de base comunitária.

Quando se trata de segmentos relacionados a natureza, é importante refletir sobre o conceito de paisagem, pois é algo inerente à atividade, visto que a contemplação da natureza e suas características naturais, ou seja, da paisagem, é algo que faz parte das motivações dos visitantes e está presente nas diversas atividades de turismo de natureza. Sob essa ótica, Raimundo (2011), traz outros elementos para compor o conceito de paisagem, pois para o autor mais que as sensações visuais, há também os aromas, os sons, os elementos sociais, os saberes e fazeres, todas essas características abrange a paisagem.

Segundo o geógrafo Milton Santos (1996, p.61) a paisagem pode ser considerada:

tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a visão abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também cores, movimento, odores e sons.

A paisagem por ter um forte impacto visual, sobretudo com o desenvolvimento das tecnologias, como fotografia e vídeos e é utilizada no turismo como um recurso de divulgação, através da imagem se pode imaginar cenários e vivências, de modo a provocar desejos e expectativas nos indivíduos. Dessa forma, Teles (2011, p.22), destaca:

Para alguns ela é o principal mote das viagens turísticas: as pessoas viajam para ver, escutar, cheirar (sentir ou perceber) outras paisagens, ou seja, se relacionar com objetos (naturais e fabricados) e as pessoas desses locais, que são diferentes do seu cotidiano.

Para Krippendorf (2003) a paisagem pode ser utilizada como recurso turístico, pois são únicas, determinando a atratividade do local e afirma ainda que possui grande poder de atração, pois os turistas cada vez mais procuram destinos baseados na cultura e paisagem.

Segundo Bacca (2002), o turismo supõe que cada lugar é único, tanto os aspectos naturais, quanto culturais. Desse modo, partindo dessa premissa, afirma que “se o mundo fosse igual, não existiria turismo” (BACCA, 2002, p.20). Em contraponto, Novaes (2002, p.102), afirma que: “[...] sobre a égide do capitalismo, os lugares ficam ao mesmo tempo mais diferente e mais parecidos [...] objetivando a hierarquização dos lugares [...] definem os espaços marginais aos fluxos principais”.

Assim sendo, Bacca (2002) discorre que o que sustenta a atividade turística é a pluralidade e diferenças, proporcionadas por exemplo por atividades de ecoturismo. No entanto, afirma que sufixo “eco”, vem sendo devastado pelo modelo de economia atual, considerado ultrapassado e não sustentável, pois as medidas preservacionistas e de conscientização não são suficientes, mas mesmo assim os sujeitos seguem acreditando no “éden paisagístico”, como exemplo traz o *slogan* do Rio de Janeiro, conhecido por “cidade maravilhosa”, que mesmo enfrentando inúmeros problemas sociais e ambientais, ainda são invisibilizados pelo turismo, onde o turista visualiza apenas a parte privilegiada da cidade.

No que tange os impactos do turismo nas transformações das paisagens, o conhecido paisagista Burle Marx (1987, p.58) faz a seguinte reflexão:

Parece-me que esse é o ponto que mais deveria preocupar nossos técnicos de turismo: como encaminhar essa atividade ainda incipiente no Brasil, de forma que nossas paisagens sejam realmente compreendidas, no seu aspecto geral, e também nos seus pormenores mais delicados? Tudo isso, no entanto, sem impedir a interferência humana, necessária à própria sobrevivência. Há que estabelecer critérios.

Como apontado, é notório que a diversidade ecológica e a paisagem são determinantes para o desenvolvimento sustentável do turismo, é exatamente por essa dependência que o

turismo pode ser uma ferramenta alternativa de preservação, pois a medida que utiliza estes recursos como matéria prima, necessita articular de forma sustentável as atividades realizadas no território, para que a mesma mantenha seu potencial de atração e sua biodiversidade, assim o turismo pode ser um vetor de sensibilização dos indivíduos durante essas atividades (FLOSI 2010).

Para Burle Marx (1987), a paisagem é formada por diversos elementos: a morfologia, fauna, flora, biodiversidade, recursos hídricos, bem como a ação antrópica, caracterizando-a de forma inconfundível.

Neste sentido, para Moraes (1997) a diversidade de grupos se dá pela diversidade do meio natural o qual está inserido, que traz características culturais únicas para determinadas populações.

Neste contexto, pode-se compreender que a paisagem é um conjunto de fatores ecológicos e em alguns casos a soma das ações humanas, que convivem entre si e se modificam ao longo do tempo em um dado espaço, absorvem as ações e essas ações do presente estarão expostas no futuro. Conforme aponta Rodrigues (2000, p.226), “[...] a paisagem é a forma espacial presente, testemunho de formas passadas que podem ou não persistir [...]é importante destacar que a paisagem é uma construção cultural”, ou seja, como afirma Santos (1997, p.37)

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.

No campo do turismo, Rodrigues (2000), diz que há uma ampla contradição da relação entre a paisagem e natureza, pois ao mesmo tempo em que se sacraliza, submete-a como mercadoria. No entanto afirma ainda, que a atividade turística está sendo vista atualmente também como um colaborador da conservação dos recursos naturais, especialmente em localidades cujos ecossistemas são frágeis, de grande beleza cênica e de interesse ecológico. Esse é o caso do município de Bonito/MS que utiliza o turismo como forma de conscientização através do ecoturismo e implementou medidas e políticas reguladoras na cidade, evitando que negócios e indústrias poluentes se instalem no local e prejudiquem o principal recurso, as águas cristalinas, que atualmente gera renda, emprego, ao mesmo tempo preserva o bioma.

Nesse sentido, Queiroz (2009) aponta que a interpretação da paisagem está relacionada aos estímulos que o observador irá receber por meio dos sentidos, internalizando os significados e criando sua própria imagem e reflexão do local e por isso esses estímulos precisam ser avaliados no momento do planejamento das atividades turísticas e de lazer.

Nesse contexto, é possível utilizar técnicas como a interpretação ambiental para minimizar os impactos aos recursos naturais e as comunidades receptoras, além de estabelecer contato com a paisagem e com os recursos ali presentes, pois instigam a curiosidade sobre o ambiente tanto natural, quanto cultural do local que está visitando, gerando um sentimento simbólico de pertencimento e de aprendizagem (RAIMUNDO, 2011).

No que se refere às técnicas de educação ambiental, vale exemplificar uma atividade que foi muito utilizada e posteriormente rotulada, que é o ato de abraçar uma árvore. Ainda que seja muito criticado e visto como algo supérfluo e passageiro, acredita-se que esse gesto vá muito além, essa ação possui um significado e é capaz de proporcionar aos indivíduos uma sensação de reconexão, de elo com o divino, a partir de um elemento natural, histórico e potente. (MORAN, 2008). Boff (1997) em seus estudos de teologia e meio ambiente faz justamente essa alusão de como esse abraço pode ser transformador, diz que dependendo da forma que a atividade é conduzida e refletida, abraçar uma árvore é como abraçar Deus.

Para Moreira (2014), as técnicas de interpretação ambiental, estimulam o visitante a se aproximar e compreender o patrimônio geológico e minimizar os impactos negativos no espaço. Essas técnicas podem ser com mediação, a partir da interação entre público e um intérprete e se caracterizam por atividades como: Trilhas guiadas; Passeios em veículos não motorizados (bicicletas, cavalos, canoas e etc.); Utilização de ferramentas audiovisuais com atendimento pessoal; Palestras; Atividades como representações teatrais, jogos e simulações. Há também atividades sem acompanhamento de guias ou demais profissionais, são os casos: Sinalização e placas indicativas; Painéis interpretativos; Publicações (informações impressas, livros, folhetos, guias e mapas); Trilhas autoguiadas; Exposições, entre outros.

Nesse sentido, César et al (2007) afirma que o ideal é que essas técnicas de interpretação sejam integrativas e dialoguem entre si e não fique restrita a apenas um meio ou ação, pois a partir da diversidade das técnicas interpretativas há uma melhor compreensão e comunicação da mensagem que quer ser transmitida.

Nesta perspectiva Grassi (1978) afirma que os sujeitos deveriam dedicar mais tempo à contemplação da natureza, despertar esse olhar atento, pois ela traz aprendizados e sentidos à vida, percebendo-se o estado de comunhão com o universo.

Uma das formas de trabalhar nesse processo de conscientização ambiental é com as memórias, pois é um movimento de lembrar o passado, pensar o presente e planejar o futuro. Um exemplo que Merlo (2000) apresenta é quando em alguns destinos os anciões trazem suas lembranças e as memórias relacionadas aos modos de vida, aos costumes, transformações espaciais, pode-se considerar como paisagens vividas. Dessa maneira pode-se discutir a

importância de preservar, conhecer a comunidade local e a importância da manutenção desses aspectos naturais e culturais, valorizando os saberes da comunidade e destacando a relação de sobrevivência e de certa forma holística com a natureza. Compreende-se que ações como essas são fundamentais pois vai na contramão do que já indicava Krippendorf (2003), o qual colocava o turismo como um devorador de paisagens.

Vale destacar que além da conscientização o contato com a natureza contribui com o desenvolvimento cognitivo e afetivo. São exemplos de atividades que estabelecem esse vínculo: passeios e trilhas, brincadeiras e dinâmicas lúdicas (ULBRA, 2008).

A natureza permite encontros, onde descobre-se elementos naturais e singelos, e nesse contato o indivíduo encontra a si mesmo, percebe-se o estado de comunhão com o universo. Por isso a importância dos passeios estéticos e contemplativo como estratégia de conexão no ensino e demais setores, pois assim através dessas atividades simbólicas há um treinamento do olhar sensível e uma compreensão acerca dos fenômenos como parte de algo maior, olhando seu entorno sob outra ótica que com o tempo se torna hábito, algo natural (CAMPOS, 2002).

Com a visibilidade para temática ambiental, muitos estudos foram desenvolvidos, incluindo na área do turismo, colocando a atividade como uma forma de contribuir com a preservação, consciência ecológica e alertar para os riscos ambientais presentes e a escassez dos recursos. Nesse sentido, Teles (2011, p.13) afirma que “[...] é possível pensar na atividade numa perspectiva racional, de modo a garantir equilíbrio entre o fazer turístico e o desenvolvimento ajustado aos princípios sustentáveis [...]”, pois em sua visão o uso sustentável e a conservação são fundamentais para a proteção do planeta. Destaca também, no que se refere ao fazer sustentável a necessidade do olhar e pensar na vivência e condições da comunidade local perante a atividade turística, compreendendo a cultura local e a maneira que se relaciona com o turismo e com o território.

A partir dessa perspectiva e avanço da necessidade de preservação, têm surgido no turismo diversos roteiros e atividades que impulsionam e instigam essa nova forma de se relacionar com o meio, tanto natural, quanto cultural, no que se refere aos modos de vida da comunidade local, proporcionando um vínculo entre visitante, meio ambiente e moradores, aumentando a qualidade da atividade turística para quem recebe e quem visita, uma vez que a cultura local é valorizada e os turistas são vistos para além de dados estatísticos e econômicos, mas como pessoas, que possibilitam trocas e laços de experiências (FLOSI 2010).

Diante do exposto, Flosi (2010, p.10) reafirma que

[...] nos momentos de lazer o turista deve experimentar junto com a sensação de bem-estar, relaxamento e liberdade, o reconhecimento do seu papel como agente

contribuidor para a conservação do meio ambiente, com a natureza, com as comunidades e cultura dos destinos turísticos visitados.

A natureza proporciona ao ser humano uma série de capacidades emocionais, pois devido seu caráter cênico oferece condições favoráveis para o desenvolvimento do olhar sensível, uma fonte inesgotável de inspiração e sensações. O contato com uma paisagem exuberante, fauna e flora delicados e biomas expressivos tocam os seres, como por exemplo visitar as Cataratas do Iguaçu, a paisagem, abundância, imensidão da água e força da natureza sensibilizam e impactam os visitantes. Esse relato citado demonstra o poder da natureza, de transformar cada ser e desenvolver em cada um, segundo Campos (2002), um mundo de sensações, refletindo na construção da subjetividade humana, a partir do olhar e da atitude, que se contrapõe às formas utilitaristas de conviver com o meio ambiente.

Este exemplo acima, seria em tese uma imagem poética, a qual a paisagem tem o poder de sensibilizar e envolver os sujeitos, a partir de sua beleza, de seu caráter original e preservacionista, como é o caso da cachoeira do Salto, onde diversos visitantes frequentam não só para usos de lazer, mas por sua beleza cênica, para contemplação tanto visual, quanto sonora, o correr das águas e a natureza se impõe e faz lembrar que o mundo vai além da civilização e das metrópoles, faz-nos viajar através de sua beleza natural e transmite paz. É um ato de admirar, que de acordo com Campos (2002, p.124): “[...] o admirar é uma parada maior no tempo, pois implica se disponibilizar a olhar e sentir o fenômeno, é um querer apreciar pela gratuidade da ação sensível do olhar, sensação física e da sensibilidade espiritual”.

Dessa maneira, o turismo possui papel importante para a formação da consciência ecológica nos indivíduos, pois através das viagens os visitantes estabelecem contato com o patrimônio natural dos destinos e, assim, o turismo bem estruturado e pautado nos pilares da sustentabilidade pode atuar como um agente transformador e preservacionista da socio biodiversidade e cultura inseridas nestes locais, possibilitando, dessa forma, um planejamento e atividades que proporcionem uma conexão real entre viajantes e natureza é possível refletir sobre a conservação dos recursos naturais (SESC, 2010).

Para isso, é necessário conceber uma educação que transcenda o conhecimento verbal, seja através da educação formal ou não formal, maneiras de construir o conhecimento que possibilite aos indivíduos reconstruam seus valores humanos (CAMPOS, 2002).

Segundo Pereira et al (2007):

Uma educação para a cidadania planetária tem por finalidade a construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza. A cultura da sustentabilidade deve

nos levar e saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas vidas, em contato com a vida dos outros. Só assim seremos cúmplices nos processos de promoção da vida e caminharemos com sentido.

Conforme aponta Freire (1996), há sempre possibilidades para que o sujeito se transforme, porém, mudanças partem de rupturas para assim vislumbrar e compreender o novo e de fato mudar.

Nesse sentido, é possível afirmar que a interdisciplinaridade agrega valores para a formação profissional e pessoal dos sujeitos, pois possibilita uma mediação e articulação de saberes e conhecimento (ULBRA, 2008).

No que se refere ao turismo, para absorção dessa conscientização rumo a uma cidadania é importante que haja contribuição recíproca no processo de interação entre visitantes e visitados, a partir da valorização da cultura local, onde o visitante absorve novas formas de visualizar o mundo, compreende o outro e, ao mesmo tempo, agrega com sua identidade e vivências, havendo uma troca a partir do encontro de diferentes, que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes (FLOSI 2010).

Borges e Castro (2010) afirmam que a sustentabilidade no turismo depende também de uma articulação regional, da interação entre cidades, visando fomentar uma atividade equilibrada, que requer uma mudança de ótica, que inclua um novo olhar para os problemas sociais e diversidade ambiental e cultural, através de uma interação, onde haja um incentivo e um planejamento conjunto e estratégico para desenvolvimento destes territórios, que normalmente ocorrem de forma isolada, mesmo havendo afinidades naturais e culturais que podem fortalecer e gerar fluxos turísticos permanentes.

Assim sendo, para construir destinos sustentáveis é primordial que haja capacitação da comunidade local e dos agentes locais que atuam no turismo de forma direta ou indireta, investimentos públicos e privados, análises dos riscos, planejamento estratégico, articulação de lideranças e organizações comunitárias, além da educação ser essencial, podendo ser considerado o grande alicerce dessa proposta de transformação. Sendo necessário construir agora para que uma mudança futura prospere.

Portanto, é essencial políticas públicas e ações do governo nacional, estadual e municipal para colocar em prática tais medidas expostas no trabalho, assim como legislação e fiscalização ambiental eficaz, em diálogo com as organizações não governamentais e demais coletivos, compreendendo que existem formas de se reverter o atual cenário, a partir de novas tecnologias e ações conjuntas, visualizando outros setores que podem contribuir, como é o caso do lazer e do turismo, pois viajar também é se conhecer, se descobrir e se transformar, ao

mesmo tempo em que se percorre longas distâncias, o turismo atrelado ao lazer e a práticas educativas proporcionam viagens e transformações internas e únicas, essenciais para novas concepções em sociedade e mudança de paradigmas.

4. AS ÁGUAS DO PARANAPANEMA: POTENCIAIS E EMERGÊNCIAS DO RIO MAIS LIMPO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este capítulo apresenta as potencialidades e emergências ambientais que afetam o Rio Paranapanema e aborda sobre seu valor histórico, cultural e natural. Ao longo dessa seção será realizado a caracterização do bioma Mata Atlântica, principal vegetação na região da Bacia Hidrográfica do Paranapanema. Após a explanação geral será realizado uma contextualização sobre o município de Campina do Monte Alegre e o Distrito de Salto, compreendendo as transformações da cidade e seu potencial turístico.

4.1 Caracterização da Mata Atlântica

Desde o período colonial, com a chegada de portugueses e espanhóis na América do Sul, a Mata Atlântica passou por intensas devastações, desde o ciclo do pau brasil, café, cana de açúcar, cacau, couro e pecuária, transformando a paisagem e impondo uma dinâmica econômica e territorial. Essa herança de exploração hoje em dia pode ser identificada pela cultura da soja, corte de madeira, captura ilegal de animais, introdução de espécies exóticas, e o reflorestamento com pinus e eucaliptos, que trazem danos ao solo, essas formas de manuseio e produção intensificam a degradação ambiental (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

No que se refere ao ciclo da cana de açúcar e ao ciclo do café, ambos foram muito duradouros no Estado de São Paulo. Seus impactos não atingiram diretamente o recurso natural, mas foi gerando pressão territorial, expandindo cada vez seus limites e as fronteiras agrícolas, causando recuo e eliminando a área de floresta existente através do desmatamento (YOUNG, 2005).

Segundo Machado e Klabin (2015) a história do Brasil se entrelaça e tem ligação direta com o bioma Mata Atlântica e sua rica biodiversidade, compondo não somente seu patrimônio natural, mas também um amplo patrimônio cultural, a partir das comunidades tradicionais que ali habitam. No entanto vem sofrendo uma veloz devastação, necessitando de esforços coletivos para sua preservação e recuperação. Alguns exemplos de mobilizações nesse sentido se dão a partir das organizações não governamentais, em especial para este bioma, e se destacam a Fundação SOS Mata Atlântica e a ONG Conservação Internacional.

O bioma Mata Atlântica foi reconhecido como patrimônio mundial pela ONU e como reserva da biosfera pela UNESCO (HIROTA, 2005). Abarca 60% das espécies terrestres do planeta e aproximadamente 1 bilhão de pessoas moram nesses territórios. Algumas comunidades utilizam seus recursos para subsistência, através da coleta de animais e plantas para alimentação e para uso medicinal (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

Na América do Sul está distribuída entre Brasil, Paraguai e Argentina, porém possui apenas 8% de cobertura original, normalmente encontrados de forma fragmentada, havendo ameaça de extinção de algumas espécies (MOORE, 2005). De acordo com Galindo Leal e Gusmão (2005), as espécies que se encontram mais ameaçadas no território brasileiro, são os vertebrados, totalizando 140 espécies e destacam que esse cenário de fragmentação da mata, ao invés de grandes porções territoriais, coloca em risco animais que precisam de grandes extensões territoriais para sua sobrevivência, como é o caso de grandes mamíferos.

Nesse sentido, com a alteração natural da paisagem, as espécies que vivem na mata atlântica brasileira sofrem ameaças de extinção. Em 2005, um estudo mapeou as espécies que corriam risco de ameaça, sendo mais precisamente, 367 árvores e arbustos, 104 aves, 35 mamíferos, 3 répteis e 1 anfíbio que correm riscos (HIROTA, 2005).

De acordo com pesquisas desenvolvidas pela fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a restauração de 30% de áreas degradadas em todo o mundo evitaria a extinção de 71% das espécies ameaçadas de extinção e reduziria em 49% a produção de carbono na atmosfera. Nesse sentido, o bioma Mata Atlântica, tem grande potencial para essa restauração no mundo, pois reúne uma imensa diversidade de espécies animais e vegetais, porém, possui apenas 12,4% da sua área original com vegetação nativa (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

No que se refere aos limites territoriais do bioma no Brasil:

[...] foi aprovada em 1992 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e foi dado à área o nome de “Domínio da Mata Atlântica”. Os limites obedeceram ao mapa de vegetação do Brasil, publicado em 1988 (e revisado em 1993) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma agência do governo federal.

Segundo a decisão adotado pelo CONAMA, e de acordo com o mapa, o domínio inclui as florestas ombrófilas pluviais, densas e abertas (que abrangem matas pluviais montanas, submontanas, de baixada e tabuleiro - florestas costeiras de terras baixas e solos arenosos), as florestas ombrófilas mistas (que correspondem às matas sulinas com predominância de araucárias e lauráceas) e as florestas estacionais e semidecíduas (que abrangem as matas subtropicais dos Estados do Sul e as matas decíduas do Nordeste), assim como os ecossistemas associados mencionados acima e as áreas de transição entre as formações florestais, também denominadas “área de tensão ecológica” (GUSMÃO CÂMARA, p.33, 2005).

A Mata Atlântica representa cerca de 15% do território brasileiro, passando por 17 estados, se estende pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

Nos anos 70 a Mata Atlântica era a principal responsável por abastecer a indústria madeireira, eliminando praticamente toda a vegetação de araucária presente nos estados do Sul. Nesse período metade da produção de madeira vinha deste bioma e, atualmente, essa exploração se concentra também na floresta amazônica e em áreas específicas com plantação de eucaliptos e pinheiros para corte de lenha, havendo uma grande exposição desses dois biomas brasileiros (GUSMÃO CÂMARA, 2005).

De acordo com Young (2005) entre os anos 60 e 70 houve incentivos e subsídios para a produção em larga escala, sobretudo para fazendeiros e grandes produtores, com o foco na produção de alimentos e gado, ainda que reduzisse o espaço da floresta nativa. Assim compreende-se que o desmatamento foi uma ação legitimada pelo Estado.

Ao contrário de proteger, muitas políticas e subsídios contribuíram com a instalação de commodities, caso da plantação de café, gado e soja em larga escala. Além das consequências ecológicas, essa realidade produziu desigualdades, isolando o pequeno agricultor e tornando-o dependente dos grandes produtores, eliminando gradativamente os saberes e cultivos locais, provocando também contaminação das terras dos arredores devido ao uso extensivo de agrotóxicos (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

Um outro fator causador da degradação da Mata Atlântica está relacionado à ocupação irregular para habitação, devido a problemática social existente causado também pela especulação imobiliária. Esse cenário, sobretudo ao redor de grandes cidades e cidades litorâneas, gera degradação de áreas costeiras, manguezais e restingas, com o avanço das construções (HIROTA, 2005). Isso se dá também pela construção de grandes empreendimentos, normalmente com foco turístico que acabam se instalando em ambientes sensíveis e não havendo uma política de controle ambiental.

Os ambientes aquáticos sofrem sobretudo pelo desordenamento de atividades humanas, como pesca arrastão, turismo de massa e poluição industrial e doméstica. Sem planejamento pode-se haver perdas consideráveis, como extinção de espécies marinhas, poluição de rios e mares, destruição de corais, praias, mangues e restingas (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

O turismo exploratório traz danos ambientais sobretudo nos biomas Pantanal e Mata Atlântica, pois carece de uma regulação ambiental, como o aumento das casas de veraneio é uma ameaça a estes remanescentes de mata atlântica, pois além de estarem em zonas irregulares em muitos casos, as cidades não suportam a alta taxa de visitantes na alta temporada, trazendo impactos negativos a curto e médio prazo a estes destinos (YOUNG, 2005).

São exemplos desse turismo predatório o despejo de esgoto não tratado com a elevação da demanda, como ocorreu na cidade de Caraguatatuba em São Paulo nos anos 2000. Há também outras ações complementares para este dano ambiental, como represamento de rios e riachos, abertura de trilhas irregulares, introdução de espécies não nativas e alimentação da fauna silvestre (YOUNG, 2005).

Outro fator relacionado a degradação do bioma são os poluentes industriais e agrícolas que contaminam os solos e as águas e o ar, como derramamento de óleo, despejo de resíduos sólidos e agrotóxicos, mineração, além da construção de novas estradas e instalação de usinas hidrelétricas que aceleram o desmatamento, causam perda de habitat e chegam em territórios anteriormente não acessíveis através de veículos de massa (HIROTA, 2005).

Em conjunto com essa exploração inadequada, houve também uma política governamental, sobretudo no Estado de São Paulo, que incentivou a construção de usinas hidrelétricas, causando impactos ambientais e sociais nos municípios e regiões que são instaladas (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

O bioma Mata Atlântica possui 93% de suas áreas originais devastadas, liderando mundialmente o ranking de devastação de habitat. Porém, mesmo diante desse cenário pessimista, ainda é possível reverter e recuperar-se das agressões sofridas ao longo dos últimos anos. Nota-se por exemplo esforços preservacionistas nessa linha, como a criação de áreas protegidas (FONSECA, MITTERMEIER, SELIGMANN, 2005).

No que se refere à vegetação da região onde Campina do Monte Alegre está inserida, a maior ocorrência são a Floresta Estacional Semidecidual, a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Mista. Caracteriza-se por ser uma área de transição entre cerrado e Mata Atlântica. Em relação ao setor econômico, a cidade de Itapetininga é o polo mais expressivo, onde está concentrada a maior parcela das atividades industriais, sendo a pecuária a principal

atividade no setor primário e na agricultura as culturas de milho, feijão, batata e cana-de-açúcar (SIgRH, 2002)

A Floresta estacional semidecidual do Estado de São Paulo, é um dos biomas mais degradados no Estado, pois está em regiões que passaram por transformações e ciclos econômicos intensos, com substituição da mata por atividades agropastoris, atualmente está reduzida a fragmentos florestais em áreas urbanas ou propriedades rurais, como fazendas particulares. Portanto, as espécies que vivem nessas localidades possuem risco comprometido de sobrevivência (SÃO PAULO, 1989). Desse modo, entende-se que os produtores rurais devem ser protagonistas no processo de recuperação e preservação das matas ciliares, trazendo o ambientalismo para a agricultura e para isso, necessita de suporte técnico, pois a maneira que se usa o solo afeta os recursos hídricos. (SÃO PAULO, 2009).

Nesse período, sobretudo na exploração do café, os recursos hídricos foram submetidos às necessidades do Estado. Desse modo, é evidente que é uma fragmentação que carece de projetos para sua recuperação. Uma das soluções são os corredores ecológicos que interligam esses pequenos refúgios de mata, possibilitando troca genética da fauna e flora, reduzindo os riscos de extinção das espécies através da movimentação das espécies animais e maior diversidade de vegetação (SÃO PAULO, 1989).

Posto isso, para Simões (2003) é necessário trabalhar e pensar em uma política nacional baseada no desenvolvimento sustentável que proteja os recursos florestais e naturais, porém, os produtores rurais que detém parte deste bioma em seus territórios ainda carecem de conhecimento técnico e científico de como utilizar e preservar tais recursos.

Em especial no município de Campina do Monte Alegre, dos 17.300 hectares de superfície original, atualmente há apenas 183 hectares de Matas e 840 hectares de vegetação Capoeira, que se caracteriza por ser uma vegetação secundária, com gramíneas e pequenos arbustos. Dessa forma, totaliza-se 1.023 hectares, que equivalem apenas a 5,95% da superfície total. No que se refere a área reflorestada o município possui 1.072 hectares, correspondendo a 6,2% da área total. Portanto, diante destes danos, pode-se afirmar que a situação da mata nativa do município está muito reduzida, necessitando de manejo e proteção (CBH - ALPA, 2022).

Mesmo havendo avanços e esforços no que diz respeito a criação de unidades de conservação, a quantidade de unidades de proteção integral como é o caso de parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, não são suficientes, pois ainda há grandes porções da mata sem demarcação e legislação efetiva, ou seja, sem proteção (PINTO & BRITO, 2005).

Algumas ações de controle têm contribuído com a preservação e com a conscientização da população, como: monitoramento do ambiente; utilização de tecnologias para fiscalização; campanhas publicitárias e programas de educação ambiental. Com esse plano estratégico, alguns resultados começam surgir, um trabalho que se destaca na conservação do bioma foi realizado em parceria entre Ministério do Meio Ambiente, órgãos estaduais, Fundação SOS Mata Atlântica, ONG Conservação Internacional e Instituto de Pesquisas Ecológicas (FONSECA, MITTERMEIER, SELIGMANN, 2005).

Um importante marco para a preservação da Mata Atlântica foi a aprovação pelo CONAMA em 1999 do documento “Diretrizes para a política de conservação e desenvolvimento sustentável da Mata Atlântica”, que visava proteger e recuperar o bioma através de instrumentos e políticas ambientais (GUSMÃO CÂMARA, 2005).

Entretanto, mesmo com algumas políticas preservacionistas, nota-se um desalinhamento no que se refere às ações conjuntas entre governo municipal, estadual e federal, gerando políticas contraditórias. O Ministério do Meio Ambiente, um dos principais órgãos responsáveis pelo direcionamento ambiental no país, ainda possui recursos limitados, o que impacta na preservação ativa do bioma (GALINDO LEAL & DE GUSMÃO CÂMARA, 2005).

Pensando em ações práticas, Galindo Leal *et al* (2005) lista algumas ações de conservação, são elas: política ambiental e legislação; restauração; financiamento; sistema de áreas protegidas; fiscalização; informação científica e pesquisa; educação e capacitação. Complementa ressaltando a importância da coleta de dados por especialistas sobre o panorama geral das espécies, pensar em ações a curto e longo prazo, identificar os motivos que causam perda de habitat e traçar estratégias para combatê-las e, por fim, implementar novas abordagens focadas na educação ambiental, através de soluções criativas que incentivem a conservação.

Vale lembrar a reflexão de Young (2005), o qual frisa que o desenvolvimento sustentável não se limita à preservação de espécies naturais, mas também pensar em estratégias para a melhoria da qualidade de vida das populações presentes e futuras.

Nesse contexto, é preciso que os agentes que atuam oficialmente com as temáticas ambientais identifiquem as potencialidades dos conhecimentos da comunidade local e como esses saberes podem ser compartilhados em prol da transformação e preservação de como as pessoas se relacionam com o ambiente (MORAN, 2008).

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das melhores e referência em diversos países, porém seu problema central é a falta de fiscalização, dificuldade de colocá-la em prática e seu caráter defensivo. A autora afirma que o conhecimento existente no ambiente

acadêmico pode ser muito contributivo para a implementação de ações sustentáveis, porém destaca o fato de ser um conhecimento restritivo, pois ainda é pouco difundido e articulado com a sociedade na prática, as informações ficam sendo discutidas majoritariamente por acadêmicos e ambientalistas, porém a outra parte restante da sociedade civil é fundamental que participe do debate (SIMÕES, 2003).

Cidades brasileiras em diversas áreas de atuação possuem vínculos com universidades, possibilitando articular o conhecimento acadêmico com a realidade, compartilhando com a população local e com a sociedade como um todo. Nesse sentido, Tunes (2021) ressalta a importância de fortalecer as relações e interfaces entre ciência e política pública, para que se estabeleça políticas conservacionistas nas matas nativas.

Um exemplo de estudos articulados com a sociedade é o programa Biota da FAPESP, onde através dos dados coletados e estudados torna-se possível a articulação com setores governamentais, potencializando o conhecimento e colocando-os em prática em favor da sociedade e promovendo uma ciência e pesquisa transformadora e ativa (TUNES, 2021).

Há um potencial no município de Campina do Monte Alegre nesse sentido, com a Instalação no ano de 2011 da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino, onde há os cursos de engenharia ambiental, alimentar, agrônômica e biológicas, com pesquisas científicas significativas na área ambiental sobre a região sendo desenvolvidas. Inclusive muitos jovens que vivem em Saltinho e Campina do Monte Alegre fazem cursos em Buri, localizado a 6 quilômetros da cidade.

O campus está localizado a 35 quilômetros do perímetro urbano de Buri e a 6 quilômetro de Campina do Monte Alegre, havendo dessa forma uma contribuição significativa de produção científica sobre ambos os territórios. A instalação do campus ocorreu a partir da doação do escritor Raduan Nassar de sua propriedade, uma grande fazenda e teve como principal objetivo contribuir com o desenvolvimento científico, educacional, social e ambiental da região. As terras doadas totalizam 643 hectares e foram inauguradas após negociação com o Presidente da República da época, Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente o campus possui 9947,15 m² de área, com estruturas da antiga fazenda que foram adaptadas para o ambiente universitário e desenvolvimento de pesquisas. (UFSCAR, 2022).

O projeto para instalação da Universidade considerou três características principais da região: Desenvolvimento Sustentável Territorial, visando compromisso com a realidade regional; Soberania e Segurança Alimentar; e Agricultura Familiar. Esse olhar se deu também pelo fato de a região possuir características ambientais importantes, com remanescentes de

Mata Atlântica e de Cerrado e uma das regiões do Estado de São Paulo com os maiores índices de preservação da vegetação nativa (UFSCAR, 2022).

Na sequência, será apresentado a história e os aspectos culturais e naturais do Rio Paranapanema, que possui importância nacional, porém ainda é pouco conhecido e valorizado.

4.1.1 Rio Paranapanema, 929 quilômetros de história

Os rios são cursos d'água que deságuam em mares, lagos, ou em outro rio, representam vida através de sua fluidez, porém sua contaminação e poluição, além de causar seu finamento, traz danos à saúde pública. No estado de São Paulo as principais formas de poluição hídrica ocorrem pelo descarte inadequado de esgoto, despejo de resíduos sólidos e infiltração por agrotóxico, gerando contaminação dos lençóis freáticos, assoreamento e destruição das matas ciliares. Posta essa realidade, o principal órgão responsável por mensurar a qualidade das águas é a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) (SÃO PAULO, 2014).

As bacias hidrográficas são compostas por áreas drenadas por um rio principal e seus afluentes. Seu abastecimento se dá principalmente através da água da chuva e das águas subterrâneas. Além de características naturais, possui elementos sociais, a partir de grupos e comunidades que se instalam nas suas margens e do uso que fazem de suas águas. Para compreender a qualidade da água, estudos geomorfológicos são fundamentais, pois a partir dele é possível identificar o impacto das ações antrópicas (SÃO PAULO, 2014).

O Brasil se divide em 12 regiões hidrográficas, sendo elas: RH Atlântica Nordeste Ocidental; RH Parnaíba; RH Atlântico Nordeste Oriental; RH Atlântico Leste; RH São Francisco; RH Atlântico Sudeste; RH Atlântico Sul; RH Uruguai; RH Paraná; RH Paraguai; RH Tocantins Araguaia e RH Amazônica. Essas regiões são ordenadas por suas características, formando grupos de bacias ou sub bacias baseadas nos atributos sociais, econômicos e naturais. (SÃO PAULO, 2014)

De acordo com dados científicos o principal uso da água advém de irrigações agrícolas, com 69%, seguido do consumo animal com 12%, consumo urbano 10%, consumo industrial 7% e consumo rural 2%. Essa realidade se dá pelo fato do país ter aproximadamente 60 milhões de hectares plantados e os métodos de irrigação utilizados serem altamente consumidores de água (SÃO PAULO, 2014). Esses dados apresentados demonstram a predominância do agronegócio no país e como esse modo de produção traz esgotamento e impactos diretos aos recursos naturais. Mesmo com a alta utilização da água, esse setor possui uma taxa de água muito baixa.

De acordo com estudos realizados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e Instituto de Biociência da USP, 78% da vegetação e áreas de florestas do estado de São Paulo estão localizadas em áreas privadas (TUNES, 2021). Nesse sentido, é fundamental a sensibilização desses atores sociais para as questões relacionadas à preservação ambiental e novas oportunidades a partir da biodiversidade existente em seus terrenos, como a questão da educação e turismo.

Segundo dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo agropecuário, as áreas de florestas estão localizadas em terrenos cuja atividades principais são pecuárias, lavoura temporária e mista. Desse modo, observa-se o risco desse bioma, pois encontra-se cercado por atividades advindas do agronegócio, que contaminam e cada vez mais reduzem o espaço de mata. O autor ressalta ainda que as maiores taxas de mecanização agrícola estão concentradas na região sul e sudeste do país (YOUNG, 2003).

O Estado de São Paulo, possui abundância no que se refere aos recursos hídricos, devido suas características intertropicais. Para melhor controle destes recursos encontra-se dividido em 22 unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHIS, que depois se tornaram os CBH - Comitês de Bacia Hidrográfica, visando a descentralização, participação civil e melhor eficiência em seu manejo (SÃO PAULO, 2014), conforme apontado abaixo:

1. Mantiqueira
2. Paraíba do Sul
3. Litoral Norte
4. Pardo
5. Piracicaba/Capivari/Jundiaí
6. Alto Tietê
7. Baixada Santista
8. Sapucaí-Mirim/Grande
9. Mogi Guaçu
10. Sorocaba/Médio Tietê
11. Ribeira de Iguape/Litoral Sul
12. Baixo Pardo/Grande
13. Tietê/Jacaré
14. Alto Paranapanema
15. Turvo/Grande
16. Tietê/Batalha

17. Médio Paranapanema
18. São José dos Dourados
19. Baixo Tietê
20. Aguapei
21. Peixe
22. Pontal do Paranapanema

O Rio Paranapanema é um divisor fronteiro dos estados de São Paulo e Paraná e está sob domínio do Governo Federal. Por estar nesses dois territórios, possui interação para sua gestão entre os comitês das bacias hidrográficas e órgãos gestores estaduais, visando discutir e estabelecer estratégias preservacionistas.

Em São Paulo possui três unidades de gerenciamento: Alto Paranapanema, Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema. No Paraná os Comitês são: Tibagi, Norte Pioneiro e Paranapanema. Há também um comitê interestadual, que atua como integrador de todas esses territórios pertencentes à bacia hidrográfica, denominado Comitê Interestadual da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA, 2022).

De acordo com o vice-presidente do Comitê Federal que integra São Paulo e Paraná, entrevistado nesta pesquisa

O comitê da Bacia do Paranapanema, é um comitê federal que foi criado há dez anos, nós estamos no segundo mandato, nós tivemos uma eleição em 2020, onde houve essa nova diretoria, que vai de 2021 a 2025, com presidente que é representante do Paraná, e eu como vice-presidente, represento a sociedade civil pelo lado de São Paulo. A função do comitê federal é trabalhar em cima da calha do Paranapanema, que é um rio considerado federal, porque ele une dois estados, faz a divisa de São Paulo com Paraná, consequentemente ele tem um trabalho de comitês. Os comitês são trabalhados em cima de um regime tripartite que a gente chama, nós temos os órgãos do Estado, que são órgãos, por exemplo, os órgãos ambientais, os órgãos gestores do Estado, no caso vamos pegar os dois maiores exemplos, no caso de São Paulo, a CETESB, o DAEE, que são os dois órgãos do estado que trabalham mais com licenciamento ambiental dos recursos hídricos, e no caso do Paraná, o IAT, que é o Instituto Água e Terra, que trabalha com essa junção do licenciamento ambiental e recursos hídricos. Tem os executivos, que são as prefeituras municipais, e tem o setor dos usuários da água, que são representados por organizações civis, entidades civis, sindicatos, câmaras técnicas, como o EARESP, associações educacionais, como são as universidades, e representantes dos usuários da água, por exemplo, como a SABESP no caso de São Paulo, como a SANEPAR no caso do Paraná, então quer dizer, você tem um regime tripartite que é definido em prefeituras, órgãos gestores, do estado, que trabalham com a parte ambiental e outras situações, e os usuários de água. (A9)

Nesse sentido, tratando-se sobre a estrutura organizacional dos comitês, a Política Nacional dos Recursos Hídricos (1997), estabeleceu que o gerenciamento das bacias hidrográficas tem como prerrogativa ser descentralizada e participativa, ou seja, com envolvimento do poder público e sociedade civil, representando as comunidades e administradas através dos comitês hidrográficos, portanto, a composição do poder é tripartite.

A bacia hidrográfica do Rio Paranapanema perpassa por um território de 105.921km², passando por 247 cidades, sendo 132 em áreas paranaenses e 115 paulistas, com população estimada em 4.680.000 habitantes, com 87,5% vivendo em área urbana e 12,4% em área rural (COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA, 2022).

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA) (2016), a bacia hidrográfica do Rio Paranapanema representa 1,2% do território nacional, abrange 2,3% da população e contribui aproximadamente 2% do PIB brasileiro, demonstrando sua importância socioeconômica, cultural e ambiental.

De acordo com informações do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, segue abaixo os municípios que compõem cada comitê hidrográfico do Paranapanema (SigRH, 2022). Vale destacar que o município de Campina do Monte Alegre integra o Comitê Hidrográfico do Alto Paranapanema, de acordo com o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Municípios pertencentes aos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema do Estado de São Paulo

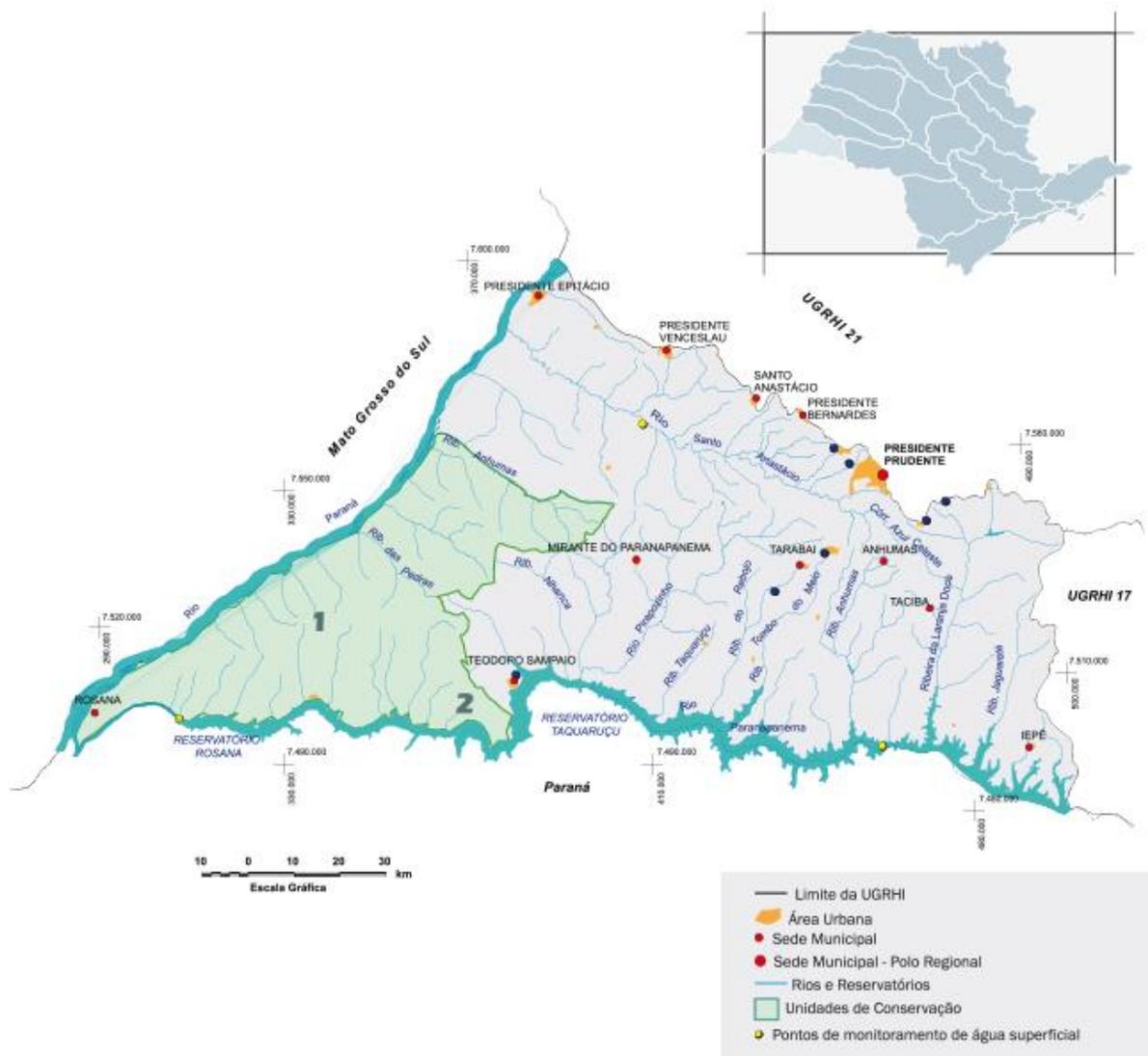
CBH do Alto Paranapanema	CBH do Médio Paranapanema	CBH do Pontal do Paranapanema
Angatuba	Águas de Santa Bárbara	Álvares Machado
Arandu	Agudos	Anhumas
Barão de Antonina	Alvinlândia	Caiuá
Bernardino de Campos Bom	Assis	Estrela do Norte
Sucesso de Itararé	Avaré	Euclides da Cunha Paulista
Buri	Botucatu	Iepê
Campina do Monte Alegre	Cabrália Paulista	Indiana
Capão Bonito	Campos Novos Paulista	Marabá Paulista
Cerqueira Cesar	Cândido Mota	Martinópolis
Coronel Macedo	Canitar	Mirante do Paranapanema
Fartura	Cerqueira César Chavantes	Nantes
Guapiara	Cruzália	Narandiba
Guareí	Duartina	Piquerobi
Ipaussu	Echaporã	Pirapozinho
Itaberá	Espírito Santo do Turvo	Presidente Bernardes

Itaí	Fernão	Presidente Epitácio
Itapetininga	Florínea	Presidente Prudente
Itapeva	Gália	Presidente Venceslau
Itaporanga	Garça	Rancharia
Itararé	Iaras	Regente Feijó
Itatinga	Ibirarema	Rosana
Manduri	Itatinga	Sandovalina
Nova Campina	João Ramalho	Santo Anastácio
Paranapanema	Lucianópolis	Taciba
Pilar do Sul	Lupércio	Tarabaí
Piraju	Lutécia	Teodoro Sampaio
Ribeirão Branco	Maracaí	
Ribeirão Grande	Ocaçu	
Riversul	Óleo	
São Miguel Arcanjo Sarutaiá	Ourinhos	
Taguaí	Palmital	
Taquarituba	Paraguaçu Paulista	
Taquarivaí	Pardinho	
Tejupá	Paulistânia	
Timburi	Pedrinhas Paulista Platina	
	Pratânia	
	Quatá	
	Rancharia	
	Ribeirão do Sul	
	Salto Grande	
	Santa Cruz do Rio Pardo São	
	Pedro do Turvo Tarumã	
	Ubirajara	

Fonte: Autora (2022).

Feita essa divisão, seguem abaixo os territórios geográficos em que estes municípios estão inseridos, para melhor visualização:

Figura 1 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Pontal do Paranapanema



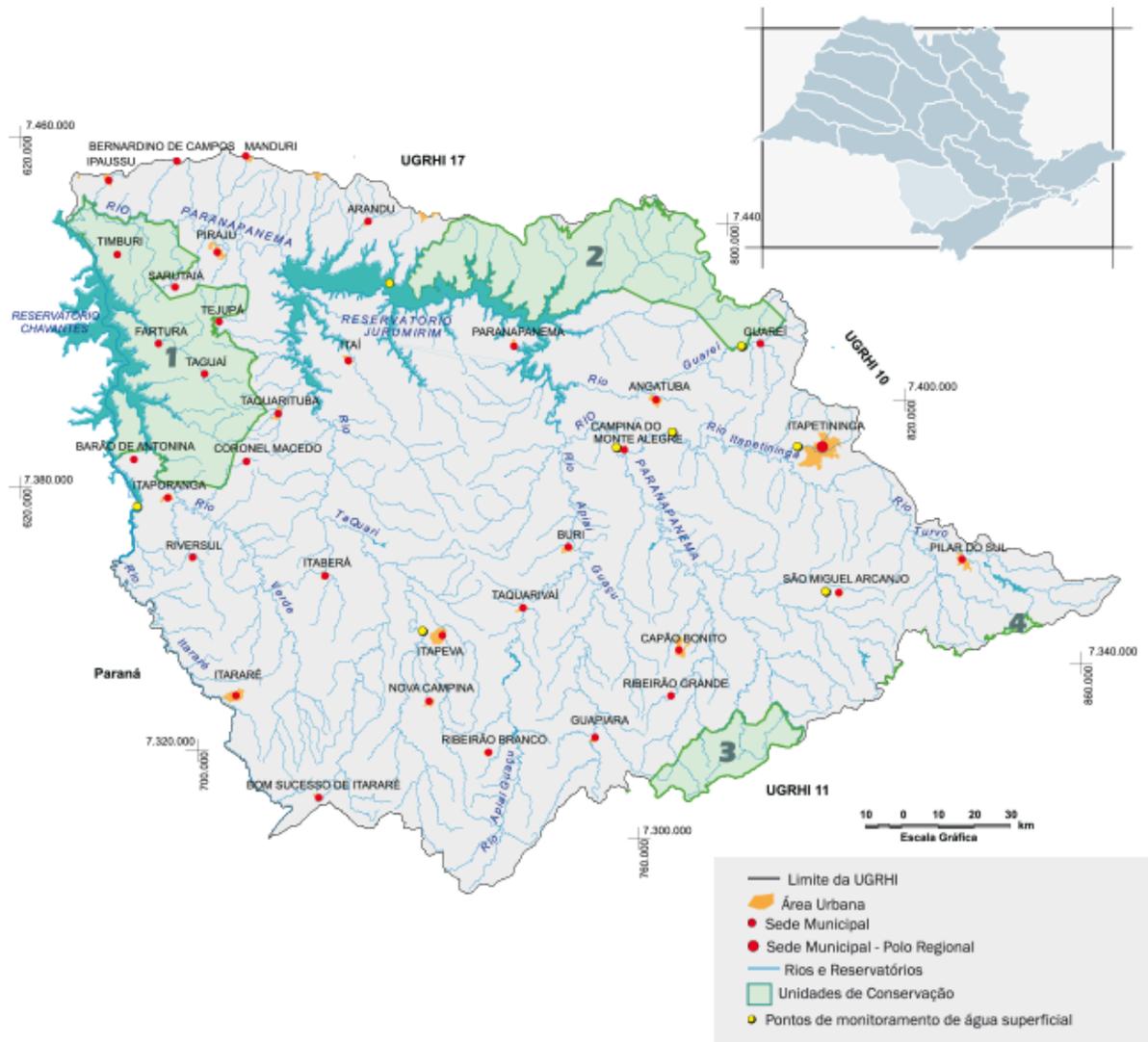
Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (2022)

Figura 2 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Médio Paranapanema



Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (2022)

Figura 3 - Mapa do Comitê Hidrográfico do Alto Paranapanema



Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (2022)

No que diz respeito ao território do Alto Paranapanema, Martins e Rodrigues especificam (2018, p.18-19):

A bacia hidrográfica do Alto Paranapanema tem área de drenagem de 22.689km², uma população de 728.993 habitantes. Seus principais rios além do Paranapanema compreendem seus afluentes da margem direita (Rio Santos Inácio; Jacu;Guareí; Itapetininga e Turvo) e da margem esquerda os rios Itararé, Taquari; Apiaí-Açu; Parapitanga e das Almas.

No que se refere a organização do Comitê do Alto Paranapanema, o engenheiro florestal, membro do comitê e entrevistado na presente pesquisa discorre

No caso do estadual do Alto do Paranapanema, já existe há 25 anos, nós temos 30 membros titulares e seus suplentes, sendo que desses, 30 são titulares, dez são

prefeituras, dez são órgãos do estado, CETESB, DAEE e dez são as organizações civis, que são formadas pelas associações técnicas, pelas ONGs e pelos próprios usuários. Campina do Monte Alegre participa do comitê, nós tivemos, inclusive, dentro desses anos todos, dois prefeitos de Campina do Monte Alegre que foram presidentes do comitê, inclusive, uma das primeiras reuniões de fundação desse comitê foi feita em Campina do Monte Alegre, foi mais ou menos uma época em que se estava instalando ainda a UFSCar, estava começando o trabalho, e Campina do Monte Alegre foi uma base por um bom tempo do comitê do Alto Paranapanema. Hoje, o atual presidente do comitê do Alto Paranapanema hoje, é o prefeito de Ipaussu, já é uma cidade que está mais próxima de Ourinhos. (A3)

Como pode-se observar no mapa apresentado acima, Campina do Monte Alegre está localizado na região central da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) n° 14 que corresponde à Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema. Devido esse posicionamento centralizado, possui alta disponibilidade hídrica, pois é uma região que tem um sistema de drenagem extenso. (BONIOLO, 2019)

O município é banhado pelos Rios Itapetininga e o Rio Paranapanema. “Os principais córregos são: Ribeirão do Barreiro, Córrego Santana, Ribeirão do Laranjal, Córrego do Monjolinho, Córrego da Forquilha, Ribeirão da Cruz, Ribeirão do Veado Pardo e Córrego do Capão da Onça”. (BONIOLO, 2022, p.22)

As unidades de conservação existentes na área que o comitê Hidrográfico do Alto Paranapanema atua são: Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejuapé, Área de Proteção Ambiental; da Serra do Mar, Estação Ecológica de Angatuba, Estação Ecológica de Xitúé, Estação Ecológica de Paranapanema, Estação Ecológica de Itapeva, Estação Ecológica de Itaberá, Floresta Nacional de Angatuba, Floresta Estadual de Manduri, Floresta Estadual de Paranapanema, Floresta Estadual de Piraju, Floresta Nacional Capão Bonito, Parque Estadual Intervales, Parque Estadual Carlos Botelho, RPPN Fazenda Horii, RPPN Vale do Corisco (UGRH, 2022)

O Rio Paranapanema é considerado o rio mais limpo quando se trata de rios volumosos do Estado. Ele nasce em meio a Mata Atlântica como um singelo olho d'água, no alto da Serra do Paranapiacaba em Capão Bonito no Estado de São Paulo e deságua na cidade de Rosana, no pontal do Paranapanema (SÃO PAULO, 2014).

Mesmo com a vinda dos portugueses no período da colonização o rio Paranapanema ficou por 200 anos sem ser desbravado, ali morava comunidades indígenas, sua povoação mais intensa começou com a descoberta de metais preciosos, em especial o ouro, havendo uma rota comercial que ia até São Paulo através de Itapetininga no século XVIII (ZOCCHI, 2002).

A cidade de Itapetininga, que segundo nome indígena significa “pedra seca”, é a maior e mais antigo município da bacia hidrográfica do Alto Paranapanema, foi fundada em 1768 e

era um ponto de passagem comum dos tropeiros que habitavam o interior de São Paulo, até a chegada da estrada de Ferro Sorocabana (ZOCCHI, 2002).

A criação de novos modais ferroviários, visando a comercialização do café, refletiu no desenvolvimento das cidades do interior Paulista. A primeira ferrovia foi instalada em 1867, que ligava Jundiaí ao Porto de Santos, conhecida como “*The São Paulo Railway Company*”. Posteriormente surgem novas linhas expandindo as rotas comerciais do café em todo interior de São Paulo, destacando-se a estrada de Ferro Sorocabana que se expandiu ao longo das cidades que se localizavam na bacia do Paranapanema. Inicialmente ligava São Paulo a Sorocaba, depois chegou a Botucatu e mais a frente se instalou em diversas cidades (ZOCCHI, 2002).

Em 1908 a linha férrea Sorocabana cruza o Paranapanema, na estação denominada na época Engenheiro Emílio, onde hoje se encontra o município de Campina do Monte Alegre (CMA) e a estação Aracaçu, que atualmente é a cidade de Buri. A ponte de pedras que ligava as duas estações ferroviárias ainda existe, hoje em dia é um lugar de encontro de pescadores e no seu entorno possui fazendas (ZOCCHI, 2002). A memória da ferrovia ainda faz parte da população mais velha que vive em Campina do Monte Alegre.

Segue abaixo foto de um bilhete mostrado por um senhor entrevistado durante o trabalho de campo. Ele encontrou essa passagem quando estava fazendo a demolição de uma casa na cidade de Campina do Monte Alegre, nessa época CMA ainda fazia parte de Angatuba, local aonde o trem chegava. Durante a conversa sobre o potencial histórico-cultural da cidade lembrou do bilhete que deixa guardado em sua carteira, com cuidado e plastificado, fez questão de mostrar e relembrar desses velhos tempos. Pelo que se pode observar na imagem 4 abaixo a passagem provavelmente é do ano de 1945.

Figura 4 - Passagem do trem Sorocabana de Itapetininga a Angatuba



Fonte: Autora (2022)

O município de Campina do Monte Alegre também possui memórias e histórias relacionadas à revolução de 1932, havendo até mesmo na praça principal um monumento e réplica de aviões utilizados na época. Na região, anos atrás, ainda se encontrava balas e resto de armamento do conflito que ocorreu em diversas cidades interioranas, como Buri, Timburi, Itapeva, Salto Grande e Campina do Monte Alegre, quando a tropa sulista ocupou a região do Paranapanema, resultando em um confronto armado que bombardeou parte da cidade de Campina do Monte Alegre, devido a um canhão gaúcho que estava localizado no morro Mandaçaia, atravessando o Paranapanema. Em alguns municípios encontram-se pequenos museus que reúnem elementos que remetem a este período histórico, como bandeiras, cartas, fotografias, e material bélico (ZOCCHI, 2002).

Um destes exemplos é a ponte pênsil próximo a cidade de Chavantes, patrimônio tombado, inaugurado em 1920 e palco da revolução de 32, sendo destruída e recuperada anos mais tarde (ZOCCHI, 2002).

A bacia do Rio Paranapanema também possui importantes sítios arqueológicos, havendo pesquisas científicas a respeito, concentradas no município de Piraju através da associação Projeto Paranapanema (PROJPAR), que tem por objetivo reconstituir o povoamento ao longo do rio nos últimos 8 mil anos. Sabe-se que caçadores nômades chamados Umbus viviam na região, pois já foram encontrados fósseis, rastros, pedras lascadas, confirmando a presença dessa população. Vieram da região da Patagônia e se instalaram na bacia do

Paranapanema devido às boas condições climáticas e abundância de recursos e alimentos. Posteriormente com a chegada dos povos Guaranis que migraram da região amazônica a população Umbu desapareceu (ZOCCHI, 2002).

Os guaranis sobreviviam da agricultura, principalmente do plantio de mandioca, milho e ervas medicinais. Tinha cultura da cerâmica e utilizavam o barro encontrado no local, que havia em grande quantidade. Em 1969 foi encontrada uma grande urna funerária Guarani no município de Piraju e, posteriormente, diversos objetos em pedra e cerâmica que se encontram atualmente guardados em museus e centro de pesquisa da USP. Inscrições rupestres também foram encontradas em algumas cidades, como Narandiba/SP (ZOCCHI, 2002). Vale destacar que no município de Campina do Monte Alegre também foram encontrados objetos indígenas e, atualmente, estão sob posse da UFSCAR.

O início do desbravamento do rio começou em 1886 quando o governo de São Paulo criou a expedição que mapeou todo o trecho do Rio Paranapanema, denominada Expedição Geográfica e Geológica, cujo foco inicial era expandir a cultura cafeeira no Estado de São Paulo, havendo a necessidade para cumprir tal objetivo conhecimento sobre a topografia, fauna e flora do interior paulista. Foi liderada por Orville Morgan e Teodoro Sampaio, com apoio de mais 20 profissionais e cientistas, dentre eles o botânico Alberto Loefgreen. A expedição passou pelo rio Itapetininga e todo Rio Paranapanema, resultando em mapas e documentos que posteriormente foram publicados em formato de relatório e são utilizados até hoje devido à sua precisão. (ZOCCHI, 2002).

No período da expedição da comissão geográfica, o Estado tinha como visão utilizar os rios como uma forma de agilizar o escoamento do café. Portanto, os estudos vieram no sentido de adentrar com mais rapidez os territórios do interior Paulista (SÃO PAULO, 1999)

A finalização da expedição teve desdobramentos positivos para estruturação científica no país, com o surgimento de institutos de pesquisas estaduais, como o instituto geológico, instituto geográfico e cartográfico, serviço botânico e meteorológico, horto florestal, instituto florestal e museu paulista, que se desdobraram em diversos outros museus, o que demonstra a importância da expedição na questão dos mapeamentos geográficos, documentação e pesquisa científica (SÃO PAULO, 1999)

Segundo Santana (2003) Teodoro Sampaio percorreu e analisou o Rio Paranapanema e Rio Itapetininga pelo período de 4 meses, dando origem a dois boletins técnicos, com características geográficas, geológicas e econômicas, sendo a partir deste relatório que o curso do Rio Paranapanema foi dividido em Alto, médio e baixo, referência utilizada até os dias atuais.

De acordo com o estudo físico sobre o rio, concluiu-se que devido suas inúmeras quedas e cachoeiras no trecho final, torna-se difícil a navegabilidade, considerado um rio bravo. As pesquisas da comissão iniciaram-se em 1886 e finalizou-se em 1918 (ZOCCHI, 2002).

O relatório mapeou todo território paulista, fotografou os rios e riachos, percursos, identificou as nascentes, corredeiras e cachoeiras e ilhas, analisou os pontos navegáveis (SÃO PAULO, 1999). No que tange a navegabilidade do Rio Paranapanema destacou a dificuldade, devido as cachoeiras, saltos e os cursos d'águas acidentados. O documento é dividido em cinco partes. A seção I e II, apresenta o trecho desde a cabeceira, passando pela barra do Guarey e finalizando na Cachoeira Jurumirim, que foi caracterizado pela possibilidade de navegação. A seção III, de Jurumirim a Salto Grande, que não apresentava possibilidade de navegação devido ao declive e perda de profundidade do rio, e trechos destacados como tortuosos. A seção IV, de Salto Grande a Barra do Tibagy, que se caracterizava pela presença de trechos com volume de água mais baixo, porém a partir da Barra do Tibagy a navegabilidade melhorava devido ao aumento de profundidade e apareciam ilhas e cachoeiras. E por fim a última seção, V, do Tibay a Foz do Paraná (TIBURCIO, 2021).

A bacia do Alto Paranapanema, está localizado na seção II apresentada no relatório (Guarey até a Cachoeira Jurumirim), de acordo com o documento, possui extensão de 182km, serpenteando com suas curvas, é pouco declive e tem presença de paredões rochosos, constituídas por rochas sedimentares (griz, xisto, calcário, conglomerados). Porém, é importante frisar que com as instalações das usinas hidrelétricas e mudanças climáticas as condições do rio já não são fiéis ao relatório, houveram alterações (TIBURCIO, 2021).

Em sua nascente e nos primeiros quilômetros suas águas são límpidas e geladas, percorrendo com velocidade sobre as pedras e mata em seu entorno (ZOCCHI, 2002). Em algumas cidades o rio possui características turvas, porém são limpas, navegáveis e próprias para natação, possuindo as águas turvas devido ao barro. Possui mais de mil nascentes, as quais estão protegidas desde 2012 pelo Parque Estadual Nascente do Paranapanema, abrangendo uma área de 22,5 mil hectares (TUNES, 2021).

Logo na região em que o rio nasce, podem ser encontradas duas áreas protegidas que são os Parques Estaduais Intervales e Carlos Botelho, com cachoeiras e cavernas, possui também a estação ecológica Xituê (ZOCCHI, 2002).

Seu nome Paranapanema possui uma contradição em sua origem, Paraná em tupi significa rio, já o sufixo “panema” há algumas versões, em sua maioria relacionado a questões negativas, pois de acordo com alguns indígenas era um rio de difícil navegabilidade por suas

correntezas e pedras. Já de acordo com antropólogos o negativismo que permeia o rio se relacionada a disseminação da malária, porém ainda são versões não oficiais (ZOCCHI, 2002).

Devido sua abundância e limpidez é grande fonte de lazer e subsistência para os que vivem em seu entorno e para visitantes, pois é possível nadar e pescar na maioria de seu curso. No entanto, ao longo dos últimos anos sofreu alterações drásticas em sua paisagem, com a instalação de usinas hidrelétricas em seus trechos, inundando quedas d'águas anteriormente existentes para a formação de lagos com foco em produção de energia, possuindo atualmente um total de 10 usinas em todo seu percurso (SÃO PAULO, 2014).

Um fato que demonstra o potencial hídrico do Rio Paranapanema e sua imponência ocorreu durante o período de crise hídrica em São Paulo, quando o Estado cogitou realizar a captação da água do Rio Paranapanema para abastecimento da capital paulista, porém, devido a questões relacionadas a logísticas e recuperação dos mananciais logo na sequência, o projeto não foi realizado. No entanto, é um ponto importante de lembrar, pois essa transposição poderia acarretar danos ambientais e comprometer o equilíbrio hídrico do Paranapanema (TIBURCIO, 2021).

A instalação dessas usinas hidrelétricas modificou o ritmo natural do rio, uma vez que anteriormente havia períodos de cheias e vazantes, que com o alagamento das margens do rio geravam fertilidade do solo. Já com o represamento e criação de reservatórios, as águas ficam sem se movimentar por longo período, interferindo no ciclo natural da natureza e no desaparecimento de algumas espécies, sobretudo peixes. Por outro lado, a vinda das hidrelétricas, trouxeram expansão da energia nos territórios da região e a criação de reservatórios estimulam o turismo das cidades, com praias de água doce, propícias para o lazer, com atividades de pesca esportiva e atividades náuticas. Nesse sentido, Rodrigues (2001) cita a prática de esporte e lazer em trechos do rio Paranapanema, sobretudo nos reservatórios criados com a instalação das usinas hidrelétricas. Um exemplo de cidade turística localizada às margens do Paranapanema é Avaré e Piraju, com alta demanda e consideradas estâncias turísticas (ZOCCHI, 2002).

Para a manutenção e preservação dos peixes é comum a soltura de alevinos de forma controlada, estimulando assim sua reprodução. A SIROL é uma das instituições responsáveis por este trabalho, instalada no complexo da usina de Salto Grande/SP. Outra forma de submeter os peixes as condições naturais do rio, uma vez que seu ambiente agora se transformou em um grande lago e a adaptação torna-se mais difícil, é a criação de escadas nas barragens, para que consigam nadar em direção às nascentes durante o período de desova (ZOCCHI, 2002).

O Rio Paranapanema banha inúmeras cidades do Estado de São Paulo e Paraná, ao longo de seu percurso possui usinas hidrelétricas que comportam 2.307MW e atendem aproximadamente 2,5 milhões de pessoas. São 10 usinas: Jurumirim, Piraju, Paranapanema, Chavantes, Canoas I e II, Capivara, Taquaruçu, Salto Grande e Rosana (ZOCCHI, 2002).

Outra característica que se observa através do monitoramento de dados é o desmatamento nas margens do rio em todo o interior paulista (SÃO PAULO, 2014). Um dos principais locais e refúgios de florestas preservados é o Morro do Diabo localizado no município de Teodoro Sampaio, que desenvolve um trabalho científico permanente de preservação do bioma, sendo responsável pela criação de corredores ecológicos e pela preservação e aparecimento do mico-leão preto que se encontrava extinto.

De acordo com relatos de moradores, em especial pessoas que possuem relação afetiva com o rio e com a mata atlântica, é destacado ainda atualmente a cultura da caça ilegal. Essa tradição é algo que fazia parte da cultura local, inclusive de pequenas comunidades, cujo homens caçadores eram valorizados e esse pensamento, ainda que de forma mais branda, permeia a cultura interiorana que vive às margens do rio e mata, mesmo sendo ilegal. (ZOCCHI, 2002)

Quando se compara o Rio Paranapanema com outros grandes rios como Tietê e Paraná, a taxa de peixes é mais baixa, devido também às quedas d'água presentes no Paranapanema que interferem no ciclo de vida dessas espécies. Os rios de maneira geral, vem sofrendo com a pesca arrastão e com a “depressão pesqueira”, nome que se dá a efeitos causados pelo desmatamento e poluição (ZOCCHI, 2002).

Na região do Pontal do Paranapanema, encontra-se o encontro dos rios Paraná e Paranapanema, na cidade de Rosana, onde as águas não se misturam, podendo observar o tom mais azulado do Paraná e o tom mais amarronzado do Paranapanema. Está localizado no Oeste Paulista, região marcada pelos conflitos fundiários, extensas concentração de terra griladas e a presença de movimentos sociais, sobretudo o Movimento Sem Terra (MST), que reivindicam a demarcação de terra e reforma agrária, formando assentamentos rurais, que deram novas dinâmicas sociais, ambientais e culturais a essas terras, através de produção familiar e sistemas agroecológicos (ITESP, 2013).

Figura 5 - Encontro dos Rios Paraná e Paranapanema



Fonte: Autora (2017)

Nos anos 90 houve incentivo do estado no que se refere a criação de áreas de pastagem e a região sofreu intenso desmatamento, com a derrubada da floresta para plantação em terras devolutas por grandes proprietários. O Parque Estadual Morro do Diabo, possuía em sua dimensão territorial 3.000km, na sequência passou a ter apenas 370 km de mata preservada, comprovando o desmatamento sem freio na região nesse período histórico (ZOCCHI, 2002).

A região do Pontal do Paranapanema, onde o Parque Estadual Morro do Diabo está inserido é considerado um refúgio ambiental, com mata primária e presença de animais que contribuem com atividades de observação de fauna, como pássaros e mamíferos, além das diversas ilhas e águas tranquilas (ZOCCHI, 2002).

O trabalho desenvolvido do Parque Estadual Morro do Diabo é importante para a preservação de todo trecho do Rio Paranapanema e da Mata Atlântica, pois ele visa expandir a área de mata preservada, controlar através de indicadores e convencer proprietários e fazendeiros da região a importância de não derrubar as florestas e manter a mata preservada, mostrando os benefícios ambientais e econômicos que a mesma proporciona, através de corredores ecológicos que interligam essas florestas e áreas particulares. É feito também o replantio de espécies, criação de bosques com árvores frutíferas incentivando a proliferação de insetos e pássaros. O Trabalho é realizado através do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE) (ZOCCHI, 2002). Ações como essas são fundamentais em mais trechos do Paranapanema, visando a preservação, porém para isso é necessário a criação de novos parques e áreas de

proteção ambiental, além de articulação entre as cidades e plano integrado de preservação do Rio Paranapanema entre as cidades que são banhadas por ele.

4.2 Campina do Monte Alegre: O Distrito de Salto

O município de Campina do Monte Alegre tem uma área territorial de aproximadamente 185 km². Deste total, 164 km² estão localizados na cidade de Campina do Monte Alegre e 21 km², no distrito de Salto do Paranapanema. Apresenta uma população total de 5.567 habitantes e com população estimada no ano de 2021 de 6.088 habitantes, deste montante, 380 moradores vivem no Distrito de Salto, com 121 domicílios no local, isso sem considerar a população flutuante (IBGE, 2010).

No que diz respeito às características econômicas, o município foi classificado com perfil agropecuário, havendo destaque também para o setor de serviços que apresenta maior participação no PIB do município, seguido da agropecuária e indústria (CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2014).

Segundo informações do site da Prefeitura, o surgimento de Campina do Monte Alegre se deu por volta de 1870, pelas famílias Gomes e Libâneo que moravam às margens do Paranapanema e Itapetininga. Um dos membros da família, certo dia encontrou a imagem de um Santo dentro de um cupim, tratava-se da imagem de São Roque. Na sequência, a família decidiu construir uma capela no local, com técnicas construtivas de pau a pique e coberta com folhas de indaiá. Assim, a partir da construção, muitas pessoas começaram a se instalar nas proximidades da capela, formando-se um pequeno povoado. Ali nas redondezas da popularmente conhecida “Terra de São Roque”, havia também a família Aranha que se dizia proprietária do local, denominado “Caminho dos Aranhas”. Esse trecho, foi rota para chegar ao sul do país, pois muitos tropeiros passavam e se hospedavam nos campos, deixando uma forte influência gaúcha e expandindo cada vez mais a população residente do local (PREFEITURA DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2022).

O município faz limite com os municípios de Buri, Paranapanema e Angatuba, sendo essa última a maior cidade nos arredores e Campina do Monte Alegre é apelidada carinhosamente por seus habitantes de “Campininha” devido seu tamanho, cuja estrutura é composta por uma avenida principal e suas vilas adjacentes. Sua formação se deu por meio da separação das terras do Município de Angatuba, do qual fazia parte e esteve sob influência. O distrito foi criado em 1959 pela lei estadual nº 5285/1959, ficando subordinado ao município de Angatuba. Em 1991 foi emancipado e elevado à categoria de município com a denominação

de Campina do Monte Alegre, pela lei estadual nº 7664/1991. Na sequência, 1996, é criado o distrito de Salto e anexado ao município de Campina do Monte Alegre, divisão que se mantém até o momento, porém a população chama popularmente de bairro. (IBGE, 2022)

No que se refere a educação, Boniolo (2019, p.27) apresenta:

Campina do Monte Alegre conta com duas creches, duas escolas de ensino fundamental – ambas municipais - e uma escola de ensino médio (estadual). As escolas municipais possuem um curso para alfabetização de adultos. O município conta com um curso profissionalizante de Administração, oferecido pela Faculdade Tecnológica do Estado de São Paulo (FATEC). Para ingresso no ensino superior os interessados deslocam-se para outros municípios como Itapetininga, Buri, Capão Bonito, Sorocaba e Itapeva. Vale ressaltar que o município conta com um curso pré-vestibular ofertado pelo “Cursinho Carolina Maria de Jesus” que está atrelado via projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos campus Lagoa do Sino, na Escola Municipal Alzira Oliveira Garcia. Não há escolas na área rural, de modo que os alunos são transportados diariamente para a área urbana.

Segundo dados coletados pela Levantamento das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo (LUPA), a cidade possui 318 unidades de produção agropecuária, sendo 269 consideradas de pequeno porte, com áreas que variam entre 0,1 e 50 hectares e são caracterizadas pelo trabalho familiar (SÃO PAULO, 2008). Entende-se, portanto, que a atividade agropecuária é a principal atividade econômica de Campina do Monte Alegre.

Em Campina do Monte Alegre a cultura extrativista de coleta faz parte da cidade, sobretudo no distrito de Salto, região que habitam pescadores. Segundo Diegues (2003), o extrativismo de coleta se caracteriza por atividades rurais como agricultura em escala local, pesca e coleta aquática, realizadas por pequenos produtores. De acordo com Diegues (2003), a atividade extrativista está muito internalizada na vida das comunidades tradicionais que vivem e se relacionam com a Mata Atlântica, quer seja o extrativismo de coleta, o extrativismo manejado ou o extrativismo de cultivo (DIEGUES, 2003).

Diegues (2003), faz uma contextualização de diversos povos que vivem em contato com a floresta, como indígenas, quilombolas, açorianos, caiçaras, jangadeiros, sertanejos/vaqueiros, varjeiros, pastoreiros, pescadores e sitiantes. Os que se aproximam da comunidade local do município de Campina do Monte Alegre são os caipiras, pescadores e sitiantes.

O autor caracteriza os sitiantes como pequenos produtores que acabam dependendo das grandes plantações monocultoras para conseguir trabalho e recursos financeiros e ao mesmo tempo produzem em seus terrenos roçados para própria subsistência e em sua maioria possuem um trabalho precarizado e dependência direta dos grandes produtores que permeiam as cidades e assentamentos rurais. Assim o universo caipira vai se diluindo devido à pressão e imposição

da indústria do gado, soja, café e cana, essa realidade é encontrada especialmente no Sudeste e centro-oeste brasileiro (DIEGUES, 2003).

Destaca-se que atualmente o cenário paisagístico da região do Paranapanema encontra-se alterado, devido ao ritmo das plantações mecanizadas, em especial soja, algodão, cana e café (ZOCCHI, 2002).

Os pescadores, comunidades tradicionais que vivem na região litorânea, em rios e lagos, tendo como principal meio de subsistência a pesca, seja de água doce ou salgada, ainda que possuam outras rendas advindas da agricultura, possuem como predominância a atividade da pesca (DIEGUES, 2003). Vale destacar que muitos pescadores receberam auxílio financeiro do governo federal na época de piracema, pois entende-se que é sua principal fonte de sobrevivência e uma forma de preservar o meio ambiente, evitando a pesca na época de reprodução dos peixes. Segundo os moradores locais a atividade de pesca antigamente para subsistência no município era mais presente, porém, apesar de ainda ocorrer atualmente, não apresenta a mesma quantidade de peixes pescados.

O Rio Paranapanema, em especial na região de Campina do Monte Alegre, possui espécies de peixes como lambari, piapara, pirambeba, pacu, bagre, dourado piau, mandi, tilápia, dentre outros. Essa diversidade compõe e faz parte da identidade da cidade, inclusive em Salto, as ruas levam o nome de peixes.

Já os sítiantes podem ser caracterizados como pessoas que possuem como exercício central a agricultura, porém possui outras atividades, como artesanato, pesca, trabalho assalariado ou outras rendas complementares. Moram em sítios, pequenas propriedades e possuem produção familiar (DIEGUES, 2003).

Segundo dados do IBGE (2010), no que diz respeito à área rural do município e agricultura familiar, destaca-se a produção de leite, ovos e horticultura. Já em relação a produção em larga escala tem-se destaque para a produção de soja, milho, trigo e cana de açúcar, além da silvicultura, com mais de 2.000.000 de pés de eucalipto e presença de empresas do segmento de papel e celulose.

É importante destacar que o desenvolvimento da região ocorreu de modo desordenado, sem planejamento, pois as monoculturas crescem constantemente e a instalação de indústrias avançam no mesmo ritmo. Apesar do Rio Paranapanema ser considerado o mais limpo do estado, seu cenário é semelhante a outras bacias hidrográficas que atualmente estão poluídas devido ao modelo desenvolvimentista que se estabeleceu em suas margens. Desse modo, se não forem pensadas alternativas e novos modelos de desenvolvimento, será mais um rio que poderá ser extinto.

Em relação aos moradores da cidade normalmente trabalham nas fazendas e ranchos da região como empregados temporários, possuem seu próprio loteamento onde arrendam ou plantam para subsistência. O rio é responsável pelo sustento de muitas famílias, atividade que formou gerações de pescadores, porém moradores destacam que a pesca já não é como antigamente, pois é notável a redução de peixes, uma vez que anteriormente havia maior abundância. Atualmente, o cenário já não é o mesmo, devido a quantidade de lixo e veneno e presença de turistas que pescam de forma ilegal na época de piracema, deixando além de tudo sujeira no rio e na cidade.

Essas três populações tradicionais que habitam a Mata Atlântica destacadas acima, podem ser encontradas predominantemente no distrito de Salto, muitos moradores vivem da agricultura e da pesca no Rio Paranapanema, porém muitos jovens já perderam o interesse por esse tipo de atividade, migrando para cidades maiores em busca de novas oportunidades, como em Itapetinga, Sorocaba e São Paulo, além de seguirem novos caminhos a partir da possibilidade de estudo e do ingresso ao ensino superior, com o avanço das políticas públicas sociais. Reis et al (2003), em seu trabalho sobre o ambiente rural aponta para esse fato, de muitos jovens terem outras perspectivas e desinteresse, não somente pelas dificuldades do campo, mas também pelo processo de aculturação.

O distrito de Salto, localizado no município de Campina do Monte Alegre, é considerado o principal atrativo turístico da cidade e pode contribuir com a movimentação econômica do município e manutenção de jovens em seus territórios, se atrelado a outras atividades, pois há uma bela paisagem e diversidade de fauna e flora. No local encontram-se pássaros, como seriemas, garças, biguás e carcarás e um grande potencial para pesca, até mesmo dourados, que apesar de terem reduzido devido a pesca predatória, em alguns pontos ainda é possível conseguir (ZOCCHI, 2002).

Essas características naturais são perceptíveis e fazem parte do dia a dia e identidade da comunidade local, como pode ser visto na música de Tião e Donizete, moradores de Campina do Monte Alegre:

A nossa campina é uma cidade às margens do Rio Paranapanema, com suas belezas no meio da serra, inclusive é a terra que me viu nascer. Seu povo é humilde. Sem pretensão eu quero dizer. A bela cachoeira no bairro de Salto, onde se descansa e é bonito ver. Cardume de peixes sobe a correnteza, barcos e lanchas nas águas correm. É o ponto turístico da localidade, onde as amigas procuram crescer' (Tião e Donizete).

Esse mesmo cenário se observa no poema de Aleandro (1998) “[...] cidade, ainda bem pequena, se veste de festa, para receber os turistas, pescadores e pessoas de todo lugar. Seus

ranchos, seus campos verdejantes, uma verdadeira beleza. Seu povo hospitaleiro, seus rios, seu céu azul, muito mais que azul (GOMES; FRATERSCHI, 2006, p.38). Nota-se na canção a reverência para a natureza e como o rio faz parte do cotidiano da população, assim como a valorização da presença turística na região, com destaque para a cachoeira do Salto.

Como discutido nos capítulos anteriores, é notável no mundo contemporâneo uma fragmentação, no que se refere aos valores e relações humanas. Desse modo, os educadores possuem papel central na sociedade, para restabelecer essa dinâmica integradora entre indivíduos, mundo e natureza.

Oliveira (2010) aponta para o educar as mentes e os corações, educar o olhar para o conhecimento estético, do belo e suas multiplicidades e possibilidades, tecendo um futuro melhor, de homens livres e presentes. A autora afirma que esse olhar estético crítico pode vir através da contemplação e contexto ambiental, trazendo consciência aos sujeitos.

Em sua pesquisa, Oliveira (2010) desenvolveu um trabalho referente a importância da preservação do Rio Paranapanema, junto a crianças que viviam no Distrito de Salto, através da arte educação e do olhar contemplativo. As atividades artísticas foram desenvolvidas as margens do rio e em locais da cidade que tivessem relação com a natureza ou faziam parte da memória coletiva, como o coreto da cidade, visando com que as crianças olhassem para si mesmo e para o seu entorno, desenvolvendo um olhar cidadão e trazendo novas perspectivas relacionadas aos modos de vidas, proporcionando às crianças novos aprendizados, descobertas e ressignificando seu ambiente, reverberando em atitudes mais conscientes. Algumas atividades desenvolvidas foram: aquarela, desenho com elementos coletados na própria natureza, pintura com argila do rio, pintura da fauna e flora, rodas de conversa e contação de história.

Vale salientar algumas falas de alguns moradores apontadas na pesquisa de Oliveira (2010): “[...] o rio é um pedaço da minha vida, ele tem muitas histórias para contar[...]”; “[...] eu sinto alegria quando olho o rio, a cachoeira me acalma [...]”; “o rio representa uma natureza bem preservada”; “[...] esse lugar é muito bonito, mas está maltratado, jogam muito lixo no rio” [...]; “[...] a mata ciliar protege o rio, igual nossos cílios que protegem nossos olhos [...]”; “[...] aprendi muitas coisas sobre arte e natureza, a não jogar lixo, não desmatar, porque tudo isso acaba com muitas coisas bonitas, como flores e vidas que existem na natureza [...]” (OLIVEIRA, 2010, p.46-47).

Essa sensibilidade através da arte e da educação ambiental pode ser notada no trabalho de Oliveira (2010) ao relatar o momento em que as crianças que participavam da oficina têm a ideia de construir uma instalação com o lixo encontrado nas margens do rio, pois ficaram

surpresas e impactadas com o que encontraram ali, fralda, garrafa, pneu, linha de pesca, lâmpada e muito mais. Assim, construíram uma obra de arte com o lixo coletado, uma manifestação artística que surgiu de forma espontânea e diziam: “[...] vamos colocar tudo aqui, para assustar quem suja [...]”; “[...] vamos escrever um bilhetinho, levar para o Prefeito [...]”; “[...] o ser humano destrói e toda natureza sofre, adoro nadar no rio, mas sua beleza está acabando pela poluição [...]”, após dias da instalação, destacaram: “[...] acho que todo mundo entendeu nossa arte e porque fizemos tudo isso [...]” (OLIVEIRA, 2010, p.48).

As atividades eram acompanhadas com reflexões sobre a natureza e a importância de ações sustentáveis, desperdício da água, histórias, conversas com moradores antigos e as próprias crianças traziam histórias, muitos participantes eram filhos de pescadores e traziam relatos e memórias de seus pais e avós, gerando de forma lúdica esse olhar crítico que refletiu nessa ação natural e vontade das crianças exporem seus pensamentos em forma de manifestação artísticas. Esse foi um trabalho que durou aproximadamente 3 meses e teve resultado nos participantes da pesquisa, pois saíram das atividades sensibilizados para as questões ambientais do território o qual estavam inseridos (OLIVEIRA, 2010). Ações como essa mostram sua verdadeira importância e o potencial existente para transformação, pois a partir dos encontros realizados visualizou-se uma mudança de conduta e pensamento crítico por parte dos participantes.

O projeto sensibilizou todo o vilarejo, que encerrou com um evento de festa junina no barracão, como uma forma de festejar o encerramento do ciclo para compartilhar o projeto com os moradores e expor os materiais das crianças. Teve grande repercussão, os moradores se envolveram e ao final houve um convite do Prefeito para expor o projeto na casa de cultura da cidade, materializando ainda mais a importância do trabalho. Foi possível notar durante a leitura do trabalho, a transformação das crianças que participaram da oficina e como elas compartilham e envolveram seus familiares, também provocando uma mudança comportamental, um entusiasmo na forma que passaram a olhar para o seu vilarejo, fomentando o pertencimento e o despertar ambiental. pode-se dizer que as crianças de forma indireta deram uma aula sobre cidadania (OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, torna-se importante salientar ações como essas, pois a atividade turística pode se inspirar em ações que tenham viés educativos, artísticos, contemplativos e de lazer, junto com profissionais de outras áreas, pois essa é uma das técnicas de interpretação ambiental, que proporciona de maneira integrativa novas atividades de lazer no município e que em paralelo auxiliam na conservação do patrimônio natural. O turismo não é apenas deslocamento, mas também as atividades oferecidas, que podem utilizar recursos simples de baixo

investimento, protagonizados pela própria população, a partir do turismo de base comunitária e da economia criativa, como foi o caso do exemplo ilustrado anteriormente.

4.2.1 Contextualizando: Turismo no município de Campina do Monte Alegre

Em 2017 o município de Campina do Monte Alegre, foi contemplada com o título de município de interesse turístico (MIT), política pública do Estado de São Paulo visando categorizar algumas cidades com potencial turístico e destinar verba de 650 mil por ano para investimento em infraestrutura de apoio ao turismo e eventos.

O calendário de eventos da cidade é composto pelas seguintes festividades: *Réveillon*, Campesca, Baile do Havaí, Carnaval, Copa Comércio de Futebol, Aniversário do município, Festa do Milho, Arraiá do Salto, Festa ao Padroeiro São Roque e Folclore (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2019). Essas celebrações atraem não apenas moradores mais turistas da região, principalmente o carnaval, réveillon, baile do Havaí e Campesca.

No que se refere aos atrativos turísticos, a cidade possui dois principais: a cachoeira do Salto formada pelo Rio Paranapanema e o Lago central, localizado já na parte urbana no município. O rio Paranapanema é por si só o principal indutor do turismo e demais atividades, pois devido sua abundância e beleza cênica, atrai visitantes. Segue abaixo as figuras dos principais pontos turísticos da cidade.

Figura 6 - Cachoeira do Salto em fevereiro de 2021



Fonte: Autora (2021)

Figura 7 - Cachoeira do Salto em janeiro de 2018



Fonte: Autora (2018)

O regime do Rio altera conforme os períodos de chuva e, normalmente, no inverno é o período mais baixo e nas demais estações, sobretudo no verão, o rio fica mais volumoso. Percebe-se que a foto mais recente, tirada em 2021 no mesmo período, as pedras aparecem,

com um rio bem mais seco, ainda que esteja no período de cheia. Essa alteração da paisagem foi uma observação que também foi apontada por moradores e turistas e será trazida mais a frente na pesquisa.

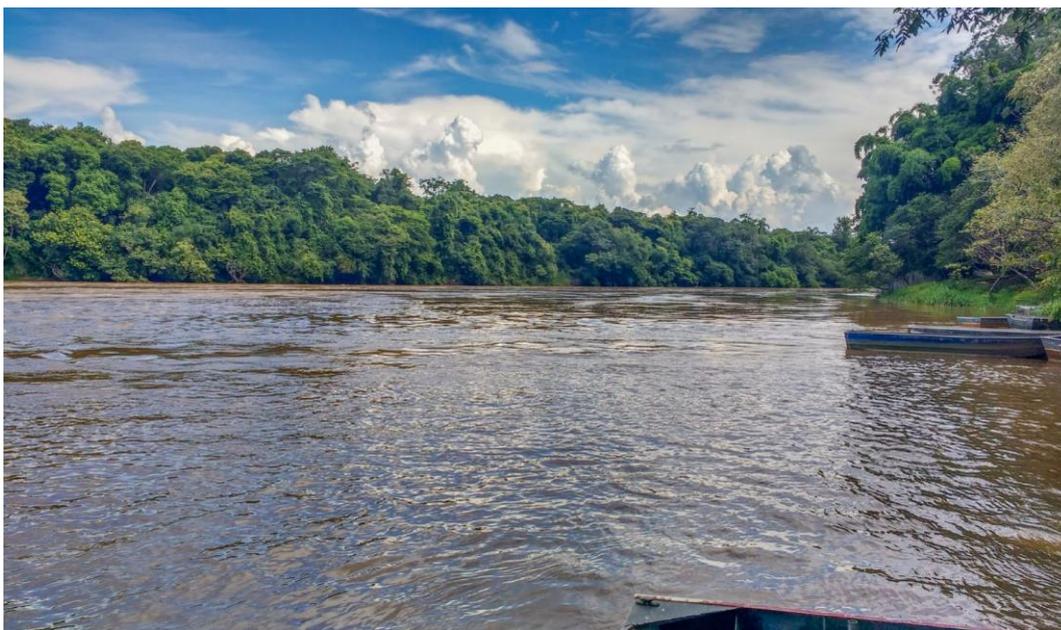
Figura 8 - Restaurante da Cachoeira



Fonte: Autora (2022)

O restaurante da Cachoeira é um dos atrativos complementares, e que movimenta o local aos finais de semana e feriados, pois inúmeras famílias, sobretudo da região, vem almoçar no local devido a gastronomia, conhecida pelo porco à pururuca e porção de peixe, além do ambiente natural com vista para o Rio Paranapanema, onde as pessoas ficam reunidas tanto na parte interna do estabelecimento, quanto na parte externa, com mesas embaixo das árvores em frente ao rio. Pode-se afirmar que atualmente o restaurante é um dos responsáveis por atrair público ao atrativo, pois é a principal estrutura presente. Além do restaurante, o gestor administra uma pousada, único meio de hospedagem formal do Distrito, que não seja aluguel de rancho.

Figura 9 - Rio Paranapanema (Trecho da Cachoeira de Salto)



Fonte: Autora (2022)

Figura 10 - Pescadores no Rio Paranapanema



Fonte: Autora (2022)

O Distrito de Salto é conhecido por conta dos peixes e da pesca. Essa característica é notória no bairro, é um aspecto cultural, com a presença de pescadores locais, alimentação e

até mesmo os nomes das ruas possuem nome de peixe e pode-se afirmar que faz parte da identidade da comunidade. Segundo os moradores do bairro a pesca é dos motivos pelo qual as pessoas se deslocam para a cidade, porém ressaltam que esse perfil de visitante vem mudando ao longo dos anos, pois o rio já não é o mesmo de antigamente, pois vem sofrendo mudanças no que se refere a quantidade de peixes e a vazão da água e na visão dos mesmos essa situação impactou e mudou o turismo.

Figura 11 - Encontro dos Rios Itapetininga e Paranapanema



Fonte: Daniel Rodrigues (2022).

A figura 11 acima mostra o Encontro dos Rios e essa região fica na área urbana de Campina do Monte Alegre. Pode-se ver que ao lado esquerdo o é Rio Itapetininga e ao lado direito é o Paranapanema. Apesar de possuir potencial para desenvolvimentos de atividades turísticas ambientais e educacionais, o local ainda não é explorado. Vale frisar que o Rio Itapetininga possui alto nível de poluição, pois passa por cidades industriais, onde há presença de fábricas próximas às margens que fazem o descarte incorreto de resíduos, acarretando diversas denúncias ao longo dos últimos anos. Portanto, nesse momento de encontro das águas entre os rios, o Rio Paranapanema também é contaminado, mesmo que em menor grau. Essa situação mostra que é importante uma gestão dos recursos hídricos de forma conjunta, pois estão interligados e seus impactos desdobram e impactam uns aos outros.

Figura 12 - Paredão (Potencial atrativo turístico)



Fonte: Daniel Rodrigues (2022)

O paredão (figura 12) também é um ponto turístico inexplorado e as pessoas que frequentam o município não sabem de sua existência. É um local conhecido pelos moradores e que foi destacado pelos entrevistados devido a imensidão, beleza e possibilidade para desenvolvimento de passeios de barco. Pode ser acessado por trilha e visto de cima, porém é uma trilha sem estrutura e um caminho conhecido exclusivamente por quem mora no local, ou pode-se acessar de barco, cerca de 20 minutos saindo da Cachoeira de Salto. Desse modo, poderiam ser realizados passeios com guias de turismo contando sobre a formação rochosa, características geográficas, mata ciliar e história do rio Paranapanema. Porém, vale ressaltar que antes de implementar qualquer atividade nesse sentido, é necessário estudos geológicos, delimitação das embarcações e capacidade de carga, pois no ano de 2022 tivemos o exemplo do acidente grave em Capitólio/MG onde houve deslizamento das rochas de um cânion devido ao turismo massificado, ilimitado e sem planejamento.

Figura 13 - Lago municipal de Campina do Monte Alegre



Fonte: Autora (2022)

O lago municipal (Figura 13) é artificial, fica localizado na área urbana do município, foi construído em 1980 e desde então serve como área de recreação, principalmente com foco na atividade relacionada à pesca. Em sua pesquisa sobre análise da qualidade da água, SFAIR *et al* (2020), destaca a poluição visível presente na água do lago municipal, comprovando através da análise físico-química-microbiológico da água que ela está imprópria para banho em alguns meses específicos do ano, pois os dados do PH que mensura se a água é própria ou imprópria oscilam. Desse modo, pode-se concluir que há um índice de poluição no local, ainda que dentro do permitido pela resolução do CONAMA nº 274/2000, que determina que PH menor que 6 e maior que 9 são consideradas impróprias, o que ocorreu em alguns períodos no local, contrariando sua balneabilidade. Ainda que não seja o foco do trabalho, esse dado apresentado é importante, pois tem relação com a gestão da água que o município faz.

Figura 14 - Sítio Frutas Raras



Fonte: Autora (2022)

O Sítio Frutas Raras (Figura 14) é idealizado pelo entrevistado A1, autodidata e pesquisador sobre frutas e meio ambiente, sua profissão é frutólogo, coleciona frutas nativas e exóticas de diversas partes do mundo, sobretudo espécies brasileiras. Iniciou seu trabalho de colecionador de sementes e de árvores frutíferas por causa de uma fruta que tem na beira do rio Paranapanema, o Saputá, que produz um fruto amarelo, e no passado os pescadores utilizavam para pescar pacu. De acordo com seu depoimento, hoje as novas gerações praticamente não conhecem esse fruto e os poucos que têm plantado quase nem produzem por causa da degradação do meio ambiente. Afirma que a beira do rio poderia ser reflorestada com essa e outras espécies nativas.

Atualmente A1 é considerado um dos principais colecionadores de árvores frutíferas do mundo, seu trabalho e coleção de frutas é considerado o maior acervo do Brasil, com 1600 espécies, sendo 1300 de plantas nativas, com mais de 250 espécies de frutas nativas da região de Campina do Monte Alegre, Angatuba, Buri, e Itapetininga, da bacia do rio Paranapanema como um todo, do bioma cerrado e mata atlântica presentes na região. O local recebe visitantes do Brasil inteiro e turistas de várias partes do mundo. Segundo A1: “[...] já veio holandês, veio

ônibus de turistas, exclusivamente pra ver meu trabalho. Com guia tradutor né, é muito legal. Esse público é diferente do costumeiro (A1)”.

Dessa forma, o entrevistado discorre sobre a importância do apoio público municipal para desenvolvimento das ações ambientais descritas acima e que refletem e impactam no turismo:

É uma questão de apoio, o município poderia dar mais apoio, desenvolver uma área parecida com a nossa, mas que fosse pública, poderia ter uma área dessa, de frutas, ou outros produtos, agricultores plantando várias frutas e desenvolver uma cozinha com os produtos regionais. Geraria trabalho, renda e turismo para o município. E na parte do poder público, precisa de alguém que compreenda a legislação para poder fazer as coisas. (A1).

O entrevistado A1 é conhecido pelo seu trabalho de pesquisa, escreveu livros, deu diversas palestras em universidades e entrevistas para canais de televisão. É um trabalho que poderia fortalecer o turismo na região caso a cidade tivesse um planejamento turístico integrado e focado no turismo ambiental, pois o trabalho que ele desenvolve de forma independente, está diretamente ligado a educação ambiental e tem relação direta com a proteção do meio ambiente e da bacia do Paranapanema, como mencionado por ele a questão da urgência do reflorestamento ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental pelo turismo é uma alternativa necessária, diante dos problemas ambientais eminentes, uma vez que ela pode contribuir com a qualidade de vida dos seres humanos (XAVIER, 2002).

Durante a atividade as pessoas aprendem sobre as espécies e experimentam frutas raras, além de ter a possibilidade de comprar doces dessas frutas nativas e exóticas produzidas por sua família. A atividade que desenvolve é uma verdadeira aula prática e lúdica, que pode conectar o visitante ao território a partir do aprendizado e sensibilização, pois A1 possui um conhecimento científico sobre as espécies da mata do Paranapanema. O público que recebe atualmente está interessado em um turismo científico e pedagógico, com muitos pesquisadores no local, o que demonstra o potencial ambiental da região e do turismo focado na experiência, ensino e interação com a natureza. Sua propriedade pode ser considerada um verdadeiro refúgio ecológico. Durante a pesquisa de campo A1 foi entrevistado e suas percepções acerca do meio ambiente e da atividade turística serão abordadas mais adiante.

Em relação a oferta turística e infraestrutura de apoio, Campina do Monte Alegre possui poucas opções de meios de hospedagens em área urbana e em área rural, como hotéis e pousadas. É comum o aluguel de ranchos em alta temporada. Há opções de restaurantes e pequenos mercados. A principal infraestrutura está concentrada no município de Angatuba. A cidade possui também alguns pontos turísticos secundários, porém sem grande poder de

atração, como a Igreja Matriz do Distrito de Salto, e de Campina do Monte Alegre e Estação Ferroviária, além da parte histórico-cultural, como presença indígena, rota dos tropeiros, gastronomia e revolução de 32, porém atualmente não há um plano para valorização desses patrimônios imateriais.

Nesse sentido, fica evidente que o principal recurso turístico e de lazer para moradores e turistas advém das águas, a água do Paranapanema. Seria fundamental criar mecanismos para sua preservação, pois além de ser um dos últimos rios volumosos limpos do Estado de São Paulo, possui relação intrínseca com os modos de vida da população é de extrema importância ambiental a nível estadual.

Dessa forma, nos próximos capítulos serão abordados a visão da comunidade local, ambientalistas e turistas no que se refere aos usos do rio, em especial na cachoeira do Salto, identificando não apenas seus usos, mas também as ações existentes e possibilidades para preservação do Paranapanema e a criação de uma cultura ambientalistas dos destinos localizados às margens da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, através do foco no município de Campina do Monte Alegre.

5. DESPERTAR AMBIENTAL, LAZER E TURISMO: UMA POSSIBILIDADE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O presente capítulo tem como finalidade discutir os resultados, através dos dados coletados e da articulação com o conteúdo teórico que permeia toda a pesquisa. Dessa forma, será dividido em três seções. A primeira parte da discussão traz as percepções dos moradores e ambientalistas sobre as transformações territoriais, ameaças ambientais, sentimento e pertencimento em relação ao rio Paranapanema e os lazeres possíveis no Distrito de Salto.

Em um segundo momento o trabalho apresenta a percepção dos turistas, identificando o perfil do visitante que frequenta a cachoeira do Salto, suas expectativas e relação com o Rio Paranapanema e com o turismo ecológico.

Por fim, é abordado os dados coletados junto aos gestores públicos, compreendendo as ações relacionados ao turismo e meio ambiente no município de Campina do Monte Alegre e se há uma gestão integrativa e uma política que vise preservar o patrimônio natural da cidade e aplicar medidas relacionadas a educação ambiental, para a formação dos sujeitos, seja ele turistas ou morador.

5.1 Transformações locais a partir da visão da comunidade local

Um dos objetivos do trabalho foi analisar a visão dos moradores em relação a atividade turística desenvolvida na cachoeira do Salto e, desse modo, para abarcar todo o contexto turístico, as perguntas realizadas foram desde a macro realidade, como a questão da infraestrutura até as questões micro, focada na cachoeira, visando aprofundamento dos temas que permeiam e se relacionam de forma direta e indireta com o turismo naquele espaço.

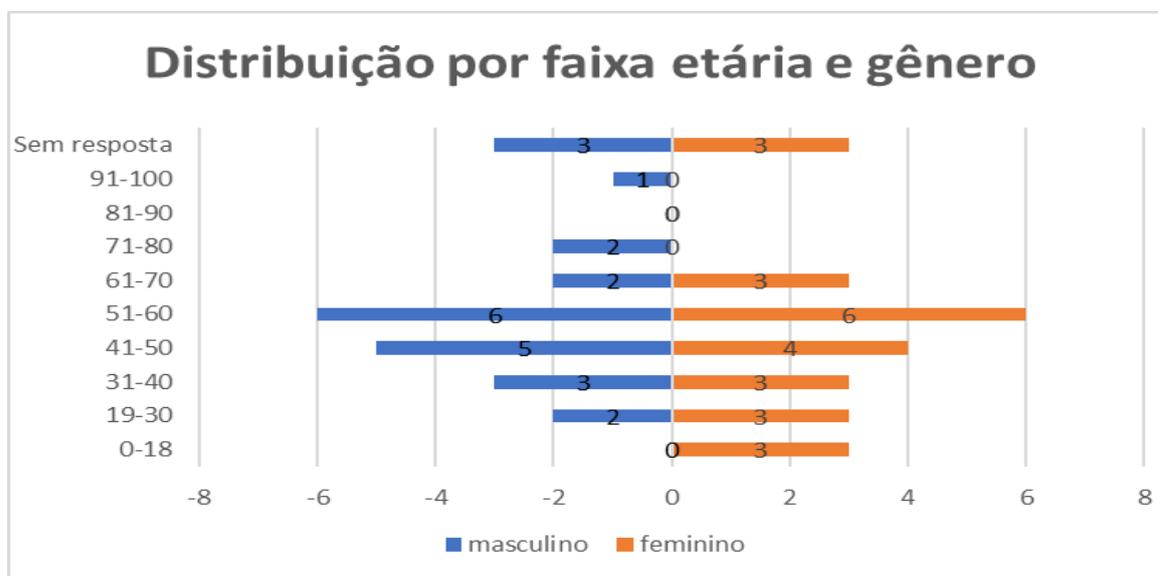
A pesquisa também se propôs identificar os usos e lazeres relacionadas ao Rio Paranapanema, buscando compreender a relação e seus significados com a comunidade local, além de analisar transformações ambientais do Rio. Por isso, essa seção da pesquisa abordará detalhes minuciosos, pois é fundamental as múltiplas visões da comunidade e narrativas apresentadas nas entrevistas, para que seja repensado e planejado de forma consciente as atividades turística no rio Paranapanema, bem como possa ser identificado seus potenciais e reforçado a importância de instaurar medidas que preservem o rio mais limpo do Estado de São Paulo, uma vez que o mesmo já corre riscos e mudanças em sua paisagem.

As perguntas e respostas com os moradores do Distrito de Salto localizado no município de Campina do Monte Alegre foram divididos em três blocos temáticos para melhor

compreensão das análises e resultados, sendo eles: Transformações da cidade e infraestrutura; ameaças ambientais relacionadas ao rio Paranapanema e Lazer e Turismo.

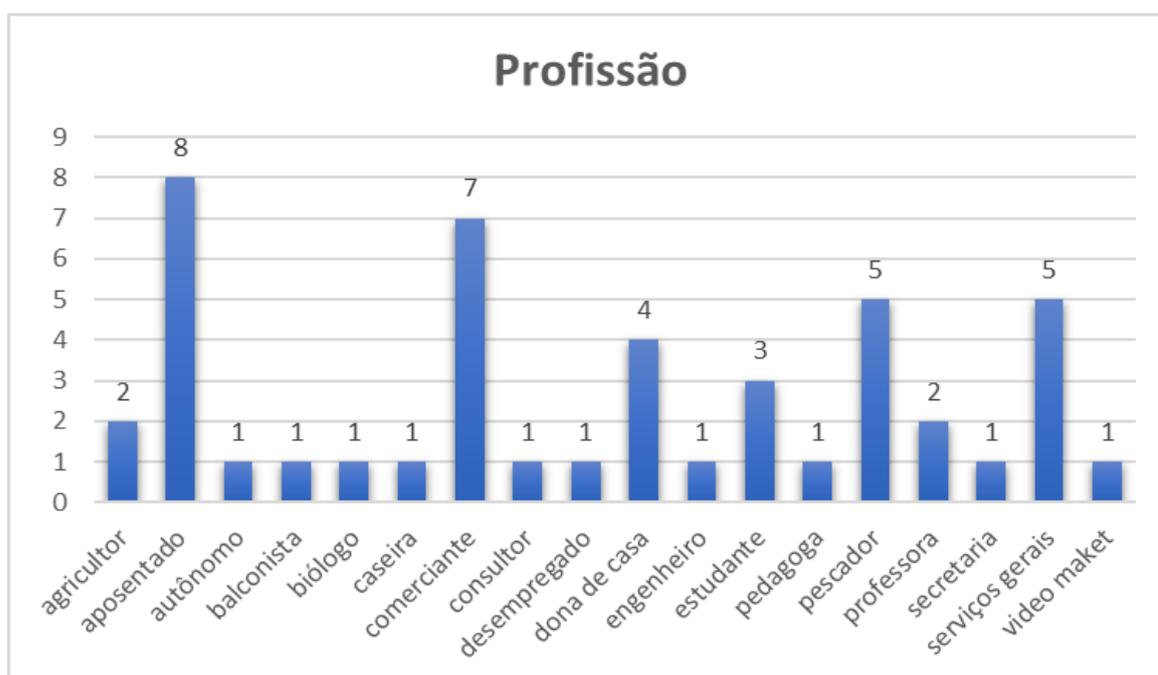
No gráfico abaixo será apresentado a distribuição de faixa etária, gênero e profissão dos moradores entrevistados.

Gráfico 1- Faixa etária e gênero moradores



Fonte: Autora (2022)

Gráfico 2 - Profissão moradores



Fonte: Autora (2022)

O gênero dos entrevistados foi equilibrado, sendo 52,2% masculino e 47,8% feminino. Já as faixas etárias foram bem distribuídas, porém com destaque para a faixa dos 51 aos 60 anos. As profissões que mais se destacaram foram aposentados, comerciante, pescador e serviços gerais e esses dados serão discutidos mais à frente, mas se relacionam com a atividade turística diretamente, pois os profissionais que atuam nos serviços gerais normalmente trabalham nas casas de segunda residência, assim como o comércio se relaciona e depende dos fluxos turísticos do município.

Neste ano de 2022 o município de Campina do Monte Alegre completou 31 anos de emancipação de Angatuba, configurando-se, portanto, como uma cidade nova. Dessa forma, na primeira parte da análise dos dados coletados, foi explanado as transformações do bairro de acordo com a visão da comunidade local.

Sobre as transformações, a parte estrutural no bairro foi citada frequentemente pelos moradores. Um deles afirma: “Para nós aqui no Salto as principais mudanças foram o asfalto, internet, sinal de torre de celular, que antigamente não tinha” (M46). Nesse sentido, um dos entrevistados declara ao ser questionado o que teria mudado de forma positiva no local “O bairro cresceu, fizeram infraestrutura que não tinha, tipo asfalto, esgoto, positivo seria isso” (M31).

Nessa mesma linha de pensamento:

A infraestrutura está um pouco melhor que antes que era só estrada de terra, hoje já tem asfalto em Salto, a parte de sanitização, a parte de saúde, já temos posto de saúde, hoje em dia tem médico, a infraestrutura está razoável porque é um bairro pequeno, vamos dizer que temos tudo aqui, internet. Inclusive eu tenho 1GB de internet aqui no meio do mato, eu tenho fibra óptica, imagina isso, pouco tempo atrás não era possível, até sinal de celular era ruim aqui (M05).

O mesmo entrevistado complementa:

A mudança que houve desde o tempo em que eu era criança até agora foram essas mesmo: o asfalto que não tinha, era estrada de terra. Eu particularmente gosto mais de estrada de terra, tem mais essa essência do interior, não é? Quando disseram que iriam asfaltar, eu fui contra o asfalto. Primeiro porque não iríamos ter segurança porque quando a estrada está boa o carro já anda muito rápido. E ainda tem muitas pessoas que andam de cavalo, que fazem caminhada, que andam de bicicleta, imagina com o asfalto o que isso vai virar? Entendeu? E nas reuniões que eu participava, sempre falava que era contra o asfalto por isso e porque perde aquela essência. O pessoal que vem de fora, os turistas gostam de ver uma entrada de barro, gostam de ver uma poeira e com asfalto vai ser uma cidade de interior com asfalto, nos bairros (M05).

Este é um ponto interessante de se analisar, pois a instalação das vias asfaltadas traz impactos significativos para os pequenos bairros. No caso de Salto, a via asfaltada foi a principal que leva até a cachoeira. Muitos moradores consideram positivo, pois além da poeira que entravam nas casas, havia também risco dos carros atolarem em épocas de chuvas.

Todavia a fala do entrevistado acima é pertinente no contexto turístico e também no planejamento das cidades, pois é notório que este tipo de modernização sem analisar os contextos locais pode desconfigurar e modificar as dinâmicas sociais, sobretudo em um bairro rural, como o de Salto e, por isso, é fundamental que esse tipo de ação seja pensada junto à comunidade, além de estudar formas alternativas para implementação de infraestrutura e modernização do espaço, a partir de técnicas que se enquadrem com os contextos e essência do destino, investindo em melhorias, porém de acordo com a realidade local.

Se tratando de acesso, uma das observações realizadas em campo, foi a qualidade da estrada que liga Salto ao centro urbano de Campina do Monte Alegre. É um trecho perigoso, pois além de passar muito caminhão de carga, o que ocasiona buracos na pista, a estrada não possui acostamento. Essa insatisfação foi colocada também por moradores em algumas conversas. Pode-se afirmar, baseado neste contexto, que mesmo o bairro de Salto sendo o principal indutor do turismo na cidade, por conta do rio e da cachoeira, ele ainda sofre de algumas precariedades e de ausência de atenção e investimento do poder público ao longo desses anos.

Tratando-se de desenvolvimento do bairro, dois entrevistados apresentaram suas visões de como era o local o antes de Campina do Monte Alegre ser emancipada:

[...] a gente não tinha rede de esgoto, a gente não tinha água encanada, a gente não tinha luz nas casas nem na rua e isso veio tudo depois que começou a prefeitura na Campina do Monte Alegre. Foi feito o posto de saúde, hoje tem médicos, dentista, enfermeiras trabalhando. O asfalto também a gente não tinha; a gente não tinha pracinha, hoje a gente tem, então teve mudança sim. E aumentou muito a nossa população, aumentou bastante, como as pessoas daqui que foram casando e aumentando a família e construindo e os turistas que foram se instalando aqui também (M06).

Ainda sobre a parte de infraestrutura um dos moradores comenta:

Quando nos mudamos para cá, demorou para ter energia elétrica, usávamos lamparina, com muito custo minha mãe comprou um lampião a gás, usava fogão a lenha, daí demorou um pouquinho a mãe comprou um fogão a gás também. As coisas foram evoluindo, veio a energia elétrica; evoluiu bastante, tem posto de saúde hoje, tinha duas escolinhas, quando eu vim para cá. Agora só na campina tem, pré-vestibular e ensino médio. Agora não tem mais nada aqui de alfabetização (M01).

Um assunto levantado por alguns entrevistados foi a questão das escolas, que atualmente as crianças e adolescentes precisam ir até a cidade para estudar. No passado havia escola para educação infantil no bairro, o que era considerado um facilitador para as famílias, além de ser importante para o território a presença das escolas, pois é possível trabalhar com as territorialidades e saberes locais. Outro entrevistado comenta “[...] antes tinha escola aqui no bairro, hoje não, mas se as crianças pequeninhas estudassem na escolinha daqui seria melhor, os pequeninhos pelo menos, é bom que estudassem aqui eu acho [...]” (M14).

Também foram manifestados diversos desapontamentos relacionados às questões relacionadas à infraestrutura e atividades. Os moradores que participaram da pesquisa destacaram que para além das melhorias de infraestrutura básica, como saneamento, eletricidade, internet e saúde, não houve avanços consideráveis. A sensação de abandono do bairro foi um sentimento coletivo percebido. O entrevistado, M19 diz “[...] aqui parece que não muda, não muda nada, é quase a mesma coisa[...]”. Afirma ainda que “Aqui o bairro nosso é meio esquecido” e, nessa mesma linha, M32 aponta: “O bairro está meio parado. Esqueceram um pouco do bairro”.

Nesse quesito, uma das principais reclamações da comunidade estava relacionada à beira da cachoeira, pois de uns anos para cá, avançou um mato que não faz parte da vegetação nativa e está tampando parte do rio e a vista para a queda d’água, interferindo na paisagem, pesca e nado. Outro aspecto levantado foi a escassez de atividades de lazer para a população, tanto para crianças, jovens e terceira idade, pois as atividades culturais e esportivas estão concentradas na área urbana de Campina do Monte Alegre, como afirma o entrevistado M30 “Aqui poderia melhorar bastante, Saltinho depende muito das atividades que acontecem na Campininha”.

Durante as entrevistas, ainda no tópico sobre as transformações da cidade, a principal mudança apontada pelos moradores de forma majoritária foi o crescimento do bairro. Os principais motivos para o aumento populacional apresentado foram: A atividade turística; as famílias locais que foram crescendo e a instalação de algumas empresas na região, como é o caso da granja que está sendo instalada no bairro e trouxe muitos trabalhadores de fora para sua construção.

Nesse contexto, alguns dos entrevistados trazem suas percepções:

Eu vejo muitas mudanças no bairro. Aumento de pessoas novas vindo, pessoas da cidade que estão preferindo morar aqui hoje, estão deixando a vida da cidade para morar aqui na tranquilidade do Salto (M45).

Desde que nasci, a transformação que eu vejo no Salto, na cidade é a transformação de população, antigamente você ia do Salto e conhecia todo mundo e hoje já não conheço todo mundo porque tem muitas pessoas, os turistas que compram rancho aqui no Salto, até mesmo pessoas mais velhas que se aposentam em São Paulo e acabam escolhendo o Salto para morar e passar o resto da vida (M05).

Esse aumento de população, causa preocupação nos moradores e já trouxe impactos negativos para o bairro, como veremos adiante. Vale ressaltar que as falas abaixo não necessariamente possuem ligação direta com o aumento populacional advindo do turismo, mas sobretudo pelo aumento de pessoas que se instalaram na localidade devido às empresas da região. Entretanto, é importante discutir e relacionar com o advento do turismo, pois os fluxos migratórios turísticos sem planejamento causam impactos nos destinos e mudanças culturais e comportamentais, principalmente em época de grandes eventos, como apontado por moradores.

Visando apontar o papel do turismo na sociedade, Barreto (1991), apresenta uma visão humanista para atividade, propondo que seu planejamento esteja pautado nas Ciências Sociais e não visto exclusivamente e com maior ênfase pelo viés econômico. Segundo a autora, o planejamento é estabelecer antecipadamente as ações voltadas para o futuro, através da sistematização de um conjunto de decisões, com propósitos e formas de viabilizar os resultados almejados. Para isso é necessário estabelecer os objetivos, ordenar os recursos e determinar os métodos (BARRETO, 1991).

Discutir os impactos negativos do turismo é fundamental ao projetar um destino como turístico, pois de acordo com Rodrigues (1997) os principais prejudicados com os impactos advindos é a comunidade receptora, uma vez que o turista tem o privilégio de escolher o local que irá usufruir no seu tempo de lazer.

Nesse sentido, Magalhães (2002), considera o fenômeno turístico complexo, pois lida com três dimensões distintas e que precisam estar integradas, sendo elas: a satisfação e necessidades dos clientes, custos e benefícios que o turismo pode trazer para comunidade local e a preservação dos recursos naturais e culturais, pois além de ser necessário para a sociedade são os principais indutores das viagens. A autora destaca que conciliar esses três interesses é desafiador, uma vez que um dos atores (o turista) está se divertindo e do outro lado (os moradores) estão trabalhando e seguindo sua rotina cotidiana. Por isso, é fundamental que a gestão turística seja feita de modo local, incentive iniciativas vindas da comunidade e os projetos estejam integrados com outras áreas.

Segundo Hintze (2021), o turismo é feito de encontros de sujeitos diferentes, no entanto, muitas vezes, o sujeito que recebe é visto e colocado de forma estereotipada e invisibilizado

para atender as demandas turísticas, criando-se assim um simulacro e espetáculo com foco no consumo, onde os problemas advindos da atividade turística não são discutidos, pois é um objeto de desejo e as mazelas que vem junto com este fenômeno são minimizadas, como exploração de mão de obra, devastação ambiental, especulação imobiliária e aculturação.

No que se refere a esses impactos negativos, os principais pontos mencionados foram:

Aqui mudou, está mais movimentado eu acho de uns tempos para cá. O lado negativo é que estão fazendo muita construção, empresa construindo, muita área grande, então estão vindo muitos jovens de fora, está vindo muita gente de fora para trabalhar e é bom por um lado, mas por outro lado eu acho que quebra um pouco, como é que fala? Você vê gente usando droga, até tinha antes, mas ninguém via, então acho que isso que está estragando um pouco, que a gente sente medo o cara quando está muito bêbado, drogado, dá medo na gente, eu tenho medo, porque tem uns que chegam e são agressivos, grossos. [...] está tendo muita gente de fora, molecada jovem, aí eles alugam bastante casa, é bom para o turismo, é bom para o pessoal que tem aluguéis, mas de uma certa forma eu acho que o nosso Saltinho aos poucos vai sair um pouco dessa tranquilidade, vai aumentar muito turista, as empresas, é bom, dá emprego para o pessoal daqui também, mas geralmente as empresas já traz o pessoal deles pra trabalhar (M04).

Ainda sobre as rupturas relacionadas a tranquilidade do bairro:

Eu vejo muitas transformações. Antigamente era muito mais puro, não tinha droga, entendeu? Era um local assim, até digo ingênuo para se viver, um local pacato, tranquilo. Hoje em dia com crescimento, com o progresso eu acho que entrou muito coisa ruim aqui também (M43).

Esse fenômeno de transformações espaciais é perceptível e relatado por moradores do bairro. De acordo com os dados do IBGE (2022), a população da Campina do Monte Alegre no censo demográfico realizado em 2010 era de 5.567 habitantes, já a previsão para os anos de 2021/2022 é de 6.088 habitantes, o que comprova o crescimento populacional do município.

No que tange a atividade turística, vale destacar que o aumento populacional se dá pelos denominados “rancheiros”, são pessoas que têm casa de segunda residência no bairro e muitas que se aposentaram e foram morar definitivamente em Salto. No princípio desse processo, um entrevistado complementa: “[...] aqui era mato, só tinha trilha para descer no rio, ali. Nem carro não chegava, aí com o tempo foi mudando, logo que o pessoal foi chegando, foi desmatando, tal, construindo, aí ficou assim” (M39).

Sobre o surgimento do turismo no bairro um morador explica:

[...] a cachoeira era tudo mato aqui, toda essa parte aqui era mata. Aqui é um lugar de transição entre cerrado e mata atlântica, não é? E toda essa parte aqui era mata. Aí essas famílias foram vindo e foram aumentando essa região, por causa do rio mesmo, aí começaram a surgir os primeiros ranchos, lá antes da década de 50 ainda (M10).

Nesse contexto, surge também o restaurante, localizado na cachoeira, que desde sua fundação, até a atualidade é considerado um serviço significativo e que gera valor ao atrativo principal que é a cachoeira, pois devido a gastronomia as pessoas permanecem por mais tempo no local e muitos se deslocam justamente pela existência do restaurante. Em relação ao seu surgimento um dos entrevistados diz:

O pessoal que tinha o terreno aqui começou a construir o restaurante antigo ali atrás, era um barracão bem grande e antigo. Depois fizeram a casa, fizeram uma pousada com uns 20 quartos, depois foi demolido, construído um novo no local atual e nunca mais fechou. Naquela época tinha muita gente e também não tinha ranchos. O pessoal vinha e ficava tudo aqui. Aí que se iniciou, se desenvolveu o turismo, o rancho, as pessoas (M46).

No que se refere a esse período, o turismo ocorria de forma distinta segundo os moradores, pois os ranchos ainda estavam sendo construídos, desse modo, era comum a presença de muitos pescadores que acampavam nas margens do rio ou ficavam nessas pousadas citada acima, além de famílias que estavam construindo suas casas de segunda residência e acampavam durante os finais de semana e feriados.

Compreende-se que o cenário antigamente era diferente no município, tanto por conta do número grande de pescadores que vinham todo o ano pela ausência de legislação e pela diversidade de espécies, quanto das pessoas que estavam construindo seus ranchos e ficavam acampados. De acordo com alguns relatos, a construção dos ranchos alterou a dinâmica do município e pode-se dizer que muitos desses pescadores se instalaram no município gradualmente.

Tanto a atividade turística, quanto a paisagem mudaram ao longo desses anos. Os entrevistados mais velhos comentam que antigamente o fluxo e quantidade de turistas era maior, justamente por conta da pesca, notam que hoje em dia mesmo havendo movimento, não é na mesma intensidade. Seguem alguns depoimentos:

De infraestrutura, meio que estagnou. Não posso dizer que teve uma evolução ou alguma coisa assim. Em questão de turismo, acho que acabou regredindo um pouco: antes o turismo era maior, tinha muito mais turista. Não sei se foi alguma coisa econômica, não sei por que, mas diminuiu de 20 anos para cá (M33).

Antigamente tinha uma floresta, um monte de matos, tinha um campo bem aberto antes dos ranchos, e o pessoal vinha acampar, armavam barracas. Não é do meu tempo, mas meu pai contava que era muito frequentado e tinha muito peixe, hoje em dia está meio fraco (M05).

Há muitos anos, quando eu era moleque, tinha camping aqui. Era mais barraca. Para você ver. Eu cheguei a contar na época 80 barracas. O pessoal chegava acampava, fazia churrasco. Hoje é proibido (M41).

As pessoas antigamente vinham para pesca. Era tudo aberto aqui, não tinha rancho, não tinha nada. Daí o pessoal vinha, ficava à vontade, acampava, fazia acampamento, área de acampamento, e era bem tranquilo, assim, sabe? (M38).

Foi neste cenário que se gerou a principal mão de obra na área do turismo, pois muitos moradores do bairro cuidam desses ranchos. Nesse sentido, as pessoas ainda relacionam de forma direta o turismo com esse tipo de geração de emprego no bairro. Nas entrevistas é constante essa dependência do turismo relacionada a oportunidade de trabalho, em especial o serviço de cuidar dos ranchos, como pode-se notar:

A vinda de turistas aqui deu bastante emprego para as pessoas, porque eles vinham aqui, daí conheceu o rio, e daí comprou o ranchinho, já deu emprego para a gente, então para nós foi melhorando, os turistas que foi dando emprego para a gente. A maioria das pessoas que deu emprego é negócio de cuidar de rancho, de chácara assim, e daí os pescadores que vivem da pesca (M20).

Muitos trabalham com turismo, tem bastante gente que cuida de rancho, cuida de fazer esse tipo de coisa, mas como aqui cresceu muito não tem emprego pra todos, então as pessoas tiveram que procurar outros trabalhos, porque tem bastante gente aqui que agora trabalha na fazenda ali em cima, tem gente que trabalha no posto de gasolina e outros saem daqui e vão até Angatuba trabalhar, vai na Campina. Como começou a não atender mais o tanto de população que foi crescendo o bairro, então as pessoas tiveram que procurar outras coisas, mas, quem tem para fazer aqui, não sai daqui. Tem um monte de gente mesmo que nasceu e se criou e cuida de rancho e fica, e não sai daqui (M37).

Nesse sentido, a dependência relacionada ao turismo é mencionada de forma recorrente nos depoimentos dos moradores, havendo uma relação direta do rio com a sobrevivência, devido ao poder de atração que o Paranapanema tem na captação de visitantes. Em alguns relatos notou-se até mesmo um sentimento de tensão relacionado a ameaça da continuidade da atividade turística caso o rio sofra algum impacto ambiental, pois esse é um dos principais meios de sustento das famílias atualmente.

Desse modo, notou-se que para além dos usos associados ao lazer e a subsistência, o Rio tem um valor econômico para os habitantes, sendo até mesmo mencionado que se o Rio morrer o bairro acaba junto, pois é a principal fonte de vida natural e econômica da localidade. Desse modo é notório a dependência e o medo dos moradores em perder o rio e, conseqüentemente, afetar o turismo na cidade. Segue relato de um de entrevistado que traz esse sentimento em sua fala:

Para nós, que moramos aqui, se o rio for ficando muito baixo, acabando peixe, nós dependemos dos turistas, a maioria que cuida de rancho, os homens que vêm de fora. Por exemplo: se começar a poluir o rio todo mundo tem que ir embora daqui, não vai pegar peixe mais, e o povo depende do povo que vem de fora. Os mercados, todo mundo. Eu por exemplo, a minha esposa que cuida de rancho, a minha cunhada cuida, tem bastante gente que cuida, a maioria. Então, se não der peixe mais, aquilo não vai ter mais serventia. Para nós não. O rio aqui para o povo daqui é tudo para nós, para o povo da Campininha, na minha opinião, tudo, não é. Tem muito rancho, se você for somar de onde nós estamos aqui, no bairro nosso indo para a Campininha, devem ter 200, 300 ranchos. É esse povo que vem aqui e traz, por exemplo, sustento para a maioria do povo. Então o rio é tudo. Se não tiver o rio, se pifar o rio, tem que ir embora daqui (M15).

Quando perguntado se o turismo ocorre de forma positiva ou negativa no município, parte dos entrevistados relacionaram ser positivo devido a geração de emprego, ainda que tenham apontado outros elementos que trazem impactos negativos e podem ser melhorados, no entanto essa é a primeira visão quando questionado sobre o desenvolvimento do turismo na localidade. Esses dados reforçam a dependência econômica que o bairro possui em relação à atividade turística. A fim de explicar esse cenário, seguem alguns depoimentos:

Depende da data, mas eu acho que ainda é positivo, porque através do turismo mesmo que seja pouco, eu acho bem assim que ele, pro bairro, ele ainda movimenta o mercado que tem, ele movimenta a lanchonete, o restaurante, e ainda ele assim, ele dá emprego, porque tem muitas pessoas daqui que vivem de limpar rancho. De fazer uma faxina, de cortar uma grama, então eu acho que é positivo, mesmo ainda pouco mais devagar do que antes, mas ainda ele ainda faz o capital de giro do bairro, por que se não tiver os turistas como que nós iremos viver aqui? (M37).

Positivo, porque as pessoas gastam um pouco, que o bairro aqui é pobre, não é? É a fonte de renda que eles têm aqui, é cuidar dos ranchos, do turista, alguns é da pesca ainda. E tem alguns que é da agricultura também (M11).

Muito positivo porque toda semana, se não é feriado, na semana vem 20 donos de rancho, na outra semana vem outros 20, e sempre tem gente. É o que traz o sustento aqui para o bairro, para o dono do mercado, para gente que cuida das chácaras. Então por exemplo, se o rio poluir, ficar um rio sujo aqui para eles, vão ter que abandonar (M15).

De acordo com as falas apresentadas, percebe-se que a falta de oportunidades de trabalho tanto no segmento do turismo, quanto em outras áreas é uma problemática no bairro. Mesmo havendo potencial turístico na cidade devido a abundância de recursos hídricos, as pessoas ficam dependentes de atividades relacionadas exclusivamente aos serviços gerais quando se trata de turismo, ou trabalhar no comércio e fazendas, além de algumas possibilidades na Prefeitura e como professor, porém é a minoria nessas últimas funções. Isso

fica evidente em uma das falas: “[...] aqui não tem emprego, então você se obriga a sair fora. Vão para Sorocaba, Itapetininga, São Paulo mesmo, porque aqui não tem” (M19).

Em relação ao tema empregabilidade, alguns comentam:

O nosso povo aqui ele vive dos rancheiros de fora, e o que é isso aí? Isso é um turismo, então quer dizer que o nosso povo aqui do bairro que trabalha, trabalha para os ranchos, para as pessoas de fora. Não tem muitas outras atividades aqui, fonte aqui é turismo e agricultura como você está vendo o cara colhendo milho aí (M16).

Também é notório nas falas dos entrevistados a possibilidade de trabalho devido a presença do Rio Paranapanema, muitos associam a tríade: rio, turismo e emprego.

Para mim o rio representa minha vida, com certeza, eu vivo da beira do rio, então para mim é minha vida, o que eu posso fazer para cuidar eu faço, nos lugares que eu trabalho, eu faço de tudo, cuidado da limpeza, quando o rio enche, os barrancos que não têm árvore eles começam a cair, então a gente vai lá e coloca planta, para cuidar da beira do rio, eu cuido, onde eu trabalho eu cuido. O meu trabalho é cuidar dos ranchos, de pessoas que vem, em função do rio eles vêm para cá e eu cuido das casas deles (M21).

Tem uns jovencinhos que trabalham no restaurante também, então graças ao rio que eles estão lá, que se não fosse o rio eles não estavam trabalhando, e aí tem outros que já pegam trabalho fora, não dá para viver como antigamente, para os de agora já está ficando mais difícil. Eu tenho um neto e uma neta que são professores, as minhas duas filhas também, as filhas e o casal de netos, já não estão no rio, já estão fora. Muitos preferem ir embora até mesmo (M18).

Percebeu-se durante os diálogos e entrevistas que tanto os jovens, quanto os mais velhos possuem uma relação de identidade, pertencimento e afeto com o bairro, pois é ali onde a comunidade se sente acolhida, representada e feliz. Uma das pessoas comentou “Eu amo esse lugar aqui. É muita paz, você se deita, dorme, levanta-se com vontade de respirar ar puro, é muito bom, eu não troco aqui por lugar nenhum. (M30).

Esse sentimento fica evidente na fala de um outro entrevistado, que diz “Eu nunca sai daqui eu acho que por esse amor que eu tenho mesmo ao lugar e principalmente ao rio. (M10)”. A seguir mais uma fala que mostra esse elo entre os moradores e a cidade:

Na minha visão, aqui, para viver, eu não troco por nada. Tem pessoas de fora que falam “Nossa, você tem talento e tal você não pensa em uma cidade grande, ganhar dinheiro?” Cara, esse lugar não tem dinheiro que pague, não enxergo uma vida de morar na cidade grande, quando eu vou para fora, para cidade grande assim, eu fico máximo 2, 3 dias e eu não consigo ficar, as coisas são muito turbulentas. Claro que para quem tem uma vida diferente e trabalha no escritório ou tem uma empresa, pode ser de boa, São Paulo é o lugar para morar, mas para mim não. Eu já conheci várias culturas, já viajei para fora, quanto mais eu conheço outros lugares, mais tenho certeza de que quero ficar. Porque às vezes falam: “mas também não quer sair de Salto aí porque só conhece Salto”, mas eu já conheci vários lugares, países e não que os outros lugares sejam ruins, mas é que eu gosto daqui mesmo, eu acho que aqui tem tudo, é um lugar muito bom para viver (M05).

Esse trecho pode ser considerado bem representativo no que se refere a relação dos moradores com o bairro, neste caso em específico os jovens. De acordo com diversas falas durante as entrevistas foi observado esse mesmo sentimento de pertencimento com o local, porém ao mesmo tempo foi apontada a questão da falta de oportunidades de trabalhos que causam conseqüentemente essa migração para os centros urbanos em busca de novas possibilidades de trabalho.

Nesse sentido, devido à falta de oportunidades de empregos o êxodo rural é uma realidade, pois muitos jovens acabam indo trabalhar em cidades maiores. Assim, não se pode generalizar dizendo que todos que saem da cidade gostariam de viver em Salto, todavia há uma parcela que realmente é forçada a se retirar no município por conta dessas ausências de trabalho.

Percebe-se também uma mudança cultural entre as novas gerações quando se compara o estilo de vida dos moradores mais antigos no bairro, como apontado abaixo por alguns entrevistados:

Hoje em dia tem bastante gente que trabalha também na prefeitura. Tem os professores, têm bastante professor. As meninas se formam geralmente como professoras e vão trabalhar. Já estão começando a achar um caminho assim melhor, entendeu? Um caminho assim mais de um sustento melhor para eles sem precisar utilizar muito o turismo (M42).

Ainda nessa perspectiva relacionada à mudança cultural relacionado ao trabalho, um dos entrevistados comenta sobre a formação dos jovens:

Vários jovens aqui, não estão vivendo mais de herança dos pais, "eu vou pescar". Eu vou aprender a ser pescador". "Eu vou arrancar minhoca para dar para o turista que vem pescar", diminuiu muito essa realidade. Isso aí está nos mais antigos. Os mais novos estão estudando fora, estão fazendo faculdade, hoje, tiveram grande acesso à escola, universidade, estão tudo estudando. Eles não querem mais viver apenas trabalhando cuidando de rancho. A cultura é outra, não vivem do extrativismo. Ele vai tentar melhorar. Quantos meninos aí hoje trabalham fora? Estudaram e saem fora daqui. Vem aqui para descansar, vem curtir o rio, de forma consciente. Essa faculdade aqui trouxe muita gente também, a UFSCar, fica pertinho, aqui do lado. Beneficiou mais a Campina do que Buri (M09).

Esse ponto mencionado sobre a mudança geracional é um aspecto que deve ser discutido no planejamento das cidades, pois há uma formação técnica e científica de jovens que residem em Campina do Monte Alegre e região, porém esse conhecimento não é aproveitado. Como dito anteriormente, mesmo o município possuindo um recurso natural com potencial para desenvolvimento do ecoturismo baseado nos pilares da sustentabilidade, a única

opção de trabalho vinculado à atividade turística está relacionada aos serviços gerais. Desse modo, compreende-se que caso o turismo seja estruturado, tem muito a contribuir com a empregabilidade no município, através de condutores de turismo, monitores ambientais, roteiros, biólogos, historiadores, engenheiros ambientais, agrônomos, e diversas outras formações correlatas, a partir de um turismo que tenha responsabilidade ambiental, e que entenda que através da interdisciplinaridade e dos conhecimentos dos diversos profissionais é possível construir um turismo que realmente seja inclusivo no que se refere a participação e benefícios para população.

Posto isso, vale ressaltar a fala de um dos entrevistados sobre a qualidade da formação técnica e contribuições que a própria comunidade local poderia agregar ao município se tivesse oportunidade de trabalho:

Aqui no Salto, tem algumas pessoas que tem uma noção assim e falam assim, quem mora aqui não pode estudar, é mentira, porque aqui no Salto tem um monte de gente que se formou professor, tem enfermeiro, tem advogado, falar para você, tem químico, tem biólogo que se formou aqui, tem muita gente boa, tem alguns que continuaram aqui, mas para trabalhar, porque não existe muita oportunidade, por exemplo se formou em biologia vai fazer o que aqui, não é? Hoje em dia, capaz que tenha mais campo de trabalho assim, mas, a pessoa vai embora, mas quando é feriado, a pessoa está de volta aqui, porque gosta do bairro, da cidade, do rio (M37).

A Universidade mencionada pelo entrevistado anteriormente é a UFSCAR. O terreno da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino, pertence ao município de Buri, porém o campus está mais próximo do centro urbano de Campina do Monte Alegre, o que fez com que os estudantes se instalassem na cidade, trazendo vantagens científicas e comerciais para Campina do Monte Alegre. No que se refere a Universidade, todos os entrevistados destacaram ter sido importante, pois contribuiu com a inclusão dos moradores no ensino superior e para o desenvolvimento do município, como pode-se observar:

A vinda da Universidade foi positiva, principalmente para quem não tem condição de ir para outra cidade, para estudar, então é uma oportunidade para sair da escola e conseguir continuar estudando (M36).

Nesse mesmo contexto, um dos entrevistados afirma:

A qualidade de vida é boa, mas falta muita oportunidade aqui, principalmente pro jovem, mesmo com a vinda da faculdade UFSCAR, ainda falta muita coisa. Eu acho que muito, assim, da prefeitura também não apoia para crescer,

para desenvolver. A maioria quando termina a escola sai, porque aqui ainda tem pouca opção de curso, então muita gente vai para fora, para estudar, e acaba ficando, o pessoal vai saindo e não vai voltando. Eu acho que sim se tivesse possibilidade muita gente não iria embora, porque tem bastante gente que gosta de trabalhar tipo na parte rural, na parte do turismo, tem bastante gente na parte ambiental mesmo, que gosta, quer trabalhar, mas não vê área aqui, porque não tem incentivo. Muita gente vai estudar em Sorocaba e região (M36).

A explanação acima, pode ser vista também na fala de uma jovem entrevistada:

Se depender de mim eu tenho vontade de sair, porque aqui você vai fazer uma faculdade, aqui não tem onde você trabalhar depois, tem muita pouca coisa, então mesmo que você faça faculdade, estude, não tem onde você trabalhar, não tem áreas de atuação, então para você até mesmo estudar você vai ter que sair daqui. Ajudou muito a UFSCAR aqui com certeza, mas tipo, você vai fazer uma faculdade aqui, mas para você trabalhar aqui mesmo não tem, você vai fazer a faculdade, você vai ter que ir embora da cidade para arrumar serviço (M17).

Outro ponto abordado ainda em relação a universidade, foi que de fato houve benefícios em diversos setores, sobretudo no setor educacional e social, no entanto, nota-se um distanciamento entre comunidade acadêmica e comunidade local. Nesse sentido, um dos moradores destacou:

Eu acho que está distante da comunidade. O maior impacto que a gente vê é na parte de aluguel de quitinete por exemplo, aí aumentou demais em Campina do Monte Alegre. Teve alguns trabalhos, mas o que eu vejo do pessoal, eu trabalhei com professores da UFSCar, é que ao invés deles se adequarem à realidade de Campina de Monte Alegre, não todos, logicamente, parece que eles querem que o pessoal de Campina do Monte Alegre se adeque a realidade deles. Então alguns projetos parecem que travam um pouco nessa parte (M10).

De acordo com uma das entrevistadas, que é docente no Campus Lagoa do Sino, foram apontados alguns projetos pontuais desenvolvidos pela universidade. Vale destacar que a professora é recém-contratada, sendo assim, afirmou que ainda não possui uma visão total dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Campus.

Eu já vi por parte de iniciativa da Universidade Federal de São Carlos, o campus Lagoa do Sino, iniciativa dos docentes, de fazer recolhimento de lixo do lago que fica situado na cidade, mas relativo ainda aqui ao rio, pelo menos eu ainda não ouvi falar. Existem grupos na universidade que fazem projetos, eu particularmente ainda não estou ligada a nenhum deles, mas existem grupos voltados a essa parte de preservação aqui do rio Paranapanema bem como da flora da região, então sempre tem projeto de iniciativa, de plantio de

árvores nativas, seja nas beiradas da rodovia, seja na própria cidade, então o campus Lagoa do Sino sim tem projetos hoje de extensão voltados sobre o tema ambiental (M28).

Este não é o foco da pesquisa, mas é um tema importante de ser citado no trabalho, pois além das universidades possuírem papel central nas contribuições territoriais, foi um tema apresentado de forma espontânea pelos próprios moradores durante o trabalho de campo. A vinda da universidade como destacado, trouxe impactos positivos para o município e apresenta-se como um pilar fundamental e com grande potencial no que se refere às discussões das questões ambientais na região, pois a partir do conhecimento científico pode-se construir novos olhares para o meio ambiente, impulsionar reflexões e aplicar projetos relacionados a preservação do Rio Paranapanema no município, sobretudo pelo fato da universidade possuir cursos com foco ambiental e sua instalação ter vindo com o propósito de produzir conhecimento científico de forma articulada com a comunidade local e contribuir com o desenvolvimento local e sustentável da região.

O município de Campina do Monte Alegre, em especial o Distrito de Salto, que é o recorte da presente pesquisa, possui diversas ameaças ambientais, por isso, é nesse contexto, que visou enaltecer a importância da Universidade nesse território e como a instituição pode contribuir de maneira ativa.

Porém, é fundamental neste processo envolver a população através de trabalhos de extensão e romper com as fronteiras universitárias, aproximando os sujeitos do meio acadêmico, aplicando desta forma, a teoria na prática, pois as instituições acadêmicas são essenciais nesse processo de mudança de paradigma relacionado ao meio ambiente e o futuro da sociedade discutido no presente trabalho, pois através dos dados científicos produzidos nas universidades é possível fortalecer, alertar e mobilizar os sujeitos sobre a necessidade das mudanças comportamentais e desenvolvimentistas para a sobrevivência e futuro da sociedade.

Portanto, Freire (2014), em seu livro “Extensão ou Comunicação”, questiona a nomenclatura extensão, pois o termo leva a uma ideia de passividade, o qual os indivíduos apenas recebem. Ele frisa que o princípio da atividade de extensão é haver uma troca, sendo necessário um papel ativo entre os agentes envolvidos, ou seja, quem participa do processo de extensão e quem oferece, estabelecendo uma relação entre comunidade e universidade, que contribui com uma formação cidadão, através da reflexão, da participação e do pensamento crítico.

5.1.1 Olhares locais e as ameaças ambientais

A partir deste trecho do trabalho, será abordado com mais profundidade as problemáticas ambientais que envolvem o território de Salto. As questões discutidas, foram trazidas por moradores, ambientalistas e estudiosos da área e todas as narrativas se complementam e comprovam que de fato o Rio Paranapanema e seu entorno já sofreram mudanças drásticas e correm risco, caso a forma de produção ao seu redor siga da mesma forma.

Como apontado anteriormente, o turismo na cidade, ocorre também pelas pessoas que têm segunda residência na cidade, os chamados, ranchos. Essas construções, trouxeram prejuízos para o bairro, no caso específicos dos ranchos construídos nas margens dos rios. Vale destacar que há ranchos em outras partes do bairro, porém as construções apontadas como negativa pelos moradores entrevistados foram as casas que estão próximas ao rio, pois anteriormente era uma área pública, onde todos os cidadãos conseguiam circular, fazer trilhas, ir pescar, no entanto com essas novas construções, as beiras do rio foram cercadas, limitando o acesso, mesmo sendo algo irregular perante a legislação, pois deve haver um distanciamento de 50 metros de área de preservação.

Abaixo será exposto a visão dos moradores em relação a esse tema abordado:

Tivemos prejuízos com o crescimento do bairro. Como a beira do rio aqui, para o turismo mesmo, antes o pessoal chegava aqui, todo mundo ia pescar, tinha lugar para pescar, hoje é tudo fechado, à beira do rio inteira. Você anda dois, três quilômetros, aqui na beira do rio, é tudo fechado, não tem mais lugar para o pessoal pescar, por causa dos ranchos, que foram fechando a beira do rio. Deveria deixar livre para o pessoal se divertir. Mas sabe como é que é, a pessoa não quer saber dos outros. [...] o pessoal gostava de vim para pescar, hoje a beira do rio está tudo cercado, não tem como a pessoa ir pescar, porque vai invadir propriedade. Antigamente as pessoas beiravam o rio para pescar, de barranco, de varinha, e hoje não tem mais, você vai até uma altura ali, fecha tudo, ninguém entra. Então, eu acho que isso daí cabe também à prefeitura dar um apoio, dar uma força, e conversar com os proprietários, para pelo menos deixar uma beirada do rio, uns cinco, seis metros, de beira de rio, para o pessoal entrar, deveria ser público, como antigamente.(M38).

Durante os encontros com os moradores, esse foi um assunto trazido de forma enfática e recorrente, em um tom de indignação. Pode-se perceber essa realidade através das expressões abaixo:

Como que pode uma pessoa ir lá e fazer uma cerca para fechar um lugar que é um rio onde todo mundo tem que ter acesso. Tudo bem, tem terrenos particulares, mas eu acho bem assim, tem um dono? O que você acha? Tem um dono o rio? (M37).

Eu acho que teria que ter algum órgão responsável por isso, que chegasse para os donos desses lugares e falassem: “Aqui você não pode fechar, aqui não pode mesmo”. Está tudo errado, inclusive, tem lugares que até brigam se passarem alguém, já teve

histórico da pessoa estar pescando no canto que pertence a outro rancho que era aberto e teve briga por isso (M05).

[...] aqui começaram a fechar as beiras do rio, eu liguei para o pessoal do meio ambiente e florestal, pessoal da marinha, vir; eles até vieram. E aí eles falaram que era uma decisão da pessoa e que eles não podiam fazer nada. Você acha que eles realmente não podiam fazer nada? A marinha? Não tem um espaço que tem que ser aberto? Então, e os moradores e nossos turistas que moram, que têm casa mais para cima, que não têm casa na beira do rio, eles estão sem acesso para pescar, graças a esse fechamento. Quem tem rancho, eles são donos da beira do rio. Pra você ter ideia, não tem mais terreno na beira do rio para vender, não tem mais (M06).

O Rio Paranapanema e sua extensão é considerada uma área de preservação permanente, nesse sentido, de acordo com o Código Florestal, o seu entorno deve ser preservado, ou seja, há um limite para áreas de construção e atividades humanas, pois a mata ciliar deve ser preservada (BRASIL 2012). Segundo a legislação:

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros. (BRASIL, 2012).

De acordo com a pesquisa de campo, essa é uma realidade posta, além da problemática de fechar um espaço público, o desmatamento é notório. No caso do Rio Paranapanema, de acordo com sua largura e legislação deveria ter 50 a 100 metros de mata ciliar dependendo do trecho, porém essa não é uma realidade. A ausência de mata ciliar em alguns trechos é visível a olho nu. Importante ressaltar que não estamos falando aqui sobre comunidade ribeirinha, mas sim sobre ranchos e fazendas, sejam eles de moradores ou turistas. Em uma das entrevistas um morador comenta “Surgiu muita casa aí para baixo, dos rancheiros, mas é cada casona chique da turma (M13)” .

De acordo com a legislação (CONAMA, 237/1997), a instalação, construção, modificação, ampliação de empreendimentos e atividades que utilizem os recursos naturais

devem passar pelo processo de licenciamento ambiental, contudo, na prática não é o que acontece.

De acordo com a Lei 7.666/91 regulamentada pela portaria DAEE 717/96, as interferências e ações realizadas em nascentes ou nos cursos d'águas no Estado de São Paulo seja em área urbana ou rural deve obter a outorga para obtenção do direito de uso e interferência nos recursos hídricos (SÃO PAULO, 2009). No entanto, isso não é uma realidade, pois há muita área ilegal.

Analisando o processo turístico do município, o morador M45 destaca: “o turismo traz muita coisa boa, mas a questão da mata ciliar, onde foram construídos os ranchos não tem mato, tem só as casas de alvenaria. Em uma parte, é bom, na outra parte atrapalha”. Sob essa perspectiva o entrevistado M42 comenta: “Está precisando muito de uma fiscalização mais intensiva. Eu acho que a longo prazo eles deviam de incentivar, obrigar, não incentivar. Obrigar a aumentar a mata ciliar em volta do rio e preservar a nascente também.”

Nesse contexto, diante dos danos ambientais que se apresentam em todo o planeta, Tibúrcio (2021) reforça a importância que tem os órgãos fiscalizadores e o papel do estado nesse fortalecimento. Sob a devastação ambiental na região, o morador M21 aponta:

As pessoas tiram a mata ciliar, essas pessoas que vai comprando, compra terreno na beira do rio, eles tiram todas as árvores, deixam tudo limpinho, sem nada, eu acho que isso prejudica, não é certo, porque acho que se a natureza cuida de ter as árvores ali, é para elas ficarem ali, eu sou contra eu não sou a favor de tirar nenhuma árvore da beira do rio. A gente vê aí rancho que a turma compra, eles derrubam tudo, limpam tudo, deixam só a terra na beira do rio, não tem fiscalização, eu não vejo, então acho que precisava, isso aí é um ponto que tinha que pelo menos a autoridade olhar mais para esses lados, porque eles não dão muita importância.

Uma das atividades de campo realizada, foi um trajeto em caiaque, junto a uma empresa especializada, para visualizar o rio para além do objeto de pesquisa, que é a cachoeira, mas compreender o estado atual e as condições de preservação do seu entorno. Foram 6 km percorridos no Rio Paranapanema, partindo da Ponte de Campina do Monte Alegre até chegar na Cachoeira do Salto. Foi impressionante e impactante observar essa irregularidade, havia trechos sem nenhuma mata e muitos ranchos que destoavam com o ambiente natural, construções enormes de alvenaria que chegavam às margens do Paranapanema, substituindo a mata ciliar. Esse descritivo pode ser ilustrado a partir da fala de um entrevistado:

Olha a própria pessoa do rancho podia ter mais consciência, fazer alguma coisa pra proteger, não é, que hoje não é rancho mais, hoje é mansão. Aqui para cima da cachoeira não tinha nenhum rancho, só mato. Era uma mata virgem mesmo ali. Hoje não, hoje só rancho e tudo fechado na beira do rio, não é, tudo com alambrado até dentro do rio bem dizer, não é. Então quer dizer que não tem acesso, também, não é, para os turistas passar (M41).

Partindo desse mesmo raciocínio um dos ambientalistas afirma:

[...] quando você fala em ranchos, os ranchos são pessoas de fora. Pessoas com alto poder aquisitivo. Então, aqui o turismo na Campina dá para perceber, ao invés de ser algo para colaborar com o meio ambiente, ele é ao contrário. A grande maioria não está preocupada com a questão ambiental, é preciso ligar o meio ambiente ao turismo, fortalecer a questão ambiental, mas a cidade só pensa no fator econômico advindo do turismo (A7).

Um dos moradores exclama:

Eu acho que a nossa região aqui, o nosso rio aqui se fosse proibir para um, teria que proibir para todo mundo. Esses ranchos que têm em volta do rio aí, se não pode para um, não pode para ninguém, porque queira ou não queira, se o cara vai fazer um pesqueiro na beira do rio, às vezes uma árvore ou outra ele acaba cortando. "Vai prejudicar o rio"? É uma problemática também pelo seguinte: não tem esgoto tratado, o esgoto é no rio. Não sei dizer para você 100% dos ranchos, mas uma grande maioria é no rio. É fossa séptica, mas queira ou não queira, por mais que seja fossa séptica contamina ainda (M35).

Essa situação de moradia irregular nas beiras de rio, traz impactos significativos para o meio ambiente, pois além do desmatamento gerado, que não respeitam o limite de mata ciliar necessário para proteção do rio, há também a problemática dos esgotos. Essa foi uma das questões frisadas pela comunidade, ao mencionar os ranchos que estão localizados neste espaço. Segundo eles: “[...] tem aquela parte de casas que não tem rede de esgoto e acabam soltando esgoto no rio” (M06).

Outro entrevistado afirma que “Alguns ranchos não têm rede de esgoto, jogam no rio também, isso é uma judiação, porque acaba com o rio” (M20). Seguindo nessa linha um entrevistado relata: “[...] os ranchos, aqui da beira do rio joga química no rio, do esgoto da fossa. Fossa séptica, não é? (M41).

A fossa séptica faz o tratamento primário do esgoto e é, portanto, uma solução temporária e paliativa, pois não garante 100% do tratamento, possuindo eficiência limitada e causando danos ambientais a longo prazo, contaminando o solo e a água. Normalmente esse sistema é utilizado em áreas rurais, quando não existe tratamento de esgoto público disponível. No caso da utilização da fossa séptica os dejetos precisam ser retirados com uma certa regularidade, o indicado é que a coleta dos resíduos da fossa seja realizada a cada seis meses, para reduzir os impactos à natureza, porém, no município não há um controle e fiscalização desses locais.

Nessa perspectiva, de acordo com o Instituto Florestal (2018), é necessário que a Prefeitura controle os cadastros para novas perfurações de fossas e faça o levantamento dos

poços existentes, analisando as localidades que são potenciais fonte contaminadoras e promovendo a adequação das fossas irregulares (INSTITUTO FLORESTAL, 2018).

Segundo Granado, Ribeiro e Lopes (2015), a ineficácia dos serviços sanitários relacionados ao crescimento populacional vindo com o processo turístico, especialmente em feriados, férias escolares e finais de semanas em destinos que tem como principal recurso a água, seja praias, lagos, balneários ou rios, trazem impactos significativos, pois apresenta maior risco de contaminação devido a elevação do aumento populacional sem planejamento e consequentemente elevação dos índices de coliformes fecais, comprometendo a qualidade da água e seu uso para fins recreativos.

Segundo dados da CETESB o município coleta 83% do esgoto e trata 100% (CETESB, 2020). De acordo com relatório do município, é preciso aumentar o índice de coleta dos esgotos do distrito de Salto e adequar o sistema de tratamento (CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2014).

O lançamento de esgoto doméstico e industrial constitui um dos principais fatores de pressão à qualidade das águas na bacia do Paranapanema. Cargas pontuais podem ser identificadas na bacia hidrográfica do Paranapanema associadas ao lançamento de esgotos domésticos brutos ou lançamento de esgotos previamente tratados (ANA, 2014, p.21).

Nessa perspectiva, conforme relatos da comunidade entrevistada:

A única coisa que eu acho, dos ranchos, nós já vimos muito, de eu estar pescando no rio e estar caindo bastante água de pia no rio. Você usa uma pia por exemplo, para você lavar uma louça, você tem que ter detergente, você tem que ter sabão. Isso aí a gente vê bastante. Os canos, você está lá pescando com o barco e você vê aquilo caindo na água. Muitos lugares que não têm água encanada e tem fossa, não tem esgoto (M15).

Tem pessoas aqui que jogam o esgoto de fossa no rio, então isso daí, quer coisa pior que isso? Não existe, para um rio que nem o nosso um dos mais limpos, acho que o cara devia preservar, eu moro aqui, aqui passa água encanada, e passa esgoto, eu tenho fossa também, não joga no rio, e tem muita gente que joga no rio (M16).

Como mencionado anteriormente a quantidade de ranchos nas margens do rio Paranapanema é significativa, sendo assim, pode-se afirmar que essa questão do tratamento do esgoto deve ser um ponto de alerta. É fundamental ressaltar que esses locais, em sua maioria, são casas de segunda residência, portanto, pode-se dizer que este é um impacto fruto do turismo desordenado que se desenvolveu no local.

A dependência da água como impulsionador dos destinos turísticos aquáticos é cada vez mais crescente e evidente, pois a qualidade da água interfere na decisão dos banhistas e turistas para se deslocarem ao destino. Desse modo, a gestão sanitária e fiscalização ambiental desses locais são essenciais para a manutenção dessas localidades. Nesse sentido, existem três principais aspectos para que esse tipo de turismo seja considerado atrativo: as paisagens; abundância dos recursos hídricos em boa qualidade e restrições ambientais que visem a preservação do bioma, pois são ecossistemas frágeis e deve haver uma política focada em sua conservação ativa (GRANADO, 2019).

Outro fator relacionado a poluição do rio é o esgoto e resíduos industriais, advindo das fábricas que ficam na região, que estão concentradas principalmente na cidade de Itapetininga, onde as empresas ficam próximas ao Rio Itapetininga. O rio Itapetininga deságua no Rio Paranapanema, logo, compreende-se que o impacto gerado neste primeiro gera impactos no Paranapanema.

Granado, Ribeiro e Lopes (2015) destacam sobre o problema da gestão dos recursos hídricos brasileiros, sobretudo pela ausência de coleta dos resíduos, falta de tratamento dos efluentes, esgoto doméstico e industrial lançados nos corpos hídricos. Esse fato, aliado à escassez de políticas públicas ambientais impossibilitou até o momento pensar e planejar os usos múltiplos dos recursos hídricos. Desse modo, mesmo os rios sendo um dos principais recursos turísticos de diversos municípios, seu uso ainda não une uso e preservação, sendo necessário construir uma visão para o lazer e turismo que seja integradora e sustentável.

Esse tema, foi apresentado pelos moradores, como no trecho abaixo:

Aqui os piores casos acho que são as empresas, são muito grandes, a maioria não fica no rio Paranapanema, ela fica no rio Itapetininga, mas se você olhar a água, dá pra ver a diferença da água. O trecho do rio Paranapanema onde o Itapetininga deságua nele, é totalmente diferente a cor da água. Então boa parte do que o rio Paranapanema sofre é o que vem lá do rio Itapetininga, então as vezes a gente nota uma cor, uma espuma diferente (M10).

Segundo um dos moradores, especialista na área de saneamento, é possível afirmar que há resíduo de esgoto no rio:

O que a gente percebe? Certas épocas do ano, a gente vê poluição no rio, coisa que não via antes. Aí eu posso falar com conhecimento de causa, pois trabalho com saneamento básico, a gente vê esgoto descendo aqui, eu sei que é esgoto, consigo ver. A gente não sabe de onde vem, se é empresa privada ou pública. A gente sabe que acontecem descargas, só que a própria depuração do rio depois acaba limpando de novo, o rio leva embora, uma parte é depurada naturalmente e acaba limpando de novo. Mas isso daí com certeza acarreta coisa ruim para o rio, tanto na parte da fauna e flora do rio como para os turistas. Porque se a pessoa chega aqui com um rio sujo,

não vai voltar mais. A gente percebe também um pouco de abandono por parte da prefeitura. O principal ponto turístico da nossa cidade tem sujeira (M33).

Complementando essa afirmação, vale destacar a análise de um dos ambientalistas entrevistados e especialista em saneamento:

Tem o problema da indústria, mas um problema recorrente é o esgoto que não é tratado direito, e esse esgoto cai no Itapetininga e cai no Paranapanema, porque quando o Itapetininga deságua no Paranapanema, ele não conseguiu se recuperar ainda do impacto do esgoto, que é um fenômeno que a gente chama de autodepuração. Então, por exemplo, o rio Tietê, quando ele sai da Grande São Paulo, ele chega em Barra Bonita, o rio já está limpo. Tem gente que acha que ele está limpo porque ele não chegou em São Paulo ainda, mas na verdade é o contrário, porque o rio Tietê corre rumo ao interior do estado, então ele passa por esse processo de autodepuração, o rio vai se limpando, vai recebendo mais afluentes que ajudam a diluir aquele esgoto ali, e o rio consegue se recuperar da poluição por esgotos, por poluição por indústria, dependendo do poluente químico, não tem bactéria que vá conseguir quebrar aquele poluente, aí o problema é pior ainda (A4).

Essas afirmações, possuem respaldo teórico, através do estudo realizado por Válio et al. (2013), onde os pesquisadores identificaram que o IQA do Rio Itapetininga no trecho da cidade de Itapetininga é considerado de regular a bom, porém, próximo ao limite de contaminação permitida pela resolução CONAMA, o que demonstra que já está com índices de poluição. Destacaram como principal fonte poluidora os efluentes advindos das estações de tratamento e resíduos da atividade agrícola. O Rio Itapetininga sofre impactos do Rio Turvo e pela agricultura expressiva no município, sendo necessário recuperar as matas ciliares, pois elas servem como filtros naturais, diminuindo os sedimentos e resíduos dos agrotóxicos. Isso fica comprovado pelos elementos como fósforo e nitrogênio que foram identificados como em maior quantidade do que a comum, devido ao uso de fertilizantes químicos na região, que contaminam as águas.

Outros rios que possuem relação com o Rio Paranapanema apresentaram desconformidades na qualidade da água, como é o caso do Rio Guareí e Rio São Miguel Arcanjo localizados no município de Angatuba, além do Ribeirão Ponte Alta no município de Itapetininga que apresentou péssima qualidade de suas águas (UGRHI-14, 2020). Esses riachos estão próximos a Campina do Monte Alegre, o que pode comprometer a qualidade da água do Rio Paranapanema nesses trechos futuramente, pois estão interligados.

Segundo pesquisa de Dino e Toledo (2020) realizada com auxílio da técnica de geoprocessamento, também foi identificado que a bacia do rio Itapetininga apresenta maiores ocorrências de áreas degradadas em comparação ao do rio Paranapanema, o que intensifica

ainda mais seu processo de degradação. Conforme aponta Cury (2005), o esgoto industrial também é um fator já preocupante na bacia do Alto Paranapanema. Afirma que também é necessário ampliar o tratamento do esgoto e coleta domiciliar em áreas urbana e rural.

Considerando a importância do Rio Paranapanema e as problemáticas ambientais já existentes seria urgente que se fizesse um estudo aprofundado sobre a qualidade de suas águas e riscos eminentes, além de ampliar o monitoramento da CETESB na região (VÁLIO et al, 2013).

Mesmo com as águas consideradas de boa qualidade, a UGRHI-14 possui somente oito pontos de monitoria para mensurar a qualidade da água, mesmo sendo a maior bacia do Estado de São Paulo. É preciso investir em mais pontos de monitoramento e aprimorar os controles ambientais que medem a qualidade da água e sistematizar os dados referente aos recursos hídricos para possibilitar e fortalecer a criação de políticas públicas focadas na preservação desses ecossistemas (CASTAGNOLI, 2012).

A poluição fabril nos rios, é um assunto que assusta os moradores, inclusive já houve mobilizações locais, devido a espumas que surgiram algumas vezes na cachoeira do Salto, havendo até mesmo denúncias para as autoridades, contudo, os resultados das análises das amostras coletadas durante esse período não foram divulgados para população.

De acordo com relato de moradores:

Um tempo atrás teve umas espumas, teve um problema aí, mas agora normalizou. Vieram fazer pesquisa e tudo aí. A CETESB veio, tirou a análise da água e tudo, mas que eu saiba não foi divulgado o resultado, sei que eles vieram, porque teve muita reclamação, muita denúncia e tudo, veio SABESP, veio CETESB, veio tudo. Passou até na TV Tem (M46).

Um ponto apresentado sobre esse episódio da contaminação do rio foi a mobilização dos moradores da região, que denunciaram o ocorrido, como destacado pelos entrevistados:

Quando houve aquelas espumas a gente entrou muito na rede social, Facebook. Entramos na internet, no YouTube, a gente relatou aquilo lá. Fez barulho, não é? Saiu até na TV porque o pessoal de Itapetininga se interessou, porque tinha relação com o município deles também, a maioria da poluição que vem é do Rio Itapetininga. E daí a Prefeitura ficou assim meio espantados, entendeu? Exigimos uma reunião com o pessoal da CETESB que também não deu em nada. Você ficou sabendo de algum resultado? Então, não tem. Precisamos fazer mais para cuidar do rio, entendeu. Aqui no Brasil eles deviam incentivar as indústrias a ter filtros para devolver a água limpa (M42).

Teve época que teve as espumas, fizeram análise, mas não deram parecer e ficou por isso mesmo. E muita gente ficou revoltada, inclusive eu. Coloquei nas minhas redes sociais, teve muito compartilhamento, mas parece que quando chega na parte das autoridades trava ali e o processo é muito lento. Enquanto isso o nosso rio vai morrendo, não é? (M05).

Figura 15 - Poluição no Rio Paranapanema no Distrito de Salto



Fonte: Ong Eco Road - Reportagem no Portal Buri Conectado (2020)

O ponto de monitoramento da CETESB para controle da qualidade da água fica localizado na ponte na rodovia que liga Campina do Monte Alegre a Buri, ou seja, distante da Cachoeira do Salto e dificultando o controle de poluentes na localidade. De acordo com a CETESB, o controle é feito a partir do Índice de qualidade das águas, ou IQA, que tem como objetivo mensurar as condições básicas de qualidade sobre a água, para fornecer informação à população, controlar o abastecimento público e realizar controles ambientais (CETESB, 2020).

O IQA compõe um conjunto de parâmetros, são eles: coliformes termotolerantes, Clorofila-a, pH, DBO, nitrogênio total, fósforo total, temperatura, turbidez, sólidos totais, oxigênio dissolvido e fitoplâncton, fornecendo assim a qualidade das águas superficiais. (ANA, 2014). A rede de monitoramento de qualidade de água do Rio Paranapanema atualmente contempla um total de 40 pontos, sendo 23 no estado do Paraná e 17 no estado de São Paulo, sob responsabilidade da CETESB (ANA, 2014).

De acordo com a Agência Nacional de Água, dentre os poluentes potenciais oriundos de cargas difusas destaca-se o fósforo, gerado sobretudo pelo uso do solo em atividades agrícolas devido a aplicação de fertilizantes, pelo potencial de implicar eutrofização de corpos d'água. Segundo mesmo relatório, A bacia do Alto Paranapanema possui áreas vulneráveis em função do uso do solo por atividades agropecuárias, deixando o solo e a água expostos,

provocando erosões rurais e poluição potencial por agrotóxicos e fertilizantes. Esta situação necessita de atenção para o uso dos agrotóxicos, pois é uma região com grande potencial agrícola, o que deixa ainda mais exposto os recursos hídricos (ANA, 2014).

Nesse sentido, as ameaças ambientais são inúmeras, dentre elas, destaca-se os pesticidas e fertilizantes utilizados na agricultura, que provoca assoreamento dos rios e emissão de efluentes e compromete a biodiversidade (ANA, 2016).

As emissões de poluentes por fontes difusas, como a agricultura e as pastagens, são predominantes na bacia do Paranapanema, correspondendo a 84% do nitrogênio presente nas águas. Vale destacar que o nitrogênio em grande quantidade na água significa que o corpo d'água já possui índices de poluição. Os efluentes domésticos representam 10%, as estações de tratamento de esgotos representam 8% e estima-se que o setor industrial produz 16% das emissões de fósforo, 6% e 4% do nitrogênio (ANA, 2022).

Segundo os moradores e reportagens publicadas, a poluição vem do Rio Itapetininga. No entanto, a falta de retorno por parte da CETESB e demais autoridades foi algo trazido pelos entrevistados, mesmo havendo uma mobilização local, eles não conseguiram acessar as informações referente as causas que afetaram o rio neste período e uma ação efetiva para proteção do Rio Paranapanema. Ainda sobre o tema:

[...] a CETESB deveria fiscalizar mais a parte da água. Sempre que a gente está com algum problema no rio, de espuma e essas coisas, aciona o órgão da CETESB, eles vêm, colhem amostra e falam que está tudo bem, mas os peixes ficam morrendo no rio. O ano passado mesmo morreu muito peixe lá no Itapetininga. Eu acho que morreu toneladas de peixe lá. E aqui no afluente do Rio Paranapanema tem o Rio Itapetininga, que eu vou contar quantas fábricas tem: Tem a empresa A, tem a empresa B, tem a C, tem a D e tem mais umas duas que eu não lembro o nome. Todas essas fábricas ficam nas margens do rio, entendeu? Eles já fazem tudo nas margens do rio. Quem comanda essa parte aí é CETESB, ela tem que fiscalizar muito bem fiscalizado isso aí, lá de vez em quando fica preta a água do rio (M45).

De acordo com os entrevistados, a espuma química não é algo isolado, de tempo em tempos aparece, sobretudo em períodos de chuva, porém não é aplicada uma solução definitiva e um estudo minucioso para impedir que isso siga acontecendo.

[...] a gente percebe que quando vem chuva eles soltam lá, eles dizem que tem uma tal lagoa lá, mas acho que a hora que está bem cheio, principalmente quando está chovendo, aproveita as águas para jogar a sujeira. A turma acha peixe morto, já falaram isso? Quer dizer, nós estamos morrendo de medo de matarem o rio, matarem os peixes, todos nós temos esse medo (M18).

No que se refere ao acompanhamento da CETESB, um dos ambientalistas e pesquisador na área ambiental discorre:

A CETESB é complicada, porque, assim, se você informar algum problema de poluição e já tiver passado de 24 horas, eles nem vão no lugar, sabia? Então tem que ter esse limite. E se eles demorarem muito para ir, a água que eles vão coletar ali já não é mais a água que estava antes, entendeu? E isso é comum, essa demora para o órgão ambiental aparecer e apurar o local. Com relação a CETESB percebo que o processo é vagaroso, a menos que ela seja instigada, que saia na mídia, senão fica tudo por isso mesmo (A4).

Nesse sentido, no que tange às questões correlatas ao esgoto industrial, vale trazer a percepção dos moradores: “Nosso rio está muito poluído, quando eu vim pra cá isso aqui não tinha poluição praticamente, zero, antes das fábricas virem aqui para cá, depois vieram as fábricas e veio a poluição” (M16). Para se aprofundar nessa problemática, seguem alguns comentários que surgiram nas entrevistas:

Uma coisa que os turistas têm muito medo é poluição no rio. Tivemos aqui, de uns três anos para cá, uns negócios na água que nós ficamos assustados. Espumas, a água mudou muito de cor, uma cor que nós nunca vimos antes. Antigamente sujava a água do rio quando chovia pesado porque vinha a terra de onde a turma passava o trator, a grade de trator, então aquela água vinha para o rio, e virava um barro. Agora essa cor de água que nós vimos não tem nada a ver com isso aí. É uma cor de uma água que muita gente ficou assustada que parecia que soltaram algum tipo de veneno no rio, que é coisa de fábrica. Então, o povo que vem de fora, o turista, aqui também é tudo para eles, se o rio pifar. É complicado para todo mundo, não é só para a gente que mora aqui (M15).

No que se refere às transformações do rio, seguem alguns depoimentos:

[...] há pouco tempo dava para beber água do rio, você também sabe disso, agora tem dias que o Rio está escuro, isso é sinal de poluição, vocês que moram na cidade sabem, tem dia que a água está amarela, suja, sem chover, sem nada, as vezes o pessoal fala “é porque choveu lá para cima” não é, gente, é poluição de fábrica e que não estão vendo isso, é resíduo e isso mata peixe. Nós víamos as espumas e sofremos, porque nós pensamos nas próximas gerações, as crianças que vem por aí (M01).

Esse é o rio mais limpo do estado de São Paulo, não é? Hoje já não está mais tão limpo, mas o rio Paranapanema desde o começo da nascente, eu conheço, era muito limpo esse rio, mas hoje em dia tem um resíduo que vem das fábricas, tem que tomar uma providência, não é? Antes era limpo e podia tomar água, hoje, um dia por semana a água escurece e você já vê que não é normal, e você vê que esse é o rio mais limpo da região aqui, imagina os outros (M03).

Outro fato identificado, de acordo com relatório da CETESB, é o vazamento de combustíveis automotivos de postos de gasolina em Campina do Monte Alegre que contaminaram as águas subterrâneas, devido ao mau armazenamento (CETESB, 2020). Nota-se que mesmo com esses riscos eminente, ainda não há um plano de contingência por parte da CETESB, tampouco pela Prefeitura, são assuntos tratados isoladamente.

Na UGRHI Alto Paranapanema há 116 áreas contaminadas, na UGRHI Médio Paranapanema 23 áreas contaminadas e na UGRHI Pontal do Paranapanema 23 áreas contaminadas, sendo a grande maioria delas decorrente de postos de combustíveis, respectivamente 110, 18 e 19 nessas unidades de gestão. Os principais grupos de contaminantes encontrados nas áreas contaminadas foram: solventes aromáticos, combustíveis líquidos, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (ou *Polycyclic aromatic hydrocarbons* - PAHs), metais e solventes halogenados (ANA, 2014, p.24).

Quando perguntado inicialmente sobre as transformações da cidade, automaticamente os entrevistados entraram no assunto das transformações do rio. Muitos trouxeram a mudança da qualidade da água, mortandade dos peixes, instalações de fábricas, agricultura intensiva e desmatamento. Vale frisar, que para compreender a maneira que a atividade turística pode contribuir para a informação, sensibilização e preservação ambiental no município, é necessário fazer essa contextualização do cenário atual e dos riscos ambientais que o rio Paranapanema vem sofrendo, por isso, este foi e será um tema aprofundado e que percorrerá toda a pesquisa.

No que se refere aos relatos apresentados pelos moradores pode-se afirmar que o conhecimento a partir da vivência e da observação é válido, pois os moradores possuem relação com o território, conhecem o rio desde sua infância e, sendo assim, percebem as mudanças e os impactos negativos que vem sofrendo, além do fato desses depoimentos se repetirem ao longo das entrevistas, as mesmas queixas relacionadas a depredação ambiental.

Estes são conhecimentos para além do campo teórico, mas através do empirismo e da observação. Por isso é fundamental trazer no trabalho estes depoimentos, coletados através da história oral e entrevistas semiestruturadas, pois as vivências dos moradores, dão sustentação ao trabalho. Ressalta-se que a metodologia aplicada foi rigorosa, através da saturação dos dados, ou seja, da repetição das informações, dessa maneira, as falas apresentadas e os contextos apresentados, foram recorrentes e não recortes isolados.

Para finalizar a discussão relacionada a poluição da água pelo setor industrial, alguns moradores desabafam:

A fiscalização deveria ser mais constante, eles baterem em cima das indústrias, vê quem está poluindo, porque quando saiu esse rolo da poluição aí filmaram onde cai o esgoto lá em Itapetininga lá da fábrica. É um cano grande jogando aquela água preta para dentro do rio e não aconteceu nada. O ser humano tem que aprender a conviver com as duas coisas, não é? Com a natureza e com a modernização. Eu adoraria que esses poderosos também dessas grandes empresas tivessem mais conscientização, não é? Fizessem o tratamento dos dejetos deles, colocassem filtro. Sei que filtro é uma coisa muito cara, mas eles têm esse poder aquisitivo para poder estar colocando isso daí. Eu queria que eles pensassem não só no umbigo deles, entendeu? Gostaria

que eles pensassem no umbigo dos outros também, não é? Os municípios aqui para baixo que dependem da água do Paranapanema (M42).

Eu acho que temos que estar em cima do IBAMA, essas pessoas que têm mais força, a correr atrás das fábricas para que eles coloquem os filtros mais adequados para deixar de jogar coisas sujas no rio tem lagoa de tratamento, tem filtro (M01).

Vale frisar que não é papel do IBAMA a fiscalização dos recursos hídricos, mas sim da Agência Nacional de Águas (ANA), responsável por implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e no caso dos rios do Estado de São Paulo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) também é responsável, sobretudo pelo monitoramento da qualidade da água. No que se refere a criação dos órgãos fiscalizadores, em 1950 ocorre a criação do DAEE e em 1970 a CETESB passa a ser responsável pelo monitoramento referente a qualidade e poluição dos cursos d'águas (BARTH, 2002).

Para encerrar esta pauta, segue a reflexão de um dos moradores, onde ele salienta o desafio e papel de todos os atores e a responsabilidade que cada um deve ter quando se trata de preservação do rio:

Vai ser difícil, porque nós temos as fábricas e precisamos das fábricas também para dar serviço, mas tem que começar por elas, cobrando-as também, e os agricultores, os rancheiros, os turistas e até nós que moramos aqui (M06).

Em maior ou menor grau todos possuem responsabilidade ambiental, fica claro que o impacto das indústrias e fazendas são mais intensas do que dos indivíduos de forma isolada, no entanto, é importante frisar que é essencial analisar a forma que os turistas e moradores agem no local, pensando em maneiras para uma atividade mais sustentável. Porém neste momento o foco da explanação será o setor agropecuário, pois também foi uma observação constante da população entrevistada e que vem agravando a situação de contaminação do rio Paranapanema no trecho de Campina do Monte Alegre.

Como mencionado inicialmente, o entorno do rio sofre com a ausência de mata ciliar, devido a predominância do agronegócio, com fazendas focadas no cultivo de soja e milho localizadas nas margens do Rio Paranapanema. Na foto aérea apresentada adiante, pode-se observar como o feixe de mata é pequeno. Essa situação é colocada por um dos moradores:

[...] a mata mesmo, é só beirando o rio, do resto é tudo fazenda, não é? É só beirando, alguns trechos ali para baixo já tem mais espaço de mata e lá é onde você consegue ver macacos e outros bichos. A beira do rio já está bem desmatada. Nenhum órgão fiscaliza. Você pode pegar um drone que você vai ver, do rio é só alguns trechinhos que têm, tem trecho, tem lugar lá embaixo que você anda alguns metros e você está do outro lado do rio já. É tudo fazenda beirando os dois lados lá do rio. Deveria ser fiscalizado. E obrigar quem é proprietário a replantar (M31).

Esse cenário de desmatamento fica evidente na foto abaixo:

Figura 16 - Foto aérea da cachoeira de Salto e Rio Paranapanema



Fonte: Daniel Rodrigues (2022)

Figura 17- Foto aérea do Rio Paranapanema



Fonte: Daniel Rodrigues (2022)

Sob essa degradação da mata ciliar, um dos ambientalistas comenta:

[...] aquele trecho da ponte até Saltinho, apesar de a gente encontrar bastante lugar assim que quase no rio inteiro tem a vegetação, o que você vê que é só capa, entendeu? Você tem aquela capa daquele pedaço, mas para trás mesmo, aquele negócio mais fechado não tem, já está tudo tomado ou por plantações, ou por residências, entendeu? E é um trabalho que daria para ser feito com muito pouco custo, esse é um investimento que valeria a pena. Ali tem mil ideias. Você pode colocar pessoal que mora ali para propor um dia de replantio, fazer evento de final de semana, trazer o pessoal das escolas, a criançada. Além de você já estar brotando ali a consciência ambiental, eles estão com a mão na massa, então tem bastante coisa criativa e fácil que dá para fazer, mas que acaba ficando só na mente da gente, no papel (A6).

O bioma da região é caracterizado por ser uma zona de transição de cerrado e mata atlântica (IBGE, 2022). Um dos entrevistados com formação na área ambiental explica:

Você tem tanto espécies de plantas que são típicas de Cerrado, quanto espécies de Mata Atlântica. É que hoje está tudo desmatado, por causa de plantação nas fazendas, mas se tivesse uma vegetação nativa, seria um cerradão, a gente chama de cerradão, porque está mais pra Cerrado do que para Mata Atlântica, mas é uma área de transição. A nossa região é privilegiada (M33).

Esses apontamentos relacionados aos problemas ambientais, surgiram com a pergunta “O rio Paranapanema sofre alguma ameaça ambiental?” e as respostas foram desde o início parecidas, ou seja, os problemas enunciados pelos moradores estavam conectados. Independente da classe, escolaridade, gênero ou faixa etária esses temas surgiram nos diálogos entre entrevistados e pesquisadora. Um deles foi a questão do desmatamento atrelado ao agronegócio, como citado abaixo:

[...] eu acho que o principal culpado é o agronegócio, em si. Essas plantações à beira do rio que não respeitam a mata ciliar, que jogaram muito detrito no rio. É um agronegócio selvagem contra a natureza. Isso que eu acho que mais impactou, assoreando vários trechos do rio, por causa do efeito da própria ação de arar as terras. O principal é não preservar a mata ciliar, isso que eu acho que prejudica mais. A fauna e a flora também. Agora, para destruir é fácil, agora, para recuperar, vai demorar bem mais (M09).

Segundo Tibúrcio (2021) o modo de produção no sudoeste paulista baseado na agricultura e pecuária extensiva trouxeram danos ambientais, como o processo erosivo do solo. É evidente, de acordo com registros fotográficos, trabalhos científicos e testemunho da comunidade que a paisagem se modificou. Essa é uma característica do interior paulista ao longo dos últimos anos, com o predomínio e avanço do agronegócio, dessa maneira, a vegetação nativa e viva é substituída gradativamente e intencionalmente por uma paisagem artificial e monótona. Os principais responsáveis por modificarem as paisagens e recursos hídricos foram o crescimento e inchaço das cidades, indústrias e hidrelétricas, atrelados a degradação das florestas com a mecanização das lavouras (SÃO PAULO, 1999).

Na sequência, serão apresentados alguns trechos mencionados pelos entrevistados durante as entrevistas que dialogam com essa realidade narrada acima:

Notei também que o rio não é nada daquilo que era também, pouco peixe, água poluída para te dizer a verdade. O rio corre o risco porque vão despejando no rio cada vez mais lixo, não é? E usam muito a água para regar as plantas também, não é? É por aí. Muito desmatamento, não é? A mata ciliar também mudou, diminuiu. A tempos aqui tem desmatamento, quando eu conheci a mata ciliar era mais larga beirando o rio, entende? E agora já estão plantando lavoura quase na beira do rio (M11).

Tem alguns lugares por aí que tem os desmatamentos, sabe? Que o pessoal faz, às vezes, esses grandes fazendeiros que tem na beira do rio aí, eles abrem um espaço lá para pôr bomba, para irrigação, essas coisas, então eles desmatam (M38).

Segundo um entrevistado houve uma transição de produção dessas fazendas que ficam às margens do rio, antes era mais focado no gado, e com o tempo foi substituído por plantações, trazendo novos impactos ambientais para região:

[...] eu reparei bastante, antigamente as fazendas aqui em volta era tudo pastagem para gado, tudo. Não tinha tanta lavoura para cá. Faz uns 30 anos, não é? Que eles estão tratando lavoura, mas antes era tudo pastagem, quando tinha enxurrada trazia sujeira, mas nem tinha tanto veneno naquela época. Hoje em dia tem muito veneno. E hoje eles abandonaram isso e estão plantando. Então quando você ara a terra quando chove, toda essa terra solta com agrotóxico, com um monte de coisa vem tudo para a calha do rio, não é? Aqui perto tem um ribeirãozinho, quando chove cai nesse ribeirãozinho e ela cai direto no Panema e vai contaminando O agrotóxico ele também ajuda bem a sujar o rio, a envenenar. Eles substituíram praticamente todo o gado por lavoura agora. A gente foi atrás da CETESB, um monte de coisa, eles não estão nem aí, põe vista grossa. Mesmo com esses órgãos responsáveis, o rio não muda, só piora. Então não adianta nada (M42).

Outro entrevistado reitera:

Eles tiram tudo a mata da beira do rio, colocam os motores, para roubar água, para encher açude, eles tiram todas as árvores. Tem lugar aí para baixo que você vai, a beira do rio parece um terreno, só terra, não tem um pé de árvore, e isso judia. Já faz muito tempo isso (M21).

Refletindo sobre o paradoxo entre o agronegócio e seus impactos um dos entrevistados comenta:

Claro que a gente precisa do agronegócio, não sou contra, mas sou a favor da água, mas eu acho que hoje em dia eles usam umas tecnologias muito abusiva. Não dá descanso para a terra. Aqui eles tiram lavouras e em menos de dois meses já tem outra e outra. Eles não deixam a terra descansar, que nem meu pai falava antigamente, meu pai arrancava feijão da terra, daí ele falava assim 'Agora nós vamos ter que dar pelo menos uns 4 meses para colocar outra lavoura até a terra dar uma recuperada.',

entendeu? Porque a terra precisava respirar. Respeitava sempre o ciclo. Porque cada lavoura tem um tempo, não é? E o pai respeitava o ciclo (M41).

Nesse contexto, relacionado ao ciclo da agricultura, as sabedorias locais eram passadas entre gerações, dos mais velhos para os mais novos. Uma fala durante as entrevistas vem nesse sentido: “O pessoal da parte de agricultura são muito sábios, o meu pai entende muito, o meu pai é agricultor, não tem estudo, mas a vida ensinou, a experiência ensinou muita coisa, a cuidar da terra” (M05)

Seguindo nessa linha de raciocínio:

Hoje em dia é isso o risco, são as fazendas também, porque não se preserva a mata ciliar, a pecuária é extensiva, inclusive o gado toma água do rio, em boa parte das fazendas. E não nasce nada onde o gado começa a passar, a mata não consegue se regenerar. Além disso, como não tem mais a mata, não tem proteção, o agrotóxico vai direto pro rio. Minha mãe contava que o rio quase não sujava a água, antigamente quando chovia forte, agora ta muito diferente (M10).

Dando sequência a discussão:

Desmatamento também é um problema aqui, porque o pessoal que tem lavoura vai desmatando, para o gado chegar até o rio para beber água. Isso é o médio e grande porte, pequeno produtor não precisa da água do rio, entendeu? O pequeno produtor normalmente abre poço artesiano e usa dele para poder molhar, então são os maiores que usam a água do rio (M36).

Mais uma vez a indignação se apresenta nas falas dos entrevistados, no que se refere a ineficácia dos órgãos fiscalizadores, pois o retrato e os problemas ambientais estão visíveis, mas não há um projeto para reverter, reflorestar e implementar novas tecnologias alternativas de produção. Um problema local, porém, que depende de ferramentas e instrumentos legais a nível estadual e federal, o que torna vagaroso e inexistente até o momento um plano político ambiental que pense nas questões de preservação do Rio Paranapanema. Isso fica evidente em uma das falas dos entrevistados em concordância com este cenário:

Cadê o meio ambiente? Cadê a florestal? Cadê essa turma da marinha? É deles que a gente tem que cobrar. Só que eu não sei o que acontece, eles chegam nos fazendeiros e não acontece nada, continua tudo a mesma coisa. Então tem mais negativa do que coisa positiva. Continuam desmatando (M06).

O agrotóxico demonstrou ser um problema grave apontado pelos moradores:

[...] o povo da lavoura só quer saber de ganhar dinheiro e não pensa no Rio, tira água do rio para irrigar planta e também põe agrotóxico na água. Tem um avião agora que passa por aqui jogando veneno no ar, até em cima de nós. Ele dá uns voos rasantes por aqui, eles estão pulverizando milho. Dos leitos dos rios para baixo são tudo fazendas. Contamina o ar, contamina a água, contamina tudo (M01).

A comunidade apresentou relatos sobre o impacto dos agrotóxicos no seu dia-dia e que avança de forma intensa:

Gostaria que usassem menos agrotóxicos nas lavouras, porque às vezes a gente sente o cheiro daqui quando pulveriza. Não gosto muito dos venenos. Eu acho que envenena muito. Inclusive envenena as microbacias de água, entendeu? Que nem aqui em casa. Antigamente a gente tomava água de uma mina que tinha ali atrás, era uma mina assim que borbulhava a água, era uma água azul linda. Hoje em dia já não dá mais por conta do agrotóxico que tem na lavoura para cima. Agora já tem um cheiro de veneno incrível que vem das lavouras, a gente sente o tempo todo, sempre que eles plantam soja ou outra lavoura tem, às vezes vem de avião aí jogar veneno nas lavouras (M42).

O Brasil atualmente é responsável por consumir 20% do agrotóxico mundial e esse número cresce gradativamente, devido à falta de políticas regulatórias, é um país considerado por seu mercado menos restritivo. No que se refere a produção de soja, ela é responsável pela comercialização de metade do agrotóxico produzido no país, com mais de 150 agrotóxicos comercializados para esse tipo de plantação (deste total, 35 são proibidos na Europa) (BOMBARDI, 2017).

Essas altas taxas de agrotóxicos são encontradas sobretudo nas culturas de soja, milho e cana, que totalizam juntas 72% do agrotóxico comercializado, sendo o principal herbicida comercializado no país o glifosato, além dos problemas de saúde pública devido a introdução das sementes transgênicas, mais resistentes aos insumos químicos (BOMBARDI, 2017). Entendendo que o Estado de São Paulo é um dos principais produtores dessas culturas, é notório e preocupante o espaço que os agrotóxicos estão alcançando, prejudicando a saúde humana e a saúde do planeta.

A ausência de restrições referente ao uso de agrotóxicos no Brasil, ocorre tanto pela diversidade de produtos existentes, com a liberação de agrotóxicos que são proibidos em muitos países, como pela utilização da pulverização área, que é proibido por exemplo na União Europeia devido aos riscos à saúde pública. Nesse sentido, mesmo o mercado de agrotóxico sendo controlado pela união europeia, os países de origem proíbem a utilização de alguns produtos, enquanto países do sul, como o caso do Brasil, são um dos principais mercados de empresas como a Bayer. Pode-se dizer, portanto, que é uma geografia desigual, pois é notório que há uma parcela da sociedade que vale menos e que os danos a sua saúde não importam, afetando principalmente camponeses e trabalhadores rurais no caso dos agrotóxicos (BOMBARDI, 2017).

Nesse sentido, os moradores destacam como as pulverizações estão gradativamente afetando o dia-dia da comunidade, contaminando o solo e a água. Essa é uma situação destacada sobretudo pelos moradores que vivem próximo das margens do rio, pois observam a movimentação e os fluxos das pulverizações em seu cotidiano. Isso gera uma preocupação sanitária, no que diz respeito à saúde da população, pois a contaminação por agrotóxico está presente no alimento, na água e no ar. Em relação a contaminação da água, alguns frisam:

Eu acho que de um certo jeito o agrotóxico vai para o rio porque se dá uma chuva grande a enxurrada lava a terra e a água da enxurrada vai e cai no rio, e todas as fazendas usam veneno, qualquer lugar que você vai é bomba de veneno, acho que isso prejudica também a água do rio (M21).

Aqui passam veneno, sempre estão fazendo a pulverização das lavouras com avião. Tudo isso afeta o meio ambiente, porque de primeiro tinha mata, hoje em dia tem as pragas e sem o veneno, não existe lavoura na forma que é produzido. De primeiro tinha muito mato, mas as pragas saíram do mato, porque foi desmatado, não tem mais o mato, que é o habitat natural deles, e daí eles vêm para a lavoura, para se alimentar da lavoura, da seiva das plantas. A mata diminuiu muito e causa esse descontrole ambiental, essa dependência (M45).

E o que acontece, a plantação de lavoura na beira do rio aonde que vai parar a química? No rio. Veneno essas coisas da lavoura. Tudo isso está afetando o rio, a natureza está sendo destruída, não é, o rio, não é? Se ninguém tomar uma providência de limpar, o rio vai acabar, não é? A cachoeira mesmo como fica (M41).

O procedimento de pulverização aérea traz consigo um fenômeno chamado “deriva”, que é aquele resíduo de agrotóxico que não alcança a plantação e se dispersa no ambiente, se espalhando nos cursos d’água, contaminando ambientes e intoxicando as populações. No Estado de São Paulo, a cana-de-açúcar é o principal cultivo pulverizado (BOMBARDI, 2017). Sendo assim, mesmo sendo um problema concreta e que afeta a saúde pública, o Estado flerta com a indústria dos agroquímicos, devido aos interesses do capital. Isso fica evidente no ano de 1025, quando o governo deixou de arrecadar aproximadamente 1,2 bilhões de reais devido a desoneração de fiscais de empresas relacionadas aos agrotóxicos (BOMBARDI, 2017).

Finalizando as questões relacionadas às ameaças ambientais, um tema colocado em pauta durante as entrevistas foi a redução do volume da água do rio, todos os moradores de forma unânime destacaram esse ponto. Os moradores mais velhos e os pescadores relatam essa transformação da paisagem, sendo perceptível a redução da água na cachoeira, onde os banhistas ficam e também é percebida durante a navegação de barco, pois atualmente existem trechos em que as embarcações passam com dificuldade, pois há muitas pedras devido ao nível da água ter reduzido. Nesse sentido, o morador M45 explana: “[...] Alguns anos atrás eu fiz o

curso lá e nós falamos sobre a questão da escassez da água. E está acontecendo. O rio nosso está diminuindo muito a vazão dele”. Abaixo serão mencionadas algumas falas que dialogam com este cenário:

Olha, esses tempos atrás o rio teve bem baixo sabe, dava até uma ansiedade na gente de ver, de tanto que ele ficou seco. Você andando lá para baixo, mais para baixo lá da cachoeira tem um lugar que eles falam que dá quase para atravessar o Rio andando, a água dá no joelho, então vai dando um nervoso na gente de ver tanta água e de repente, a cachoeira quase não tem mais, ficou um fiozinho lá no meio. O pessoal diz que as pessoas da agricultura também usam muito a água do Rio, naquele pivô, para estar molhando a plantação, é bastante água. Imagine quanto que não gasta (M37).

A fala acima mostra uma relação pessoal com o rio, e como os danos ambientais afetam o cotidiano do morador de forma prática e emocional, pois a população possui uma conexão sentimental com o rio, ele faz parte de sua história e trajetórias e sua transformação negativa causa inquietação, ansiedade e medo, como será mencionado mais à frente no trabalho.

Um dos ambientalistas que realiza a limpeza do Rio Paranapanema relatou uma das vivências durante seu último trajeto, que fazem desde Capão Bonito até chegar em Campina do Monte Alegre, percorrendo e limpando as águas do Paranapanema em diversos municípios:

Eu já viajo nesse rio há mais de 50 anos. Nessa última viagem, quando nós chegamos nos alagados de Paranapanema, uma coisa que me chocou foi ver uma floresta embaixo d'água, com os troncos vivos ainda. Então quando a água está alta, você não vê isso. Mas agora na época de setembro que estava baixa a água, a gente viu, muitas vezes, a cabeça dos troncos para fora. E como você vai ligar o motor de popa para navegar numa área que está inteirinha cheia de troncos? Eu tenho a impressão que foi quando foi feita a represa da região alagou muita área de vegetação. E aí no trajeto a gente tinha que passar, para ir para outro lugar, nós tivemos que viajar de varejão, empurrando o barco, porque não podíamos ligar o motor de popa. É uma coisa que eu nunca tinha visto, a falta d'água me levou a conhecer isso. Porque quando está bem cheio d'água, você liga o motor de popa, passa, você não avista essa vegetação lá embaixo. É uma coisa muito triste de ver. A gente nota que ele já não é um rio com tanta água como antigamente, pela altura que a gente vê da água, a gente vê. Não sei se é o rio que está assoreando, mas esse rio já teve muito mais água (A2).

Vale reportar as falas de alguns pescadores e ambientalistas no que se refere a redução do volume da água do rio, pois eles navegam há anos no Paranapanema e observam no exercício de sua profissão essas mudanças:

Diminuiu bastante a água. Quando fica uns meses sem chover, fica ruim para ir trabalhar. Tem lugar que a gente tem que puxar o barco. Eu acredito que diminuiu porque tem muito pivô que puxa água para a lavoura (M32).

De dois, três anos pra cá, de uma hora e meia vai para três horas para você chegar aonde a gente ia pescar de barco antigamente. Para você ir embora demora mais ainda. Se você pegar uma quantidade boa de peixe, para você passar nas pedreiras, você tem que descer na água, sabe? É só complicação quando vai diminuindo a água. Então, cada ano, na minha opinião, está complicando. O rio está ficando mais difícil (M15).

Teve bastante mudança porque nunca tivemos dificuldade para descer o rio. Com um motor que a gente desce. Há uns quatro, cinco anos para cá, na época do inverno não tem como você andar mais, é muito complicado para a gente andar pelo rio. A água ta abaixando mais do que o normal. O limite dele é bem mais, eu não sei, na minha opinião, eu acho que são os motores de irrigação. Se você pegar a cabeceira do rio, Paranapanema, ele nasce lá em Capão Bonito, de lá até onde a gente pesca aqui tem muitos motores de irrigação (M15).

O Panema ele nunca teve período assim da gente não conseguir navegar com barco motor, essas coisas. E agora teve um tempo aí que não dava mais para andar de barco, de uns 3, 4 anos pra cá, a gente percebe a falta de água. Eu acho que é a diminuição das chuvas, não é? Porque antes chovia muito. Agora...E sabe as fazendas, elas têm muito o pivô de irrigação. Não sei se você já reparou nisso. Muitos fazendeiros tirando a água do Panema (M43).

Devido à quantidade de água que está diminuindo do rio, já fica difícil, ano passado nós não conseguimos pescar, porque não conseguimos andar de barco motor, bate o motor, o motor 15, imagine o motor grande, bate nas pedras por causa do rio estar baixo (M45).

Essa é uma realidade posta que está afetando os ciclos da natureza e a vida dos pescadores que dependem do rio, as mudanças climáticas afetaram os ciclos da chuva, além do emprego de tecnologias abusivas que estão contribuindo para a seca do rio. A irrigação é um mecanismo autorizado pelo Estado através das outorgas, portanto é um processo legal, ainda que esteja impactando os fluxos dos recursos hídricos. Esse cenário se agrava paulatinamente, com o avanço da crise climática devido às ações humanas, que gerou o aquecimento global e mudanças climáticas.

Segundo Tibúrcio (2021) as outorgas para irrigação na bacia do Alto Paranapanema são para fins agrícolas majoritariamente, seguido do uso urbano e industrial. De acordo com dados apresentados por Libano (2016), no Brasil, 70% da água retirada dos recursos hídricos é utilizada para agricultura e pecuária, o restante é utilizado pela indústria e consumo populacional, o que demonstra a responsabilidade que o setor agropecuário deve ter com os recursos naturais e uso da água, além da necessidade de implementar medidas que assegurem a proteção dos recursos hídricos e controle da atividade de irrigação de forma sustentável, pois esse excesso de exploração e modelo de superexploração da água já vem causando danos ambientais .

Como apontado, a região da bacia do rio Paranapanema se caracteriza pela presença intensiva de pivôs centrais para captação de água, o que pode comprometer a vazão dos rios da região, e já se demonstra como um instrumento que pressiona e afeta os recursos hídricos (INSTITUTO FLORESTAL, 2018).

De acordo dados do (CBH-ALPA, 2017) a situação da disponibilidade hídrica em alguns trechos do Rio Paranapanema já se encontra crítica, sobretudo próximo de áreas rurais com atividade agrícola intensa que utilizam pivôs para irrigação, sendo necessário aprimorar o monitoramento dessas áreas.

A agricultura irrigada apresenta-se em todo território do Alto Paranapanema, especialmente nos municípios de Itaí, Itapeva, Paranapanema, Buri, Itaberá e Itapetininga, apresentando grande ameaça para os recursos hídricos na região, sendo fundamental delimitar essa quantidade e realizar um estudo sobre as novas outorgas, pois o rio já está sendo comprometido, onde o Estado de São Paulo representa 14,1% da área irrigada do Brasil e esse número de área irrigada na região do Rio Paranapanema vem crescendo em velocidade alta e, sendo assim, compreende-se que a bacia do Paranapanema já não podem subsidiar novas outorgas. Segundo informações do relatório da UGRHI-14, até o ano de 2023 o DAEE, em parceria com o FCTH-USP e CBH-ALPA realizarão pesquisas para o monitoramento hidrológico nessa região, visando mensurar o balanço hídrico e a qualidade da água (UGRHI-14, 2020).

Vale destacar, que existem processos mais sustentáveis de irrigação, como o sistema de gotejamento. Compreende-se que há uma necessidade de irrigar as plantações, porém o modelo que vem sendo utilizado está degradando e secando os rios, sendo urgente uma medida que explore novas formas tecnológicas para produção de alimentos, pois os impactos e danos já estão sendo sentidos. De acordo com Tibúrcio (2021) alerta que a produção e atividades realizadas entorno do rio devem ser realizadas de maneira sustentável para evitar a degradação de sua fertilidade, com um olhar especial aos latifúndios existentes na região.

Exemplos como o sistema de gotejamento para irrigação do agronegócio é apenas uma das formas mais eficazes de reduzir os impactos do desperdício de água extraída do rio, pois há melhor distribuição da água, que é aplicada diretamente na folha e raiz da planta, o que atualmente o sistema convencional não permite, havendo muita perda de água extraída no processo.

Outro fator apresentado relacionado a seca do Rio Paranapanema foi a presença de eucaliptos próximos às nascentes e as margens do rio, além das usinas hidrelétricas que seguram a água do rio, afetando a vazão da água, como relatado por M45:

Tem um afluente em Itapetininga, o Rio Turvo. Eu vou contar para você o que acontece lá em Pilar do Sul. Lá tem uma usina que segura a água do Rio Turvo, segura 1 mês e daí eles soltam de uma vez só a água. Tem uma determinada quantidade de água que eles têm que soltar e eles nunca soltam a quantidade suficiente para preservar a vazão do rio, está acontecendo isso no nosso rio, porque o que acontece nos afluentes afeta gera consequências no Paranapanema. Eles estão segurando água

e a plantação de eucalipto também na nascente está sugando toda a água da nascente, inclusive conheço um córrego aqui perto que secou por causa de eucalipto. E isso é um caso sério no Brasil inteiro, inclusive está acontecendo aqui. Onde tem plantação de eucalipto nas nascentes secam tudo. É isso que está acontecendo, a questão nossa é o rio, a gente precisa de água para sobreviver e o rio está secando. O rio está pedindo socorro (M45).

Um dos ambientalistas frisou durante a entrevista sobre o trabalho desenvolvido pela ONG focado no reflorestamento das nascentes:

Tem muita nascente no caminho que vai para o Saltinho, é um lugar que precisaria ter um trabalho sério. Eu já pedi o levantamento. A prefeitura tem esse levantamento das nascentes, eu pedi isso, e eu sei que no Caminho do Salto tem muito, na beira da estrada principalmente, naqueles sítios, todos têm muito olho d'água, mas não são tratados, não são cuidados, tem nascente que tá judiada, pisoteada. A gente fez algumas ações em sítio de pessoas amigas, levamos as crianças e elas apresentaram trabalhos sobre as nascentes, sobre a limpeza do lugar, sobre não deixar o gado pisotear os olhos d'água, sobre a importância de ter a floresta em volta. Então nesse projeto, a gente leva mudas, as crianças plantam as mudas e vira uma florestinha de novo com o tempo. É muito legal. Nós fazíamos em março esse projeto, que era da revitalização de nascentes (A2).

Essa ação poderia ser uma atividade interessante de resgatar, pois além de contribuir com o reflorestamento e recuperação das nascentes, envolve os alunos, trazendo conhecimento através das atividades em campo, que contribui com a formação ecológica dos indivíduos. Esse mapeamento citado das nascentes também seria fundamental disponibilizar para a comunidade local.

Na cidade de São Paulo, foi desenvolvido um roteiro guiado chamado “Cidade Azul”, onde fizeram o mapeamento de rios e nascentes soterrados, e através de audioguias desenvolvidos pela AFUBESP, uma organização social, os participantes poderiam redescobri-los e se conectarem com a cidade através dos cinco sentidos (AFUBESP, 2016). Esse é um projeto que poderia inspirar ações parecidas, para que os moradores e visitantes redescubram a paisagem e significados, através de roteiros guiados ou autoguiados.

Nessa mesma linha de pensamento, um dos ambientalistas expõe:

O mais agravante de tudo isso, eu vejo, é que não existe nenhum projeto de recuperação de nascentes. E as nascentes são recuperáveis. Já está provado em um monte de trabalhos de profissionais de outros lugares que conseguiram recuperar nascentes. Basta querer. A gente passa por alguns lugares e fala: nossa, aqui tinha uma nascente d'água. As plantas, tudo indica que existia uma nascente d'água. Mas pisoteiam, fazem pastagem ou a lavoura. Eles matam a nascente d'água. Mas é possível recuperar. E não é custo alto não (A5).

Segundo Eduardo Sá (2022) é necessário implementar e viver em um mundo onde as relações ecológicas pautam as relações econômicas, pois a conversas e impactos das mudanças

climáticas não é somente sobre o futuro, mas sobre o presente, pois os danos já são percebidos e estão acelerados, tornando-se um mundo desconhecido da espécie humana, um mundo em constante transformação.

As mudanças climáticas previstas para o final do século nos eventos ambientais, como o acordo de Paris, já estão acontecendo. Segundo o pesquisador, as previsões realizadas podem ser consideradas conservadoras, pois os impactos estão cada vez mais intensos e rápidos, como o derretimento das geleiras, aquecimento do ártico e ondas de calor que causaram mortes de milhares de animais marinhos no Canadá devido ao aquecimento das águas.

Desse modo, o IPCC aponta que os esforços para uma mudança ambiental devem ser maiores, através da implementação de novas matrizes energéticas e emprego de tecnologias e geotecnologias que ainda nem foram inventadas, mas são urgentes e há potencial para serem desenvolvidas. Nesse sentido, cabe a reflexão de Sung e Silva (p.90, 1995): “A questão não é a falta de tecnologias alternativas, mas em que direção deve caminhar o sistema produtivo. Sem uma mudança nesse objetivo as tecnologias ecológicas jamais serão utilizadas”.

Assim, para um dos ambientalistas entrevistados e engenheiro florestal com pós em gestão ambiental:

[...] você tem grandes agressões nos afluentes, por conta da irrigação, a irrigação em alguns lugares acaba sendo muito abusiva, você tem outorga, você tem um limite de água que pode retirar, mas a fiscalização não é eficiente, conseqüentemente o que acontece? Em alguns lugares você tem grandes agressões ao recurso hídrico, você tem um problema sério, que é muito difícil de ter retorno, porque é um processo lento, e os municípios não fazem restauração ecológica para você poder fazer aquelas áreas de controle desses mananciais, de as áreas que seriam necessárias para que você tivesse elas protegidas, para poderem receber a chuva e poder ter infiltração no solo, você precisa de restauração ecológica, então a revegetação é muito difícil de acontecer, existem ideias, como o pagamento de serviços ambientais para incentivar o agricultor a recuperar essas áreas, para poder ter controle, e assim, falta legislação? Não, não falta legislação brasileira em relação a esses controles já existem, mas não são respeitadas, você infelizmente não tem esse respeito ainda, então o recurso hídrico sofre muito. Ainda falta o melhor uso da tecnologia, o problema é que o agricultor, quando vai discutir isso, ele está sempre baseado no seguinte discurso: que são os grandes produtores de alimento, a balança comercial possível, tem um lobby gigantesco, muita gente vive disso, mas é um processo a ser feito, e não sei se esse processo vai ser feito só com boa vontade, se não vai ter que ter cobrança lá em cima, para que aprendam a ser mais eficientes. A gente tem uma discussão na nossa região que deveria colocar o hidrômetro em cada captação de água, como se fosse uma casa, é uma discussão gigantesca, o agricultor não quer esse hidrômetro medindo quanto se tira de água correto. Tem que fazer isso, ou você não vai ter água, nós vamos chegar nesse momento (A9).

No que se refere ao cadastro das outorgas para utilização de águas subterrâneas na bacia, até junho de 2014 o estado de São Paulo dispunha de 1.894 outorgas, destacando-se em número

de outorgas os municípios de Presidente Prudente (232), Euclides da Cunha Paulista (198), Rosana (112) e Itapetininga (97) (ANA, 2016), este último município localizado a aproximadamente 60km de CMA. A agricultura irrigada é um dos focos centrais para o resultado de criticidade para o balanço hídrico atual (ANA, 2016).

Para Cury (2005) a maior fonte de riqueza da região é a abundância de recursos hídricos, sendo fundamental aprimorar as políticas regulatórias que mantenham a qualidade e quantidade da água.

A agrofloresta é uma dessas tecnologias ambientais, que se baseia em uma sistema orgânico de produção, é uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e implementação de ecossistemas produtivos e integrativos, que contribuem para a preservação dos recursos naturais, proporcionando um agroecossistema sustentável, com dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos, além de possibilitar ensinamentos para os sujeitos sobre os ritmos da natureza, ciência e valorizar o conhecimento local. (CATI, 2022)

De acordo com os moradores entrevistados as estações do ano já não são bem definidas, ressaltam que anteriormente havia períodos de secas e cheias no rio, porém, o rio vem passando por estiagem recorrente por conta da falta de chuva e as cheias já não ocorrem mais como antes. Esse cenário vem se intensificando de cinco anos para cá, uma paisagem que muitos moradores nunca tinham visto anteriormente e hoje faz parte da realidade. Essa mudança afeta até mesmo o período de piracema, época de reprodução dos peixes. Segundo ANA (2016), o período de seca na bacia hidrográfica do Paranapanema ocorre no de junho a agosto, e o período mais úmido de dezembro a fevereiro.

A UGRHI 14 Alto Paranapanema, desde 2018 vem apresentando índices pluviométricos abaixo da média histórica. Em 2020 o volume das chuvas foi 22% menor que à média dos últimos 26 anos (período de 1993 a 2019), contribuindo com a redução da vazão dos rios, incluindo o Rio Paranapanema. Vale ressaltar que todo o Estado de São Paulo vem sofrendo com as mudanças climáticas e consequentemente redução das chuvas, resultando em baixa disponibilidade hídrica em muitas bacias hidrográficas. (CETESB, 2020). Os efeitos da ausência de chuvas na bacia hidrográfica do Rio Paranapanema acarretaram no rebaixamento do rio e represas, afetando o lazer e turismo dessas localidades (UGRHI-14, 2020).

É notório, de acordo com a discussão teórica, que o aquecimento global é fruto da ação humana devido ao desenvolvimento frenético e ilimitado. Pode-se observar esse ciclo incessante que afeta o mundo também em âmbito local. A mata ciliar foi desmatada, em seu local instalaram-se lavouras, com intenso uso de agrotóxico e irrigação, modificando o meio

ambiente e ocasionando um descontrole ambiental, agora, esse meio de produção sofre com a mudança climática, em especial a falta das chuvas. No entanto, ao invés de utilizarem novas ferramentas e produzirem de forma sustentável, seguem explorando os recursos naturais ao máximo, retirando água do rio e por consequência secando os recursos hídricos, se tornaram dependentes das águas fluviais, porém não mensuram que estes recursos são finitos, tampouco regulamentam uma política ambiental que regularize e implemente medidas tecnológicas e sustentáveis.

Os moradores afirmam que por diversas vezes esses pivôs ficam ligados 24 horas, além do desperdício de água dos equipamentos, que vazam por falta de manutenção. Autores como Tibúrcio (2016) e Hernandez (2015) apontam para o uso equivocado de equipamentos agrícolas para irrigação, que causam desperdício de água e encharcamento dos solos.

Segundo os moradores, antigamente era possível contar quantos fazendeiros possuíam pivôs de irrigação, hoje em dia já não há um controle, destacam que mesmo sendo algo legalizado, ainda há muitos pivôs irregulares e praticamente todas as fazendas fazem a retirada da água, mas não devolvem para o meio ambiente, pelo contrário, devolvem resíduos químicos, desmatamento e contaminação.

Por lei, é obrigatório preservar a mata ciliar em torno do leito do rio, porém essa não é uma realidade, existe plantação que chega muito próximo das margens do Paranapanema, não há uma preservação ambiental eficiente, nem mesmo uma fiscalização que garanta a proteção dos recursos naturais. A população entrevistada, afirmou que muitas vezes essa fiscalização ocorre de forma desigual, sendo mais incisiva com os pequenos agricultores, e de forma branda com os grandes fazendeiros, que por escala, causam impactos mais significativos ao meio ambiente.

A redução do volume de água, além dos impactos mencionados anteriormente, também pode causar mortandade dos peixes, devido à falta de oxigênio. Nos discursos dos moradores é frisada a questão da diminuição de peixes e destacado até mesmo a extinção de espécies, que os mais antigos costumavam ver e pescar no rio e atualmente já não encontram, como mencionado a seguir:

Eu vou falar para você as espécies: têm lambari, piapara, cascudo, piquira, curimba, dourado, piracanjuba, pintado, pacu, piranha tem, agora está tendo tucunaré, tem o chimboré, a piava 3 pintas e a piava vermelhinha que a gente chama de flamenguinha, e existia um peixe aqui chamado papa-terra, que era um peixinho pequeno, de porte médio, que não tem mais no rio. Eu não sei qual a causa que se acabou esse peixe aqui do rio, que a gente não vê mais. Quando eu tinha mais ou menos uns 20, 25 anos ainda tinha, agora não tem mais, agora nós não vimos mais desses peixes. Tem a tabarana também, que eu esqueci de falar. A piquira está diminuindo. Eram muito mais. Quando o pai vinha pescar, o pai levava muitos peixes, hoje pega o que? Muito

pouco. O pai lembra, o pai vinha e levava muito peixe para casa, coisa que hoje não tem mais (M45).

As mortandades de peixes estão normalmente relacionadas às alterações da qualidade da água, mas nem sempre é possível identificar a causa da contaminação, no entanto, esse fato é um indicador da suscetibilidade do corpo hídrico. No período de 2011 a 2013, a CETESB registrou 14 eventos de mortandade na bacia do rio Paranapanema, sendo 12 na UGH Alto Paranapanema, 1 na UGH Médio Paranapanema e um na UGH Pontal do Paranapanema, segundo relatório essa situação ocorreu devido a poluição por esgoto doméstico e problemas na tubulação das estações de tratamento (ANA, 2014).

Segundo a Duke Energy (2003), as principais espécies catalogadas no Rio Paranapanema são: piracanjuba, pacu, dourado, curimatá, piapara, piava-três-pintas, tuvira, lambari, sardinha de água doce, peixe cachorro amarelo e cachorro branco, tabarana, piranha, canivete, traíra, zebrinha, pirambeba, piava, piau, ferreirinha, campineiro, taguara, saguiri, curimatá, charutinho, tuvira, bagre, armal, armalzinho, mandi, mandubé, bobo, bagrinho, jaú, barbado, pintado, jacupecê, surubim, mapará, caborja, cascudo, cascudinho, carpa, tucunaré, acará, patrona, tilápia, guaru, corvina, lebiste, linguada, mussum, raia . Vale destacar que essas espécies citadas algumas são nativas e outras introduzidas e não estão presentes em todos os trechos do Paranapanema, a presença de acordo com as necessidades e condições do habitat de cada espécie.

No que se refere a diversidade e redução de peixes, os entrevistados comentam:

Eu percebo que a cada ano que passa dá cada vez menos peixes no rio menos, a piquira que era atração aqui do rio, era um prato típico daqui, esse ano já teve quase nada e o Lambari também está diminuindo bastante, os Lambaris é um peixe que eu conhecia e já não vejo mais, eu tenho foto posando com peixe que nem existe mais (M01).

Aqui teve uma grande mortandade de peixe fora de época, que no inverno é comum por causa da temperatura muito baixa e o rio mais baixo também nesse período, mas a gente viu mortalidade de peixe em uma época que não estava tão frio e o rio não estava tão baixo. A gente procurou os órgãos ambientais, mas não deu nenhum retorno para gente, nenhum (M10).

Essa realidade também afeta financeiramente aqueles que dependem da pesca para sobrevivência, como relatado por um dos entrevistados: “O peixe antigamente nós ficávamos

vários dias lá e você via, vamos pôr no mês, eu fazia lá 1.500 reais. Hoje é duro para tirar um salário-mínimo, por quê? Porque, está explicado: porque o peixe diminuiu” (M15).

O entrevistado M05 fala da questão da poluição e do impacto dela no meio ambiente e na vida da comunidade: “Antigamente, até o meu período da adolescência, uns 10 anos atrás tinha muitos peixes, a água do rio era muito limpa, sabe? E hoje em dia está acontecendo muito problema de poluição, a água pode existir sempre no rio, mas peixe eu já não sei”.

No que se refere a abundância de espécies, um entrevistado diz: “Tinha muita fartura de peixe, as pessoas se alimentavam muito de peixe e hoje diminuiu” (M11). Nessa mesma lógica, M19 afirma: “[...] o rio era tão bonito, tão limpa a água, agora já não é, não é tão bonita mais. O meu marido pesca para comer, daí a gente tem até medo de comer o peixe por causa da sujeira do rio”. Outro morador comenta: “Depois que eu aposentei parei de pescar, não desço de barco mais. O sabor da carne do peixe hoje é diferente. Você pega um mandi grande, você vai abrir, as vísceras ali dele, é completamente diferente, o mau cheiro” (M41).

Nesse contexto o morador M18 relembra com nostalgia:

Nos anos de 70 a 75 eu trabalhava no restaurante ali na cachoeira, tinha muito peixe, a água era muito limpa e agora está super diferente, está com quase nada de peixe e a água bastante suja, até eu lavava a roupa dentro da água na cachoeira, a roupa do restaurante, a roupa de todo mundo lá, quando dava sede eu tomava aqueles punhadão de água, água limpinha, e agora já não dá para fazer mais isso (M18).

No que se refere aos peixes, um ponto elucidado pelos moradores foi a pesca predatória, sobretudo no passado, onde não havia uma legislação eficaz e retirava-se do rio centenas de peixes, até mesmo no período de reprodução. Pescava-se muito com armadilhas, rede arrastão, peixes fora de medida e retirava-se quantidades abusivas de espécies. Hoje em dia ainda acontecem irregularidades, no entanto, com a implementação das leis ambientais e período da piracema já não é como antes, todavia, esse cenário afetou a vida aquática, que reflete até os dias atuais.

A problemática do lixo também afeta a vida dos cursos d'águas, pois segundo os entrevistados, é comum ver sacolas de lixo rodando pelo rio. São encontrados todos os tipos de lixos imagináveis, como fraldas, garrafa PET, pneu, plástico, geladeira e ressaltam que as pessoas deveriam ter mais consciência ambiental e respeito com o rio. Alguns comentam que esse lixo vem sobretudo dos ranchos, que jogam sacolas no rio e vem da atividade turística, com os visitantes que deixam muitos resíduos aos finais de semana próximo da cachoeira, como marmitex, latinhas, cigarro, papel e plástico. Um dos moradores afirma: “[...] eu mesmo catei

muito lixo de turista na segunda-feira, eles precisam entender que é necessário consciência, eles que estão invadindo o espaço da natureza” (M30). Um outro morador complementa:

[...] acontece que tem pessoas que vêm para passear e acabam deixando o seu lixo jogado ali e nós os moradores que temos consciência, por exemplo, se eu vejo, eu pego e joga no lixo e tentamos preservar. Eu sou uma das pessoas que tentam cuidar do nosso bairro aqui (M05).

Eu acho, tem muito lixo, nossa, o pessoal joga muito lixo no rio. Outro dia a gente estava pescando e veio uma sacola boiando cheia de casca de laranja, pedaço de garrafa, garrafas que o pessoal joga no rio, nossa, tem demais e como tem. E com a população aumentando, mais turistas, a tendência eu acho que é piorar. Deveria ter fiscalização mais rígida nisso aí, mas eu creio que isso seja um risco (M04).

Já no que compete a população local, alguns entrevistados disseram que os moradores possuem consciência ambiental, no entanto, outra parcela acredita que poderia melhorar essa relação de cuidado e coletividade no que diz respeito às questões ambientais que envolvem o Rio Paranapanema.

Nesse contexto, para compreender a participação dos entrevistados nas ações práticas relacionadas à preservação do meio ambiente, foram feitas duas perguntas que se interligam, sendo elas, respectivamente: Você participa ou já participou de alguma atividade para preservação do rio? e na sequência da resposta: Como percebe a participação dos moradores em relação a preservação do rio?

Vale destacar que esse é um tema importante de ser abordado, ainda que não seja o centro da pesquisa, pois entende-se que o protagonismo da população e envolvimento nas atividades focadas na preservação ambiental são fundamentais quando se trata e se planeja o segmento de turismo ambiental, além de entender que esse ativismo, no sentido de serem vigilantes dos seus recursos naturais, pode ser uma forma de propagar a educação ambiental inter e intra comunidade.

Sob essa ótica, Tibúrcio (2021), afirma que é necessário fortalecer a cultura de preservação ambiental, aprimorar o processo educativo e incluir a população nas discussões, desenvolvendo planos e políticas com caráter preservacionista, uma vez que é um interesse coletivo e uma responsabilidade de todos. Para o autor, uma das frentes possíveis poderia iniciar no comitê da bacia hidrográfica do alto Paranapanema, para ampliação e implementar projetos de educação ambiental de forma integrada, envolvendo as escolas, universidades, secretarias estaduais e municipais, população e entidades que defendem o meio ambiente. Desse modo, um projeto de forma continuada e com metodologias participativas contribui para sensibilização dos participantes e para que atuem como agentes multiplicadores.

Essas iniciativas são fundamentais, porém, também são desafiadoras, pois de acordo com Bacca (2002) a civilização ocidental desenvolveu uma visão de mundo excessiva e cegamente antropocêntrica. Nesse sentido, o primeiro desafio da sustentabilidade é lidar com o modelo atual de sociedade, onde as necessidades materiais e energéticas estão cada vez maiores, ao mesmo tempo em que é preciso dividir o espaço com outras espécies naturais e animais, reduzindo cada vez mais essa interação entre sujeitos e natureza. Nesse sentido, vive-se em uma verdadeira dualidade, onde os seres humanos vivem afastados, como se não fizessem parte da natureza, vivendo literalmente à parte, e não parte do meio ambiente.

De acordo com Ward e Dubos (1975), os seres humanos vivem em dois mundos paralelos. Um deles é a biosfera, ou seja, o mundo natural e o outro é a tecnosfera, o qual vem sendo gradativamente construindo para si próprio e moldando o meio ambiente para adequá-lo aos seus sonhos e ambições, através de posturas e formas de produção imediatistas. Nesse sentido, Magalhães (2002) questiona como trabalhar a conservação ambiental se este tema não está presente no cotidiano do brasileiro e as reflexões sobre a condição atual da natureza não faz parte do debate e das preocupações centrais da maioria dos sujeitos.

Existe um dilema em alguns discursos que para as necessidades humanas e comunidades continuarem existindo se dá à custa da exploração dos recursos e exaustão das florestas, rios e montanhas, uma ideologia baseada no antropoceno, uma atitude que nega a vida (KRENAK, 2020).

Desse modo, inserir a natureza nas vidas cotidianas tem sido cada vez mais difícil, sobretudo pelo avanço do universo virtual, que vem acompanhado do medo do mundo físico e avanço da degradação e redução dos espaços naturais, mesmo não sendo uma necessidade comum, todas as pessoas precisam de natureza. Dessa forma, o patrimônio natural deve ser visto como necessário para o desenvolvimento humano e da sociedade e não um luxo viabilizado pelo lazer e turismo (LOUV, 2018).

Completando essa linha de pensamento, Louv (2018), afirma que a conservação dos recursos naturais não depende exclusivamente de organizações governamentais e instituições, por mais que desempenhem papel importante, mas também depende do engajamento da sociedade e de como os jovens e crianças se conectam com a natureza. Para alcançar essa conexão, é necessário que esses aspectos sejam trabalhados e construídos desde a fase infantil.

No que se refere aos grupos e coletivos ambientais, foram destacadas duas ONGs, a ONG Amigos do Rio e a ONG Eco Hold, sendo consideradas as principais instituições que promovem eventos relacionados ao meio ambiente e ações de limpeza no Rio Paranapanema. Inclusive a ONG Eco Road contribuiu ativamente nas mobilizações quando houve o caso das

espumas químicas no rio. Todavia essas ONGs, não se concentram no Distrito de Salto, com a ONG Amigos do Rio com maior participação de pessoas da área urbana de Campina do Monte Alegre e a ONG Eco Hold concentrando suas ações no bairro de Guareí Velho, que pertence a Angatuba e faz divisa com o Distrito de Salto. Por mais que ambas atuem em Salto, ainda é algo esporádico.

Segundo Faria e Garcia (2002), as ONGs desempenham um papel fundamental no processo de aprofundamento das ações ambientais que envolvem a participação da sociedade, expandindo assim os preceitos da educação ambiental e muitas vezes impulsionando as iniciativas governamentais (FARIA; GARCIA, 2002).

Em relação ao surgimento da ONG Amigos do Rio um dos entrevistados explica:

A ONG Amigos do Rio trabalha já há muitos anos e começou ativamente quando recebemos um grupo que vinha fazer remada, o pessoal da companhia de canoagem de São Paulo, são biólogos ou pesquisadores, são cientistas, um pessoal de alto nível, e eles vinham muito para cá, e um deles, que era o presidente da companhia de canoagem desse grupo, em 2008, ele me procurou numa dessas vindas, e me falou: "eu tenho uma amiga que é ambientalista, do Canadá, e ela tem um projeto em muitos municípios, só que aqui no Brasil, nós ainda não temos ninguém que faça o projeto dela." Que era o Clean Up Day, o dia de limpeza ambiental. E ela era do Canadá, e comemora esse dia ambiental no Dia das Mães, para dizer assim: você dá presente para a sua mãe, mas e para o seu planeta? Que é uma mãe maior? E ele trouxe esse projeto e falou: "será que você conseguiria fazer esse projeto com essas pessoas daqui?" Eu falei: "com certeza." E nós estávamos num grupo, acho que de um dos conselhos de turismo aqui, já bem antigo, e nós tínhamos o SEBRAE nos ajudando naquela época. E o SEBRAE nos ajudou a montar um projeto maravilhoso, que foi o primeiro projeto ambiental, em 2008. Dali para cá, a gente já tinha esse grupo, que saía no rio para pegar lixo, essas coisas, aí nós já fizemos o projeto da Nancy Madok, esse é o nome dela, essa ambientalista. Ela tem acho mais de, não sei, mais de 20, 30 países, o projeto, de tirar, fazer uma limpeza em lugares municipais, praças, lagos, rios, no Dia das Mães. E aí nós começamos a fazer esse projeto. Montamos o nosso conselho de turismo, e começamos a fazer esse projeto do Clean Up Day, e fez um sucesso bárbaro. Porque ninguém estava fazendo nada nesse sentido aqui, nós conseguimos tirar duas toneladas de lixo. Nós levamos para a praça, esse lixo embalado para justamente impactar as pessoas e mostrar o problema do lixo no planeta e desde lá nós seguimos fazendo essas limpezas do rio, saindo de Capão Bonito, onde nasce o Paranapanema, até chegar na cachoeira de Salto (A2).

Nesse sentido, as principais atividades mencionadas pelos entrevistados foram as ações de limpeza, que ocorrem em média duas vezes ao ano por ambas as instituições, normalmente no dia da água e no dia do Rio Paranapanema. As ONGs reúnem a população local e descem o rio de barco, desde a sua nascente em Capão Bonito, até chegar em Campina do Monte Alegre. No trajeto coletam os lixos e ao final fazem a pesagem e o descarte correto do material. Nessas atividades, alguns destacaram participar da coleta, participaram como pilotos, outros ajudaram com recurso financeiro, alimentação ou gasolina, cada um à sua maneira.

No que se refere a ONG Amigos do Rio, foi colocado pelos ambientalistas que participam da organização, que em média realizam cinco atividades no ano, uma das principais é a descida do rio, realizando a limpeza, mas também existem ações nas escolas e plantio de árvores.

Também foi apontado pelos moradores entrevistados algumas ações de reflorestamento e atividades de palestras realizadas com as escolas, através das ONGs onde abordam as temáticas ambientais e características geográficas e biológicas da região através da educação ambiental.

Há também uma ação organizada tradicionalmente pela população, na virada do ano, muitos jovens e adultos descem o rio de boia fazendo a coleta de resíduos mais superficiais, como garrafas e latas, unindo o lazer e educação ambiental. Relataram com entusiasmo a participação nessa atividade em especial. Outra ação mencionada por alguns entrevistados foi o repovoamento do rio, onde alguns moradores contribuem financeiramente para a compra de alevinos e realizam a soltura dos peixes.

Já em relação a ONG Eco Road, segundo um dos ambientalistas entrevistados o objetivo e ações da organização são:

O nosso trabalho é voluntário. Um dos objetivos é a divulgação científica. A Ong é assim, a gente trabalha em três eixos, não é? ações ambientais, educação ambiental e eventos acadêmicos. A gente faz 4 festas por ano. A gente faz quatro limpezas de rio no ano, que são as ações ambientais. Um plantio de árvores por mês e são quatro eventos acadêmicos. A gente já fez a corrida micológica, foram 35 pessoas procurando e identificando cogumelos no Parque Estadual Carlos Botelho. Fizemos um encontro aberto de paleontologia e organizamos o 4º Encontro Paulista de astronomia. E fizemos um agora de eco astronomia, mais perto da nossa realidade. Então a gente fez um outro evento, trouxe palestrantes para falar daquela forma que a gente sempre fala, mais acessível, não somente científico, para incluir a população também (A3).

Vale frisar que apesar dessa ONG estar localizada no município de Angatuba, ela é ativa e representativa, atuando de forma indireta em Campina do Monte Alegre. Os mesmos trabalham com princípios da educação ambiental e estão começando a incorporar nos projetos o viés turístico e sendo assim, devido à proximidade, é uma organização em potencial para trabalhar em parceria junto com setor público, pois já desenvolvem ações importantes para região, além de eventos e palestras científicas, atrelados ao turismo pedagógico, o que fortalece as discussões a nível local e possibilita colocar em prática atividades que estejam relacionadas ao turismo ambiental e promover capacitações com a comunidade local, sobretudo pelo fato de a ONG ter pessoas do Distrito de Salto, o que gera proximidade com a população. Durante a entrevista foi comentado que um dos membros está se formando em guia de turismo, outro tem

carteira de barco regularizada, o que possibilita prototipar e experimentar de forma estruturada as possíveis atividades ambientais e educativas propostas no presente trabalho pelos moradores, turistas e ambientalistas, sendo este um caminho possível para iniciar o projeto de turismo ecológico no Distrito de Salto, pois as organizações sociais são fundamentais nesse processo.

Essas ações de limpeza do rio realizadas por ambas as organizações são fundamentais, porém, poderia acontecer de forma mais recorrente e estimulado pelo setor público. As limpezas contribuem para conscientização e preservação do rio, mas ainda é algo superficial, uma vez que são coletados apenas os resíduos sólidos, pois os resíduos químicos, que são um dos principais poluentes necessitam de tecnologias avançadas, que não depende apenas da ação da comunidade.

Alguns moradores entrevistados destacaram não terem participado de atividades focadas na preservação ambiental, no entanto, ressaltam que no dia-dia possuem uma postura ambientalista, pois afirmam que o cuidado com a natureza e o rio é diário.

Esses foram os eventos que os entrevistados disseram ter participado, são ações pontuais que ocorrem através de voluntariado e em sua maioria coordenado pelas ONGs. A Prefeitura ajuda de forma mais estrutural, oferecendo transporte e auxílio financeiro para a compra de gasolina, alimentação e alevinos e, portanto, entende-se que o poder público atua de forma tímida e coadjuvante no que se refere aos temas relacionados à preservação e conscientização ambiental, pois as atividades destacadas são lideradas pelas organizações sociais.

De acordo com as entrevistas os moradores enalteceram a união e interesse da população no que tange às questões relacionados ao meio ambiente, porém, além das ONGs que atuam de forma mais independente, não há uma associação de moradores, cooperativa de pescadores ou alguma organização local do bairro que atue de forma atuante em prol das temáticas ambientais.

Nesse contexto, compreende-se que há um interesse por parte da população local, porém ainda não há um engajamento, muitos destacaram que se tivesse um responsável idealizando essas ações a população se envolveria no projeto. Para ilustrar, foram citados exemplos de problemas ambientais em que a população local se envolveu:

[...] quando começou essas espumas os moradores foram até a prefeitura para resolver, entraram em contato com a CETESB para ver se estava certo o que estava acontecendo, então os moradores querem cuidar, eles têm consciência que o rio é algo importante para nós, então na parte de preservação os moradores têm consciência, entendeu? (M36) .

Abaixo um exemplo mais antigo lembrado por um morador:

Eu acho que foi em 1988, 1989, uma fábrica de remédios se instalou no município de Campina, que não era município ainda, pertencia a Angatuba, mas em Campina do Monte Alegre. E essa aí ia ser um problema grande para o rio, mas aí houve uma movimentação, ela até começou a funcionar e o rio nessa época passou por um momento difícil, mas houve uma movimentação do povo daqui e um abaixo assinado, aí acabou que teve que mudar de lugar essa fábrica (M10).

Esse fato possui um grande significado, pois provavelmente se a população não tivesse se organizado para retirar a empresa de antibióticos no município, o Rio Paranapanema estaria em outras condições atualmente, devido aos resíduos químicos utilizados na produção farmacêutica. Segundo os moradores, esse episódio saiu até nos jornais da região, tendo uma repercussão considerável, além do êxito final.

Apesar dos aspectos positivos relacionados ao comportamento da população no que se refere ao meio ambiente, não se pode generalizar, ainda há uma parcela que não dá a devida importância para os problemas ambientais, isso é perceptível nas falas dos moradores, que destacam que alguns habitantes ainda jogam lixo no rio, fazem o descarte incorreto ou ainda pescam de forma predatória. Vale frisar que isso é algo pontual, não representa a postura dos moradores do bairro em sua totalidade, todavia, não tem como afirmar se a comunidade local é ou não comprometida com as questões ambientais, pois o presente estudo não visa realizar essa mensuração de dados para quantificar e identificar os hábitos ambientais da comunidade. Portanto, entende-se que é fundamental pensar em ações coletivas e educativas focadas na população do bairro e nos turistas.

Na sequência, com objetivo de se aprofundar na visão dos moradores em relação às ações focadas na preservação, por parte da Prefeitura, foi perguntado: A Prefeitura e outras instituições têm feito algo para preservar o rio? Se sim, quais? Se não, por quê?

Todos os entrevistados disseram não ter presenciado ações na Prefeitura focadas na conscientização e preservação ambiental. A única ação apontada foram os auxílios financeiros para as limpezas organizadas pelas ONGs e nas escolas algumas comemorações nos dias da água e do Rio Paranapanema, porém, quem fica à frente dessas atividades são os professores da rede municipal. De acordo com um entrevistado: “[...] tem as palestras na escola, mas não é sempre que tem, é bem limitado mesmo. Mas já teve, eu participei. É bem pouco, deveria ter mais”. (M05)

Nesse contexto um dos professores da rede municipal de Campina do Monte Alegre afirma:

A própria escola, o trabalho é muito pouco, a gente sempre lembra no rio, faz o dia do rio, dia 27 de agosto, mas por incrível que pareça tem crianças de 11 anos que mora na zona urbana e ainda não sabe que passa o rio Paranapanema no município que ela mora. Então eu acho que precisa de mais ações sim. A gente quase não tira os alunos para aulas extraclases (M10).

Uma entrevistada que tem filha estudando no ensino fundamental diz:

Só que é uma falta assim por parte das escolas, vamos combinar, no sábado por exemplo, vamos visitar a cachoeira, vamos pedir um ônibus aqui para prefeitura, ou sei lá, pede pros pais levarem, ou durante o horário da sala de aula mesmo, o que que é 40 minutos daí, por exemplo, tem gente que mora na Campina que não conhece o rio (M37).

Uma jovem entrevistada relembra seu tempo de escola:

[...] uma vez eu fui no dia da água no encontro do Rio Paranapanema com o Itapetininga, teve tipo excursão, então acredito que poderia ter mais vezes, entendeu? Para colocar as crianças em contato com a natureza, porque assim, o pessoal da cidade mesmo normalmente não tem tanto contato igual o pessoal que mora aqui no bairro, então acho que seria bem legal a escola incentivar isso também, e ter o cuidado, incentivar também a preservação nos alunos, porque a criança é o futuro, então vem deles o que vai ser depois da gente, não é? (M36).

Uma estudante afirma:

Na escola municipal é mais que a estadual esses temas de meio ambiente, que é onde eu estudo. Tipo, eles falam da preservação, sempre a gente tinha que desenhar alguma coisa sobre a poluição, tal. Mas nunca viemos aqui com a escola, não tivemos atividades práticas e tem muita gente que não conhece, as vezes mora na cidade, mas não conhece por que não vem pro bairro de Saltinho, seria bom ver, a prática. Eu acho isso ajudaria, porque acaba aprendendo a não poluir tanto, vendo assim que é uma paisagem muito bonita, e preservar isso (M22).

O currículo das escolas municipais foram atualizados e adaptados através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), inserindo conteúdos sobre o município e região, como história, características geográficas e importância dos recursos naturais. O município de Campina do Monte Alegre integra a região de Itapeva, sendo assim, o currículo foi adaptado considerando o território dos municípios que compõem essa região. No entanto, ainda que esteja se construindo essa integralização e renovação curricular que dialogue com as localidades, ainda são ações dentro da sala de aula e pontuais, como explanado pelos participantes nas entrevistas, ou seja, as atividades relacionadas ao meio ambiente normalmente são realizadas exclusivamente nas datas comemorativas, como dia da árvore, dia da água e dia do Rio Paranapanema, ainda não há uma continuidade que envolva os alunos com o território e para o compromisso do despertar ambiental.

Como mencionado na discussão teórica, as escolas são essenciais no que diz respeito à educação ambiental, que conseqüentemente contribui com a consciência ambiental, uma vez que de acordo com Canotillo (2008) a educação ambiental estimula a internalização dos valores ambientais.

Sobre esta questão ainda, Freire (1996) afirma que a educação possui papel central na emancipação e autonomia dos sujeitos, defende que a pedagogia libertadora, pode contribuir com que os alunos se tornem sujeitos ativos e críticos. Para isso é necessário sair do ambiente tradicional da sala de aula e das apostilas pré-moldadas e buscar outras atividades, seja ela em contato com a natureza ou em contato com o patrimônio. Esse formato de aprendizagem é uma via de mão dupla, pois além dos sujeitos valorizarem e se enxergarem nesses espaços, segundo Mário de Andrade (1981) o contato com o patrimônio histórico e artístico contribui com o processo de alfabetização e com o protagonismo dos sujeitos. Portanto, nessa linha de raciocínio Louv p.238, 208) afirma: “A sensação de encantamento e alegria na natureza deveria estar no centro da alfabetização ecológica.

Segundo Louv (2018) as crianças estão afastadas do meio natural, há um déficit de natureza, sobretudo nos tempos atuais. Os alunos aprendem nas escolas sobre florestas e biomas de diversas localidades mundiais nas aulas de geografia, botânica e biologia, mas não aprendem sobre seu próprio quintal, as crianças estudam a natureza de forma árida e mecanizada, mesmo quando é possível que as disciplinas façam uma articulação mais sensível, que desperte o encantamento e aprendizado, os alunos no modelo tradicional educativo, ainda aprendem e veem a natureza em laboratórios, assim, esse formato já enraizado acaba substituindo e sobrepondo outras formas de ensino.

No entanto, o autor ressalta que mesmo os currículos escolares não tenham em sua grade momentos voltados para a natureza, em alguns locais há educadores, pais e monitores tentando romper esse ciclo e trazer novas perspectivas para a sala de aula, a fim de romper os muros escolares e aproximar as crianças da natureza, uma educação ao ar-livre que seja libertária. Esses aspectos são fundamentais, pois é necessário refletir de onde virão os futuros ambientalistas e para isso é fundamental reduzir a lacuna e o medo que as crianças têm no desconhecido, que é a natureza.

No que se refere ao processo de aprendizado articulado ao meio ambiente, um dos ambientalistas entrevistado reflete:

Existe verba do governo estadual e federal para capacitar professores da rede primária. Diante disso, temos um membro na ONG que possui curso de pedagogia ambiental e isso poderia se desdobrar em um projeto educacional nas escolas. Por exemplo, a aula de matemática pode usar o meio ambiente. É só querer. Ao invés de

dois mais dois, poderiam falar duas rosas com duas figueiras, utilizar a natureza para aprender, uma pedagogia ambiental, mas eles preferem falar dois mais dois (A5).

As atividades de campo e educação ambiental aproxima os estudantes da realidade que está sendo estudada, através da sensibilidade, a razão a partir do conhecimento adquirido e a interação com o meio que o cerca (FARIA; GARCIA, 2002). Nessa linha de pensamento de utilizar a natureza como fonte de aprendizado Louv (2018, p.224) traz alguns exemplos positivos de escolas que se basearam nesse método:

Na escola de ensino fundamental Hotchkiss, em Dallas, as notas dos alunos do quarto ano num programa baseado no meio ambiente foi 13% maior que as dos alunos de uma turma tradicional anterior. A divisão de avaliação dos alunos, da Texas Education Agency, chamou as conquistas de Hotchkiss de “extremamente significativas”, comparadas ao aumento médio de 1% no Estado durante o mesmo período. O sucesso em matemática é semelhante. Em Portland, os professores da escola de ensino fundamental ambiental empregaram um currículo com rios, montanhas e florestas locais, entre outras atividades eles plantam espécies nativas e estudam o rio Willamette. Nesse escola, 96% dos alunos atendem ou ultrapassam os padrões do Estado em termo de solução de problemas matemáticos, em comparação com apenas 65% dos alunos do oitavo ano em escolas do mesmo patamar. A educação baseada no meio ambiente pode ampliar os esforços de reforma mais típicos das escolas. Na Carolina do Norte, melhorar os padrões gerou, em todo o Estado um aumento de 15% na proporção de alunos do quarto ano que alcançaram um nível de proficiência nas notas de matemática. Mas os alunos do quarto ano de uma escola baseada no meio ambiente em Asheville, Carolina do Norte, tiveram um desempenho ainda melhor: aumento de 31% no número de estudantes com desempenho no nível de proficiência (LOUV, 2018, p. 224).

Desse modo, compreende-se, em acordo com Louv (2018) que é importante que os programas escolares com foco no meio ambiente, estejam para além dos currículos ou viagens técnicas e devam ser pensados em um novo modelo de escola, com espaços que incorporem a natureza, onde os alunos possam brincar, debater, descansar, passar o recreio e ter aulas.

No Brasil esse é um desafio, pois essas iniciativas quando existem estão concentradas nas escolas privadas, por isso, esse é um assunto que deve ser tratado como governamental, para construção de políticas públicas, pois deve ser um modelo horizontal, que alcance toda a sociedade e, para isso, é necessário também um movimento público que discuta a importância da alfabetização ecológica, pois segundo Louv (2018), o Brasil é referência na formação de profissionais na área ambiental.

Essa informação é fundamental e demonstra que há um caminho possível para a construção desses novos modelos. Esse formato traz benefícios para as crianças, além de conscientização e aproximação ambiental. Para Louv (2018), segundo pesquisas científicas, as

eco-escolas tornam os sujeitos mais ativos, conscientes, criativos, melhoram o aprendizado e promovem a inclusão, além de promover entusiasmo nos professores para o ato de ensinar.

Nesse sentido, Moran (2013), explora sobre o conceito de educação híbrida, que vai além da combinação do espaço virtual e da sala de aula. O autor exemplifica que a educação híbrida é a combinação de diferentes espaços, tempos, metodologias, formatos, atividades. Ressalta que na contemporaneidade esse processo é mais perceptível, mas o modelo híbrido sempre esteve presente na educação. Afirma que até mesmo os educandos e educadores podem ser híbridos e integrar o processo educativo, ora ensinando, ora aprendendo, seja em sala de aula ou em grupos informais, como família e amigos, pois estamos em constante processo de troca, de ensino e aprendizagem.

Híbrido também pode ser parte do currículo escolar, sendo mais flexível e atendendo as necessidades intelectuais, sociais e psíquicas de cada indivíduo. Um dos modelos híbridos sugeridos é a utilização dos espaços públicos e a própria cidade como ambiente de ensino, atividades em áreas abertas, como praças e parques, trilhas, visitas a museus, tudo isso pode fazer parte do ensino, relacionando teoria e prática, fazendo da escola um ambiente extramuros, buscando contribuir com a busca de cada aluno no sentido de vida e gerando significado, ajudando os estudantes a realizar e alcançar seus sonhos e objetivos (MORAN, 2013)

Segundo Xavier (2002), a escola é apenas um dos locais para se desenvolver a educação ambiental, pois é importante que impacte toda a sociedade, podendo ser desenvolvida em parques, praças, unidades de conservação e em parcerias com sindicatos, associações e demais instituições. Nesse sentido, no que diz respeito ao papel da atividade turística nesse desafio, o autor afirma que a educação ambiental não deve ser trabalhada para o turismo, mas sim pelo turismo. Portanto, vale o questionamento: como educar pelo turismo e lazer?

Nesse sentido, compreende-se que o lazer atrelado a animação sociocultural possui papel significativo no despertar dos sujeitos para as questões que envolvem toda a sociedade, pois esse tipo de atividade, segundo Stoppa e Isayama (2001, p. 94) tem como premissa: “A animação sociocultural busca se alicerçar na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças no plano cultural e social” (STOPPA; ISAYAMA, 2001, p. 94). De acordo com Requixa (1977), a animação sociocultural permite aos sujeitos uma tomada de consciência e novos conhecimentos a partir do lazer e diversão, estimula o olhar criativo dos indivíduos e possibilita através das novidades e descobertas que os sujeitos desfrutem de valores coletivos e fundamentais para a vida em sociedade.

Desse modo, entende-se que a animação cultural, aliado aos preceitos ambientais no espaço da cachoeira de Salto poderia corroborar no processo de educação pelo lazer e para o

lazer, porém, é importante frisar que esse fenômeno não ocorre de forma espontânea, é necessário políticas públicas que deem visibilidade a esses aspectos.

Essa construção de novos olhares para o mundo e para os problemas que o cercam que ocorre a partir da animação sociocultural, acontece pois a atividade tem como objetivo promover uma atitude de participação ativa nos sujeitos, desse modo, é considerada uma ação educativa, que estimula os indivíduos a se posicionarem e refletirem criticamente, desenvolvendo portanto, o pensamento crítico a partir do lazer e educação, pois é uma atividade que possibilita intervenção profunda nos grupos sociais participantes (ISAYAMA, 2002).

De acordo com Louv (2018), no que se refere ao caráter pedagógico da atividade, as escolas poderiam ter mais vínculos com a comunidade local, através de parcerias com associações, ONGs e instituições que administram as reservas ambientais ou possuem relação com o meio ambiente, trabalhando a educação ambiental dentro e fora da sala de aula.

Segundo alguns moradores para gerar pertencimento e consciência ambiental nos mais jovens, seria fundamental um movimento regional, com excursões para cidades próximas, que de alguma maneira tenham relação, como Angatuba, Itapetininga, Buri e Campina do Monte Alegre, levando os alunos para conhecer a história e recursos naturais de cada município, visitar os atrativos turísticos e os parques estaduais que tem na região, isso de forma recorrente, porém, é necessário uma política pública que efetive esses movimentos educativos.

Os entrevistados se queixaram da falta de investimento do setor público relacionado ao meio ambiente, em especial a preservação da mata ciliar e do rio Paranapanema. Nesse sentido, seguem em destaque algumas falas: “Iniciativa da prefeitura é bem pouca. Tem a guarda ambiental que vem aí, vê se alguém está pescando na piracema, alguma coisa assim, mas é bem mínimo. Poderia fazer bem mais”. (M46). Um dos entrevistados afirma: “Aqui para ser sincero é pouco o que a prefeitura faz pelo bairro. Na minha opinião, por ser um bairro turístico deveria ser feito mais”. Os discursos de todos os moradores entrevistados vão nessa mesma linha de pensamento, sentem falta de participação e projetos ambientais que visem a preservação da natureza no município.

A principal ação ressaltada foi um curso realizado há aproximadamente 15 anos atrás em parceria da Prefeitura e SEBRAE que visava capacitar os piloteiros de barco para passeios turísticos no meio ambiente, como guias de pesca, como apontado pelo entrevistado M10:

A prefeitura fez uma parceria e a gente fez um curso, uma preparação para ser guia de pesca. Faz mais de 15 anos, faz uns 20 anos. Foram quatro pessoas daqui do bairro, inclusive eu, a gente foi até a fazenda Ipanema em Iperó e lá vieram vários instrutores e a gente fez um curso de guia de pesca para trabalhar aqui. O próximo passo era

adquirir os barcos, os motores e as carteiras de Arrais para dar continuidade. Mas é aquilo, veio a verba para ser destinada, foi feito uma parte e parou aí. Não completou. De nós quatro um conseguiu tirar a carteira de Arrais, mas também não teve trabalho, não teve continuidade (M10).

Nessa perspectiva, um dos moradores ressalta a importância do papel da Prefeitura:

[...] infelizmente, falta muito incentivo da prefeitura, e assim, os moradores até tentam fazer alguma coisa, mas também não conseguem, porque é difícil a gente tentar fazer tudo sozinho, a Prefeitura poderia ajudar, tem mais organização, profissionais e recursos (M36).

Relacionando o tema do meio ambiente com a atividade turística outro entrevistado discorre:

Sinceramente, na parte turística não tem investimento. Como eu falei para você, as vezes é uma lata de lixo que é colocada lá, mas no mais não existe um levantamento para saber quais espécies de peixe por exemplo está sendo mais prejudicada. Não tem nenhum estudo de quais áreas estão precisando de um reflorestamento por exemplo, não tem estudo sobre isso. Não vejo nada disso. Eu meio que lavo minhas mãos. “Eu quero selo turístico, mas não quero compromisso para conseguir esse selo” (M10).

Em vista do exposto acima pelos moradores, compreende que ações focadas na preservação, restauração e conscientização ambiental de modo contínuo são inexistentes por parte do setor público municipal. Ainda não houve uma mobilização e projetos efetivos que contribuam com a proteção dos recursos naturais do município, mesmo estes sendo o principal recurso turístico da cidade e um importante patrimônio natural dos moradores e da sociedade.

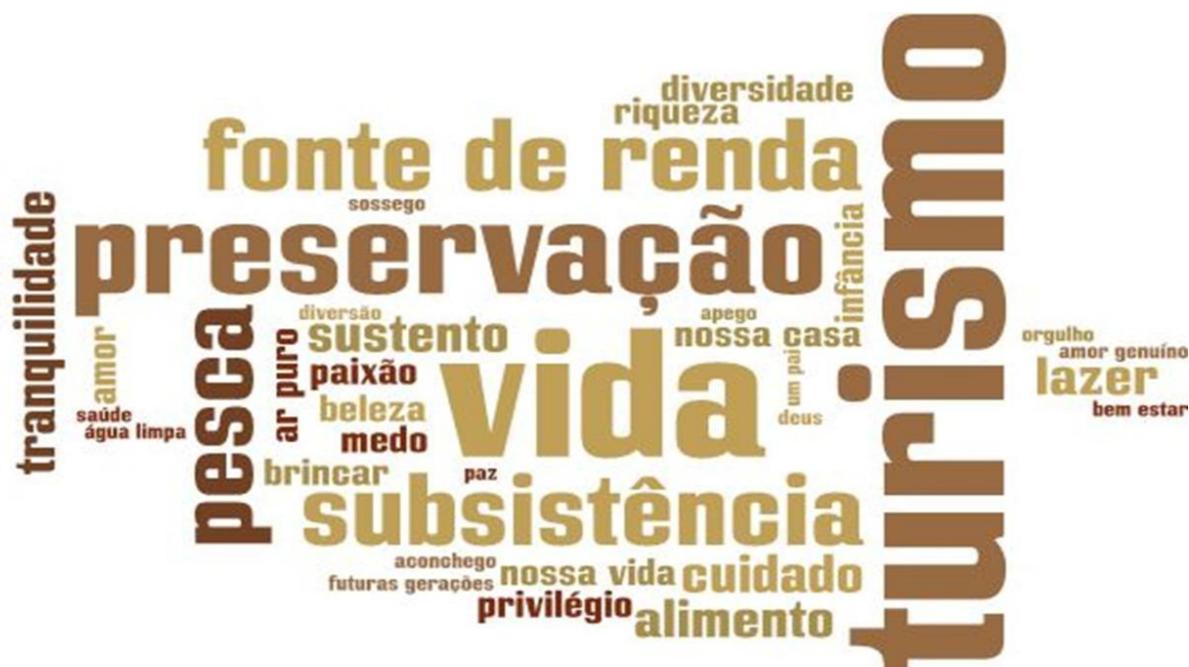
5.1.2 Pelas águas do Rio Paranapanema: Sentimentos e pertencimento

O rio Paranapanema é o mais limpo do Estado de São Paulo, porém, isso não significa que não sofra riscos ambientais. De acordo com a investigação e relatos da comunidade, o rio já está passando por transformações nesse trecho específico do Distrito de Salto. Essas mudanças são perceptíveis e carece de auxílio para que siga sendo o rio mais limpo e com mais medidas preservacionistas, pois mesmo estando neste “pódio” há o que melhorar no que se refere a qualidade de suas águas e seu entorno.

Como mencionado em diversas passagens do trabalho, o rio Paranapanema, para além de sua representação e importância geográfica e natural, possui relação cultural com a população local do Distrito de Salto. Durante as entrevistas esse sentimento de pertencimento foi explanado em vários momentos, sobretudo na pergunta: “O que o Rio Paranapanema representa para você?”, que será analisada na sequência.

Na figura abaixo, pode-se observar as principais palavras trazidas pelos entrevistados:

Figura 18 - Representações do Rio Paranapanema segundo a população local



Fonte: Autora (2022)

O rio foi muito relacionado ao turismo, sendo a palavra com mais visibilidade, entende-se que isso ocorreu, pois, a atividade turística é reconhecida pela população como uma importante fonte de renda do bairro, empregando muitos moradores de forma direta e indireta e, assim, a comunidade local depende do rio em diversas dimensões, incluindo no aspecto do trabalho. O turismo faz parte do dia-dia, história e desenvolvimento do bairro e, segundo um entrevistado: “[...] eu fui criada no meio turístico, esse era o nosso meio de sustento” (M42). Desse modo, compreende-se que o rio é o grande indutor da atividade turística, atrelado ao que ele proporciona, como tranquilidade, sossego e paz.

A subsistência e fonte de renda foram realçados e novamente se relacionam com o turismo nas falas dos moradores, mas também possui relação com atividade de pesca, pois muitos trabalham com recursos advindos das águas, como venda de peixes, venda de iscas, aluguel e limpeza de rancho, além de ser uma fonte de alimento das famílias.

Houve algumas pessoas que relacionaram o rio como algo sagrado, como para M01: “O rio para mim é igual uma casa”, segundo M30 “A natureza é Deus na terra” e, por fim, M14 explica: “O rio Paranapanema para mim foi um pai, não só para mim, para todos que

conviveram aqui no bairro”. De acordo com os moradores, o rio representa o povo e a vida da comunidade, além de ser uma fonte de vida, palavra também em evidência.

O sentimento de medo também apareceu nas conversas, pois percebe-se que os entrevistados sentem receio de perder o rio devido às diversas formas de poluição e degradação que avançam sob as águas do Paranapanema ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, a água e o ar também foram associados a elementos divinos, por serem responsáveis por gerar vida, sendo apontados como cruciais para a sobrevivência humana e a urgência de preservar estes recursos. Um dos entrevistados desabafou: “Eu tenho medo do rio morrer, medo por causa de muita sujeira na água, de repente prejudicar os peixes, eu tenho medo sim, infelizmente tem esse risco, que o povo não cuida, são poucas pessoas que cuidam do rio, infelizmente” (M21)

Louv (2018) discorre sobre o olhar desesperançoso que os sujeitos possuem para a terra devido as catástrofes ambientais, olhando para seus bairros, cidades e patrimônios naturais como algo já perdido, pois a paisagem passa a ser vista como um local que sofreu transformações irreversíveis e não mais como algo que vive, pulsa e respira. Essa inércia é perigosa, pois imobiliza.

Nesse sentido, vale trazer para o trabalho o sentimento de preocupação de dois entrevistados relacionados às próximas gerações:

O rio Paranapanema, não só o rio, é importante porque o ar que respiramos, toda essa mata que temos em volta é o que deixa o nosso ar puro. Então para mim, o rio significa para nós sinônimo de saúde, de vida e eu acho que é mais ou menos isso. Temos muito medo de um dia o rio acabar e eu não sei se nós iremos presenciar isso, mas talvez daqui alguns anos, nossos filhos e netos podem ver o rio Paranapanema morrer sim. Ele está morrendo aos poucos, se não preservarmos ou se alguém não tomar um pontapé inicial para fazer fiscalização mais aprofundada do rio, o rio não vai durar muito tempo (M05).

Eu vejo que se não tomarem providências, e eu falo bem sério, eu sou sincera em falar para você, os meus netos não vão ver esse rio bonito mais, porque ele já não está bonito, não é? Com esses altos e baixos, chove, ele fica bonito, daqui a pouco abaixa e seca. É igual eu estou falando para você, eu acabei de ganhar um bisneto e eu não sei se ele vai conhecer esse rio bonito, pescar, aproveitar. Eu tenho dúvidas, porque ele já foi muito mais bonito, mas agricultura está destruindo a beira do rio (M06).

No que se refere ao rio como morada, um dos entrevistados ressaltou que é o lugar que se sente acolhido, é o local de aconchego, onde sempre voltará, mesmo que não esteja morando mais na cidade, levará consigo as memórias vivenciadas no rio e sempre retornará para visitar.

O ato de cuidar, apareceu relacionado aos aspectos de preservação, que também foi mencionado algumas vezes, no sentido de frisar e fortalecer a importância de preservar o meio ambiente para o morador, turista e para as futuras gerações. Segundo M45 “Aqui se morrer o

rio, acaba o Salto.”. Nessa mesma linha de pensamento outro morador explana que “Se não tem esse rio aqui, não tinha turismo. Tem que zelar esse rio” (M32). O turismo aparece de forma recorrente como tema central ao refletir a representatividade do rio para as pessoas.

A diversidade de fauna e flora foram destacados e, de acordo com um dos entrevistados, “[...] essa diversidade representa uma riqueza para a parte de pesquisa das universidades e campus que tem aqui” (M28).

Os sentimentos de orgulho, paixão, amor, tranquilidade, privilégio, paz, apego, bem-estar e diversão representam bem o significado da presença do rio e sua relação na vida das pessoas que moram no Distrito de Salto. Como mencionado por alguns entrevistados, ele faz parte do cotidiano, das memórias, das boas lembranças e bons momentos. Ele acompanha as trajetórias de cada indivíduo desde a infância até a fase adulta e é um elemento indissociável na vida da comunidade.

Percebe-se uma relação de afeto com o rio, como em uma das falas a seguir:

Eu desde muito novinha, sempre frequentei, então eu fugia da minha mãe, eu ia para o rio, e eu adorava. Nossa, eu ficava lá, muito peixinho, que aqui tem bastante piquira, então a gente ia nas partes mais rasas para ficar brincando, sempre gostei muito. Daí depois que eu fiquei maiorzinha meu pai me levava para pescar, então sempre foi muito gostoso estar no rio (M36).

É tudo para mim. Não tenho nem palavras para falar, eu cresci comendo peixe daqui, nadando nesse rio. A gente sabe a importância do ar puro, da água limpa. Eu me sentia privilegiado por morar aqui. Hoje em dia, a gente já dá aquela desanimada porque não como antes, por isso acho fundamental discutir a preservação ambiental, aqui o rio representa a vida das pessoas (M33).

Nesse sentido, um dos moradores detalha sua relação com o rio e faz uma analogia: “se o rio morrer, a população morre junto”.

Toda tarde quando eu tenho um tempinho eu vou lá na cachoeira, fico meditando com os sons, com a paisagem. Tem um senhor que conheço que falava assim: "aqui que se mora o barulho do silêncio", que é a cachoeira. Então é uma coisa que você vai, fica ouvindo, a gente dorme com o barulho da cachoeira, é uma coisa que se morrer a gente morre junto. É muito gratificante, não tem dinheiro que pague isso, quando você vê uma criança vendo aqueles peixinhos nadando, pulando, a felicidade que eles ficam. A gente convive com a natureza, com os familiares e com tudo, na verdade a natureza faz parte da vida da gente (M45).

O conceito de felicidade atualmente está atrelado a consumo, tecnologia e conforto, distanciando os sujeitos da natureza, sendo uma busca para os próximos anos as formas possíveis de reestabelecer essa conexão, uma vez que as questões ambientais, de acordo com pesquisas não se destaca como prioridade entre as preocupações da população brasileira, pois

o meio ambiente ainda é visto como algo distante, onde muitos não tem contato com esses biomas em seu dia-dia e portanto, não refletem sobre sua importância. (FARIA; GARCIA, 2002). Nesse sentido resgata a felicidade apontada no trecho acima da entrevista é fundamental para enxergar a nossa relação com a natureza com os olhos puro de criança.

Durante as entrevistas os moradores trouxeram comparações e exemplos de rios que foram morrendo com o tempo devido à falta de cuidado e depredação dos recursos. Essa infelizmente é uma realidade brasileira, muitos rios foram poluídos por conta das ações humanas e hoje necessitam de grandes investimentos para reviverem novamente. Recursos hídricos que representavam a cultura de um povo, fonte de vida e alegria e tornaram-se inacessíveis, como é o caso do Rio Tietê, Anhangabaú, Pinheiros, todos citados ao longo das entrevistas como exemplos negativos da ação humana.

Algumas falas nesse contexto foram “Logo nós vamos ter um, não digo um Tietê, mas que a gente vai ter uma coisa mais feia aqui, vai ter” (M06). O Rio Paranapanema teve um período em que apareceu espumas devido aos resíduos industriais e, nesse contexto, M01 relembra: “Estava parecendo o Rio Pirapora, não sei se você já viu. Estava feio. E víamos as espumas e sofremos. Nós pensamos nas próximas gerações, as crianças que vem por aí (M01). Nesse sentido, um dos moradores reforça que “É importante que o visitante saiba que esse é o rio mais limpo do Estado, porque daí ele pode continuar se conscientizando de manter esse rio mais limpo ainda. Precisa pensar nisso, porque São Paulo, até hoje nunca se recuperou do rio tietê” (M07).

O lazer também surgiu relacionado ao rio durante as entrevistas. Segundo M35: “Onde não tem água não tem vida, então o rio é vida, é lazer, é diversão. Isso que é o rio”. Nesse contexto, adiante será discutida a relação dos usos do rio e do lazer no Distrito de Salto, visando compreender os aspectos para além da atividade turística, mas também as possibilidades e de que maneira o morador usufrui da cidade.

5.1.3 Lazer possíveis: Análise do Distrito de Salto pelo olhar dos moradores

No que diz respeito aos usos que a população entrevistada faz do rio, as principais atividades mencionadas foram a pesca para consumo e, no caso dos pescadores profissionais para venda e subsistência, além dos passeios de barco e contemplação. Muitos comentaram que é um hábito descer na cachoeira ou em algum trecho do rio para observar a natureza, ver o rio correndo e desconectar. Nesse sentido, Bezerra (2019, p.22), afirma que é antigo o “[...] prazer que deriva da contemplação do espetáculo da natureza”.

Segundo M26 “Sempre aos domingos a gente está vindo aqui no rio olhar a paisagem, relaxar, observar a natureza, ver as pessoas pescando”. Já o M22 afirma que gosta “[...] bastante de vir para ver mesmo a vista do rio, como está, se está alto, baixo, a paisagem, a gente vê os peixes, é bem legal. Andar de barco também, várias vezes vinha nadar aqui”. Nesse sentido M07 discorre que quando ele chega no rio tem um sentimento de paz, de serenidade. Afirma que gosta destes sentimentos, mas atenta que prefere não nadar, pois “[...] está perigoso, já está até escrito agora que é proibido, que quem fazer isso já sabe os riscos (M07).

Alguns moradores destacaram que vão na cachoeira com frequência, semanalmente, pois é ali que se conectam consigo e com o meio. Falando sobre essa relação com o rio, um dos entrevistados comenta que “Se eu ficar dois dias sem dar uma olhada na cachoeira já fica ruim para mim” (M10). Uma moradora que se mudou durante a pandemia COVID-19 para o Distrito de Salto relatou que sentiu melhora no seu quadro de saúde através do contato com a natureza, afirmando que “Até meu problema de pressão que eu tinha melhorou bastante, nem remédio aqui de pressão eu tomo. Porque antes eu tomava aquele uso contínuo, agora eu quase não preciso mais, então quer dizer que depois que eu vim para cá melhorou” (M04).

A natureza é vista como curativa de acordo com alguns moradores e mais uma fala nesse sentido aponta que “Aqui, você vê a natureza seguindo o curso dela. As águas batendo nas pedras, peixe pulando, são essas coisas que eu acho lindo na natureza. E eu adoro água. Eu tento viver perto de água. Eu me sinto muito bem, me tranquiliza, é bom para minha mente e minha alma” (M09).

A contemplação também foi relacionada a fotografia, os moradores M14 e M05 destacaram em suas falas o prazer por essa atividade. O M14 diz “Eu gosto de contemplar, faço caminhada, gosto de observar, tem os bichos filmados aqui no celular, gosto mais de observar. Observar passarinho, peixe, tem até foto de um tamanduá”. O morador M05 também fala sobre seu entusiasmo pela fotografia e afirma “O que eu gosto de desfrutar do rio Paranapanema é fotografar as árvores que tem ao redor, até mesmo pássaros, peixes, gosto de observar a fauna e flora, aqui tem muita diversidade de espécies”.

Quando perguntado sobre as atividades de lazer praticadas pelos entrevistados, era comum haver uma pausa para reflexão, sobretudo os mais velhos. Entende-se que o tempo para o lazer não fez parte do cotidiano de muitos moradores que hoje são idosos e pode-se afirmar que é algo geracional, pois de certa maneira o ócio e lazer eram julgados, pois era visto como atividade dos indivíduos que não trabalhavam. Um dos entrevistados exclamou em tom mais firme quando perguntado, como se o lazer fosse algo negativo: “Eu pratico, meu lazer é

trabalho, levanto-me às cinco, trabalho o dia inteirinho, ando para cá e para lá o dia inteiro e me cuido, tenho 70 anos com bastante saúde” (M30).

Vale destacar, que desde a revolução industrial há uma supervalorização do trabalho, com o pressuposto de dignificar o homem, condenando o ócio e colocando o tempo de trabalho como absoluto. Em contraposição a esse pensamento, Paul Lafargue (2019), defendeu a ideia de que o ócio, contribui com liberdade do pensar e por consequência com que os sujeitos sejam livres, sugerindo que as reivindicações trabalhistas partissem não do direito ao trabalho, mas do direito à preguiça, pois ele considerava que a valorização do trabalho de forma absoluta, era um fenômeno para controle do proletariado, uma espécie de dogma.

Outro fator comentado foi a falta de tempo para desfrutar de atividades de lazer devido a jornada de trabalho intensa. Um dos entrevistados comenta que “Faz tempo que nós não saímos. Só ficamos em casa. Trabalhamos de segunda a sábado e domingo eu fico em casa”. (M41). Outros moradores disseram que consideram o próprio ato de cuidar do terreno que vivem, da terra e das plantas uma atividade de lazer.

Além das atividades mencionadas, surgiram como atividades de lazer o passeio de bicicleta e caminhadas. O banho de rio e nado foi pouco mencionado, pelo contrário, a maioria dos moradores entrevistados disseram não nadar no rio, devido a correnteza, a população considera o trecho do rio que corta o bairro como perigoso, pois relataram já ter presenciado muitos afogamentos no local.

É notório que o bairro carece de espaços e mais atividades de lazer para a população, o lazer se conecta com o rio de acordo com os discursos apresentados, como os passeios de barco, banho na cachoeira, pesca e apreciação e pode-se afirmar que a presença do rio possibilita momentos de recreação para a população, sendo o principal recurso de lazer do bairro. Isso fica claro, em uma das falas que diz “Aqui não tem um espaço, um lugar de lazer, só a cachoeira, não tem outras opções, nenhuma” (M38). Um entrevistado reafirma que “Da mesma forma que precisa de coisas para jovens, eu acho que para os idosos também precisaria, porque tipo, eles não têm muito o que fazer, realmente aqui não tem nada e para eles também seria bem legal”. (M17)

As festas foram uma das opções mencionadas pelos entrevistados e ressaltaram que antigamente havia mais celebrações, que traziam também a cultura local como foco, citando como exemplos as festas juninas e a festa do milho. Nesse sentido, alguns moradores sugerem a retomada dessas eventos tradicionais, que tenham relação com o universo caipira, sugerem até mesmo novos temas, como festa sobre a piquira, um dos peixes símbolos da cidade, festa da piracema, para atrelar consciência ambiental com diversão, ou seja, eventos que remetem às

tradições locais e que tenham como objetivo não apenas às atrações musicais e fluxo de pessoas, mas que tragam atividades paralelas que discutam a importância do Rio Paranapanema e sua simbologia natural e cultural para a região.

Atividades como aulas de artesanato, ginástica, oficinas de música foram mencionadas com frequência, pois segundo os moradores essas ações são mais focadas na cidade de Campina do Monte Alegre e no bairro de Salto já tiveram algumas iniciativas, porém não ocorre de forma contínua no bairro, em alguns casos por falta de demanda e, em outros, por descontinuidades políticas.

Nota-se, com isso, que o bairro no que diz respeito às atividades de lazer, ainda é dependente da área urbana e um dos entrevistados declara que “Tinha que ter mais atividades aqui, coisa que não tem. Tem na Campininha, mas como que vai sair daqui para ir à Campininha? Sendo que aqui é um distrito, aqui tinha que ter mais benfeitorias. (M38). Sobre a ausência de atividades de lazer, uma das entrevistadas diz que “De final de semana os jovens e crianças daqui, vão para Campininha, outros vão para Angatuba, mas são poucos que saem, a maioria não sai, ficam em casa, não tem o que fazer, aí fica na casa” (M21).

Espaços que poderiam ser utilizados para fins recreativos como a praça, campo de futebol e barracão, são inutilizados e poderiam ser transformados em um espaço multifuncional. Alguns moradores disseram que seria interessante ter um cinema ao ar livre, ou até mesmo no barracão, além de apresentações de teatro, destacam que seria importante pensar na organização desses eventos culturais e demais atividades que abranja o público infantil, jovem e terceira idade, pois todas as faixas etárias sofrem com escassez de lazer.

Como mencionado, o bairro possui um barracão situado próximo da praça, no entanto, está desativado. Esta foi uma situação levantada pelos moradores, a falta de utilização deste espaço e como poderia servir de apoio para o lazer, através de ações comunitárias. Algumas falas nesse sentido:

O barracão está abandonado, não é útil pra gente, não tem uso, por exemplo, poderia ter atividades, um fica no corte e costura, uma quitanda, uma padariazinha, não é legal? Quem sabe fazer leva e vende. Por exemplo, eu sei até bem fazer pão, levo meus pães lá, e fica uma pessoas lá vendendo. Cada um que leve aquilo que sabe fazer. Um espaço comunitário (M18).

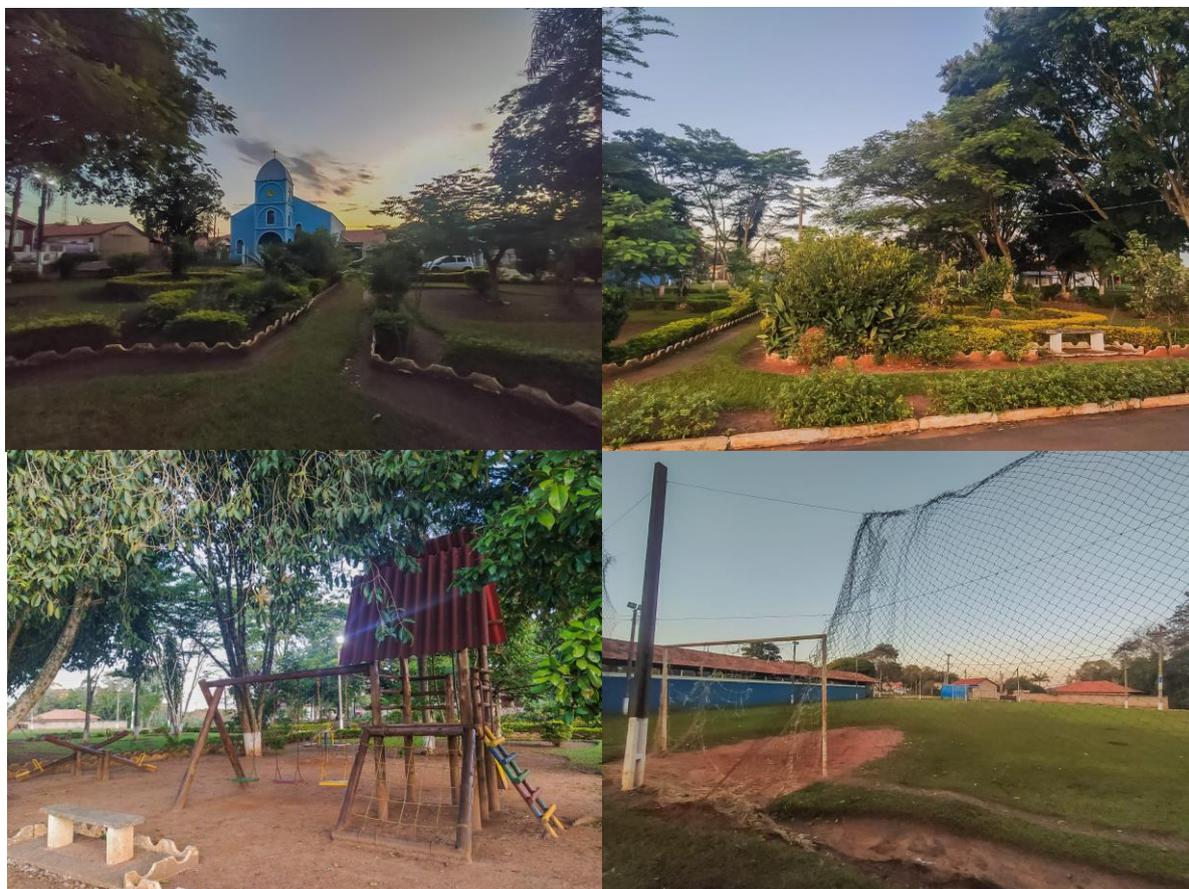
Eu acho que poderia ser utilizado para fazer alguma coisa diferente, pintura, tipo, essas coisas, ficaria legal, porque o barracão está parado mesmo, abandonado, poderia usar o barracão para várias coisas, aqui antes o povo jogava malha, aí parou. O barracão está completamente abandonado mesmo (M17).

O barracão já foi prometido fazer tipo de uma escola, tipo colocar os computadores, ensinar, escola online para a criançada, fazer alguma coisa, entendeu? A criançada poderia até estudar pelo computador (M45).

Uma vez, um prefeito disse que ia transformar o barracão em uma escola de artesanato. E, tipo, as mulheradas mesmo fazer sabe, os artesanatos para vender pros turistas ou levar. Eu acho que mesmo naquela praça eles podiam bolar alguma coisa, não é? (M37)

Alguns comentaram que sentem falta de um parquinho para crianças mais amplo e uma academia pública ao ar livre na praça, pois assim, mesmo sem acompanhamento de um profissional poderia se exercitar. Atualmente os principais pontos de sociabilização da comunidade são a praça e a igreja e para jovens e crianças, o campo de futebol e parque infantil localizado na praça de Salto, conforme fotos abaixo:

Figura 19 - Espaços de lazer na comunidade de Salto



Fonte: Autora (2022)

O município de Campina do Monte Alegre é conhecido pelo incentivo ao esporte, pois os jovens participam de torneios na região em diversas modalidades e possuem apoio municipal, porém mais uma vez essas atividades se concentram na zona urbana. O Distrito de Salto possui campo de futebol de gramado e uma quadra de areia para vôlei, porém eles necessitam de maiores investimentos na infraestrutura e profissionais que façam o acompanhamento e ofereçam treinos regulares para os moradores e atividades recreativas de lazer, tanto relacionado ao esporte, quanto atividades de animação sociocultural. A população entrevistada afirma que antigamente o futebol era bem forte no bairro, mas hoje em dia já não acontece de forma regular, pois a presença dos jovens nos campos diminuiu e poderia nesse sentido, haver maior fomento público e organização de campeonatos que ocorressem no bairro, de acordo com moradores, não apenas de futebol, mas outros esportes também poderiam ser incentivados.

Na próxima seção será abordado o turismo desenvolvido na cachoeira de Salto de acordo com a percepção da comunidade local.

5.2 Desenvolvimento turístico no Distrito de Salto

Um dos objetivos da pesquisa foi analisar a percepção da comunidade local em relação à atividade turística na cachoeira de Salto, principal atrativo da cidade e conseqüentemente analisar o desenvolvimento do turismo na cidade. Desse modo, para introduzir o assunto foi perguntado: Como você percebe o desenvolvimento do turismo na cidade?

No que se refere a infraestrutura foi destacado a necessidade de um banheiro público para os visitantes, pois atualmente não há em nenhum lugar do bairro, nem no principal atrativo turístico que é a cachoeira e dessa maneira, todos utilizam o banheiro do restaurante. Também foi mencionado a necessidade de um profissional de limpeza aos finais de semana e feriado, pois com a alta demanda o lixo fica nas margens da cachoeira, contaminando o rio. De acordo com a população entrevistada, ao longo desses anos o investimento realizado no bairro no que tange a atividade turística foi a instalação de uma estrutura de ferro na parte do mirante da cachoeira, devido ao histórico de acidentes no local, pois era um barranco. Além disso, foi instalado iluminação no mirante e câmera de segurança, porém essa última no momento da pesquisa de campo não estava funcionando devido a depredação.

A percepção dos moradores sobre a atividade turística foi relacionado ao baixo investimento, pois segundo eles “Na verdade ninguém fala em turismo, ninguém fala que vai fazer uma pesquisa. Você é a única”. (M01). Nesse mesmo sentido, outro morador exclama

que “Aqui no Salto não tem investimento. Aqui nunca foi feito nada com verba de turismo. Só foi feito aquela praça em 20 anos que eu moro aqui (M37)”.

Os moradores reconhecem o potencial turístico do município e ressaltam a importância da atividade, pois é um dos principais geradores de renda do bairro e essa informação é também destacada no site oficial da Prefeitura com a notícia “As principais atividades econômicas são agricultura, turismo e comércio” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2022).

No que concerne o potencial turístico, M09 explica:

Campina foi MIT por essa diversidade de águas que tem aqui, porque aqui os dois principais rios da bacia do Paranapanema se cruzam dentro da cidade, então, tem muita água, muita fartura de água, muita fartura de rio. Tem as cachoeiras, as corredeiras (M09).

Como destacado no trabalho, o principal potencial do município é a abundância dos recursos hídricos e paisagens naturais, porém, ainda não há um plano de desenvolvimento estratégico com foco no manejo sustentável dos recursos naturais para atividade turística.

Ainda sobre os investimentos realizados com a verba de Município de Interesse Turístico (MIT), os moradores reforçam que se concentram na área urbana de Campina do Monte Alegre. Atualmente estão reformando os ladrilhos localizados no entorno do lago municipal que fica na cidade e a previsão da próxima verba é a reforma do centro de eventos também localizado na zona urbana em frente ao lago municipal.

O lago pode ser considerado o segundo principal atrativo turístico do município, onde é realizado o torneio de pesca e muitos moradores e visitantes fazem passeios no local, com finalidade de lazer, seja para pescar, contemplar ou se reunir com amigos e família. Em relação a destinação da verba para manutenção do lago, alguns moradores expuseram com incômodo. Segundo M05 “[...] o pessoal frequenta bastante ali, mas eu acho que teria que focar mais no cartão postal que é o Salto, entendeu? E não no lago, eu vejo que teria que ter um olhar mais para o Salto. (M05)”. Um outro morador complementa afirmando que “[...] a chave do turismo da Campina é a cachoeira, é a atração de Campina, depois tem o lago que é bonito lá, não é? Mas aqui deixaram a desejar, não só agora, há muito tempo” (M01).

No que se refere a gestão pública do turismo no município é notório a insatisfação dos moradores pela maneira que a verba de turismo é aplicada, pois se concentra no perímetro urbano. Essa perspectiva fica claro no depoimento abaixo:

[...] as verbas de turismo foram mais destinadas para Campina, porque eu sempre vejo nas redes sociais, falam que é MIT, mas não fizeram nada para cá. Para fazer

propaganda eles vêm aqui e tiram foto da cachoeira e tudo, só que não investem para melhorar, só usa como atrativo. Na eleição talvez eles voltem a investir no rio. Foi sempre assim aqui (M46).

Em relação ao Conselho Municipal de Turismo, órgão responsável por deliberar as diretrizes do turismo no município, um dos entrevistados afirma que

[...] Em Campina tem o conselho de turismo, que inclusive, eu até já questionei o conselho do turismo deste ano, porque eles não colocaram ninguém daqui do Salto no conselho. Você acha que a gente não tinha que ter alguém aqui do Salto no conselho do turismo? Não sei por qual motivo eles esqueceram um pouco do Salto. E não tem ninguém, eu questionei no mesmo dia, quando eu vi que estava tendo a reunião para ter o conselho, eu falei: “cadê o pessoal do Salto? Ninguém convidou ninguém do Salto para fazer parte desse conselho?”. Cadê a comunidade no COMTUR? Precisava ter alguém lá representando, para dar voz a população e contribuir com o turismo aqui, afinal a cachoeira e o rio que ficam aqui no nosso bairro são os principais responsáveis pelo turismo no município (M06).

Essa fala traz a indignação de uma das entrevistadas em relação à ausência da presença de um representante do bairro de Salto no COMTUR, o que de fato é preocupante, uma vez que a cachoeira está localizada no Distrito e as decisões afetam diretamente a comunidade local. Vale ressaltar que o objetivo do conselho é dar visibilidade a diversos grupos da sociedade civil para juntos definirem o planejamento e investimentos do turismo na localidade.

Vale ressaltar que o Conselho Municipal de Turismo tem por finalidade pensar e debater políticas públicas para o desenvolvimento integrado dos territórios e ações para consolidar a atividade turística no âmbito econômico, cultural, social e ambiental. Para isso, é necessário que seja um canal efetivo e que promova a participação ativa dos conselheiros e uma diversidade de pessoas que representem a sociedade civil, trazendo para o debate turístico uma visão múltipla, a partir das representatividades de diferentes setores da população (BRASIL, 2016).

O Ministério do Turismo, tem como pilar o desenvolvimento descentralizado, a partir da distribuição dos poderes municipais, estaduais e federal, envolvendo e aproximando o setor público e iniciativa privada, para execução dos programas e articulação entre os atores envolvidos. Nesse sentido, os conselhos são essenciais para que tenham continuidades e efetividade das políticas públicas propostas na área do turismo (BRASIL, 2016).

.De acordo com a Cartilha do Ministério do Turismo, denominada: “Orientações técnicas para a criação do Conselho Municipal de Turismo”:

O Conselho Municipal de Turismo é um colegiado de entidades representativas da comunidade e do setor público e tem como responsabilidade assessorar na definição e implementação das políticas municipais de turismo. É um importante canal de participação popular encontrado nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal), que permite estabelecer uma maior interação do Poder Público com a

sociedade civil. A importância dos Conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática na formulação e implementação de políticas públicas e na continuidade de políticas adotadas pelo setor, independentemente da troca de gestores. Desta maneira, eles são essenciais para a promoção e estruturação do turismo nos municípios, servindo como espaço de discussões e de desenvolvimento de propostas condizentes com a realidade local. A criação de um Conselho Municipal de Turismo é o primeiro passo para se pensar no desenvolvimento integrado das ações que visam consolidar a atividade turística como atividade econômica importante, ajudando na valorização cultural, social e da preservação ambiental, que possibilite a turistas e moradores um maior contato com sua história, seus patrimônios, suas riquezas culturais e naturais (BRASIL, 2016, p.8).

Posto isso, esse é um ponto fundamental para rever no Conselho Municipal de Turismo de Campina do Monte Alegre, pois um dos entrevistados de Salto, envolvido com o turismo na região durante a entrevista demonstrou interesse em participar do COMTUR, porém disse que nunca recebeu o convite para compor o conselho, sendo necessário uma aproximação maior dos membros com a comunidade de Salto, pois ainda que se faça o chamamento público para a reunião, nota-se o distanciamento entre a zona rural e zona urbana com base nas falas dos entrevistados.

Por outro lado, um dos membros do COMTUR destacou que

As reuniões são abertas, para quem quiser. Eu estou cansada de convidar uma porção de pessoas, participem, você é costureira? Vai lá, participa. Nós não temos costureira no grupo. Qualquer pessoa, quitandeiro, sapateiro, qualquer pessoa é muito bem-vinda, porque ela vai falar por aquele público dela. Ajudaria muito o município. A gente tem que se ajudar, porque o município, sai prefeito, entra prefeito, tem bom, tem ruim, tem mais ou menos, mas nós ficamos (A2).

Na visão da comunidade local a base do turismo é o rio Paranapanema e a cachoeira e isso fica claro em uma das falas de um morador que afirma que

O turismo da Campina é conhecido através do Saltinho. Se você está lá em São Paulo e perguntar: "Onde fica Campininha?". "Fica lá em Saltinho". Você sabe disso, não é? O pessoal vem por causa do rio. E aqui é o nosso bairro é mais conhecido do que a cidade. E que eu saiba não foi feito nenhum investimento turístico. Tem na Campininha, tão arrumando o lago municipal. Tem o clube de campo lá embaixo também. Lá tem mais opções do que aqui. Aqui é a cachoeira e só. Lá não, lá tem onde tem os shows, faz os showzinhos, de vez em quando sai uma festa. É assim (M38).

Além do rio Paranapanema, o município é banhado pelo Rio Itapetinga, no entanto, ele não é divulgado para fins turísticos no mesmo nível do Paranapanema. Compreende-se que é um dos potenciais relacionados ao turismo náutico e ecoturístico, pois além da abundância das águas, é no município de Campina do Monte Alegre que estes dois rios se encontram.

O atrativo turístico que predominou como o cartão postal da cidade, sendo o considerado o motivo central das pessoas viajarem até o município foi a cachoeira do Salto e o

Rio Paranapanema na visão dos moradores. Porém, vale enaltecer que os entrevistados, percebem diversas frentes turísticas no município que podem ser exploradas. Visualizaram o turismo como algo integrado e destacaram a necessidade de planejar a atividade para além da cachoeira, que atrai o público de forma espontânea, mas pensando em alternativas para que o turista fique por mais tempo na cidade e retorne mais vezes, além de destacarem a importância do turismo responsável e ecológico, que o bairro de Salto em especial pode desenvolver.

Nesse sentido, Menêzes e Coriolano (p.36 2002) afirmam que “O turismo que não se firmar em bases educativas, de conservação da natureza das culturas está condenado a ser desprestigiado e a desaparecer”. Dessa forma, independente do segmento as autoras defendem que todo turismo precisa ser ecológico e, neste sentido, compreende-se, de acordo com Xavier (2002), que a educação é um dos caminhos possíveis para a tomada de consciência e deve ser um aliado da atividade turística.

No entanto, segundo Krenak (2020) a natureza está sendo assaltada em detrimento dos interesses econômicos. Afirma que com o advento da tecnologia é possível cruzar fronteiras e continentes como se estivéssemos indo num local próximo, que os avanços das comodidades relacionadas às viagens, também vieram com perda de sentido desses deslocamentos e desresponsabilidades.

Quando perguntado aos moradores o perfil e motivações dos visitantes que frequentam a cachoeira de Salto, as respostas foram unânimes. As três frentes principais apresentadas no que diz respeito ao motivo da viagem foram a gastronomia do restaurante, pesca e a natureza atrelada ao lazer, descanso e relaxamento. Muitos comentaram também as cidades de origem e as principais destacadas foram Itapetininga, Jundiaí, Sorocaba, São Paulo e Angatuba. Esses dados identificados através da vivência dos moradores vão de encontro com as entrevistas aplicadas com turistas, aonde estas foram justamente as principais cidades emissoras constatadas durante o período da pesquisa de campo, que será apresentado mais à frente do trabalho.

Uma cidade que foi citada por diversos moradores como principal emissor foi a cidade de Jundiaí. Um dos entrevistados se lembra de forma descontraída um dia que estava caminhando e notou que

Eles vêm pelo ponto turístico, não é? Pela cachoeira, pelo restaurante aí e tudo. Descanso. Vem muita gente de Jundiaí. Um dia eu estava andando aqui, passou um carro de Jundiaí, passou outro, passou outro, eu falei “nós estamos em Jundiaí ou estamos aqui”? (M43).

Abaixo algumas visões da comunidade local sobre os principais atrativos do bairro foram

Tem pessoas que vêm dali de Itapetininga só para almoçar no restaurante porque a comida é boa e para passar o dia aqui, às vezes toma uma cervejinha e curtir umas sombras debaixo das árvores, vão tomar um sorvete, eles falam “que lugar gostoso, eu só vim aqui para passar o dia, contemplar a natureza e o povo gosta de sair do lugar agitado da cidade para ir para um lugar mais sossegado. As árvores, os passarinhos, tem que dar muito valor a essas coisas, não é todo mundo que dá. (M01)

Os moradores entrevistados destacaram também palavras que caracterizam o bairro e acreditam que sejam elementos atrativos para o turista como “[...] sossego, tranquilidade, paz e descanso[...]”, como é possível notar na fala abaixo.

Gente de fora é assim, eles vem para curtir a natureza, não é? Vem para pescar, para descansar, então eles querem uma coisa sossegada, não é? E então, por isso que como os turistas vêm aqui por causa do peixe, então tem que cuidar do rio para os peixes, não é verdade? (M40)

A beleza cênica da paisagem, atrelado a tranquilidade do local, faz com que as pessoas se desloquem até Saltinho. Percebe-se que uma das principais atividades no mirante da cachoeira, além da contemplação do rio, onde muitos turistas ficam sentados nas pedras observado a natureza, são as fotografias e de acordo com a observação de campo, foi identificado que a maioria das pessoas que chegam no local costumam tirar fotos da cachoeira, selfies e fotos em família. Esse é o ponto que foi destacado nas falas dos moradores também, pois “Muitos vêm para descansar, tiram fotos na paisagem. A maioria que vem é mais para contemplar a natureza” (M04). Seguem três fotos dos turistas na figura 20 realizadas durante o trabalho de campo.

Figura 20 - Turistas na Cachoeira de Salto do Paranapanema



Fonte: Autora (2022)

Nessa mesma perspectiva outro entrevistado menciona

Eu acho que as pessoas vêm pela própria cachoeira, não é? O pessoal gosta muito de vim fazer fotos, essas coisas. Tomar um banho, quando está calor. Antigamente vinham para pescar, mas hoje tem um limite de distância, porque ali na cachoeira é o lugar onde o peixe geralmente para, não é, aí não pode pescar. Então é mais para lazer mesmo do que para pescaria. (M12)

A fotografia nos dias de hoje, principalmente pelo uso intenso dos usuários nas redes sociais, tornou-se um grande instrumento de promoção dos destinos turísticos, tanto por parte dos órgãos oficiais, quanto estabelecimentos que atuam de forma direta ou indireta com a atividade.

Outro fator importante neste processo é o alcance e influência que os próprios visitantes ou até mesmo moradores possuem ao postarem suas imagens, pois podem instigar pessoas próximas a conhecerem a localidade e pode-se, portanto, considerar esse tipo de ação um marketing indireto. Nesse sentido, os meios de comunicação nos destinos são fundamentais para bons resultados, mas é necessário saber transmitir de forma assertiva a mensagem, para que o turismo seja desenvolvido de forma sustentável e o marketing não impulse um turismo massivo, que gere impactos negativos à localidade.

O tema relacionado a divulgação turística da cidade de Campina do Monte Alegre por parte do setor público foi mencionado por alguns moradores, pois para eles o marketing turístico ocorre de forma isolada, com cada serviço turístico, como hotel e restaurante, divulgando seu estabelecimento individualmente, sem uma promoção turística eficaz, que disponibilize e reúna a oferta de serviços do município em uma plataforma digital ou material físico. Nesse sentido, o turista quando pesquisa sobre a cidade de Campina do Monte Alegre encontra informações pulverizadas.

O site da Prefeitura, considerado a principal ferramenta de divulgação turística do município, não consta de informações sobre os atrativos e serviços, tampouco sobre a cachoeira do Salto, o principal atrativo turístico da cidade. Segundo um entrevistado, as mídias digitais de fomento ao turismo no município devem ser revistas, destacando que a primeira coisa a ser feita é a “[...] organização, tem que ser organizado. O poder público, com a iniciativa privada, tem que se unir e ter marketing” (M35).

Nesse sentido, o turismo deve partir do planejamento e gestão sustentável dos patrimônios naturais e culturais, através de ações conjuntas e integradas entre comunidade local, setor público e privado. Desse modo, as atividades de turismo ecológico devem servir como ferramenta de preservação e desenvolvimento sustentável (NOVAES, 2002).

É comum cidades brasileiras que possuem recursos naturais visualizarem a atividade turística como fonte de renda, porém, muitas dessas cidades não estão preparadas para o desenvolvimento responsável do turismo, devido à ausência de gestão preparada e planejamento (MAGALHÃES, 2002). Pode-se dizer que este é o caso do município de Campina do Monte Alegre, que detém um expressivo patrimônio natural e já possui um fluxo turístico, porém, de forma pontual e sem os princípios sustentáveis, não colhendo os reais ganhos econômicos, sociais e ambientais que a atividade turística pode possibilitar. Importante destacar que o turismo, apesar de trazer reordenamento para os territórios, não deve ser confundido como "salvador da pátria", termo utilizado pela autora, pois muitas vezes existe esse tipo de confusão.

De acordo com relatos dos moradores a divulgação não é eficiente e segundo M05

A parte do marketing turístico que a prefeitura faz, acho que está muito abaixo do que deveria ser. Acho que deveria focar na divulgação mais na natureza, no rio, ou até mesmo no comércio local, contando a parte tradicional, a cultura da cidade. Eu acho que a parte da cultura está um pouco escassa. Eu acho que falta um pouco disso, porque aqui tem muita diversidade de fauna, flora e cultura que pode contribuir com a promoção da cidade (M05).

Os moradores sugeriram ter um site oficial e uso das redes sociais, com todas as informações sobre o turismo no município, como restaurantes, bares, atrativos, comércio e serviços indiretos, como bancos e hospitais, para que o turista consiga ter acesso antes de chegar no destino e já programar seu roteiro e até mesmo fechar suas atividades de lazer previamente. Entende-se, portanto, que a promoção da cidade deve ser melhor trabalhada, pois ainda há dificuldade de encontrar informações oficiais na internet sobre o turismo em Campina do Monte Alegre.

Um exemplo prático dessa situação é o atrativo citado por muitos moradores nas entrevistas, conhecido como “paredão”, local que se chega exclusivamente de barco, aproximadamente 20 minutos saindo da cachoeira do Salto e conhecido por suas características geográficas e forma rochosa. Porém, é um local sem divulgação e de difícil acesso, pois não há estrutura organizada com barqueiros oferecendo a atividade, os visitantes acabam sabendo através de outras pessoas, no “boca-boca” e muitos visitam Campina do Monte Alegre e retornam para suas cidades sem saberem da existência do local.

Um ponto identificado durante a pesquisa foi a questão do regionalismo, pois há uma presença significativa de moradores de cidades próximas e limítrofes, como é o caso dos visitantes de Itapetininga e Angatuba e até mesmo moradores que vivem no centro urbano de Campina do Monte Alegre e enxergam o Distrito de Salto como uma opção de lazer aos finais de semana. Um dos entrevistados reflete em sua fala, da importância do atrativo turístico da cachoeira em relação a possibilidade de oferecer lazer aos que não tem condições financeiras para realizar longas viagens.

Quem não pode curtir praia longe, ir lá, não tem dinheiro para gastar, fazer uma viagem longa, de ficar, pagar o aluguel, o cara sai de Angatuba, sai de Buri, sai de Paranapanema, Paranapanema tem bastante atrativo já, mas muitos vêm brincar aqui. Itapetininga mesmo, você vê o quanto de gente, o pessoal de Itapetininga, meus amigos adoram vir aqui, por exemplo, passar aqui no Saltinho, almoçar no restaurante (M09).

É notório que o apelo turístico do município se concentra na cachoeira e no Rio Paranapanema. Porém há outras potencialidades que poderiam ser trabalhadas em prol do turismo sustentável, tanto na parte natural, quanto cultural. Nesse sentido, abaixo será explanado as potencialidades enxergadas pela comunidade relacionadas ao turismo.

Um ponto destacado pelos moradores foi a possibilidade e importância da regionalização turística, que ainda não ocorre. Tanto o município de Buri, quanto Angatuba poderiam estar integrados nas rotas turísticas junto a Campina do Monte Alegre, pois seria uma maneira dos municípios se fortalecerem e atraírem mais demanda e reforçarem o ecoturismo

da região, uma vez que possuem potencial natural e estão há poucos quilômetros um do outro, desse modo, trabalhando em conjunto, poderiam fomentar o turismo ambiental, cultural e até mesmo científico na região.

Vale destacar que a Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema, de acordo com Castagnoli (2012), é uma região com vocação para o turismo e lazer, sobretudo pela presença de Unidades de Conservação Ambiental e diversidade de espécies e recursos hídricos. Os municípios apresentados apresentam potencialidades comuns ao lazer turismo, como suas características hídricas, geológicas e geográficas favoráveis, mas esse potencial hídrico é pouco explorado, principalmente tratando-se de ecoturismo, onde as ações são praticamente inexistentes, mesmo com potencial devido a diversas espécies animais e vegetais.

Em seu estudo realizado no Alto Paranapanema, Tibúrcio (2021), destaca ainda, sobre a falta de entrosamento entre os municípios que compõe essa região, o que ao seu ver, atrelado a falta de participação da comunidade e ausência de políticas públicas para a conservação ambiental, agrava ainda mais a problemática. Segundo ele, não há existência de consórcios intermunicipais, associações, conselhos regionais e outros instrumentos que visem integrar as cidades que margeiam o Rio no Alto Paranapanema, tampouco projetos de conscientização sobre a importância da Bacia Hidrográfica e destaca que é notório a resistências dos proprietários em manter as áreas de APPs, levando a sua degradação.

Por fim, mesmo o autor não sendo da área do turismo traz durante sua pesquisa algumas passagens sobre a importância da atividade e afirma que a falta de continuidade de projetos idealizados pelo setor público municipal e que a ausência de atividades educativas relacionados ao turismo, gera nos indivíduos falta de sensibilização e de conhecimento para as questões ambientais.

Em relação a possíveis consórcios intermunicipais ou outras possibilidades de ações conjuntas entre os municípios, em Angatuba destacam-se as cachoeiras, onde é realizada atividades de rapel e trilhas, além da presença da ONG Ecológica de Angatuba, que também possui foco voltado para desenvolvimento de pesquisa científica na região. No Distrito de Guareí Velho, comunidade rural que pertence a Angatuba e faz limite com o bairro de Salto, há um enorme potencial para desenvolvimento do geoturismo, pois no local foram encontrados fósseis de mesosaurus, alguns deles atualmente estão guardados na UFSCAR de Sorocaba.

Segundo entrevistados o local recebeu até mesmo pesquisadores de Portugal do Geoparque de Arouca, que analisaram o espaço e fizeram comparativos com modelos internacionais, demonstrando que um dos pontos centrais nesse processo é a participação da comunidade e isso já está muito avançado devido a participação ativa da ONG Eco Road, que

desenvolvem ativamente pesquisas e eventos pautados na educação ambiental com escolas no da região e comunidade local. Porém o local ainda não possui infraestrutura turística e mesmo já apresentado essa possibilidade de estruturação de geoparque ainda há um trâmite legal e burocrático que está parado, pois o local é uma propriedade privada, ainda que seja de interesse público e coletivo, como são os casos dos patrimônios da humanidade.

Segundo o ambientalista sobre esse processo de reconhecimento do local

A nossa ideia era trazer pessoas que já tem uma experiência com geossítios homologados pela Unesco, para conhecer os nossos pontos aqui e dizer se a gente tem um potencial ou se é só uma coisa da nossa cabeça mesmo, não é? E a gente conseguiu recursos com uma empresa para trazer esse pessoal do Arouca Geopark, o município de Arouca mandou a turismóloga deles para vir junto para mostrar qual é a relação do Turismo com a geologia. A gente conseguiu trazer uma pessoa do Araripe também, que é no Brasil porque isso é diferente, não é? Até o modelo, o formato. O Arouca é um município só, o município de Arouca. O Araripe já engloba quatro Estados no Brasil. Então é um monte de cidade. É uma coisa bem mais complexa de fazer também, porque é a mesma coisa de fazer aqui em Angatuba, Campina, a região todo mundo tem, na Campina tem Mesosaurus também. A questão é que daí você tem que fazer uma política conjunta, construir uma política que aqui o pessoal ainda não está preparado para isso cara. Para você convencer um poder público já é difícil. Então, uma dessas meninas que veio do Arouca, era inclusive avaliadora da Unesco. Ela já falou com propriedade. E para a gente foi Fantástico. Então foi um negócio muito bacana, muito informativo e o retorno que eles deram também foi excelente, sabe? Eles se entusiasmaram, principalmente pelo nosso evento científico sobre paleontologia que fizemos. Eles falam que esse tipo de movimento de criar um geoparque sempre começa no meio acadêmico. E a maior dificuldade do meio acadêmico é chegar na comunidade. No nosso caso é o contrário começou pela comunidade. Então, a comunidade já está engajada, o meio acadêmico que está vindo para dar o suporte. São três passos na frente assim do processo natural que acontece normalmente por aí. Que é essa dificuldade de a academia chegar na comunidade (A3).

No que se refere às dificuldades para tornar o espaço um geoparque isso se dá, principalmente, pelo fato de estar localizado em propriedade privada e mesmo o proprietário tendo interesse, ainda não houve um interesse efetivo do Estado e um olhar para a região. O ambientalista discorre que

Recentemente foi criada uma lei que facilita a criação de RPPN que é reserva particular do patrimônio natural. Então, se a gente transforma aqui, já falei com o proprietário, se transformar em RPPN, a prefeitura pode entrar, a iniciativa privada consegue investir e abater no imposto de renda. Ele quer que a gente desenvolva o trabalho de turismo, de educação ambiental, mas não quer investir. Para fazer a RPPN você vai ter que fazer o inventário da fauna, da flora. Vai ter que fazer vários diagnósticos aqui. Vai precisar de engenheiro, vai precisar de biólogo, vai precisar de um monte de gente [...]. Então existem mecanismos, só que não depende da gente. Depende do proprietário querer. Depende do poder público incentivar. Se eu sou o poder público, opa. Esses lugares que são atrativos, que tem o potencial atrativo, precisa ser uma RPPN para facilitar a minha entrada e a entrada da iniciativa privada? Abre uma licitação. Uma empresa vai fazer uma RPPN e vai transformar esses lugares em RPPN. É possível (A3).

Essa situação tem relação com a criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que pertencem a uma das categorias de Unidade de Conservação, e são criadas de forma voluntária, através de proprietários de terras que buscam a conservação ambiental e portanto, destinam assim uma parcela de sua propriedade para a proteção dos ambientes naturais. Esse tipo de unidade de conservação possibilita que além da proteção ambiental, seja desenvolvido o turismo ecológico, a educação ambiental e a realização de pesquisas científicas (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020).

No que diz respeito ao projeto, o ambientalista comenta sobre o surgimento da

[...] a ideia foi assim, a gente fez um curso de paleontologia para UFSCAR de Sorocaba, e nesse curso a gente se tocou da quantidade de registros que a gente tem em Angatuba. E do potencial que Angatuba tem para se tornar um geoparque. O projeto chama: O que é um geoparque?. Um geoparque é um conjunto de geossítios. O geossítio é qualquer lugar que você possa dar uma aula de geologia. Uma cachoeira pode ser um geossítio. Você vai falar do Basalto, da formação do Basalto e tal. E aqui a gente tem vários pontos com registro fóssil, várias cachoeiras que também podem ser utilizadas, como eu falei como geossítio. A gente ficou bem empolgado com a possibilidade de Angatuba se tornar um geoparque. Os mesosauros estão só em uma parte. Eles não estão em todo paredão. Antigamente as máquinas iam escavando até chegar na faixa dos mesosauros, aí era manual. Aí o pessoal vinha na marretinha ali para tirar as peças. E vendia tudo para fora do país, hoje em dia tem fósseis achados aqui em todo mundo, até mesmo em museus da Europa (A3).

Atualmente a ONG desenvolve trabalho com crianças das escolas da região, durante a atividade passam por seis pontos de parada. Segue abaixo a estrutura do local e um dos idealizadores do projeto explicando sobre o espaço e sobre paleontologia, de acordo com a figura 21 abaixo.

Figura 21 - Geossítio Mesossauros em Guareí Velho



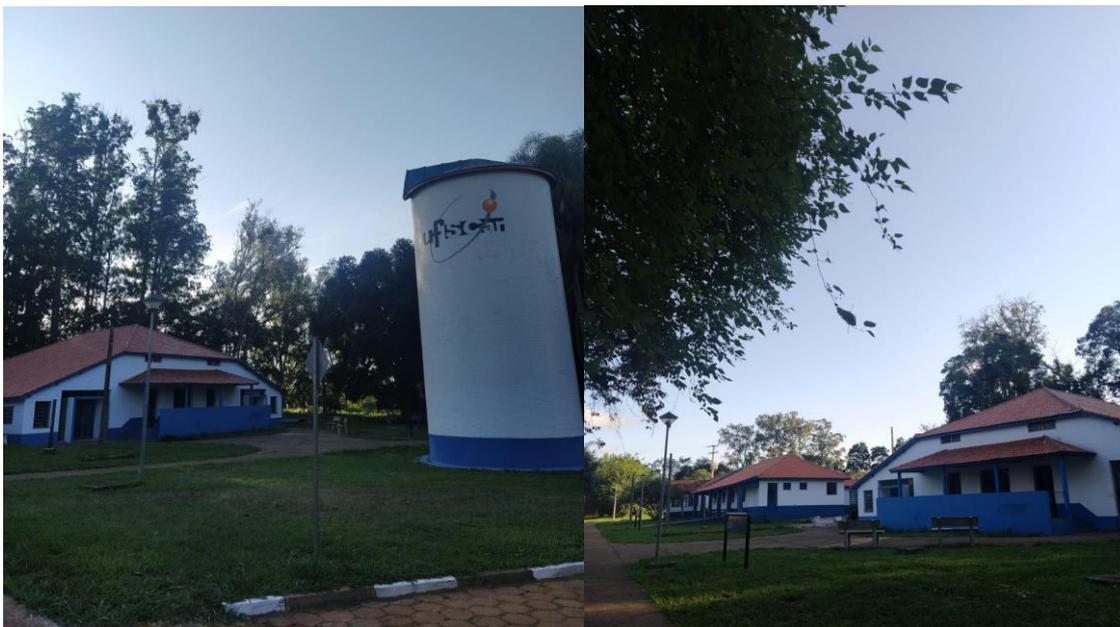
Fonte: Autora (2022)

A infraestrutura existente no local, como as placas, foi uma parceria com o laboratório de pesquisa da UFSCAR de Sorocaba, onde utilizam esses painéis para realizar as abordagens durante as atividades pedagógicas de educação ambiental com as escolas, que podem ser vistas nas duas imagens acima.

É importante trazer esse exemplo, pois é um local que está a aproximadamente nove quilômetros da cachoeira do Salto, tendo alto potencial geoturístico, uma comunidade que já trabalha com a premissa ecológica e com um viés turístico e que poderia ser integrado a um futuro circuito ecológico da região.

Em Buri, tem a presença da universidade UFSCAR (Figura 22) com cursos na área ambiental, o que poderia contribuir com o planejamento territorial no que se refere a atividade de turismo ambiental.

Figura 22- UFSCAR Campus Lagoa do Sino



Fonte: Autora (2022)

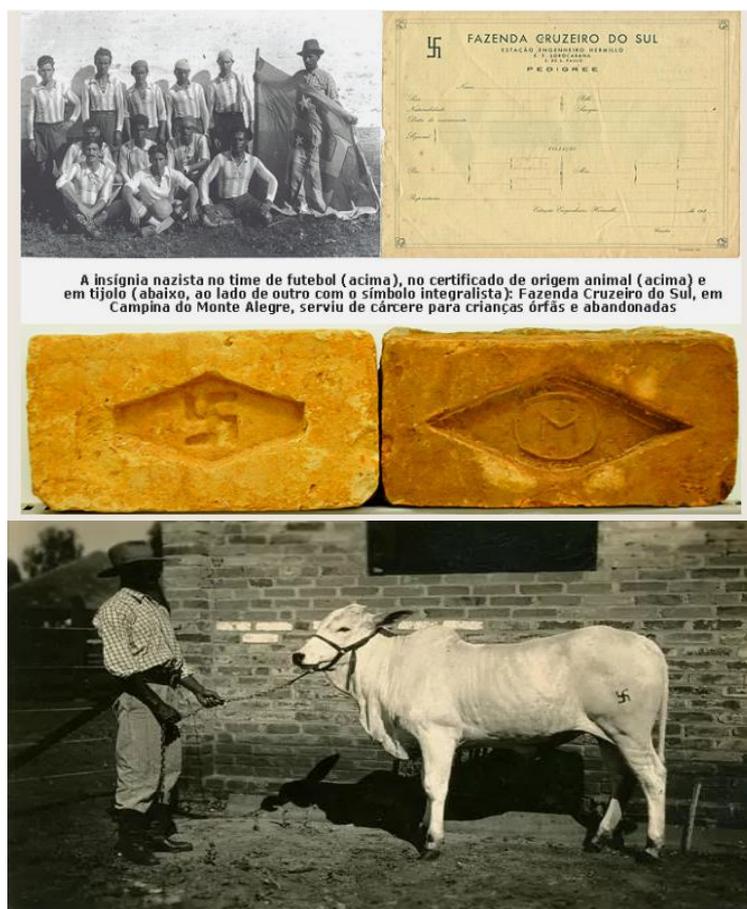
Nesse sentido, um dos ambientalistas destacou sobre a importância da presença da UFSCAR para região, pois

Na universidade agora que está começando a aparecer alguns trabalhos, não é? O pessoal está fazendo os TCCs, porque agora estão chegando mais professores que estão conseguindo fazer um pouco mais de pesquisa. Aqui é uma região carente de dados, não é? Com esse levantamento de dados de pesquisas, de projetos, estamos conseguindo ver no horizonte mais coisas acontecendo (A7).

No que se refere a história, Campina do Monte Alegre possui a fazenda Cruzeiro do Sul, onde descobriram um passado relacionado aos tempos do nazismo, local em que morou a família de Alfried Krupp, que comprou uma das fazendas de Rocha Miranda. Alfried Krupp foi ministro da economia de Hitler durante a segunda guerra mundial, um oficial nazista, e foi condenado pelo uso de trabalho escravo judeu. A história foi descoberta quando um dos proprietários da fazenda encontrou tijolos com o símbolo nazista no meio das construções. Os porcos haviam esbarrado em uma antiga parede de um barracão e a mesma desmoronou, foi quando o morador da fazenda encontrou esses tijolos e, a partir de então, começaram as pesquisas para descobrir a história do local, que se desdobrou em uma investigação de doutorado denominada: *“Educação, Autoritarismo e Eugenia: Exploração do Trabalho e violência à infância Desamparada no Brasil (1930-1945)”*, do historiador Sidney Aguiar Filho

(2011) e em um documentário chamado “Menino 23”, que aborda relatos de antigos funcionários da fazenda nos anos 30 e mostra “[...] que empresários ligados ao pensamento eugenista removeram 50 meninos órfãos do Rio de Janeiro para Campina do Monte Alegre/SP para dez anos de escravidão e isolamento na Fazenda Santa Albertina de Osvaldo Rocha Miranda” (MENINO 23, 2016) .

Figura 23 - Fazenda Cruzeiro do Sul



Fonte: Documentário “Menino 23” (2016)

Essa parte histórica, poderia ser trabalhada a partir do viés turístico educacional, mostrando a relação do Brasil com o nazismo, que ainda é pouco discutido e até mesmo escondido, porém o país em alguma medida teve ligações indiretas, importante de contar para que esse passado não seja invisibilizado e repetido, sobretudo pela ascensão de movimentos fascistas atualmente e relacionados a esse período histórico.

Desse modo, foi explanado os temas acima, pois na cidade de Campina do Monte Alegre, os moradores entrevistados destacaram o potencial natural e cultural existente e os

mesmos podem ser trabalhados em conjunto, uma vez que todos os ambientes estão em espaços rurais.

Os moradores afirmaram o potencial da região, no entanto ressaltaram a parte de infraestrutura que precisaria ser reavaliada, pois ainda carece de algumas melhorias.

No que se refere a integração regional, um dos moradores traz como exemplo a cidade de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, que pode ser considerado um modelo de turismo sustentável no Brasil. Segundo o M09, na década de 90 o município ainda não tinha o turismo desenvolvido como hoje. Foi nesse período que começaram a planejar, valorizar os recursos naturais, mobilizar e conscientizar os moradores e proprietários de terras sobre a importância do turismo para preservação natural e geração de renda.

O entrevistado ainda ressalta que essa mudança de perspectiva foi trabalhada em conjunto, entre as cidades de Bonito, Jardim e Bodoquena, tornando-se o complexo turístico que é conhecido hoje internacionalmente, sobretudo pelo trabalho de sustentabilidade desenvolvido e pela descentralização, onde cada município contribui com a divulgação dos atrativos da região e, desse modo, estão interligados e não competindo pelo mesmo público, conseguindo, portanto, atrair a demanda por mais tempo, devido a oferta de atrativos de cada localidade e o trabalho integrado de divulgação.

A partir desse exemplo, o entrevistado M09 prossegue

Isso, é algo que teria que ser feito aqui. Não adianta só querer a Campininha abraçar o turismo local. Teria que ter uma parceria com Angatuba que está a 15 quilômetros daqui, Buri que é perto e tem a parte cultural, a universidade. Você vai daqui para cidade de Paranapanema, que tem a represa, em 30, 40 quilômetros, quer dizer, vamos formar tipo um complexo nesse sentido (M09).

Neste caso, vale ressaltar que não se trata de importar um modelo, mas olhá-lo como referência pode ser uma maneira de iniciar o planejamento integrado, pois é um formato que deu certo.

Nesse mesmo contexto, em 2008, é estabelecida a Política Nacional de Turismo, através da lei 11.771/2008, que tem como um de seus pilares a regionalização turística, que compreende como os municípios que estão próximos podem se beneficiar e se apoiar, não necessariamente pela vocação do turismo, mas como provedor de mão de obra e produtos e, desse modo, essa política pública visa gerar ganhos para mais de um município, não apenas para centralizar o turismo no destino que tem potencial consolidado, mas cada cidade que faz parte de determinada rota turística regional se fortalecer com suas competências (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

O Estado de São Paulo, possui algumas Regiões Turísticas (RT), dentre elas a Altos de Paranapiacaba - Veredas da Mata Atlântica, a qual Campina do Monte Alegre faz parte, juntamente com os municípios de Piedade, Tapiraí, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Capão Bonito e Itapetininga. Ressalta-se que os municípios de Buri e Angatuba que fazem limite com Campina do Monte Alegre não estão inseridos em nenhuma região turística.

De acordo com as buscas realizadas na internet e nos sites das Prefeituras que integram a RT, a principal ação foi realizada no ano de 2019, com o primeiro seminário da RT focado no turismo regional, tendo como pauta uma palestra sobre a atividade de *birdwatching* e na sequência outra palestra sobre a estruturação para regionalização dos destinos turísticos. No entanto, essa foi a única ação encontrada e, desta forma, entende-se que a RT ainda não trabalha de forma conjunta.

No que tange a parte cultural, os moradores ressaltaram a história da guerra de 1932 entre os paulistas e gaúchos, que teve como palco combates em toda região, em especial Campina do Monte Alegre. Essa história foi relatada por um dos entrevistados, um senhor de 95 anos, que compartilhou suas memórias de infância durante esse momento histórico.

Nessa época de 32, daqui do sítio, saímos da casa do meu pai e ficamos um mês e pouco lá no mato por causa da guerra. Era tiro de canhão, passava cantando bala por lá, aí a gente se escondia atrás de árvore. Era uma coisa triste, viu. Isso aconteceu aqui na Campininha e na região inteira aqui. Teve combate, tinha os soldados do lado de lá e tinha os paulistas para o lado de cá, era São Paulo e Mato Grosso brigando contra o resto do país. Era de um lado, do rio os paulistas e do outro lado do rio ficavam os gaúchos. São Paulo perdeu a revolução. Nós ficamos um mês, mais ou menos, no meio do mato. Nós tínhamos perdido, nesse tempo desapareceu carroça, charrete, carro do meu pai. Limparam tudo, tinha automóvel. Naquela época só tinha dois automóveis aqui em campina e meu pai tinha um. A primeira coisa que fizeram arrancaram a capota, aquele tempo era capota, era um fordinho 29. Os soldados matavam os porcos, tirava um pedaço, ficava pendurado em árvore por aí, o resto. Aqui foi achado dois soldados mortos, o tenente Odilon e o cabo, do Rio Grande do Sul, gaúcho. Tem uma igrejinha aqui, no caminho, que foi enterrado um soldado também, está lá até hoje. Depois da guerra encontraram muita bala na região. Foi achado fuzil, aqui. O meu pai mesmo, ele entregou, lá na delegacia, um fuzil. E casca de bala. Bala dependendo do lugar até hoje acha. Nesse tempo não tinha muito armamento, os estados, Rio Grande não tinha, São Paulo não tinha. Ainda bem. Hoje em dia, se tiver uma briga daquele tipo, acaba morrendo muita gente. Eai depois que terminou os combates, voltamos para o sítio aqui. Daí teve em Buri também, o combate, lá que morreu muita gente. Lá foi muita gente. É muito importante lembrar disso, não é? Principalmente para os jovens que estão estudando, é uma história, um acontecimento, não é? Aconteceu de verdade (M39).

Ainda no que se refere aos registros históricos, um dos entrevistados comenta que

Aqui houve uma batalha intensa na parte da revolução, até com um bombardeio. Tem a praça do avião na Campina que derrubou o sino da igreja, então ela teve uma parte importante. Uma pessoa que morava nos Alejos me contava que quando a revolução terminou ali, eles enterraram em um poço vários armamentos, mas ninguém sabe se é verdade, se tem essa localização. O povo daqui sofreu muito nessa época porque

não podia sair de casa com a batalha. Teve pessoas que deram pousos para soldados, eles nem sabiam direito de que lado era cada soldado e porque estavam lutando, não tinha tanta informação na época, mas teve batalhas importantes aqui. Eles usavam muito o morro, Campina de Monte Alegre é conhecido por causa do morro, que é o morro da Mandaçaia, eles usavam muito aquela parte como esconderijo (M10).

Conforme mencionado acima, esse é um relato apresentado por um dos entrevistados que vivenciou e teve que sair do bairro com sua família devido ao conflito, retornando para sua casa após o fim da guerra. A história desse senhor é uma memória viva, que poderia ser reconstruída através de pesquisas. Ele inclusive já participou de algumas entrevistas e pesquisas que tinham como foco a história do conflito de 32, porém os materiais estão fragmentados, não há um registro compilado que narre a relação de Campina do Monte Alegre na denominada “Revolução Constitucionalista de 1932” de forma detalhada. Vale ressaltar que este senhor, que era a principal fonte histórica faleceu em 2022, alguns meses depois da entrevista realizada. Esse fato é importante de se destacar, pois muitas histórias e narrativas são perdidas ao longo do tempo pelo fato de não haver um registro, ficando apenas no campo da memória e narrada entre gerações.

Desse modo, compreende-se a importância de fazer esse resgate histórico, não apenas pensando na potencialidade turística do tema, no que se refere ao turismo cultural, mas sobretudo para que as próximas gerações de moradores conheçam a história de Campina do Monte Alegre, que por ser uma cidade pequena, emancipada recentemente carece de registros históricos.

De acordo com um professor entrevistado, a história de 32 é abordada com os alunos, pois faz parte do ensino obrigatório, porém não é articulado de forma significativa a participação da cidade de Campina do Monte Alegre e região no conflito. Vale ressaltar que o município, possui diversos objetos desse período histórico, como bombas, trajes, capacete, casco de bala, capacete com furo de bala, que anteriormente ficavam expostos na Casa de Cultura, porém o acervo não está mais disponível.

Nesse contexto, segue a fala de M10 que ilustra a percepção dos moradores sobre a questão, que segundo ele “Talvez se tivesse um circuito histórico, alguma coisa assim. É porque pega várias cidades da região essa história, não é?”.

Segundo os moradores seria interessante pensar em uma espécie de exposição fixa que trate esse tema e tenha a possibilidade de ser um espaço vivo que traga outras abordagens e temáticas. Na zona urbana do município possui um espaço chamado “Casa do Saber”, que é utilizado normalmente por escolas para oficinas culturais e exposição de trabalho dos alunos e

que poderia ser agregado novos usos, como esse espaço expositivo e multicultural, tanto relacionado a história da cidade, quanto a história do Rio Paranapanema, além de palestras e oficinas relacionadas ao turismo e meio ambiente e demais temáticas.

Outro tema atrelado a parte histórico-cultural foi a presença indígena no território, confirmada através de achados arqueológicos, como urnas indígenas. Um dos entrevistados discorre sobre o assunto afirmando que

Sabe o quê que tinha também? A gente achava bastante pontinha de flecha de tempo dos índios também, acharam até aqueles potes dos índios, onde eles enterravam os mortos deles dentro de um pote de barro assim daí foram achados vários quando eles foram arar o terreno para plantar, daí acharam, chamaram o pessoal da universidade e falaram que era um cemitério indígena. Está no museu em Sorocaba. Aqui tem muita história (M43).

No que se refere a influência indígena no território e a diversidade de fauna e flora, um dos ambientalistas especialistas em sementes explica que

Aqui é uma área de grande diversidade na parte de vegetal e animal, porque é uma mistura de vegetação silvestre de cerrado e da Mata Atlântica e da Floresta semidecidual, então tem uma biodiversidade muito grande. Muito grande mesmo. Sem falar que aqui foi parte da rota Paraguaçu né, a rota dos índios do passado. Que teve uma rota dos Índios dos andes que vinham do sul que iam pros andes. Que naquele tempo eles trocavam sementes, trocavam várias coisas e por isso que tem essa biodiversidade grande, faz parte dessa rota migratória dos índios (A1).

De acordo com o Instituto Florestal (2018), a floresta estacional semidecidual, se caracteriza por vegetação de cerrado, e vegetação de várzea herbácea. Parte significativa desta vegetação natural está situada na Floresta de Paranapanema, sobretudo na Estação Ecológica. A Floresta Estacional Semidecidual, é conhecida também como Mata Atlântica de interior ou Mata de Planalto e sofreu exploração intensiva devido à entrada do café no Estado de São Paulo. Atualmente segue sofrendo com o extrativismo de madeira nobre, lenha e carvão, desse modo, considera-se que o bioma e as espécies que nele habitam estão ameaçados, necessitando de medidas concretas e corredores ecológicos que interligam essas florestas, preservando as espécies nativas.

Por fim, relacionado a parte histórica foi mencionado a rota dos tropeiros que cruzavam do Sul para o Sudeste e passavam pela cidade de Campina do Monte Alegre. A gastronomia também foi mencionada como aspecto cultural, que segundo os moradores poderia ser facilmente explorada pelo viés turístico, pois há uma diversidade de alimentos regionais.

Desse modo, fazendo uma síntese da visão dos moradores sobre a diversidade gastronomia local as entrevistas mostram que “A parte gastronômica tem muita variedade, tem

muitos sítios por aqui que fazem queijo, fazem produtos artesanais, doce de abóbora, milho verde, mingau. Tem potencial. O potencial turístico aqui é muito grande (M05)”.

Outro entrevistado explana sobre a culinária afirmando que

Tem pratos típicos daqui também que não é comum para a maioria e também chama bem atenção. Bolinho de frango com farinha de milho. Tem o mingau de milho verde com frango. Paçoca de carne, a gente faz uma carne de panela, depois soca no pilão com farinha de milho e temperos, é uma delícia, e daí a gente come com banana. Tem o caldo de mandijuba, não é? O queijo purunguinha é da região, mas também tem em Minas, não é? Então não é tão regional assim, mas é bastante feito por aqui também. O pessoal gosta muito (M43).

Atualmente no que se refere a gastronomia, o restaurante localizado na cachoeira do Salto é conhecido na região e contribui significativamente na captação de turistas, pois é a única estrutura consolidada no local, além de ser famoso pelos pratos como leitão a pururuca e porções de peixes. Nesse sentido, pode-se afirmar que a gastronomia é uma das frentes turísticas que poderia ser trabalhada, seja como forma de vendas das comidas típicas mencionadas pelos entrevistados, como também em forma de souvenir, através da comercialização de compotas de doces, queijos e derivados de milho em uma estrutura adequada, como um ponto de apoio ao turista, que reúna os materiais de artesãos e produtores de alimentos, fortalecendo e enaltecendo também a produção local.

5.2.1 O Turismo na Cachoeira de Salto sob a ótica dos moradores

Como mencionado no trabalho, a visão da comunidade local relacionada ao desenvolvimento do turismo e como a atividade acontece na prática é fundamental, pois um turismo verdadeiramente sustentável, deve dialogar com as necessidades da população, sem prejudicar o meio, mas contribuindo para sua valorização no campo natural e cultural. Nesse sentido, foi perguntado se os entrevistados que viviam no bairro de Salto consideravam o turismo na cachoeira positivo ou negativo.

Vale destacar, que o presente trabalho discute questões referente ao turismo ecológico, no entanto é importante destacar que a atividade turística da forma que avançou no país, sem planejamento e sob a perspectiva unicamente econômica, foi altamente predatória aos ecossistemas naturais, incluindo atividades rotuladas como ecoturísticas. Esse cenário, se deu segundo Menêzes e Coriolano (2002) através de falta de educação ambiental e de educação para o turismo; implementação de infraestruturas inadequadas, ocupação desordenada das áreas naturais, megaprojetos turísticos, disfarçados de holísticos, trazendo junto a especulação

imobiliária. Assim, o turismo é ainda uma atividade conflitante, devido à falta de padrões adequados e que compromete a natureza a qual está em contato.

Assim, a pesquisa mostra que de acordo com as respostas não houve um consenso, pois por um lado foi ressaltado o lado positivo, sobretudo no campo econômico, mas também foi destacado os impactos negativos advindos da atividade, como sujeira, barulho e pesca predatória.

No que se refere aos impactos negativos, foi citado sobretudo o período de festas, como o carnaval que ocorre de forma desordenada, afetando a rotina local. Os moradores afirmaram que mesmo movimentando o campo econômico, o turismo nesse feriado é negativo, pois afeta a dinâmica do bairro, sobretudo pelo ruído gerado que afeta os animais e a aglomeração de pessoas sem um controle de capacidade de carga.

Vale ressaltar que esse foi um ponto destacado, porém desde a pandemia do coronavírus, devido a redução dos eventos, essa foi uma questão que melhorou, pois mesmo que as pessoas se desloquem para a cachoeira no carnaval, não é mais como antigamente, onde nessa época a cachoeira ficava superlotada, som alto e lixo gerado pela atividade, incomodando a população local e afetando a natureza. Hoje em dia com a redução e restrições dos eventos o público neste período diminuiu, mas já está retomando novamente, sendo assim, é um ponto para se observar, pois futuramente com a retomada dos eventos, pode ser que essa massificação do atrativo no período de festas volte a ocorrer.

Nesse sentido, é importante destacar que a maneira que o turismo ocorre em muitas localidades não é mais aceitável e coerente, pois, a intensidade, superlotação e ausência de educação ambiental nestes espaços, gera sobrecarga das estruturas do destino, falta de capacidade de regeneração natural, concentração de renda, impacto na vida da comunidade devido aos altos fluxos que transformam a rotina e reduzem as subjetividades dos indivíduos, portanto, compreende-se que a forma que o turismo vem sendo desenvolvido gera problemas para o exercício da cidadania, (HINTZE, 2020).

Em relação aos aspectos negativos também foi mencionado a questão do lixo, pois ainda que a atividade predominante seja a contemplação do rio, sem grandes impactos ambientais ocasionados devido a ação turística, alguns visitantes deixam resíduos no local, como latinhas, marmite, bituca de cigarro e demais embalagens. Ainda que não seja a maioria dos turistas que tenham essa conduta, isso ainda acontece e, desse modo, os moradores frisaram a importância da educação ambiental e a realização de uma abordagem desses visitantes quando chegam no atrativo, para que sejam impactados e esse tipo de comportamento seja reduzido, pois gera poluição no local.

Os moradores entrevistados, relataram ter havido uma mudança no perfil do visitante que frequenta o Distrito, pois anteriormente a demanda principal eram pescadores, que ficavam semanas hospedados nos ranchos, pousadas ou até mesmo acampados. Atualmente, pode-se dizer que a demanda principal, são famílias que se deslocam a lazer, para contemplar a natureza e almoçar no restaurante. Esse perfil de acordo com os discursos apresentados vem mudando gradativamente, pois a quantidade de peixes diminuiu devido a pesca predatória, gerada inclusive pela atividade turística. Mesmo que haja ainda a demanda de pessoas que se deslocam com motivação principal da pesca, já não ocorre na mesma intensidade do passado.

Dessa forma, os moradores relataram a preocupação com o rio, pois a redução dos peixes e até mesmo espécies em extinção já é uma realidade no Rio Paranapanema, devido a ausência de fiscalização e exploração ilimitada dos recursos naturais no passado. Os pescadores mais antigos e filhos de pescadores mencionaram essas memórias relacionadas a abundância que existia no rio Paranapanema. Esse é um ponto que precisa ser lembrado e trabalhado no planejamento turístico, pois o turismo trouxe impactos negativos, ocasionando até mesmo escassez, não apenas nesse trecho do Rio Paranapanema, mas em diversos outros municípios com este mesmo cenário de potencial para pesca.

É notório que essa realidade não se deve unicamente pela atividade turística, mas pode-se afirmar que esse tipo de turismo sem planejamento e de livre exploração colaborou para a deterioração dos recursos naturais. Ainda que o Rio Paranapanema seja considerado o mais limpo do estado de São Paulo e tenha uma vida pulsante, já não é o mesmo de 20 anos atrás e vem cada vez mais se modificando negativamente, com o baixo volume da água e redução da fauna e flora. Desse modo, entende-se a necessidade de relatar, lembrar e planejar o turismo para uma atividade futura que seja consciente e que esteja alinhada com a preservação ambiental.

Essa menção, do Rio Paranapanema ser o mais limpo do estado de São Paulo, é algo que já está no imaginário da população que mora na região, pois foi uma informação propaganda exaustivamente por muitos anos, mas atualmente não correspondendo à estrita realidade, pois já está poluído. Desse modo, entende-se que utilizar esse slogan, inviabiliza e minimiza as ameaças ambientais que este rio vem sofrendo (CERVEIRA FILHO, 2007).

Um outro ponto mencionado pelos entrevistados que está relacionada a parte negativa foi a infraestrutura oferecida para os turistas, pois muitos destacaram a necessidade de banheiro, quiosques e salva-vidas, além de uma diversificação da oferta turística no que se refere às atividades de turismo ambiental. Desse modo, alguns consideram negativo o formato atual do turismo desenvolvido na cachoeira de Salto, devido à baixa atratividade, pois os

visitantes não permanecem por mais tempo no destino e muitos acabam não retornando. Resumindo este pensamento, M35 afirma que “Para ser uma cidade turística falta muito, falta infraestrutura. Tem que melhorar a infraestrutura para uma cidade turística”.

De acordo com Barreto (1991), a infraestrutura turística é um conjunto de bens e serviços fundamentais ou complementares para que o fenômeno turístico ocorra. Esse núcleo estrutural abrange a infraestrutura de acesso, a infraestrutura básica-urbana, os equipamentos e serviços turísticos e os equipamentos e serviços de apoio. Segundo a autora, os recursos naturais normalmente estão localizados em locais de difícil acessos e com responsabilidades legislativas para preservação, o que dificulta a introdução de infraestruturas, devido ao risco de descaracterizar o local. Por isso, para sua estruturação, além de seguir as normativas legais, é necessário que o planejador possua uma equipe com conhecimento multidisciplinar, com profissionais que conheçam sobre geologia, botânica, biologia, física, não apenas profissionais do turismo.

Um espaço com vocação turística deve levar em consideração alguns aspectos como atrativos turísticos, equipamento e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade, infraestrutura de apoio turístico, instituições que regulamentam e fomentam sua prática, demanda e a comunidade. Nesse sentido, existem dois tipos de realidades, independente dos elementos presentes, como aquelas localidades que já foram apropriadas pela atividade turística e aquelas localidades que serão organizadas para receber a demanda turística; (MAGALHÃES, 2002). Dessa forma, entende-se que o caso de Campina do Monte Alegre, é uma cidade que foi apropriada pelo turismo, pois o turismo começou a ocorrer de forma espontânea e sem planejamento, independente da infraestrutura existente.

Vale destacar que para desenvolver um núcleo turístico é necessário seguir algumas etapas, como a realização de uma pesquisa de necessidade, a verificação de infraestrutura, o envolvimento ativo da comunidade local, a delimitação da área, o diagnóstico, a definição de objetivos e metas, a implementação, a execução e o controle do núcleo turístico (BARRETO, 1991). No entanto, esse planejamento estruturando e a longo prazo ainda é inexistente no município de Campina do Monte Alegre.

Quando abordado o tema da preservação do Rio Paranapanema e da Mata Atlântica, o assunto foi comentado pelos entrevistados, atrelando fiscalização e medidas para conscientização ambiental. De acordo com o relatório da ONG SOS Mata Atlântica em parceria com o INPE, entre o período de 2017 a 2018, houve um aumento de 27,2% na taxa de desmatamento do bioma Mata Atlântica. No Estado de São Paulo o remanescente de mata natural no período de 2018 a 2019 segundo o mesmo documento é de 16.3%, já o município

de Campina do Monte Alegre, possui vegetação natural de 13% preservada. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2020). Desse modo, de acordo com dados do município, Campina do Monte Alegre, possui pequena parcela de vegetação nativa, com 5,95% da superfície total do município e 6,2% de áreas reflorestadas, carecendo, portanto, de medidas de reflorestamento e projetos com viés ambiental e educacional. (CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2014)

Na parte da infraestrutura o destaque foi para as placas, pois atualmente o atrativo possui apenas uma placa e está relacionado ao perigo da correnteza do rio, que alerta sobre o risco da atividade de nadar no local. Nesse contexto, um dos entrevistados comenta: “Eu acho que deveria ter uma fiscalização melhor, umas placas indicando, falando sobre a importância da preservação, para não jogar lixo, mostrando também que o rio Paranapanema é um dos mais limpos” (M04).

Para um dos entrevistados as ações de preservação deveriam ter mais atenção e até mesmo uma divulgação mais ampla, como nas rádios locais e propagandas intensivas. Ele afirma que acredita

[...] muito que através de propaganda de rádio, mesmo as plaquinhas no local: “tenha consciência, preserve para o amanhã”, ou até mesmo panfletos sendo entregues nos estabelecimentos, ou até mesmo equipes, por exemplo, final de semana hoje, como Dia das Mães, uma equipe aqui na beira do rio, divulgando essas questões de conscientização e preservação ambiental, isso já facilitaria e contribui forma que para um turismo mais consciente (M28).

Tal afirmação vai de encontro ao que aponta Piasson (2016) quando afirma que os meios de comunicação podem ser parceiros centrais na mudança de paradigma, pois através da interlocução e compartilhamento de informações concretas e científicas relacionadas ao meio ambiente, podem se tornar um canal ativo e confiável, aproximando a sociedade das temáticas ambientais.

No entanto, de acordo com Farias (2002) a forma como a informação é fornecida atualmente pelos meios de comunicação fortalece a ideia de que a única maneira possível de desenvolvimento é a pautada na herança da revolução industrial e capitalista, um formato de sociedade inexorável e que segue excluindo os indivíduos e provocando catástrofes ambientais.

Outro ponto apresentado foi a importância e a diferença que faria a presença de um fiscal oficial de forma regular no local, como a polícia ambiental por exemplo, pois atualmente essa fiscalização ocorre de maneira esporádica. Durante o trabalho de campo, apenas um dia os órgãos fiscais estiveram na cachoeira e permaneceram por aproximadamente 20 minutos. Como a cachoeira do Salto é o principal atrativo turístico da cidade e um dos acessos para

descer o Rio Paranapanema seria interessante a presença de uma base ambiental no local, pois alguns moradores frisaram a questão da pesca irregular e desmatamento na região.

Diante do exposto e das ameaças ambientais existentes no município, uma entrevistada explanou que “[...] gostaria que tivesse um ativista aqui que fosse mesmo assim bem esperto nesse quesito, entendeu? Aquelas pessoas que vem, e cuidam do meio ambiente para valer. Eu queria um ambientalista daqueles assim bem fortes” (M42).

Vale frisar que apesar dos diversos desafios e problemas ambientais apresentados, os moradores citaram de forma esperançosa a presença das ONGs, o engajamento de alguns moradores com as questões ambientais e transformações que a sociedade vem passando no que tange ao olhar ambiental, sobretudo dos mais jovens. Sobre essas iniciativas coletivas um morador M05 explica que [...] Existem boas pessoas que estão tentando manter o que tem, com projetos ambientais, não só no Salto, mas em Angatuba, Campina e região e a medida do possível se comunicando”.

Nessa linha de pensamento um outro entrevistado comenta que

[...] como eu falei antes, hoje em dia, eu acho que há esperança de melhorar. Há, sim, porque está tendo muito movimento nesse sentido. ONGs sérias que estão por aí, mas precisa dar mais amparo para os próprios policiais ambientais, equipamento, coisa que possa fazer, trabalhar (M09).

Como apresentado na abordagem teórica do trabalho, o turismo pode ser uma ferramenta de preservação ambiental, quando bem trabalhado o planejamento e a sensibilização com os visitantes. Nesse sentido, quando perguntado aos moradores se consideram que o turismo pode ser um aliado da preservação ambiental foram apresentados alguns pontos de vistas, como o apresentado abaixo.

Eu acho que depende. O turismo ajudaria a parte financeira, no crescimento da cidade, agora a parte da preservação do rio, às vezes poderia prejudicar, porque é mais gente, e o ser humano ainda não tem consciência do lixo, não é? Então eu acho que, assim, depende muito de como vai ser feito isso, como isso vai ser implantado no nosso bairro, e na cidade (da Campina), então depende. Não adianta trazer mais turista sem consciência nenhuma, porque se for para poluir, deixar tudo ruim, daqui a alguns anos não vai ter, então para quê? Se for para ter um rio todo sujo, quase sem peixe, então daí não vale a pena (M36).

No que se refere a estruturação da atividade aliada aos pilares da sustentabilidade, um dos entrevistados aponta a responsabilidade do setor público por incentivar esse tipo de ação.

Eu acho que começa pelo poder público, a Prefeitura. Porque Campina, ela está em busca de um selo turístico, para se tornar uma cidade turística. Eu acho que começa daqui, por mais que seja uma cidade pequena, o poder público tem poder, então eu acho que começa com campanhas por parte da Prefeitura, às vezes capacitando

peças do bairro para trabalharem. A pesca esportiva por exemplo, hoje em dia a pesca esportiva movimenta um bom dinheiro e um impacto mínimo porque é um pesque e solte, poderia haver uma capacitação de pessoas aqui e acabaria conscientizando as próprias pessoas aqui que hoje em dia mexem com pesca predatória por exemplo, poderia ter um outro meio de ganhar dinheiro, não é? (M10).

Em relação a esta questão é importante destacar a fala abaixo de um dos ambientalistas entrevistados sobre a possibilidade do turismo como ferramenta de preservação. Para ele

O turismo é sim um dos maiores modelos de conservação do meio ambiente, porque se você detonar ele você não volta lá. Então quer dizer, a cultura de modelo de controle do meio ambiente passa muito pelo turismo, e o viajante consciente quer voltar de novo, ele preserva, ele preserva monumento, preserva a natureza, então o turismo é uma das formas mais eficientes de conservação do meio ambiente, talvez seja a maior forma de conservação do meio ambiente, porque ela não é forçada, aqui a gente fala assim: "A pessoa só vai visitar uma cachoeira porque ela quer, ninguém obrigou ele", ele não foi lá porque o professor mandou, ele não foi lá para trabalhar, ele não foi lá porque ele precisava captar recurso financeiro, não, ele foi lá porque ele queria, você pegou o final de semana, falou assim: "Vou visitar uma cachoeira", então se você vai lá porque você quer, você não vai lá para destruir (A9).

Essa visão é fundamental e o fato do turista ser o principal interessado no ambiente é um aspecto que tem potencial de ser trabalhado se estiver relacionado as atividades focadas na educação ambiental, pois ainda que ele não esteja se deslocando de maneira forçada, as atitudes degradantes ainda fazem parte da rotina dos indivíduos, mesmo que singelas, e muitos trazem e incorporam esse comportamento negativo ao meio durante suas viagens. Sendo assim, entende-se que mesmo que o motor central da viagem seja a natureza, não se deve restringir a isso, pois deve ser feito um trabalho complementar para intensificar essa conscientização e preservação, uma vez que é comum ambientes naturais cheios de lixo advindo da atividade turística, como a própria cachoeira do Salto.

No entanto, vale frisar a reflexão de Menêzes e Coriolano (p.37 2002), a fim de indagar e provocar o leitor a refletir:

O ecoturismo é uma forma a mais de consumo e desta vez, mais perigosa, porque invadiu as entranhas da natureza, que deveriam ser preservadas. Ou é o ecoturismo uma forma de valorização da natureza, uma forma de conservá-la? É o reencontro do homem com a natureza da qual faz parte, para uma reintegração? É uma tentativa de inserir o turismo no modelo de desenvolvimento sustentável?

Nesse sentido, Xavier (2002), considera que um projeto de educação ambiental pelo turismo deve incorporar alguns elementos, tais como: 1. Conhecimento do fenômeno turístico; 2. Formação de imagens mentais; 3. Interiorização das informações, para que as pessoas sejam impactadas e possam ampliar seu repertório de conhecimento; e 4. Desenvolvimento de ações práticas. Assim, esse modelo proposto deve contar com a participação da população local e

instituições que atuam com o turismo na região e a implementação de atividades com caráter interdisciplinar, valorizando os diversos tipos de conhecimentos.

No que se refere a interdisciplinaridade mencionada, as Ciências Sociais que dão aporte às pesquisas turísticas são fundamentais para que o turismo não esteja a serviço apenas do capital. Até o momento, a forma que o turismo vem sendo estudado e planejado inibiu a emancipação da atividade e, portanto, é necessário desassossego sobre essas questões que permeiam o universo turístico, seja no campo cultural, social ou ambiental, de modo a ter cuidado com a turistificação dos destinos, para não tirar sua autonomia e colocá-lo somente como um produto (HINTZE, 2020).

Nesse sentido, vale ressaltar as iniciativas brasileiras que vem surgindo através de coletivos focados no turismo de base comunitária, turismo de reforma agrária, turismo ecológico, turismo rural, turismo de experiência e afroturismo que trazem um novo olhar para atividade, normalmente construído pelos próprios sujeitos das comunidades. Assim sendo, entende-se que mesmo não tendo uma atividade turística emancipatória de forma majoritária, já existem iniciativas importantes e que estão mostrando novos caminhos e pensamentos sobre o que é turismo, contando novas histórias e proporcionando contatos reais entre a comunidade local, turismo e natureza. Portanto, entende-se que mesmo com o cenário conturbado, existem iniciativas otimistas que devem ser ressaltadas.

Essa preocupação sobre a natureza como mercadoria pelo turismo é essencial, pois o crescimento ordenado da atividade turística é fundamental para que não ocorra a massificação do destino turístico e superlotação do atrativo, gerando consequências negativas ao meio ambiente, como a poluição. Essa questão foi apresentada por vários moradores entrevistados, sobre os impactos que o turismo pode gerar a longo prazo e, sendo assim, de acordo com a visão dos munícipes o fomento ao turismo no local, será positivo apenas se tiver aliado aos preceitos ambientais, pois do contrário os recursos naturais e cultura local serão afetados e degradados devidos aos fluxos migratórios desordenados. Isso fica claro nas falas de outros moradores entrevistados, que fazem a conexão entre turismo e responsabilidade ambiental, conforme a fala abaixo.

Hoje, o mundo inteiro briga, luta, não quer ver destruição na natureza, quer ver um basta nisso aí. O turismo pode ajudar isso aí, no sentido de vir mostrar as belezas para dar valor, trazer consciência e pode trazer recurso para inclusive continuar mantendo o rio, então, o turismo é o canal. Você vai no Nordeste, você vai em qualquer lugar, o pessoal vive do turismo, a comunidade de lá luta, preservam, porque o que sustenta eles é o turismo. Eu acho que o turismo hoje é o melhor canal para conscientização ambiental, porque pode difundir essas ideias aí e para mostrar que "olha, você está tirando o peixe hoje, o peixe que está em extinção, solta e devolva para o rio", ele vai povoar o rio e vai atrair mais gente. Não se pode pensar que a gente tem uma

passagem curta aqui nessa vida, ficam os filhos, ficam os netos, os bisnetos, eles têm que usufruir disso aqui também. Eu penso assim (M09).

Nesse sentido, relacionado ao despertar da consciência ambiental do visitante um entrevistado reflete sobre os estereótipos do turismo afirmando que

[...] existe muito essa conversa de que o turista vem e só destrói, só deixa lixo. Eu acredito que isso não é assim. Hoje em dia, ele é um pouco mais conscientizado já. Acho que um trabalho de conscientização maior pode ser uma ferramenta incrível, porque ele vai trazer investimento, vai melhorar a economia do lugar, e um turista conscientizado não prejudica, só tem a agregar. Acho que é isso (M33).

É importante frisar essa fala, pois apesar do turismo ter trazido diversos impactos negativos para cidades brasileiras e internacionais, este não é o único formato e, pelo contrário, não pode ser pensado a partir do modelo predatório, mas através do pensamento e planejamento sustentável, contribuindo para cidades inteligentes e integrativas, rompendo com o modelo negligente que o turismo se baseou por muitos anos, porém agora vem sendo repensado e reformulado.

Uma das formas de repensar a relação do turismo com o meio, pode ser o ecoturismo, que visa compreender o território de forma holística e responsável. Alguns entrevistados disseram nesse sentido, apontando que o local “[...] tem um grande potencial para o ecoturismo, uma atividade que não agrida o rio e traga reflexão” (M29). Outro morador afirma que acha que “[...] o turismo é a principal maneira de preservar isso aqui. É como eu falei para você, desde que haja uma conscientização maior” (M10).

Dessa maneira, no que diz respeito à relação do ecoturismo com a preservação algumas falas foram apresentadas durante as entrevistas, como a fala abaixo.

A partir do momento que se tem uma conscientização, tanto da sociedade local, quanto dos turistas, sobre a importância da preservação da natureza, entendendo que é um bem natural fundamental para sobrevivência e para ser contemplado não só naquele momento, mas para gerações futuras, se tiver essa conscientização e narrativa, se conseguirem passar isso aos turistas da região durante as atividades, eu acredito que essa parte do ecoturismo tem sim uma importante função e pode colaborar sim com a preservação do local (M28).

As atividades pedagógicas foram mencionadas também, a fim de sensibilizar as crianças e jovens para os temas ambientais, para ilustrar de forma prática de que maneira essa sensibilização do visitante poderia ser realizada. Um dos entrevistados diz que acredita que

[...] se tiver alguns passeios dentro da mata, ou mesmo próximo aqui, a mata ciliar, para o pessoal ver a mata já preservada, eu acho que ajuda também, principalmente crianças, criança que está construindo seu pensamento, e pode crescer com essa

influência, com o pensamento mais em preservar do que destruir as coisas, mas tem que ser algo constante (M29).

No entanto, de acordo com Louv (2018), a degradação natural e ausência de espaços verdes gerou o distanciamento entre as crianças e natureza e, desse modo, o autor aponta que o vínculo entre ser humano e natureza está em risco, pois se as crianças não se apegam e não desfrutam dos benefícios psicológicos e espirituais que a terra proporciona, conseqüentemente não se responsabilizarão e se comprometerão com as questões relativas ao meio ambiente, pois é algo distante, acentuando cada vez mais as rupturas entre homens e natureza.

Vale destacar que mesmo com campanhas e propagandas relativas às questões ambientais, é preciso muito mais, como resgatar o espírito infantil quando se está em contato com a natureza. Nesse sentido, Louv (2018, p.178) aponta:

A paixão não chega por meio de materiais de divulgação. A paixão é pessoal, ela emerge da própria terra, pelas mãos cheias de laminados jovens, ela viaja pelas roupas sujas de grama até o coração. Se vamos salvar o ambientalismo e o meio ambiente, também precisamos salvar uma espécie indicadora em perigo de extinção: a criança na natureza.

Carson (1969) afirma que para estender esse sentimento de encantamento para as crianças, os adultos possuem papel mediador nessa relação entre a natureza e a criança, buscando compartilhar, descobrir e mostrar para elas as alegrias, entusiasmos, belezas e mistérios do mundo a qual pertencemos. E isso traz benefícios não apenas para as crianças, mas também para os mais velhos que redescobrem e se reencontram com a diversidade e surpresas que a natureza proporciona. Essa reflexão se alinha ao que Marcellino (2007), propõe em relação ao papel do animador sociocultural, neste caso como mediador na relação criança e natureza.

Segundo Louv (2018, p.311) “A coisa mais importante é o despertar. A alegria de despertar e descobrir faz parte de ser criança. O re-compromisso com a conexão entre espírito e natureza deve ser esse tipo de processo. E pode ser. É maravilhoso”.

Esse modo de ver as possibilidades de sensibilizar os indivíduos é um caminho possível e urgente, pois segundo Krenak (p;45, 2020)

O que aprendi ao longo das décadas é que todos precisam despertar, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas, que estávamos ameaçados de ruptura ou da extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda.

Nesse sentido, quando perguntado sobre as atividades de turismo e preservação que poderiam ser realizadas no local, foi sugerida uma série de possibilidades, como será abordado em seguida. Em relação ao potencial turístico, os entrevistados se interessaram no assunto e deram diversas ideias de atividades relacionadas ao turismo ambiental, considerando que a experiência oferecida ao turista poderia ser mais bem aproveitada e o poder público investir mais no turismo. As três principais foram: trilhas, observação de animais e passeio de barco.

Em relação às trilhas, os moradores destacaram o potencial natural do local, tanto relacionado a observação de aves, quanto a imersão e contato com a Mata Atlântica, sendo possível, além do turismo ambiental, desenvolver um turismo pedagógico. A principal trilha mencionada foi a que leva até o atrativo chamado “paredão”, porém ainda não é promovida turisticamente e é frequentada exclusivamente por moradores que conhecem o local. No entanto, para ser estruturada para circulação de pessoas, foi destacada a problemática das propriedades privadas que fecharam a beira do rio.

Os roteiros ecológicos e trilhas devem ter como finalidade estabelecer uma ligação estreita entre sujeitos e natureza, além de possibilitar novos ensinamentos sobre o meio o qual está em contato, através da interpretação ambiental, que não é apenas o ato de ensinar, mas sim motivar e provocar para o caminho do conhecimento (MAGALHÃES, 2002).

Conforme abordado na discussão teórica do presente trabalho, as técnicas de interpretação ambiental são fundamentais para que os sujeitos interpretem o ambiente e sejam sensibilizados. Essas técnicas ocorrem de forma mediada, por profissionais da área, ou de forma autônoma, como é o caso de trilhas autoguiadas. Possuem também um aparato que dê suporte à essa interpretação, como: folhetos, vídeos informativos, palestras, workshops e demais atividades sensibilizadoras (MOREIRA, 2014). Portanto, compreende-se que existem diversas possibilidades, que com criatividade e conhecimento podem transformar a visão e experiências dos participantes.

Em relação a essa temática, um dos entrevistados afirma:

Daria também para fazer umas trilhas, se quiser vai até o paredão, dá pra observar as aves, animais, só que o pessoal do rancho tem que dar ordem, a pessoa, estavam se queixando, diz que não pode, fecharam as beira do rio. Da mais de 1h caminhando até o paredão, é trilha longa, mas tem sombra, é uma atividade gostosa de fazer (M14).

Por exemplo, poderia conversar com o pessoal dessa fazenda. Aqui a gente consegue ir longe andando pelo mato, entendeu. Mas teria que ter, por exemplo, uma autorização do pessoal da fazenda, não seria uma coisa simples também. Eu acho que seria uma alternativa. Tanto aqui quanto para outros lugares também, seguindo a mata ciliar do rio. Acho que poderia ser uma atividade oferecida pro turista (M33).

Como eu estava dizendo sobre as propriedades privadas que fecharam a beira do rio, tem várias trilhas, só que vai passar em algumas propriedades de outras pessoas, só que tinha que conversar com os donos, porque a trilha não vai afetar nada, só vai, vai voltar, e pronto. A pessoa só vai contemplar a natureza (M38).

Já foi pensado em trilha, para deslocar aqui da cachoeira lá no paredão. Dá para fazer trilha, só que isso aí depende uma autorização que nem dos fazendeiros, porque é particular, isso vai depender dos donos das terras. Eu não sei se tem alguma coisa que pode fazer para ter acesso sem ordem deles, porque eles não vão querer deixar (M45).

Nesse sentido, um ambientalista complementa afirmando que a questão das trilhas poderia:

[...] melhorar diversos aspectos, tem gente que conhece pássaros poderia levar turista, gente que conhece bicho, tal lugar tem macaco, tal lugar tem jacaré, capivara, tem que ter um guia de turismo para levar a pessoa, esse tipo de atividade. As trilhas próximas ao rio, nas fazendas, poderiam também ganhar com o turismo, preservar mais. Ter mais oferta, mais coisa e mais turismo (A1).

Esse exemplo acima, de conscientização dos fazendeiros para com a atividade turística foi implementada no município de Bonito/MS, havendo um trabalho próximo aos produtores, mostrando a necessidade de preservação ambiental na região e como o patrimônio natural poderia se tornar um instrumento de captação turística se trabalhado com pilares sustentáveis e preservacionistas.

No município de Bonito/MS o ecoturismo já proporcionou mais de 2 mil empregos, superando o setor agropecuário. Já no Estado de São Paulo, de acordo com Meirelles Filho (2002) o lazer e turismo em áreas rurais geram mais emprego que a cana-de-açúcar, o que demonstra o papel e peso da atividade como contribuinte na economia, além de demonstrar seu potencial rentável e inclusivo se desenvolvido de forma adequada.

Fernando de Noronha também é um modelo de preservação ambiental de destino brasileiro, ainda que seja um turismo majoritariamente elitista e enfrente desafios sociais atualmente devido a gentrificação advinda do processo turístico. No início da visibilidade turística do local, para conseguir esse feito de preservar os recursos naturais da ilha, 30% da gestão do arquipélago foi realizada através do poder público municipal e 70% pelo projeto Parnama/IBAMA, além de contar com a participação da comunidade através dos conselhos e assembleias populares (MAGALHÃES, 2002).

Nesse período houve investimento em infraestrutura, mas também em ações ambientais, como a ação local dos denominados “patrolheiros ecológicos” com o envolvimento da comunidade para cuidar da ilha e havia uma programação de palestras diárias, cada dia com uma temática diferente, mas sempre conectado ao turismo, ambiente e cultura (MAGALHÃES,

2002). Não à toa o presente trabalho frisa a importância da inclusão da comunidade local nas ações turísticas e nas atividades de educação ambiental, pois os modelos brasileiros que estão se desenvolvendo de forma sustentável se pautaram nesses pilares.

De acordo com Meirelles Filho (2002), o ecoturismo, enquanto possibilidade de educação ambiental, se caracteriza por ser multifacetado e pode trazer novas interpretações ao meio ambiente, aliando os aspectos culturais e ambientais. Desse modo, atualmente, os proprietários de terras em alguns locais do país, sejam eles de grande ou pequeno porte, vem percebendo a potencialidade dessa atividade turística como um gerador de renda e despertando a conscientização ambiental dos visitantes e proprietários. Portanto, cachoeiras, trilhas, produtos caseiros, como doce de leite feito no tacho, rodas de viola e demais memórias tem se tornado parte dos produtos de lazer e turismo. Para isso, é necessário o investimento em planejamento, através do diagnóstico, pesquisa de demanda, e estudo de viabilidade econômica, identificando o que esses locais podem oferecer e possíveis parcerias, independente do segmento dentro do ecoturismo, seja rural, aventura ou natureza.

De acordo com a legislação, como mencionado no início do trabalho, são necessários 50 metros para demarcar a área de proteção ambiental, ou seja, área pública e, desse modo, seria necessário rever esse formato atual das casas que ficam nas margens dos rios, evitando conflito entre moradores, situação já verificada em Campina do Monte Alegre, pois, muitos moradores questionam o fechamento das beiras do rio realizado de forma autônoma pelos proprietários, impedindo a circulação não apenas de turistas, mas da própria população. A organização desse aspecto, é fundamental não apenas por ser um direito de todos acessarem este espaço, mas também para formatação adequada e segura da trilha para o turismo.

As restrições existentes em área de proteção permanente, que regulamenta quantos metros deve ser preservado das margens no rio, tem a função de evitar que os cursos hídricos sejam contaminados, sobretudo pelas atividades agrícolas que ficam próximas aos leitos do rio, e que trazem impactos negativos advindas do preparo do solo, adubação, plantio, cultivos, colheita e transporte de produtos que causam tração e contaminação física, biológica e química da água, e deixa esses locais sujeitos a processos erosivos (SÃO PAULO, 2009).

No que se refere a estruturação desse tipo de atividade, um dos moradores, frisou a importância do acompanhamento de profissionais devidamente capacitados, como guias de turismo, não apenas para realizar uma boa condução da atividade, com conhecimentos específicos sobre as espécies nativas, mas também pela própria segurança dos grupos, uma vez que na mata existem riscos adversos, como a presença de animais peçonhentos, necessitando de profissionais em caso de necessidade de primeiros socorros. De acordo com a experiência

de um dos entrevistados essa questão é importante, diferenciando locais com guias de outros sem o serviço.

Já participei em outros locais, tinha guias, aqui não tem guias. Eu já fiz alguns, não vamos dizer que fui guia, mas como conheço o local, já sai andando pelo mato com o pessoal. Todo mundo sabe que os guias têm que ter um curso, tem que saber prestar os primeiros socorros, o pessoal que vai andar na mata têm que ter todo esse cuidado, não é? Em locais que eu já frequentei tinha isso, aqui não tem essa estrutura, entendeu? Se vir, é cada um por si. Se acontecer alguma coisa, não vai ter uma pessoa responsável para isso (M05).

Essa fala é fundamental, pois quando se pensa em novas atividades turísticas é necessário pensar em diferentes aspectos, como segurança, capacidade de carga, formas de divulgação e infraestrutura. Nesse caso, além de ser uma nova possibilidade de demanda para o município, pode contribuir com a geração de emprego, através da contratação de guias de turismo e condutores ambientais que estejam à frente desses roteiros.

Esse mesmo entrevistado segue sua linha de raciocínio, no que se refere às trilhas e aos passeios de barcos, ao dizer que

O passeio de barco seria uma coisa muito legal, só que para ter um passeio de barco tem que ter um piloto ali para guiar, levar o pessoal, tem que ter toda a estrutura da segurança, o colete salva-vidas. Seria interessante um guia que entendesse de biologia para poder explicar sobre a fauna, as plantas, as árvores. Então, acho que essa estrutura não tem, mas tem muitas pessoas competentes na região que poderiam fazer esse papel de guia de turismo. Salto tem tudo sim, mas não vi ainda nenhum projeto que está em prática. Salto tem muito potencial para isso (M05).

Nesse mesmo contexto, outro morador discorre afirmando que

[...] por exemplo, poderia ter trilha, passeio de barco, passeio ecológico, conscientização, essas coisas. Contratar profissionais para falar sobre as espécies nativas, fauna, flora, falar dos peixes. Muita coisa poderia ser feita para chamar o povo mesmo (M33).

Nesse sentido, é fundamental aproveitar dos saberes locais para o acompanhamento de atividades guiadas, através da inserção de profissionais que vivem na região, pois a visão de quem de fato conhece o local, seja de forma empírica ou científica no que tange a questão ambiental contribui com a qualidade da atividade turística oferecida e com a valorização dos conhecimentos locais. Dessa forma, é importante também promover capacitações relacionadas ao tema, para incluir mais pessoas da comunidade nas futuras oportunidades de trabalho no setor turístico.

Corroborando esta discussão, vale a pena apresentar aqui a atividade realizada pela pesquisadora durante o trabalho de campo. Como mencionado, foi feito um percurso de caiaque

com um guia especializado, que compartilhou algumas informações durante o passeio de 6 km observando a mata ciliar, a fauna, o silêncio, sons da natureza e sentindo a vivacidade do rio através de suas curvas e corredeiras. O passeio proporcionou uma interessante reflexão, pois houve um paradoxo na atividade, uma vez que ao mesmo tempo em que se sente o pulsar da natureza, também é possível observar os riscos que o rio e o bioma Mata Atlântica sofre. Há trechos com ausência de mata ciliar, construções e muitos pivôs centrais* retirando a água do rio para irrigação devido a intensa exploração do agronegócio na região.

Figura 24 - Passeio de Caiaque - Trecho Ponte Campina do Monte Alegre a Salto



Fonte: Autora (2022)

Compreende-se que atividades como essa, quando atreladas à educação ambiental, podem ser um instrumento de conscientização e uma ferramenta aliada à preservação ambiental. Dessa maneira, entende-se que o turismo quando bem estruturado pode contribuir a partir da ludicidade e conhecimento para o despertar ambiental dos indivíduos. Acredita-se que o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre possui potencial para desenvolver passeios contemplativos, acompanhados de informação e guiamentos, pois além

* Pivôs centrais são sistemas de irrigação para agricultura, que extrai e utiliza a água do rio para molhar a área cultivada.

da beleza cênica, pode-se explorar a diversidade natural e cultural, conectando o visitante ao patrimônio.

Outra das atividades de lazer mais mencionadas pelos moradores entrevistados no que diz respeito à oferta turística, foi o passeio de barco. Foi ressaltado o potencial da atividade, todavia foi destacada que ainda não ocorre de forma estruturada. Atualmente os turistas que queiram realizar esse tipo de passeio precisam perguntar para algum morador uma indicação de pilotos.

Um dos moradores resumiu a forma como esse tipo de atividade ocorre atualmente.

Aqui, geralmente, a pessoa faz o passeio por conta dele. Às vezes, aluga um barco e vai ou têm uns barcos que o pessoal aluga para poder sair para passear, às vezes, tem um pessoal de caiaque, mas você dizer uma empresa ou alguém que se dedique a isso, aqui, eu não vejo, não vi. Ninguém explora isso aí. Os que têm é o pessoal ribeirinha, entre aspas, que mora aqui, que tem um barquinho para alugar que leva, mas é pequeno, é um negócio pequeno. Ai o turista vai lá, paga uma taxa por dia e sai para passear com o pessoal, sai para pescar, mas não é organizado, para fazer esse passeio ou alugar barco precisa conhecer alguém, perguntar (M09).

Sobre a falta de oferta de passeios os moradores explanam que

Tem muito turista que vem aqui e pergunta: “conhece alguém que tem barco, que seja piloto, que leve só para conhecer tal lugar?” daí ele paga o piloto e leva, mas seria muito legal ter passeio, um barco disponível com alguém para levar, ser bastante publicado, às redes sociais também iria ajudar bastante (M17)

Difícilmente o turista acha alguém que esteja disposto a fazer o passeio de barco, mesmo que cobre um valor, para levar essa pessoa de fora para conhecer, ir até o paredão por exemplo, não tem ninguém que faça (M02).

Nessa mesma abordagem outro morador diz

[..] que uma coisa que tem pouco aqui, muito pouco mesmo é passeio de barco, acho que deveria ter mais, porque muita gente vem de fora, eles querem passear no rio e não tem pessoas suficiente que possa levar eles, então acho que devia ter mais. No passeio dá pra ter contato maior com a natureza, os bichos, ainda tem aqui, tem, passarinho, uns pássaros muito bonitos que a gente desce pelo rio, a gente vê. Meu marido mesmo levou uns turistas pra passear esses dias e aí eles filmaram macaco, passarinho, filmaram tudo o que viram lá, muito bonito, então acho que isso aí falta, tem muita gente que vem e vai embora sem nem conhecer direito (M21).

Essas últimas falas destacam a questão do potencial ecológico que não é explorado através da atividade turística. O turismo se concentra exclusivamente no mirante da cachoeira, ou seja, os visitantes que frequentam o espaço, acabam não tendo uma conexão real com o ambiente e retornam sem conhecer com profundidade o município, em especial o Rio Paranapanema, principal recurso turístico da cidade. Vale ressaltar o olhar da comunidade para

o turismo ambiental, frisando em diversas passagens das entrevistas atividades relacionadas a diversidade de espécies, contemplação e conscientização que gostariam que fossem implementadas.

Uma das entrevistadas, ao falar sobre a ausência de atividades ecológicas no município, contou sobre uma experiência pessoal que vivenciou enquanto turista, atrelando o turismo como um propulsor para a responsabilidade e consciência ambiental.

Aqui não tem aquela estrutura certinho já montada, entendeu? Quando a gente vai pra outros lugares turísticos por aí você chega, o piloteiro já está esperando a gente no barco, a gente paga lá uma fortuna às vezes para ele e ele leva a gente para pescar, entendeu? Lá onde fomos saiu muito caro, acho que faz falta isso aqui em Campininha, essa organização e estrutura. E sabe o quê que é legal nesses lugares? Eles forçam o turista a não sujar o rio. Eu vi um guia de pesca comentando que o turista jogou uma garrafa PET na água, e o piloteiro fez o rapaz recolher o negócio da água. O piloteiro deu um catada nele lá. Então eles são muito críticos, sabe? Não deixa matar peixe. Outra vez, a gente foi em Miguelópolis, o menino falou assim para a gente “Viu? Bastante gente vem aqui, eles não predam os peixes, eles pescam e soltam”, fazem pesca por lazer... ou seja, incentivando a gente a fazer pesca esportiva, entendeu? Eu acho legal isso, tanto que a gente pesca aqui no Panema a maioria a gente solta. É raro tirar um pouquinho para comer. Mas eu acho que aquela conscientização dele durante o passeio fez a gente ver também um pouquinho, não é? Consciência ecológica é bom. Até as vezes quando a gente tira um pouquinho pra comer pesa um pouco na consciência né. Estou com dó de tudo ultimamente. Eu estou com dó de matar minhoca, eu estou com dó de matar peixe, frango caipira então nem se fale. Eu como o frango caipira engolindo grosso porque eu sei que ele foi morto. Então, sabe? Eu estou ficando meio caipira assim mais estranha, entendeu? (M42).

Esse relato pessoal, mostra as transformações que a senhora teve ao longo dos anos, muito por conta dos problemas ambientais que destacou durante toda entrevista e como isso vem refletindo em seu comportamento, mas também frisou como o passeio, uma atividade de lazer e turismo contribuiu para o seu despertar ambiental no momento da atividade, até mesmo internalizando aquilo e compartilhando o relato durante a entrevista, pois compreendeu que aquele gesto e diálogo com o guia foi importante para sua consciência e sua postura enquanto turista e cidadã, demonstrando a importância de um intermediário e mediador durante essas ofertas de passeios ecológicos.

Nesse sentido, os moradores expuseram de forma majoritária a temática da implementação de um passeio de barco com viés turístico e ecológico. Foi mencionado sobretudo a necessidade de organização e apoio por parte da Prefeitura para fomento e desenvolvimento da atividade, pois ressaltaram que anteriormente já ocorreu oferta de passeio de barco, porém não foi estruturado de forma profissional e com a perspectiva ambiental e, portanto, a atividade foi encerrada por falta de planejamento.

De acordo com um dos ambientalistas entrevistados o município possui potencial para desenvolvimento do turismo de pesca, pois o local conta com pescadores e pilotos profissionais que conhecem o rio, as espécies e sua história, no entanto o local ainda carece de capacitação e estrutura adequada, pois a rampa de acesso localizado na Cachoeira do Salto está degradada.

Seguem algumas falas que vislumbram esse tipo de atividade. Para o M16 [...] precisa ter um negócio mais moderno, mais inovação, descer, fazer turismo no rio, descer com o barco, mostrar para o povo as belezas naturais. Outro entrevistado diz: “[...] tem tanta gente que tem barco aqui, acho que uma pessoa poderia ficar como piloto, mas tudo certinho, colete, arrais, essas coisas, porque ali para baixo do rio tem vários lugares bonitos, não sei se já ouviu falar do paredão. Ficaria muito legal ter um barco turístico até lá”.

Já M10 discorre que “Poderia ter nos finais de semana pessoas que orientem na parte turística, guias que pudessem estar levando as pessoas de barco, contanto sobre a fauna, flora e história. Aproveitar o potencial natural daqui para fazer um trabalho assim”. E refletindo sobre o relaxamento e tranquilidade que esse tipo de passeio proporciona, uma das entrevistadas diz que “Todo mundo quer dar uma volta e conhecer. Você acha que o pessoal que vem de fora pela primeira vez não vai ter curiosidade de dar uma volta no rio? É muito gostoso só o fato de andar de barco, não é? Tinha que ter essa atividade” (M12).

Os moradores destacaram, também, a questão da diversidade de animais, que poderia ser contemplada durante esses passeios de barcos e nas trilhas, como explanado por um dos entrevistados.

[...] a nossa região é muito rica em fauna, tem muita variedade. Nós que andamos mais para o meio do mato e ao redor do Salto, nós vemos os animais soltos na natureza, se descermos um pouco mais o rio vai encontrar muita coisa legal. Então tem muito potencial de turismo ambiental (M05).

O entrevistado M33, formado na área ambiental, destacou a diversidade de espécies do reino vegetal e animal, inclusive durante a conversa o entrevistado avistou uma lontra se banhando no rio.

Tem muitas espécies aqui. Acabei de ver uma espécie ali, uma lontra nadando agora, a gente tem um olhar apurado. Por exemplo, tem muita variedade de peixe nativo da bacia do Paranapanema, aqui poderia ter pesca esportiva. Em Salto tem espécies tanto de aves quanto de mamíferos, tanto de Mata Atlântica quanto de Cerrado, é muita diversidade (M33).

No que tange ao potencial do bioma atrelado a atividade de turismo pedagógico, um dos ambientalistas diz que

O maior fragmento de cerrado está na beira da estrada assim. Dá para chegar fácil. É muito visível, sai em outro mundo. O legal é fazer um passeio de imersão da pessoa aqui na mata atlântica e depois vai para o cerrado, para ver a diferença, mostrar a diferença dos galhos e das folhas, a textura das folhas. As folhas lá são mais grossas, não é? A altura das árvores porque lá, o que acontece, como lá o solo é arenoso, a água percorre mais rápido. Ela vai para o fundo, aí essa é uma característica das árvores do cerrado. Elas são pequenas mas as raízes vão lá embaixo. A gente fazia isso na estação ecológica de Angatuba, é mais nítido até e a gente também explicava isso para os alunos, essa diferença da mata atlântica e do cerrado (A3).

Nesse sentido, um dos moradores relatou sobre a diversidade de espécies existentes destacando que o local

Tem muita coisa, dentre elas podemos encontrar lontras no rio, bugio, tem bastante ao longo do rio, um pouco mais abaixo, tem garças, tem alguns pássaros do tipo chupim, que é um passarinho que tem um canto muito bonito, tem biguá, martim pescador, às vezes você vê um curerê, tuiuiús. Tem bastante, é uma lista muito grande, mas está se acabando. Até capivara conseguimos ver as vezes, quati também. Quando fazemos passeio de barco dá pra ter esse contato com a natureza, além do pôr do sol que é lindo no rio. Não são todas as vezes que encontramos, todos os bichos, porque a natureza é assim mesmo, mas sempre vemos algum animal. Alguns lugares mais afastados você vê até jacaré. (M05)

Recentemente uma moradora registrou em vídeo um tamanduá bandeira cruzando a estrada de terra no Distrito de Salto, espécie em extinção, o que demonstra o potencial natural do local, sobretudo se tiver uma política de reflorestamento e preservação das espécies, juntamente com a contribuição do turismo ambiental no que se refere à conscientização, porém esse planejamento ainda é inexistente.

Nesse sentido, é recomendado para o local os apontamentos da Ana (2016) como a realização de ações de reflorestamento devido à baixa cobertura vegetal no entorno da Bacia do Paranapanema, além da criação de novas unidades de conservação para aumentar a preservação e controle ambiental sobre o uso e ocupação do solo. Também é fundamental a implantação de programas hidro ambientais, para a proteção de mananciais, conservação de solo e água, uso de novas tecnologias no setor agropecuário e serviço de pagamentos ambientais para compensação causados por degradação.

Nessa perspectiva, Tibúrcio (2021) sugere a implementação de corredores ecológicos na região para preservação da biodiversidade e modelos alternativos, para produções agrícolas sustentáveis, como preconizado pela EMBRAPA. Segundo Silva (2014), a diversidade de culturas aumenta a produtividade e recupera áreas degradadas e, conforme apontado por Bacca (2002), tem-se discutido há tempos a necessidade de implementação de corredores ecológicos

que interligam os parques e reservas naturais, porém é um grande desafio, visto a presença de grandes cidades e corredores humanos nesses espaços e intervalos entre os territórios.

Sobre a diversidade animal, uma senhora se recorda com nostalgia que “Quando íamos pescar, eu sempre via onça. Nós dormíamos no pangaio e quando saímos, vimos as pegadas. Quando pescava lá pra baixo eu via sempre pegada. Onça, lobo guará também” (M01).

Em relação às espécies de aves um dos entrevistados destacou que

Tem o jacu, jacutinga que eles falam, daí tem as espécies de passarinhos, tem a pomba, a rola, tem a pomba azulê que a gente chama. Uma espécie que está desaparecendo é o tiziu, tem a coleirinha também, o bigodinho que nós chamamos, o pintassilgo não está tendo muito mais. Tucano tem bastante, tem árvore que fica cheia. Tem outras espécies também, tem o azulão tem alguns, além de várias espécies que eu não sei nem o nome, que tem na beira do rio aí, de variedade de pássaros. Eu até falei para um dia para nós sairmos tirar foto da passarinhada que tem, tem muitas espécies.(M45)

Em relação à atividade de observação de pássaros (*birdwatching*), em ascensão no país, são os turistas que se deslocam com a motivação de registrar as espécies de aves, seja de forma fotográfica ou gravações dos cantos. Essas chamadas expedições, seja de cunho científico ou a lazer, possui ainda espaço para crescer no segmento do turismo ambiental, sendo notória a capacidade do município para receber esse tipo de atividade.

A observação de aves é uma nova forma de lazer e os praticantes são conhecidos como *birdwatchers*, além de atrair ornitólogos, biólogos e profissionais da área, atrai um público amante da natureza, que não necessariamente tem formação na área, mas se vê motivado em fazer os registros e identificação, além de desbravar os patrimônios naturais em busca de novas espécies e registros.

Segundo Youth (2000), Figueiredo (2007) e Craver (2009) a atividade surgiu na Europa e se difundiu para América do Norte. Por isso no Brasil, por muito tempo os principais praticantes eram estrangeiros. Porém, com o crescimento do ecoturismo essa atividade está cada vez mais presente, sobretudo pelo alcance midiático que as paisagens e os animais em ambientes naturais possuem. Atualmente existem eventos sobre o tema como o “Avistar” que discute esse tipo de turismo e se aprofunda sobre a observação de aves no Brasil.

Dentro desta perspectiva, de acordo com os autores acima, os destinos turísticos já perceberam o potencial de atração da atividade, além de ser um formato de baixo impacto e que gera conscientização nos participantes. Ilhabela é um desses locais e que vem se tornando referência no segmento e, a partir dessa visão, criaram um evento anual para esse nicho, denominado “*Ilhabela Bird Week*”, com programação durante uma semana, com

passarinhas, palestras, trilhas, painel de apresentação de trabalhos, além de oficinas de fotografia, oficinas artísticas e atividades focadas para o público infantil.

Outro evento que ocorre uma vez por ano é o chamado: *Global Big Day* (EBIRD, 2021), onde observadores de aves do mundo todo fazem registros e gera uma espécie de competição entre os países para ver o local que fez mais identificações. O evento atrai e tem uma grande participação das pessoas que se interessam por essa área, mas o verdadeiro objetivo é mobilizar os indivíduos pararem durante seu dia e observarem as aves, seu comportamento, sua beleza e através do compartilhamento dessa ciência colaborativa, contribuir para as pessoas entenderem sobre os ambientes naturais, se interessarem em buscar por informações e consequentemente conservarem. No ano de 2021, o evento contou com a participação de 51 mil pessoas de 192 países diferentes, o que demonstra o potencial desse segmento. (EBIRD, 2021)

Outra possibilidade ligada à observação de pássaros é a plataforma colaborativa *Wikiaves* onde as pessoas podem inserir seus registros fotográficos e de áudios referente aos pássaros, além de contar com a contribuição de pessoas para identificarem as espécies quando o usuário faz o registro, mas não sabe o nome, é uma plataforma que tem como objetivo compartilhar e difundir essa ciência cidadã. O município de Campina do Monte Alegre possui 166 espécies registradas, com 155 registros fotográficos e 87 registros sonoros (WIKIAVES, 2022).

No que se refere ao potencial da atividade, um dos ambientalistas contou sobre essa diversidade do local.

Daria para desenvolver a questão de observação de aves, é uma outra área do turismo. Aqui no meu terreno antigamente tinham 30 espécies identificadas, hoje tem 130 espécies de pássaros, com o reflorestamento. Ta pra vim cliente aqui catalogar as espécies, passar o dia inteiro catalogando. Tem muitos, vários tipos de saí, tiê, bico de pimenta, sabia tem vários tipos, periquito de dorso amarelo, tucano, gralha, todos os tipos de passarinho, azulzinho, mato grosso, coleirinha, vários tipos. E tem gente que tem interesse nisso. É muita gente que procura esse tipo de turismo. Não precisa viajar lá pro sertão da mata atlântica ver passarinho, você pode ter no seu quintal. É um refúgio (A1).

Quando mencionado o tema sobre sustentabilidade e responsabilidade ambiental atrelada ao turismo, surgiram algumas propostas da comunidade entrevistada. Uma das sugestões foram ações focadas na comunidade e nos turistas, como palestras e oficinas ambientais, de forma periódica com a comunidade local e com os visitantes que frequentam a cachoeira de forma mais sucinta, porém com uma abordagem sobre a importância de preservar o local e um breve histórico relacionado a parte cultural e ambiental do Rio Paranapanema, a fim de sensibilizar o visitante antes da atividade turística.

Nesse sentido, para Rodriguez (1997, p.55) a sustentabilidade pode ser definida como “[...] um atributo de uma entidade espaço-temporal em que se incorpora a relação sociedade-natureza. Implica na coexistência harmônica dos homens com seu meio mediante o equilíbrio do sistema”.

Outra necessidade destacada pelos entrevistados foi a importância de um orientador de visitantes, principalmente no feriado e final de semana. Esse profissional ficaria responsável por fazer o receptivo, divulgação do turismo na cidade, tirar dúvidas e realizar a sensibilização cultural e ambiental com o visitante no formato de palestra. Poderia ser uma estrutura similar a uma Central de Informação Turística, com potencial futuro de se tornar um *hub* para atividades culturais e difusão das atividades ambientais desenvolvidas no município.

Vale ressaltar que no Brasil a atividade de ecoturismo, foi utilizada por muitas agências como forma de vender o lazer em áreas naturais, porém o desenvolvimento da atividade é muito mais complexa e profunda, pois o modo que os profissionais do turismo se apropriaram dessa terminologia, sem o acompanhamento de atividade que fossem de fato educativas, trouxeram danos a estes ambientes, uma vez que a maioria das empresas que vendiam pacotes para a natureza não implementavam ações concretas, mas somente a distribuição de sacolas plásticas para recolhimento do lixo, faltando equipe especializada no segmento de turismo ecológico para realização de atividades sensibilizadoras e orientação dos participantes, causando rápida degradação do meio (XAVIER, 2002). Nesse sentido, segundo Magalhães (2002), por muito tempo o cliente esteve à frente do planejamento da atividade turística, não se preocupando com o ambiente e seus elementos vivos e fundamentais para sobrevivência e continuidade do turismo.

Para exemplificar essa sensibilização do visitante, uma das entrevistadas explica que acha

[...] que seria legal até mesmo explicar a época da piracema, que para nós é uma época muito importante, ter alguma coisa, como se fosse uma palestra mesmo, a pessoa mostrando mais sobre a piracema, sobre a história e transformação do rio, dos peixes, ensinando essas coisas, acho que seria bem importante. Acho que achariam interessante e chamaria bem atenção dos visitantes, pois eles saberiam entender mais do local que tão visitando (M17).

No que se refere a informações outro dos entrevistados coloca que

Poderia ter um painel com QR Code aqui, você pegar, ler o QR Code e aí aparece a história do rio. Não tem. Não precisa ter um monte de coisa, mas um marco, alguma coisa para contar: "Rio Paranapanema nasce na Serra do Paranapiacaba, percorre tantos quilômetros, deságua no Rio Paraná, é o rio mais preservado do estado", essas coisas. Não tem, não tem informação. Se quiser informação você tem que entrar na internet para ler, mas um turista chegar aqui, não tem informação, ele não vai

pesquisar. Todas as cidades turísticas que você vai, tem um ponto turístico, você chega naquele lugar tem alguma coisa que conta a história daquele lugar e aqui não tem nada (M35).

Nessa mesma linha de pensamento, um dos ambientalistas faz essa articulação entre cultura história e natureza, numa vez que

Aqui tem o conteúdo histórico também relacionado ao rio, por exemplo, o Teodoro Sampaio descreveu e mapeou todo o rio, pode ter um mural descritivo com informações históricas. O nome original da cachoeira que ninguém sabe, cachoeira dos Itaguaçu. Isso vira conteúdo para o turismo. Informação que não tem (A1).

Outra sugestão relacionada ao fomento das atividades turísticas foi apresentada por M17 quando diz que

O que talvez chamaria a atenção, principalmente de quem vem para a pesca é esse livrinho contando dos peixes que tem aqui no rio. Se tivesse como uma exposição, com várias coisas para mostrar, livrinho, tipo a música mesmo que tem do rio Paranapanema, essas coisas ficariam bem legais. Tipo um ponto assim que o turista venha, olhe, como se fosse um museu. Por exemplo, aqui no bairro até as ruas tem nome de peixe, então é bem presente essa cultura aqui, seria legal compartilhar com o turista, ficaria muito legal a prefeitura fazer uma coisa assim no turismo. Algo que os outros passem, chame a atenção: “vamos lá para ver” (M17).

Essas sugestões apresentadas demonstram a importância da participação da comunidade local durante o planejamento turístico, pois além de abranger diversos olhares, trazem ideias criativas e ações inovadoras, promovem pertencimento e envolvimento com os temas relacionados ao turismo.

Vale destacar que normalmente os moradores desejam os benefícios do turismo, porém não o compreendem em sua totalidade, não participam do processo de planejamento, seja por falta de interesse ou por falta de mobilização dos setores responsáveis, não havendo, portanto, uma mudança comportamental da população para alcançar a preservação do ambiente e colher os frutos positivos do turismo (MAGALHÃES, 2002).

Quando questionado sobre como o morador percebe o perfil do visitante e suas motivações, algumas falas abaixo apontam a questão.

Ainda é a pesca, porque apesar de tudo que o rio sofre, ainda tem peixe aqui. Tem peixes esportivos, piapara por exemplo, reapareceram algumas espécies também que a muito tempo não via que é o pacu. E a tranquilidade que ainda tem, como eu falei, aumentou o número de pessoas, mas ainda tem essa tranquilidade aqui no Salto, eu acho que esse é o principal ponto, pesca, a beleza do rio em si, não é? Que ainda tem uma certa preservação. (M10)

Antes bastante gente vinha para pescar, para levar peixe, não é, porque o peixe era bastante peixe mesmo, hoje já está pouco, já diminuiu bastante. Eu mesmo gostava, quando dava essa hora eu podia estar pescando. Se você ia na cachoeira há uns 30

anos atrás ia ali na cachoeira já saía com peixe. Eu mesmo trabalho em beira de rio, eu ia lá na beira do rio, chegava lá, eu lembro, acho que não dava dez minutos pegava piapara desse tamanho. Hoje você não pega. E morreu muito peixe. Morreu, teve uns pares de invernos que morreu muito peixe. E o meu pai que tem 83 anos nunca viu isso aí. Meu pai era profissional. O turismo mais nosso aqui para quem gosta de pescar, não é? (M41)

De acordo com um dos entrevistados “[...] o gosto do povo é vir pescar, andar de barco, passeio de barco, a maioria que vem para cá é pescar” (M21). Um outro morador complementa dizendo que “Alguns vem pescar, alguns querem passear de barco, mas a maioria vem pegar seus lambarizinhos lá na beira do rio” (M44). Um outro morador ainda destacou que “Tem pessoas que vêm para conhecer a piracema” (M05).

A implantação da piracema (Figura 25) foi realizada devido às ameaças ambientais e a prática predatória que havia no período de reprodução, havendo grande impactos ao meio ambiente. Assim, sua implementação visa proteger as espécies de peixe durante o período de maturidade sexual, reprodução e desova, possibilitando às espécies a busca por locais mais adequados para conseguirem se alimentar e desovar. Portanto, neste período é proibido pesca profissional, sendo somente autorizada por lei a pesca de subsistência por comunidades tradicionais, com a utilização de caniço simples ou vara com molinete, limitada em lei a quantidade de peixes e o tamanho permitido da captura, além dos pescadores precisarem comprovar sua licença para pesca (LEIRA et al, 2018).

Figura 25 - Período de piracema



Fonte: Daniel Rodrigues (2021)

Essas são imagens registradas na cachoeira do Salto, no período de piracema e, nessa época é comum os peixes menores pularem, conhecidos popularmente como “piquirá”, instante em que as aves ficam atentas, pois é um momento de fartura para elas. Porém, há anos que esse processo mudou e a quantidade de piquiras reduziu, como apontado pelos moradores nas entrevistas, com a paisagem diferente, inclusive no restaurante não são mais servidas as porções de piquira, prato comum há 10 anos atrás. Nesta época as crianças ficavam brincando com os peixes pulando e a partir desse contato sentiam e aprendiam sobre a natureza, além de ficarem fascinadas com a quantidade de peixes, que era possível pegar até mesmo na mão e depois soltá-los.

Outra questão importante em relação ao período de pesca é a influência desta época também nos fluxos turísticos do município. De acordo com um dos moradores:

Quando abre a pesca, vem bastante gente final de semana, mesmo que não pesque nada, mas o pessoal vem. Pescaria é bom, independente se está pegando ou não. Mas é mais pescador mesmo. Na época da piracema tem menos, você vê que muda bastante quem frequenta. Pessoal que vem bastante, vem todo final de semana para pescar, e fechou a pesca, some. Dificilmente vem, ou vem em um período mais longo. Mas sempre tem gente, sempre tem bastante gente (M02).

Antes era tanto a beleza natural do rio e a pescaria que atraia as pessoas. Antigamente, não fechava a pesca, não tinha essa lei ambiental que fecha a pesca durante a reprodução dos peixes. Agora o pessoal não vem tanto por pescaria, tanto é que no inverno, por exemplo, não pega muito peixe e vem gente. Mas a principal motivação é o sossego mesmo, a paisagem, você dar uma volta de barco, olhar a cachoeira, a natureza em si (M33).

A legislação que legitimou a pesca fechada no período de reprodução foi uma ferramenta importante no que diz respeito a preservação das espécies, pois anteriormente não havia esse período de pausa, havendo grandes consequências ambientais, pois os peixes que estavam em época de reprodução eram capturados afetando assim a cadeia reprodutiva, pois poucos indivíduos chegavam a fase adulta.

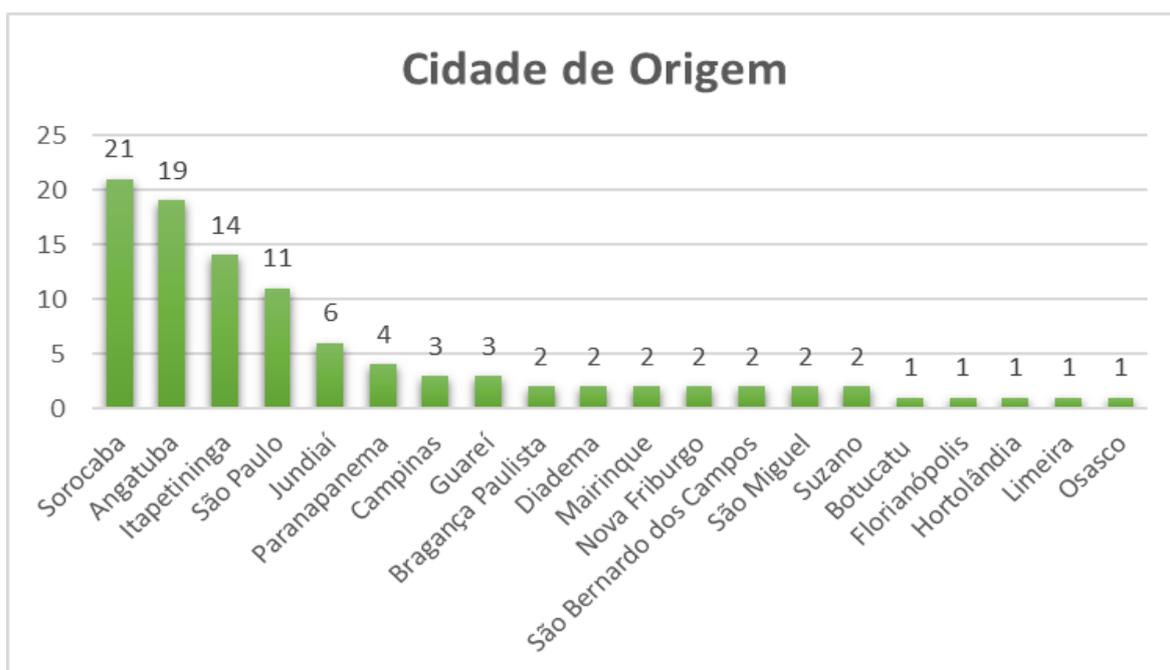
Após abordar a visão da comunidade local sobre os aspectos turísticos do município e o perfil do turista que frequenta Campina do Monte Alegre, no próximo bloco será abordado o perfil do turista que frequenta a cachoeira do Salto do Paranapanema, que segundo a população local, são pessoas que estão desfrutando lazer em família.

5.2.2 Perfil do turista que frequenta a cachoeira do Salto do Paranapanema

Em seguida serão apresentados os dados referentes ao perfil do turista que, além de compreender sua relação com o Rio Paranapanema. Primeiramente serão expostos os dados quantitativos em formato de gráficos e na sequência os dados quantitativos acompanhados dos dados qualitativos, a fim de dar mais profundidade ao tema.

Nesse sentido, abaixo será explanado as principais cidades emissoras referente aos turistas que frequentam a cachoeira do Salto do Paranapanema:

Gráfico 3 - Cidade de origem turistas



Fonte: Autora (2022)

Pode-se afirmar diante dos dados apresentados, que o turismo que ocorre no município, é um turismo regional, com destaque para cidades de Itapetininga e Angatuba que fazem limite com Campina do Monte Alegre. No entanto, há presença também de cidades mais distantes, como Sorocaba, São Paulo e Jundiaí, o que provavelmente está relacionado com as casas de segunda residência, pois de acordo com os moradores entrevistados que trabalham nos ranchos, a maioria dos donos de ranchos moram nas cidades mencionadas.

Abaixo será apresentado o grau de escolaridade dos entrevistados:

Gráfico 4 - Grau de escolaridade turistas

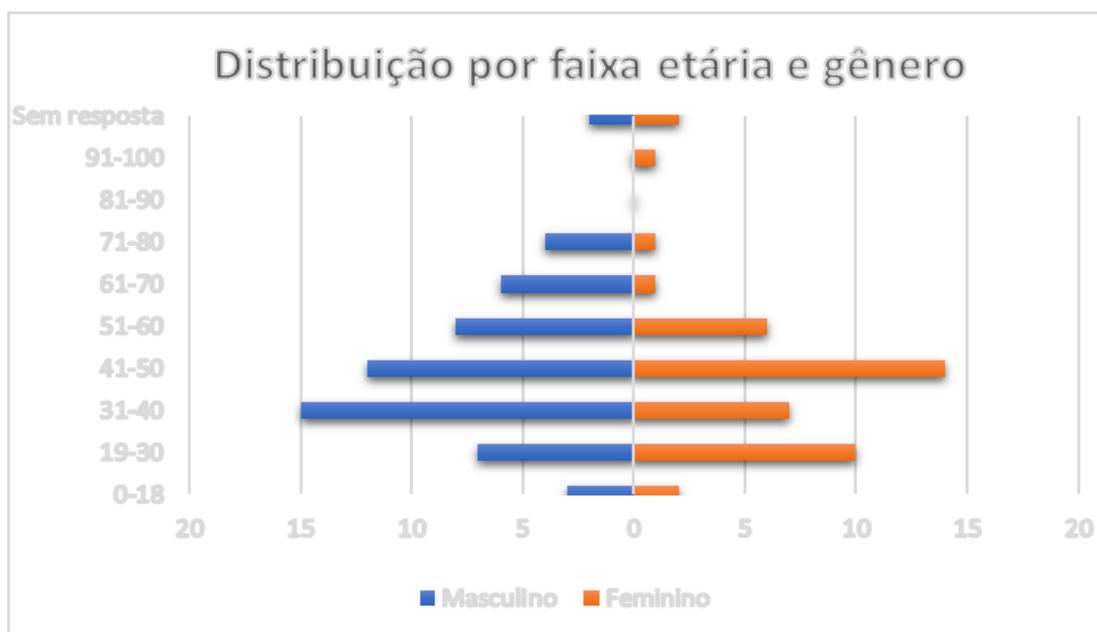


Fonte: Autora (2022)

De acordo com os dados apresentados, pode-se afirmar que o grau de escolaridade é consideravelmente elevado, pois a maioria concluiu o ensino médio e outra parcela finalizou o ensino superior, além de 8 pessoas cursando ensino superior ou pós-graduação e 5 com pós-graduação concluída. No que se refere a profissão, esse foi um dado diversificado, surgiram 53 profissões diferentes, sendo as mais recorrentes: aposentado, estudante, enfermeiro, funcionário público, mecânico, pedagogo e vendedor.

Em seguida será apresentada a distribuição por faixa e gênero dos entrevistados:

Gráfico 5 - Faixa etária e gênero turistas

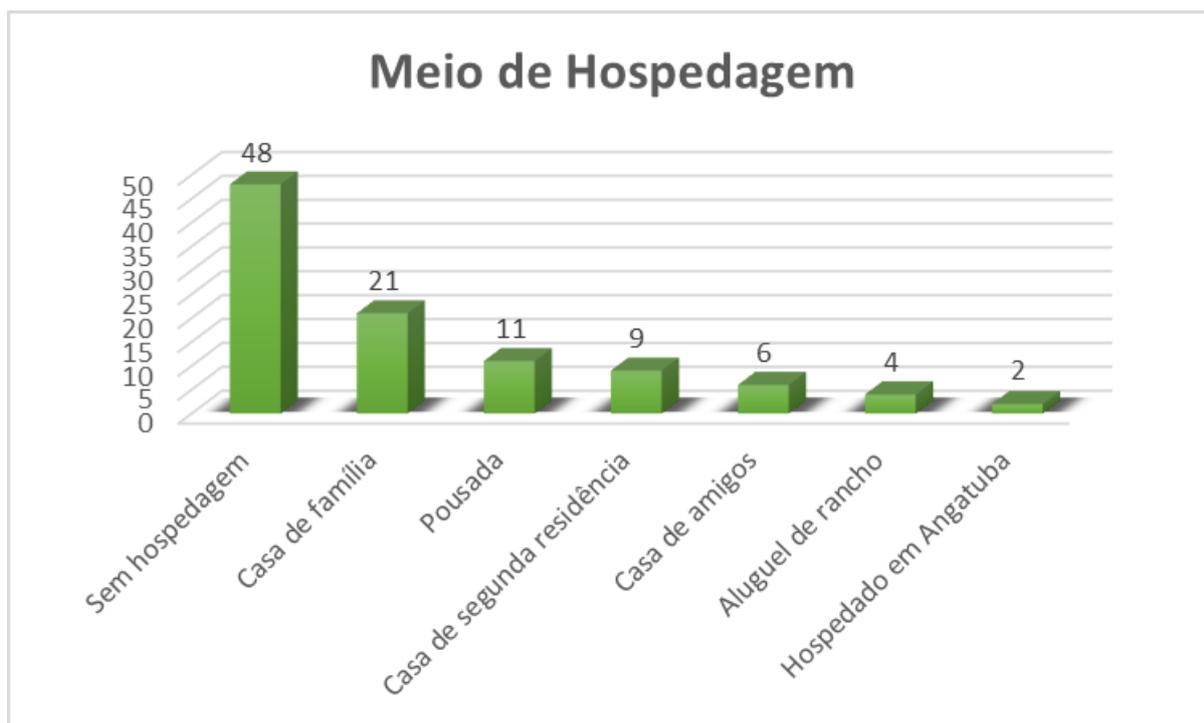


Fonte: Autora (2022)

Nota-se um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres entrevistados e a faixa etária predominante, é dos 31 anos a 50 anos. De acordo com os entrevistados, 100% se deslocaram para o município de carro, 16,8% estavam acompanhados de amigos e 82,1% acompanhados da família.

O próximo tema abordado será o meio de hospedagem utilizado pelos turistas entrevistados e tempo de permanência no município:

Gráfico 6 - Meio de hospedagem



Fonte: Autora (2022)

Gráfico 7- Tempo de permanência no município



Fonte: Autora (2022)

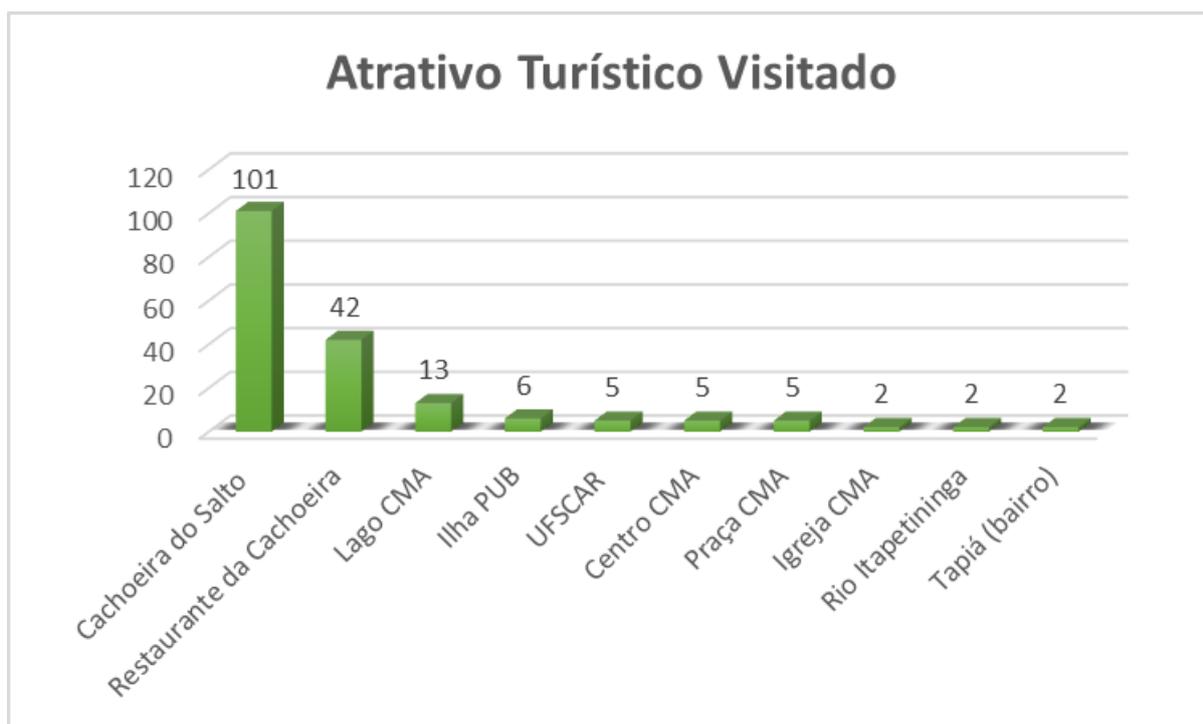
Os dois gráficos acima, se relacionam, pois o fato dos turistas estarem de passagem no município, faz com que não utilizem meios de hospedagem. Compreende-se de acordo com os dados apresentados, que atualmente o principal perfil de turista é o que se desloca até o local para lazer e mora na região, possuindo fácil acesso e considera o atrativo uma opção agradável para passear em família e fugir da rotina aos finais de semana e feriados. Já os turistas que ficam entre 2 a 7 dias no município, o principal meio de hospedagem utilizado foi: casa de família ou amigos, pousada e casa de segunda residência. Nota-se, portanto, que a principal frente de deslocamento além do lazer, é o núcleo familiar, sendo assim, entende-se que o principal indutor ainda não é o turismo ambiental, pois ele não está estruturado, desse modo, o município os fluxos turísticos são dependentes dos feriados e datas comemorativos, pois há uma baixa oferta turística.

Nesse sentido, compreende-se que o perfil dos frequentadores do atrativo Cachoeira do Salto ocorre pela presença de turistas e visitantes. O primeiro pode ser caracterizado pelos indivíduos que pernoitam por pelo menos um dia no local, já o segundo pode ser entendido como visitante de um dia ou excursionista. Já o ecoturista, que é um perfil de visitante que o local tem potencial para também alcançar e transformar aqueles que já frequentam o espaço, se caracteriza por possuir consciência ambiental, busca por experiências únicas, integração com a comunidade local e contribuir com o desenvolvimento da região de forma ativa, através da preservação natural e cultural. (MENÊZES e CORIOLANO, 2002)

Alguns locais que detêm recursos naturais e culturais, vêm sendo explorados pela atividade turística de forma improdutiva, esse modelo de consumo traz degradação ao espaço e descaracterização, assim, esses locais são exclusivamente vistos como mercadorias (MAGALHÃES, 2002). Pensando nas características que o turismo na cachoeira do Salto se desenvolve atualmente, pode-se dizer que se enquadra nesse formato improdutivo, pois não há uma conexão real entre o visitante e o Rio Paranapanema, a maioria se desloca para fins de diversão e alimentação. É extremamente positivo o fato de o recurso natural possibilitar lazer e descanso para os frequentadores, porém o que é importante frisar, é que se tratando de turismo, a atividade ainda está desconectada dos preceitos sustentáveis, um turismo limitado, que não gera consciência ambiental e não sensibiliza profundamente os sujeitos participantes.

A diante será apresentado os principais atrativos turísticos visitados durante o tempo de permanência do turista no município:

Gráfico 8 - Atrativos turísticos visitados



Fonte: Autora (2022)

É notório, de acordo com os dados, que o principal atrativo turístico da cidade é a Cachoeira do Salto do Paranapanema e o restaurante complementa a atratividade do local. Vale destacar que mesmo o município sendo rico em recursos hídricos não foram citados outros trechos do Rio Paranapanema, como o paredão, que é um atrativo do rio, ou o encontro dos Rios Itapetininga e Paranapanema, ficando evidente a falta de divulgação e planejamento turístico e ambiental da atividade, assim sendo, o fluxo ocorre de forma espontânea de acordo com a vontade dos sujeitos em praticarem lazer.

Vale ressaltar que as regiões banhadas por águas, podem ser beneficiadas com o turismo, pois já há uma demanda natural, contudo, deve ser pautado no planejamento e programas focados no monitoramento e preservação dos ecossistemas aquáticos, para que não sejam degradados devido ao uso para o lazer e demais atividades. É o caso do turismo na região do reservatório de Furnas, conhecido popularmente como o “Mar de Minas”, composto por 34 municípios que atuam de forma integrada através do circuito Turístico Lago de Furnas, variando as atividades oferecidas aos visitantes e contribuindo com que o visitante fique por mais tempo na localidade, através do esporte náutico, pesca recreativa e gastronomia mineira. (GRANADO, 2019)

O lago, localizado na área urbana do município de Campina do Monte Alegre também foi citado, local onde ocorre o torneio de pesca (Campesca) e possui um restaurante em frente e uma pista de caminhada. No local é comum ver pescadores. O Ilha Pub é um bar e lanchonete, frequentado sobretudo pelos jovens.

Dos 101 turistas entrevistados, 25 (24,7%) se deslocaram para o município com motivação principal de visitar familiares ou amigos, 6 (5,9%) estavam a trabalho na região e pararam em Salto para almoçar e visitar a cachoeira e os 70 (69,3%) turistas restantes disseram que o principal motivo da viagem foi o lazer. Quando perguntado sobre a motivação relacionada ao atrativo turístico da cachoeira, o principal fator destacado foi o contato com a natureza e a tranquilidade, pois o local proporciona fuga do cotidiano, sobretudo do centro urbano, portanto, segundo os entrevistados o atrativo é considerado um refúgio ecológico e ambiente que emana paz. O restaurante e a pesca também foram citados com frequência, desse modo compreende-se que, natureza (40,5%), descanso/relaxamento (18,8%), lazer (15,8%), pesca (12,8%) e restaurante (11,8%) são os principais indutores do turismo no local.

Um ponto a se destacar é a frequência que os termos, “desestressar”, “relaxar”, “fugir do centro urbano”, “esvaziar a mente”, “alívio”, “desconectar” aparecem nas entrevistas. Percebe-se uma sociedade cansada dos padrões e estilo de vida atual, pautado no trabalho, onde o tempo de lazer é reduzido se comparado a jornada laboral, e devido a essa sobrecarga que causa diversos problemas na saúde física e emocional dos sujeitos, desse modo, a natureza é vista como curativa, capaz de recuperar as energias dos indivíduos, consumidas pelas cidades. Nesse sentido, segue um dos relatos de uma turista entrevistada:

Na verdade, eu vim para tirar um tempo assim, sabe? Aqui é um lugar muito calmo, passa muita tranquilidade. Eu estava precisando por conta da exaustão emocional. Então, aqui é um lugar excepcional para isso, entendeu? É a minha opinião. É uma sensação, uma paisagem que é satisfatória, não tem isso na cidade. Então, você vem para cá e, querendo ou não, eu acho que é um dos lugares, um dos pontos aqui que te dá mais tranquilidade, a natureza. Hoje já vi os passarinhos tomando banho na poça d'água, então, assim, eu me sinto melhor na natureza. É um lugar muito preservado para mim a meu ver, assim, sabe? É bem sítio, bem natureza, bem acolhedor (T80).

Esse relato, não é um depoimento isolado, pois durante o trabalho houve outras falas semelhantes apresentadas tanto por moradores, quanto turistas, que mencionaram o desgaste mental, como problemas de saúde relacionados à ansiedade, crise de pânico e depressão, e muitos destacaram que procuram o meio natural e a tranquilidade de Salto para descansar e se recuperar. Essas enfermidades são um dos reflexos e sintomas da sociedade do cansaço que estamos imersos, como apontado por HAN, Byung-Chul (2015). De acordo com o autor, esses problemas psíquicos se relacionam diretamente com o modo que o capitalismo contemporâneo

opera, pautado na produtividade, positividade em excesso, metas sem limites e cobrança por alto desempenho constante no ambiente de trabalho, o que vem causando crise e esgotamento dos sujeitos, uma doença silenciosa e coletiva do século XXII.

Para Marcellino (2007), o lazer passou a assumir funções terapêuticas, devido aos desequilíbrios existentes na sociedade contemporânea, assim, o lazer saudável cresceu significativamente. Nesse sentido, Louv (2018), olha para a natureza como um antídoto, que traz benefícios aos seres humanos, como redução da carga de estresse, melhoria da saúde física, aprofunda a espiritualidade, possibilita mais criatividade e proporciona um espírito lúdico. Essas são recompensas que dialogam com as falas dos entrevistados e sentimentos percebidos, sendo até mesmo a motivação das viagens.

O turismo ao longo do tempo passou a ser visto e vendido como um paraíso e um “remédio” para problemas físicos e psicológicos, utilizando-se dos preceitos da tranquilidade e descaso encontrados principalmente em pequenas cidades, vilarejos e comunidades tradicionais, o que gera descaracterização das comunidades e mudança na qualidade de vida dos mesmos, por isso, essa linha entre turismo e recuperação da saúde através do contato com a natureza deve ser vista de forma cautelosa, por mais que de fato traga benefícios aos sujeitos, pois deve respeitar a capacidade de carga do destino e comunidade local (MAGALHÃES, 2002).

Uma parcela considerável dos turistas também mencionou a nostalgia relacionada ao local, pois muitos frequentam o espaço a anos ou tiveram parte da infância em contato com o Rio Paranapanema, sendo assim, o contato com a cachoeira, além de proporcionar relaxamento, evoca boas memórias, que gostam de relembrar e transmitir para as novas gerações da família, ressaltando o valor da natureza para os indivíduos.

No que se refere às atividades realizadas na cachoeira e no Rio Paranapanema, apenas um turista (0,99) destacou ter realizado passeio de bote, saindo da ponte de Campina do Monte Alegre até chegar à cachoeira, com acompanhamento de guias especializados. Nota-se, portanto, que mesmo havendo a possibilidade, pois há uma empresa de Angatuba que opera passeios ecológicos e de aventura no Distrito de Salto, ainda é pouco difundido e os turistas desconhecem a oferta. Portanto, os demais entrevistados praticaram exclusivamente a contemplação da paisagem (86,1%) e atividade de pesca (12,8%).

Devido a baixa variedade de atividades oferecidas no principal atrativo turístico da cidade, foi perguntado aos entrevistados quais atividades ecológicas gostariam de ter participado no local. Essa foi uma pergunta aberta, para não influenciar nas sugestões dos entrevistados, segue abaixo as principais atividades sugeridas:

Quadro 2 - Sugestões de turistas referente às possibilidades turísticas

Atividades ecológicas propostas	%
Passeio de barco	41,5
Jangada	0,99
Pesca esportiva	7,9
Caiaque	5,9
Turismo rural	0,99
Passeio a cavalo	2,9
Programa de educação ambiental	1,9
Observação de fauna e flora	11,8
Oficina de fotografia da natureza	0,99
Encontro de leitura	0,99
Trilhas	15,8
Boia-Cross	2,9
Rafting	2,9
Tirolesa	3,9
Eventos culturais (abordando história do rio e cultura local)	2,9
Roda de conversa	0,99
Trabalhos terapêuticos	1,9
Palestras	4,9
Mergulho	1,9

Fonte: Autora (2022).

Dessa forma, nota-se que as sugestões que aparecem com mais frequência são, passeio de barco, trilhas e observação de fauna e flora, respectivamente.

Os entrevistados destacaram que o formato atual, por mais que seja positivo, pois a vista panorâmica do rio e da cachoeira são as principais atrações, consideram que poderia haver uma diversidade de atividades que estejam alinhadas com os preceitos ambientais, até mesmo para contribuir com a conscientização do visitante e com a preservação da natureza. Uma das entrevistadas discorre: “A gente não tem muito acesso, conseguimos ver o rio, mas não conseguimos participar dele. Então, poderia ter coisas que facilitem a interação com o lugar” (T53).

Outro ponto colocado, foi o interesse em saber mais informações sobre a história do rio, das espécies nativas e da cultura local, ressaltando a importância de um guia de turismo para realizar a mediação e acompanhamento dos visitantes. Em relação a uma atividade mais lúdica uma turista comenta:

Eu acho que pessoas que gostam muito de tirar foto, acho que dá para fazer fotos maravilhosas da fauna e flora aqui e até um momento de relaxamento, de reflexão. É muito tranquilo esse barulhinho. Eu olharia por esse lado. Seria incrível se tivesse essa oportunidade de ter esse guia que pudesse contar um pouquinho da história, pudesse levar para conhecer. Aqui é lindo demais (T81).

Ainda nesse contexto, outro turista complementa:

Aqui tem um vasto ambiente para ser explorado em questão de lazer e ação cultural. Um guia de exploração da cidade, mostrando realmente como foi fundada, contando a história, onde nasce o rio, onde acaba, de onde vem, falando curiosidade das espécies nativas. Acho que é interessante e gera conhecimento e aproximação (T47).

Nesse sentido, acerca do potencial para observação da fauna e flora, outro turista aponta:

Se tivesse um profissional para acompanhar, falar sobre as espécies, seria um conhecimento a mais que a gente teria. Ia ser uma aprendizagem, é uma aula prática. Como, por exemplo, saber como um animal vive, o que ele come, ou como o tempo que ele reproduz. Ia sair daqui com muito mais conteúdo, não é? Aqui a gente vê o animal, mas não aprende sobre ele, e aí se tivesse alguém para explicar quando a gente viesse, era bom. E isso ajuda na preservação, porque a pessoa vai ter um interesse de cuidar. E aí vendo a natureza, acompanhando, tendo detalhes, então ela vai criar um amor maior, vai ser impactada (T1).

Como mencionado ao longo do trabalho, é notório a vocação do município para o desenvolvimento do turismo ambiental, e o trabalho de campo, que entrevistou turistas e moradores, reforça ainda mais esse potencial para possibilidade e estruturação futura da atividade, sendo necessário para consolidação, uma parceria entre o setor público, privado e sociedade civil.

Em relação às atividades apresentadas no quadro, destaque para fala de uma entrevistada que sugeriu atividades como: leitura, rodas de conversas e atividades terapêuticas, diante da abundância natural do local, que proporciona maior reflexão e contato com o “eu-interior”.

[...] poderia ter bastante encontro de leitura, sabe, porque eu acho que esses ambientes assim calmos tiram você daquele estresse da cidade, parece que você se reconhece pessoalmente, no consciente e na mente. Ter tempo para leitura e debates, pode contribuir com esse valor ambiental, além de dar tempo para a gente se reconhecer. Turisticamente falando, você pode fazer trabalhos terapêuticos, de forma holística, trabalhando o corpo e a mente, então eu acho que isso é bem agregado a esse tipo de espaço. O turismo também varia em cultural e psicológico, emocional e místico, acredito que gere valor ao local, diversifica as opções de atividades e pode ajudar na relação das pessoas com a natureza (T58).

Essa é uma abordagem interessante, pois essas atividades têm a possibilidade de agir internamente com os sujeitos que frequentam o local, e contribuir a partir da sensibilização com a consciência ecológica a longo prazo, a partir da reflexão, informação em conjunto com

atividades terapêuticas e lúdicas, como o trabalho realizado por Oliveira (2010) com crianças ilustrado no início da pesquisa.

De acordo com o exposto acima, a educação ambiental proporciona uma nova maneira de interpretar a natureza a realidade e a si próprio, porém ainda carece de metodologias amplas e libertadoras. Um desses momentos, em que é possível criar essa visão de mundo, ocorre durante as viagens, onde os patrimônios naturais e culturais estão preservados, pois ao fugir da rotina e cotidiano, os viajantes entrem em contato com novas realidades, ficam instigados com as novas descobertas e conseqüentemente gera reflexões e indagações sobre seu próprio estilo de vida, valores e conceitos. Porém, mesmo diante dessas oportunidades, de atrelar turismo e conscientização, as empresas tradicionais não seguem por essa perspectiva e não aproveitam o que as viagens podem oferecer aos sujeitos e a sociedade (FARIA; GARCIA, 2002).

Um exemplo é o projeto da ONG Pysis que trabalha com os medos, emoções, inseguranças, limitações e descobertas a partir das viagens e experiências lúdicas e sensíveis no Vale do Ribeira com grupos escolares. O trabalho é realizado através da relação entre sujeitos e natureza nos percursos, trilhas e caminhadas nas cavernas, florestas e cachoeiras, aprofundando o relacionamento humano, a solidariedade e colaboração entre os participantes, que também sentem e percebem elementos da natureza que normalmente não estamos em contato, como experimentar a completa escuridão dentro de uma caverna, perceber o silêncio absoluto, pensar nos modos de vida dos pequenos e minúsculos animais. Essas atividades são conduzidas por guias de turismo, monitores ambientais que precisam ter sensibilidade interna e perceber cada indivíduo e o comportamento do grupo, para conduzir a experiência da melhor forma, pois muitas vezes são pessoas extremamente urbanas e isso produz fortes lembranças e momentos únicos, que poderão transformar a percepção de cada participante, pois através da superação e novas descobertas é possível reatar e recuperar essa relação perdida ou até mesmo inexistente com a natureza, pois atividades como essa abrem espaços para reflexão (FARIA; GARCIA, 2002).

As atividades de educação ambiental podem utilizar diversas linguagens, como: música, poema, textos, atividades lúdicas, vivências artísticas que visem ressignificar a relação com o meio ambiente e refletir sobre os problemas ambientais e soluções possíveis (FARIA; GARCIA, 2002).

Desse modo, compreende-se que uma agenda cultural pautada na educação ambiental idealizada pela Prefeitura, com ações culturais e de lazer no espaço seria agregador para o turista e para comunidade local, com implementação de debates sobre o meio ambiente, palestras, oficinas artísticas, concursos de fotos, sarau, exposição sobre a cultura local, roda de

conversa, caminhadas na mata, observação de aves, observação do céu, terapias integrativas, dentre outras opções, pois são atividades que fortalecem e alicerçam ecoturismo, pois o turismo ambiental não se trata apenas de passeios na natureza.

Atividades de aventura, como, canoagem, boia-cross, tirolesa também foram mencionados, no entanto essa é uma iniciativa que interessa mais ao setor privado, mas que tem potencial para implementação e necessita de estudos relacionados à segurança e aos impactos ambientais. Atualmente uma empresa de Angatuba realiza atividade de caiaque e stand-up ao longo do Rio Paranapanema, atrelado a educação ambiental, porém não é divulgado, as pessoas ficam sabendo informalmente, através de conhecidos que já realizaram a atividade.

No que se refere a atividade de aventura, um dos ambientalistas destaca:

Poderia ter mergulho. Para ver nem que seja o fundo da água, as pedras, mas a água ali é tão transparente, tão cristalina, que é maravilhoso para quem gosta de mergulhar. Esportes radicais, nós também não temos, que é descer as corredeiras. Ainda não fazemos esse tipo de esportes, eu não conheço quem faça. Mas poderíamos também estar colocando. Nós temos várias corredeiras maravilhosas aqui para fazer essa atividade. Então tem muito ainda o que fazer na Campininha. Mas beleza natural não falta. Falta dar os cursos, e profissionalizar as pessoas que possam levar, para não ter o perigo. Mas eu acho que para turismo, nós estamos prontos. Só falta trabalhar um pouquinho, nós temos muito trabalho aí para trazer turista, muita coisa para fazer. Eu acho que primeiro nós temos que formar os profissionais. Primeiro isso, trazer os cursos, e formar esses profissionais, tanto pilotos, habilitar (A2).

Na sequência foi questionado sobre as condições de uso do atrativo, os entrevistados destacaram pontos de melhoria, conforme apontado abaixo:

Quadro 3 - Melhorias e infraestrutura

Sugestão de melhorias	%
Placas de conscientização ambiental	26,7
Pier para barco	0,99
Lixeiras	5,9
Fiscalização	11,8
Divulgação	8,9
Sinalização turística na estrada	3,9
Funcionário para limpeza	2,9
Monitores ambientais	10,8
Atividade/parquinho infantil	12,8
Acessibilidade	4,9
Salva-vidas	7,9
Área para cultura (venda de artesanato)	0,99
Guias de turismo	2,9

Fonte: Autora (2022).

Segundo os dados apresentados, as placas (26,7%), atividades infantis (12,8%), fiscalização (11,8%) e monitores ambientais (10,8%) foram os itens mais mencionados pelos entrevistados. A sinalização nas estradas também foi comentada, e é importante de destacar, pois mesmo o local sendo o principal atrativo da cidade não há indicação de como chegar até a cachoeira, sendo assim, os turistas muitas vezes precisam perguntar aos moradores locais. Atualmente a Cachoeira de Salto possui apenas essa placa informativa e esse conjunto de lixeiras:

Figura 26 - Sinalização e lixeira seletiva



Fonte: Autora (2022)

Nesse sentido, um dos ambientalistas discorre sobre esse aspecto:

No Saltinho, eu nunca entendi o porquê. Até já demos a ideia, mas você pode ter ali por exemplo, um monte de placas ensinando as espécies de aves que tem naquela ilha. Todo mundo vai lá e vê que tem o socó, tem a garça branca. Tem o biguá. Tem várias espécies de aves. Mas ninguém sabe qual é. Se você já tem uma placa explicando o que tem de ave, quais os peixes que têm no rio. Tem estudo para falar. E no meio dessas placas você já põe lá. Não jogue lixo. Você coloca algumas informações também relacionadas à preservação. Porque é aquela coisa, ninguém respeita o que não conhece (A3).

De acordo com as entrevistas realizadas com membros das ONGs locais, a parceria com o setor público muitas vezes não é finalizada, pois enxergam as atividades das organizações sociais como apenas voluntariado, não compreendem que necessitam de investimentos para o desenvolvimento dos projetos, sendo assim, o setor público não prioriza gastos/investimentos com as demandas ambientais e portanto, as ONGs não conseguem dar continuidade aos trabalhos, pois sem recurso, de forma totalmente gratuita não é possível colocá-los em prática, pois existem custos por trás dos projetos. O entrevistado aponta:

Então, aí que é a falta do trabalho de base. A nossa proposta aqui é trabalhar a educação ambiental. Então, a gente apresentou para a prefeitura, projetos para levar os alunos para conhecer uma nascente onde a SABESP capta água. Como é feito o tratamento da água da SABESP. Para onde vai a distribuição. Porque é importante. As crianças não sabem de onde vem a água que eles bebem. Ninguém sabe. A gente apresentou um projeto para trazer eles para conhecer, não só o geossítio, mas os outros pontos paleontológicos, geológicos. A gente apresentou um para falar sobre a reciclagem e a importância de separar o lixo. Levar os alunos para conhecer o trabalho da cooperativa de reciclagem. Para conhecer o aterro sanitário. Mas eles querem que a gente faça de graça, mas daí de graça eu já tenho a minha cota também de voluntariado que já está cheia. Não é? (A3).

É inadiável a preservação da água doce ainda disponível no planeta. Segundo Castagnoli (2012) é preciso ações integradas para redução dos impactos, implementando sistema de saneamento adequado, educação ambiental, fiscalização e mecanismo para preservação ambiental. Já a comunidade local pode contribuir e participar desse processo, seja na reciclagem, despejo correto dos esgotos, uso racional da água e defesa da natureza, visualizando a construção de uma sociedade sustentável.

Na Noruega as escolas adotaram como pátio das escolas os ranchos e quintas das fazendas, estimulando a cultura do cultivo, onde é ensinado sobre a origem dos alimentos e o que os alimentos proporcionam de benefícios a saúde humana, através de atividades práticas e divertidas (LOUV, 2018). O Distrito de Salto é uma zona rural, com a presença de diversos sítios e ranchos, essa é uma alternativa que seria fácil de ser implementada (LOUV, 2018).

Entende-se de acordo com a fala acima, que existe iniciativa e vontade por parte da sociedade civil, no entanto não há presença do Estado como protagonista nas questões ambientais, sendo urgente essa movimentação, pois para desenvolver uma atividade pautada nos preceitos ecológicos é necessário uma política de estado, que seja macro e direcione os estados e municípios, uma vez que atualmente o meio ambiente está desvinculado aos diversos setores da sociedade, dentre eles o turismo, ficando dependente da vontade dos gestores e equipe ter esse olhar, o que na prática não ocorre. Vale frisar que em entrevista com o Secretário de Turismo, ele mencionou a importância das ONGs da região e que o COMTUR está iniciando

um trabalho, a partir da integração dos ambientalistas no conselho, porém, ainda é uma ação muito pontual e inicial, a participação no conselho deve ser uma premissa.

A segurança no local também demonstrou ser uma preocupação, pois atualmente a cachoeira não possui um salva-vidas, mesmo já havendo muito histórico de afogamento, esse profissional é fundamental para estruturação e segurança dos visitantes e moradores, assim como um profissional de limpeza.

A divulgação também foi mencionada, pois de acordo com a experiência dos visitantes, o município ainda carece de um portal estruturado que divulgue os principais pontos turísticos da cidade e lista de comércios com horário de funcionamento, para melhor orientação dos turistas.

Um dos tópicos citados foi a acessibilidade, que ainda se encontra fora das normas da ABNT. Durante o trabalho de campo, um cadeirante foi entrevistado e mencionou sobre as melhorias possíveis. O mesmo cenário se deu com entrevistados mais velhos com algum tipo de mobilidade reduzida. Seria ideal melhorar as rampas de acesso pelo espaço, para maior autonomia dos sujeitos e implementar as cadeiras adaptadas para entrar no rio, como é feito em algumas cidades turísticas que tem como objeto turístico rios e mares, sendo a cidade de Socorro, localizada no circuito das águas paulistas, um dos exemplos de turismo acessível no país.

As imagens abaixo demonstram a necessidade de adaptação do local, pois tanto a rampa que os barcos acessam o rio e que as pessoas circulam, quanto o acesso ao mirante não é possível que a pessoa com mobilidade reduzida tenha independência no espaço, o que um equipamento turístico deve prever e assegurar.

Figura 27 - Acessibilidade do atrativo Cachoeira de Salto



Fonte: Autora (2022)

Em relação aos monitores ambientais, os entrevistados comentaram sobre a participação da comunidade local nessa monitoria, como fiscalizadores, pois são os maiores conhecedores e interessados em preservar o local. Vale destacar a importância de promover constantes capacitações para que os monitores ambientais sejam articuladores e protagonistas nas questões relacionadas à educação ambiental. Esses monitores seriam responsáveis pela abordagem e contato direto com o turista nas atividades culturais e ambientais, juntamente aos guias de turismo e demais profissionais, pois a proposta de um turismo ecológico e que possibilita a interpretação ambiental está assentado na variedade de atividades.

Segundo Marcellino (2001), os animadores culturais, que neste caso poderiam exercer o papel de articuladores ambientais possuem diversas formações, são professores de educação física, arte-educadores, profissionais de turismo, de hotelaria, educadores ambientais, que possuem pleno domínio e conhecimento dos conteúdos culturais e possuem vontade de compartilhar esses saberes com o público, fazendo a conexão entre os sujeitos e território, através de reflexões e dinâmicas lúdicas, que contribuem com a construção e desenvolvimento de princípios e valores éticos, sociais e culturais destes grupos sociais.

No que tange as atividades infantis, muitos frisaram que seria interessante um parquinho infantil, que estivesse alinhado com os preceitos ambientais e que fosse construído com estrutura sustentável, assim as crianças teriam mais opções de lazer. Um dos entrevistados, sugeriu atividades e oficinas com foco nas crianças, como mencionado a seguir:

Podia ter algum lugar para mostrar para as crianças como fazer a separação do lixo, de como cuidar dos nossos rios, dos leitos dos nossos rios. Dá para fazer um monte de coisa aqui. Um monte, só precisa ter alguém que, ou o governo realmente com o incentivo de querer melhorar. Mas a natureza realmente é muito linda e eu não sabia que aqui é o rio mais limpo do Estado. Eu sei que ele é grande, sabia da extensão dele, mas não sabia dessa particularidade. Tem espaço para desenvolver o ecoturismo aqui (T34).

No que se refere às questões ambientais, foi perguntado aos entrevistados se achavam que o Rio Paranapanema estava preservado. Alguns não souberam responder, pois olhando apenas a paisagem através do mirante da cachoeira de Salto, realmente não tem como fazer essa análise, porém outros turistas, que frequentam o local já faz anos destacaram inúmeras problemáticas, que dialogam com as mencionadas pela comunidade local. As principais ameaças ambientais foram: diminuição do volume da água do rio, agrotóxico, mortandade dos peixes (muitos citaram o desaparecimento da piquira, peixe símbolo da cachoeira do Salto), poluição industrial, avanço da agricultura nas margens do rio, construções na beira do rio, desmatamento da mata ciliar, extinção de espécies e lixo.

Nesse sentido, vale trazer as citações de alguns turistas que perceberam as mudanças ambientais a partir da transformação da paisagem ao longo dos anos que frequentam o local:

[...] eu tenho umas fotos daqui de outras vezes que vim e era diferente, quanto que baixou o rio, não é? A gente percebe que a água atingia até as pedras aqui na beira, hoje em dia, tem menos água, antigamente nunca você poderia se sentar ali nas pedras, agora você pode estar sentando. O nível da água baixou bastante (T2).

A paisagem tá diferente. Mudou do que era coisa de dez anos atrás para cá. Mudou bastante, modificou bem. A gente vem sempre duas vezes ao ano, mais ou menos no meio do ano e no fim do ano. No meio do ano a gente sabe que tem menos água, é mais seco, mas no fim do ano o rio é volumoso. Tinha peixe pulando aqui, a piquira, hoje em dia não tem mais. Na época de cheia tinha, agora não tem, a gente não vê mais peixe pulando aqui, igual era antes e a água muito menos, outra paisagem (T64).

A paisagem mudou, as margens do rio, que hoje é pouco preservada. Se você andar, você verá que, de um certo ponto para cá, o máximo que tem de povoamento de árvores é 20 metros, no máximo. Isso mudou bastante, o que afeta muito, ocasiona o assoreamento do rio, nas nascentes que acabam secando. Porque cresceu o agronegócio, tem muita plantação ao redor do rio, então acho que isso (T45).

O assoreamento mencionado pelo entrevistado, trata-se do depósito ou acúmulo de sedimentos nos rios, geralmente provocada pela retirada de matas ciliares, para fins de agricultura, que facilita o desmoronamento do leito. (GEOLOGIA UFPR, 216, p.37). Nesse sentido, outro problema apresentado na bacia do Alto Paranapanema é a erosão. De acordo

com Tibúrcio (2021): o processo erosivo nas áreas rurais, normalmente está relacionado a intensa ocupação e extensão da agricultura, com a presença de soja, milho, feijão e cana-de-açúcar, ressalta que este modelo de cultivo vem acompanhado de desmatamento, contribuindo com o processo erosivo, devido à ausência de cobertura vegetal. Esse fenômeno compromete a bacia do Paranapanema como um todo, resultando em assoreamento dos cursos d'água e afetando os recursos hídricos disponíveis. No território Paulista há o predomínio do cultivo de cana-de-açúcar, soja, milho e pastagem, que consomem significativamente os recursos hídricos na UGH Alto Paranapanema (ANA, 2016).

As matas ciliares e as águas que correm nos rios são indissociáveis, pois a vegetação possibilita a permeabilidade dos solos, o que estabiliza a vazão dos rios, impede erosões e assoreamentos dos cursos hídricos, assim, compreende-se que um dos seus papéis é atuar como protetora dos rios (SÃO PAULO, 2009).

Ao mencionar o tema relacionado à erosão, o autor destaca a região de Angatuba (que faz limite com Campina do Monte Alegre) e destaca o turismo ecológico como uma alternativa futura para preservação da região, como mencionado a seguir:

Na região do CBH-ALPA os solos argilosos estão presentes, não por coincidência nas regiões de maior evidência do fenômeno erosivo, onde ocorrem voçorocas, como na região de Angatuba, área de cabeceira de vale que contribui para esse processo. Nessas áreas o aproveitamento agrícola não se dá, não apenas pelo relevo que é mais íngreme, mas por ditas condições erosivas, com assoreamento de cursos d'água causado por desmatamento, impedindo seu uso para outras finalidades econômicas e a degradação se expande. Deve-se, por isso, apostar na recomposição vegetal dessas áreas, apostando-se no aproveitamento de outras atividades, como o turismo ecológico, por exemplo (TIBÚRCIO, 2021, p. 79-80).

Ainda sobre as mudanças ambientais, outro turista discorre:

Muito fazendeiro aqui usando muita água do rio ilegalmente, que se você descer de barco umas duas horas aí você vê muito maquinário puxando água do rio. Um absurdo. Por isso que esse rio está baixo desse jeito, além da falta de chuva, os fazendeiros abusam, então muitos se aproveitam do rio para regar a plantação deles. Eu acho que maior fiscalização do próprio governo, porque aqui envolve tudo, é muita gente que depende do rio e muita indústria e fazenda em volta, porque esse rio vem desde Capão Bonito, até vai desembocar em Rosana no Rio Paraná, é um trabalho coletivo (T58).

Ainda é comum a existência de outorgas não regularizadas e alguns proprietários que utilizam volumes superiores do permitido pelos órgãos fiscalizadores, sendo necessário universalizar a regularização das outorgas, a fim de proteger os recursos hídricos e garantir a quantidade e qualidade da água (UGRHI-14, 2020).

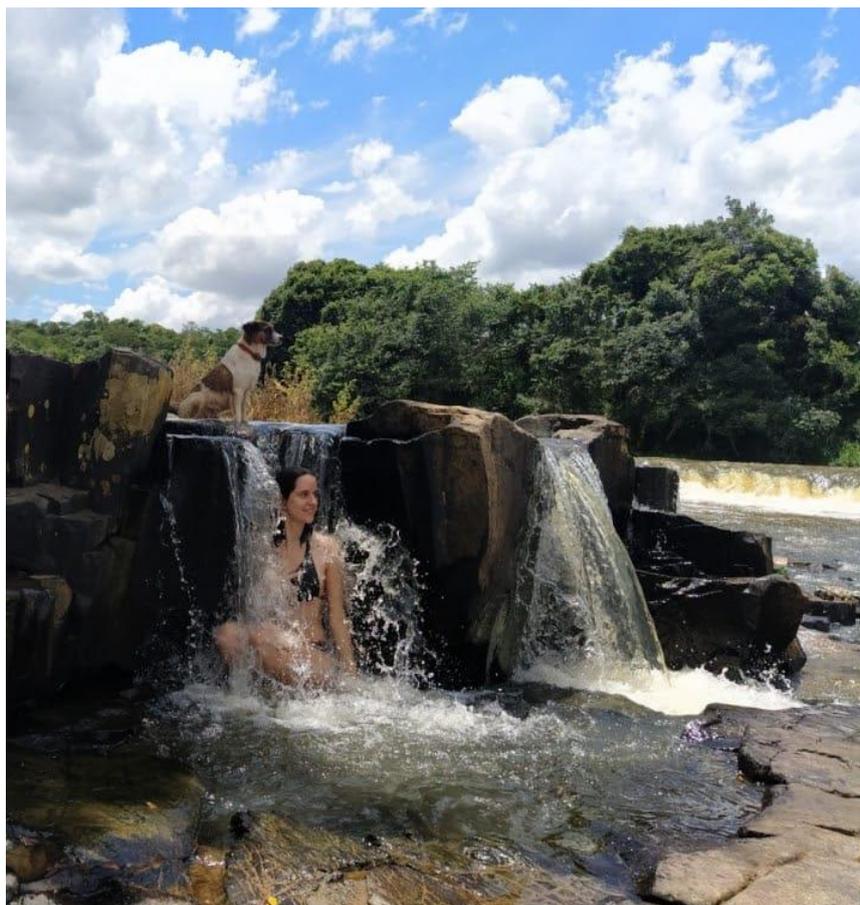
Nesse sentido, vale trazer algumas fotos comparativas a fim de exemplificar e traduzir essa sensação e percepção de mudança da paisagem destacada pelos moradores e turistas.

Figura 28 - Turistas se banhando na cachoeira de Salto em janeiro 2016



Fonte: Autora (2022)

Figura 29 - Turista se banhando na cachoeira de Salto em fevereiro 2021



Fonte: Autora (2022)

É possível observar na foto uma das principais atividades de lazer realizada pelo público que frequenta a cachoeira do Salto, ficar embaixo das cascatas e nas pedras sentindo o Rio. A foto acima, foi tirada no mesmo ângulo, uma em janeiro de 2016 e a outra em fevereiro de 2021, respectivamente. Mesmo não sendo no mesmo mês, pode-se afirmar que o volume da água está mais baixo, tanto moradores, turistas, quanto ambientalistas fazem essa observação, além dos dados científicos referente aos impactos advindo do processo de mudança climática que afetam os rios e mares e as comprovações referente ao cultivo e ação humana entorno do Rio nesse trecho específico.

Abaixo uma foto das cascatas tirada em maio de 2022, durante a atividade em campo. Vale destacar que a pesquisadora frequenta o local há 29 anos e mesmo no período de estiagem do Rio, ou seja, período que a água reduz o volume, nunca viu uma paisagem como essa anteriormente, uma paisagem seca e que remete a degradação para quem está acostumado a ver essa mesma paisagem pulsando vida, com água correndo.

Sob essa mesma ótica, um dos ambientalistas explana:

[...] nessa época de estiagem, quando não chove, você vê como o rio é castigado, sabe. Então, além de estar na época de seca, o pessoal da lavoura que tem plantação ali em volta, das fazendas, eles fazem a retirada da água do rio sem limite, entendeu? Então, você vê o quanto é castigado o rio nessa fase do ano, tendo uma pequena recuperação na época das chuvas. Esporadicamente, acontece como neste ano, que a gente teve um volume muito grande de chuva num certo período e o rio ficou bem viçoso, bem bonito, mas não chegou ali no seu limite, que a gente já chegou a ver anos atrás, eu acho que isso nunca mais vai acontecer, esse volume de água como antigamente, é muito triste você ver o que acontece e ainda sem uma fiscalização rígida, porque quando você consegue fiscalizar, consegue ter um certo controle e hoje você vê que está tudo a esmo, entendeu? (A6).

Figura 30 - Cachoeira seca em julho de 2022



Fonte: Autora (2022)

A problemática ambiental no Rio Paranapanema, ainda que seja o mais limpo do Estado de São Paulo, já é uma realidade, e necessita de atenção, pois não é pelo fato de ser considerado o menos poluído que está em ótimas condições. É um equívoco compará-lo aos recursos hídricos do Estado, pois ao longo desses anos houve uma má gestão dos rios, vide o Rio Tietê, Rio Pinheiros, Rio Paraíba do Sul, Rio Tamanduateí e muitos outros exemplos, sendo assim, compreende-se que é necessário enaltecer sua beleza e qualidade da água, porém acompanhado de políticas públicas e ferramentas que fortaleçam sua preservação, pois o Rio Paranapanema

está cercado por fazendas, agrotóxico, indústrias e construções ilegais. É comum o discurso de ser o rio mais preservado do Estado, porém esse discurso é limitante, pois já sofre danos ambientais que necessitam ser melhores estudos.

No Brasil, ainda é pouco explorada essa modalidade de turismo e recursos hídricos, mesmo com um número significativo de rios, havendo potencial para aliar lazer, recreação e preservação. Porém, muitos já estão com qualidade imprópria ou tiveram suas margens transformadas em depósitos de lixo. (BULLÓN, 2004). As praias fluviais do Rio Parnaíba, a região hidrográfica do Rio São Francisco, os rios da Serra da Bodoquena são exemplos de aproveitamento dos recursos hídricos para fins turísticos. No rio Paranapanema, há a presença de reservatórios, devido a construção das usinas hidrelétricas e que tem sido aproveitando para fins recreativos e turísticos, além de esportes náuticos e pesca recreativa, atraindo moradores e turistas, uma das potencialidades que pode ser trabalhada em conjunto ao longo da bacia do Paranapanema, pois há também a presença de praias fluviais com extensos bancos de áreas, cachoeiras, corredeiras e aspectos culturais (GRANADO, 2019).

No entanto, vale ressaltar que os problemas ambientais relatados no presente trabalho sobre o Rio Paranapanema são similares e ocorre no Rio São Francisco, que sofre impactos não apenas das barragens, mas também da degradação intensa, com a destruição das matas ciliares, efluentes de origem industrial, ocupação irregular nas margens do rio, expansão do turismo, agricultura irrigada e contaminação por insumos químicos. Esses fatos em conjunto comprometem o modo de vida da comunidade ribeirinha, através da mortandade e qualidade dos peixes e conseqüentemente a redução do seu valor de venda. O turismo no local é apontado pelos pescadores como uma problemática crescente, pois com o aumento gradativo houve mais construção de ranchos irregulares nas margens do rio e disputa territorial entre os pescadores locais e pescadores turistas (MADEIRA, 2006).

O turismo não é apenas uma fonte de divisas, por isso, a política nacional do turismo deve englobar também as dimensões sociais e psicológicas relacionadas a atividade, para que seja visto também pelo viés humano e como parte essencial da vida das pessoas, do ponto de vista do lazer, possibilitando as comunidades locais a possibilidade de usufruírem da mesma maneira dos visitantes e não criar condições excludentes e gentrificadas, alimentando e sendo cúmplice das desigualdades sociais. Sendo assim, o turismo deve encontrar uma maneira própria que proteja as culturas locais, os patrimônios naturais e dê condições iguais aos sujeitos envolvidos (BARRETO, 1991).

Nesse sentido, entende-se que o turismo ambiental verdadeiramente baseado nos preceitos sustentáveis pode ser um dos meios de contribuir com a preservação dos recursos

naturais, sobretudo pela capacidade mobilizadora que possui quando proporciona interação entre indivíduo e natureza, gerando reflexão e sensibilização, através do conceito de pertencimento alinhado à educação ambiental e ao lazer. Do contrário, o turismo ambiental que se utiliza somente do sufixo “eco” para explorar o destino vai causar danos ambientais, gentrificação e competição.

Desse modo, foi perguntado aos turistas se acreditam que o turismo pode ser uma ferramenta de preservação ambiental.

Esse foi um tema que divergiu em diversos aspectos, pois ao mesmo tempo que o turismo foi visto como uma ferramenta que gera conscientização, também foi apontada como uma atividade que dependendo do formato gera degradação e poluição ao meio o qual está inserida. Desse modo, 56,4% dos entrevistados não souberam responder a questão, o que demonstra a complexidade e contradições da atividade, enquanto 23,7% entenderam que a atividade turística pode ser um aliado da preservação ambiental, 16,8% acreditam que depende do formato da atividade e 2,9% entendem que o turismo é prejudicial ao meio ambiente. Dessa forma, seguem algumas falas que justificam as distintas opiniões apresentadas:

Os que responderam que o turismo pode ser um instrumento que corrobora com a preservação ambiental, a afirmação veio acompanhada dos seguintes apontamentos: “O turismo é uma educação ambiental. No turismo você pode aproveitar e conversar, explicar, educar. E turismo traz investimento para você manter o lugar”. (T10). Nessa mesma linha de pensamento, outro turista aborda: “Nos passeios ecológicos a gente aprende mais sobre a nossa Mata Atlântica, se a turma passeia nesse rio, vai ter mais conscientização, não é? De não poder sujar, porque isso aqui é coisa de Deus” (T95).

Dessa forma, seguem três depoimentos que resumem a percepção dos turistas:

Esse passeio de barco que eu comentei, por exemplo, quando você desce o rio desde lá da Campina até aqui no Salto, você sente a natureza, o rio, então, fazer um passeio ajuda a preservar também. A pessoa estar em contato com a natureza, ajuda muito, mexe na consciência e se for acompanhado de um profissional, especialista do meio ambiente tem mais potencial ainda (T44).

A meu ver, o turismo é um grande aliado da preservação. Porque eu acho que as pessoas conseguem ter consciência de conservação quando elas se sentem parte daquilo, quando elas entendem a importância, quando elas aprendem e se divertem, então eu acho que é o essencial, para você ter um conhecimento, ter uma conexão com o rio e gerar um cuidado que leve pra sua vida (T30).

Já os turistas que ficaram em dúvida, destacaram a importância do planejamento e formatação da atividade, pois trouxeram exemplos negativos que o turismo acarreta para as

idades e população quando ocorre sem estruturação, apontaram que quanto mais movimento, menos preservação, isso fica claro na fala de uma entrevistada: “[...] teria que ser tudo bem planejado para as pessoas virem e não deixarem uma imensa carroça de lixo”.(T4). Essa visão de aumento do fluxo turístico acompanhado do aumento do resíduo é comum e uma realidade, outro turista afirma: “[...] se começa muita gente, começa a jogar lixo e lixo no rio e isso acaba com a natureza” (T91).

Embora apresente aqui os benefícios do ecoturismo, vale ressaltar que tiveram diversas localidades em que não houve planejamento e as agências de turismo se aproveitaram e dominaram o território, com passeios de aventura que causavam impactos negativos e instabilidade para a comunidade local, alterando espaços silenciosos em espaços com poluição sonora devido a superlotação e xenofobia por parte dos visitantes que não respeitavam os costumes locais. Por isso, deve ter consciência que o turismo e lazer podem ser um instrumento facilitadores para a educação dos sujeitos, porém, para que isso ocorra é necessário planejamento e políticas focadas na educação ambiental (COSTA; ROSSI; SHUAHER, 2002).

Dialogando com o exposto acima, muitas cidades interioranas têm se beneficiado do turismo, tendo como base os recursos hídricos, no entanto, mesmo investimento na captação de aumento de fluxo turístico, o investimento em ações ambientais não acompanham e não seguem no mesmo ritmo, o que pode levar essas localidades a degradação ambiental a longo prazo e contaminação das águas, sobretudo pela ausência de planejamento urbano e sanitário dessas regiões, pois o que se nota, é que não são as atividades turísticas realizadas nos ambientes aquáticos que representam maior contaminação, mas sim a ineficiência dos órgãos sanitários e fiscalizadores. Assim sendo, monitorar a qualidade da água é fundamental, para que não cause danos a saúde dos banhistas (GRANADO, 2019).

Uma fala curiosa foi a seguinte: “Não sei não, viu? Não sei não, porque turista, em qualquer lugar do mundo, não é fácil de lidar. Pode sim, mas tem que ter um trabalho bem feito de conscientização, não é? (T85)”. Nesse sentido, é notório a visão negativa que os próprios visitantes têm em relação ao ato de “ser turista”, como se o turista fosse um ser estranho ao meio, de fato isso ocorre, sobretudo no turismo de massa, que acaba gerando impactos significativos no espaço devido a superlotação e exclusão da comunidade local, porém, existem formas de implementar um turismo responsável, mas entende-se que para isso é necessário uma política de conscientização ambiental, como por exemplo o ensino de turismo nas escolas, que foi adotado recentemente no governo estadual Paulista, aproximando cada vez mais os sujeitos dos princípios da atividade turística sustentável.

O turista como algo caricato é comum, visto muitas vezes como um personagem alheio, no entanto, cada vez mais com o advento do turismo de experiência e do próprio turismo ecológico, o turista vem mudando o comportamento, integrando a comunidade local e reconhecendo e adotando medidas para minimizar seus impactos, através de uma postura mais sustentável. Segundo Menêzes e Coriolano (2002) a ecologia não se relaciona unicamente com a preservação dos elementos naturais, não está limitada ao ambientalismo, mas trata-se de compreender a interação entre os seres vivos e tudo o que o envolve, faz parte de uma cultura.

O turismo ao longo da história sempre foi visto especialmente pelo viés econômico, pela sua capacidade de gerar renda, emprego direto e indireto e sobretudo por seu rápido retorno. No entanto, essa lógica e pensamento desenvolvimentista, que nos acompanha desde a revolução industrial, com avanço das tecnologias e novas formas de trabalho, têm causado grande impacto na sociedade, tanto em relação à estrutura desigual que vivemos, quanto à deterioração dos recursos naturais e culturais.

Desse modo, a visão do homem como externo a natureza, isola os seres humanos dos problemas ambientais e não possibilita que a sociedade como um todo reflita que a raiz do problema é a forma que pensamos no conceito de desenvolvimento (FARIA; GARCIA, 2002).

Esse aumento da atividade de forma desordenada, gerou impactos significativos às cidades e às comunidades receptoras. O alto número de turistas, gerou aumento dos preços, aglomerações, filas, trânsito, lixo, barulho e uma série de outros aspectos em cidades ao redor do mundo. Esse fato desencadeou o que denominamos “*overturismo*”, um resultado fruto dessa falta de planejamento, devido ao excesso de turistas nos destinos, gerando conflitos com os munícipes. Um exemplo atual de *overturismo* é a cidade de Barcelona.

Nesse contexto, vale ressaltar a preocupação dos entrevistados, um deles até utilizou a terminologia “turismo vigiado”:

Precisa ser um turismo vigiado. Porque você sabe, onde o turista vai aparecer tudo o que não presta. Sujeira de todo lado no meio ambiente. Tem que educar, tem que educar o turista e ter as leis de preservação, seguir as leis do meio ambiente e tudo, porque tem muita gente que não tem consciência, por mais que hoje já esteja melhorando. A gente tem aqui um rio que não é um rio poluído. Você conhece o rio Tietê e você sabe, se você estivesse lá do lado dele você não estava sentindo esse ar puro daqui. Estava vendo aquele monte de garrafa, aquele monte de sujeira passando. Aqui não, graças a Deus a gente vê a água natural, limpa, precisamos continuar preservando (T35).

Foi comum durante as entrevistas esse comparativo com outros rios brasileiros, que devido a má gestão, estão mortos. As pessoas têm medo de que futuramente os recursos hídricos que seguem limpos atualmente, tenham o mesmo destino. Desse modo, compreende-

se que ao adotar a terminologia turismo vigiado, vem no sentido de proteção dos recursos naturais e a necessidade de um turismo mais ecológico, acompanhado de fiscalização efetiva, pois o turista que frequenta Salto e outros destinos turísticos, ainda não tem uma postura cidadã e estão desconectados da natureza. Seguindo sobre a lógica dos impactos negativos, isso fica evidente na fala de uma turista, que aponta sobre o turismo que ocorre aos finais de semana e feriado na cachoeira de Salto:

[...] domingo e feriado, como lota isso aqui, dá dó de você ver a beira do rio de lixo. Mesmo tendo lixeira, mesmo tendo tudo. Então, eu acho que não sei se o turismo pode ajudar, porque cada um tem uma cabeça, não é? Eu acho que, quanto mais população, mais lixo, mais acaba com a natureza. O ser humano ainda não está preparado para fazer um passeio desse tipo (T92).

Mesmo com a presença de lixeiras os resíduos são evidentes, além da coleta do lixo não ser periódica. Esse fato é preocupante, pois além de contaminarem as águas e o solo, podem ser confundidos como alimentos pelas espécies animais (AZZARELLO; VAN VLEET, 1987).

Compreende-se de acordo com as entrevistas realizadas com os moradores, turistas e as visitas in loco, que o turismo desenvolvido hoje na cachoeira de Salto não está alinhado aos preceitos sustentáveis, pois não há um planejamento, ele ocorre de forma espontânea, sem informação e sem sensibilização do turista, o que gera impactos ao meio ambiente, tantos sonoros, quanto de resíduos, como frisado por um turista: “[...] tem bastante rastro humano, a gente vê lixo aqui ao redor” (T67).

Nesse sentido, os turistas frisaram a cautela que se deve ter ao divulgar o atrativo, pois atualmente já existe impacto, se aumentar a demanda sem planejamento, o ambiente sofrerá. Vale ressaltar que essa é uma prática comum nos municípios, divulgam os atrativos e equipamentos turísticos sem um estudo de capacidade de carga e sem definição de um turismo responsável e consciente. Dessa forma, o presente trabalho, tem por finalidade alertar sobre as possibilidades ecoturísticas do município, no entanto, frisando a necessidade de adaptação, pois não se trata de aumentar a demanda, mas alinhar as atividades e implementar ações educativas para população e visitantes para que o turismo seja positivo e contribua com o despertar ambiental. Essa preocupação com a divulgação sem planejamento foi citada pelos entrevistados:

E o que acontece também, o que muda um pouco, é que tudo que é muito divulgado também e traz muita gente traz punição, então eu acho que tem que ser divulgado, tem que ter esses passeios, mas eu acho que uma certa ponderação, porque se tiver muito também, acho que vai ser prejudicial. Então, antes, quando era muito mais preservado, tinha muito mais peixe porque vinha bem menos gente. Hoje já tem mais casas em torno do rio. Então, acho que tem que ter esses passeios, essa divulgação, e

também eu acho que ponderado, para não ter tanta gente aí. Porque todo lugar onde tem muita gente acaba tendo mais poluição mesmo (T45).

Nessa perspectiva, foi perguntado aos turistas entrevistados, se eles se consideram turistas conscientes, uma vez que o comportamento negativo por uma parcela dos visitantes foi uma questão identificada pela poluição no local e o tema foi levantado pelos próprios visitantes. De acordo com as respostas, 97% dos entrevistados se consideram turistas conscientes com as questões ambientais e adotam uma postura cidadã, os pontos abordados de forma majoritária foram: levar o lixo de volta, não modificar o meio ambiente, recolher o lixo de terceiros e pensar nas próximas gerações.

Uma turista refletiu sobre seu comportamento: “Na questão ambiental, eu cuido, zelo pelo local, como se fosse um moradora mesmo, como se fosse meu. Como se estivesse sendo moradora mesmo”. (T10). Outra turista destacou sobre os mínimos impactos e consciência nas escolhas durante as viagens: “É um turismo mais natural, a gente não vai em resorts, a gente fica mais em comunidades, bem mais natural mesmo” (T52).

Segue uma abordagem apresentada por uma das entrevistadas sobre seu modo de vida:

Sim, eu sou vegetariana, sou sustentável, então a gente sempre leva o nosso lixinho com a gente. A gente fuma, joga a bituca de cigarro bonitinho dentro do carro, às vezes no copinho. Vê os bichinhos, tem gente que quer ir em cima, que quer pegar, a gente deixa no lugar deles lá, não alimenta (T69).

Já os turistas que refletiram um pouco mais sobre suas ações e destacaram que poderiam melhorar no dia-dia e durante as viagens rever sua postura ecológica totalizaram 2,9% dos entrevistados, um número baixo se formos considerar uma postura ecológica verdadeiramente profunda. Uma das entrevistadas discorre nessa perspectiva: “Eu acho que tem mais coisa que eu poderia fazer, mas eu acho que eu estou ali no meio termo. Não é só eu falar, tipo, está sujo. Dava para ter mais ação e eu não faço. Tipo, eu cuido do meu e dos meus” (T83).

Nesse mesmo entendimento, uma turista esclarece:

Não sei. Eu acho que sim, mas em alguns aspectos, por exemplo, o carro, não sei se já levaria em consideração. Assim, a gente tenta fazer a nossa parte, do que está no nosso alcance, mas são questões que eu fico pensando também. Assim, o que está ao meu alcance, eu faço, mas acho que sempre podemos melhorar (T30).

Um dos entrevistados, afirma que melhorou sua postura, pois anteriormente tinha hábitos negativos e que impactavam o meio ambiente o qual interagia, essa consciência, reconhecimento e aprendizados, são fundamentais para a transformação gradual da construção do comportamento ecológico. Segundo o turista:

Melhorei bastante já. Parei de jogar lixo na rua, sempre eu tenho um saquinho no meu carro, os filhos não deixam jogar papel no chão. A gente vai vendo o meio ambiente, vai estudando, vai vendo os desastres ambientais, as próximas gerações e vai percebendo e mudando (T29).

Um acontecimento durante a entrevista foi quando a pesquisadora estava entrevistando um senhor que fumava um cigarro e ao lado estava sua filha, durante um momento da entrevista, o senhor jogou a bituca de cigarro no mato, o que gerou constrangimento por parte de sua filha, pois estava-se justamente conversando sobre a preservação ambiental. Esse relato, não tem a intenção de julgamento por parte da pesquisadora, mas propósito de demonstrar que os sujeitos ainda não possuem uma postura cidadã e alguns hábitos são normalizados, pois por mais que o senhor estava interessado no tema e dando contribuições, jogar a bituca foi uma ação natural, desse modo, entende-se que o comportamento e postura ambiental também estão nos pequenos gestos e necessitam de uma conscientização mais profunda, tanto por parte dos cidadãos, quanto nas estruturas das cidades e dos atrativos turísticos, que estejam preparados para informar e acolher uma atividade sustentável.

Para compreender a visão dos entrevistados sobre a importância de preservar o meio ambiente o qual a cachoeira está inserida foi questionado: “É importante preservar um local como este?” e a resposta foi unânime, todos os participantes ponderaram a necessidade e urgência de adotar medidas de preservação para o Rio Paranapanema e seu entorno, os principais eixos temáticos destacados foram: escassez da água, futuras gerações, sobrevivência, unicidade e a quantidade de leitos aquáticos poluídos atualmente devido a ação humana.

Dessa forma, no que tange ao tema escassez da água, segue uma reflexão: “Ninguém vive sem água limpa, ninguém vive. Não tem jeito. Árvore é o que? Nosso pulmão praticamente. Tem que procurar, passar isso para os filhos para que eles aprendam também que é importante, por isso também sempre trouxe meus filhos aqui na natureza”. (T4)

Um outro turista complementa:

[...] a água vai ser o recurso mais escasso da humanidade, então estar aqui é um privilégio e precisa conscientizar as pessoas disso. Porque o ser humano vai brigar por água, não vai ser nem por comida, vai ser por água. A gente tem a maior reserva de água do mundo, que é o aquífero Guarani e ainda sim já estamos sofrendo com a falta d'água, é urgente ações efetivas, porque ainda dá tempo de reverter essa situação (T34).

No que diz respeito às futuras gerações, segue uma fala que resume a percepção dos entrevistados:

A importância é sempre visando as gerações futuras, o legado que essa geração de hoje vai deixar para as gerações futuras. Será que eles vão ter a mesma sorte de ter a mesma visão que nós temos hoje? De ver essa paisagem. A princípio está “preservado”, não é?, mas precisa manter e aumentar os cuidados ambientais para que as gerações futuras possam contemplar a mesma visão e ter o mesmo tipo de sentimento e satisfação que a gente está tendo hoje, não é? (T77).

Quando se fala e se pensa em um outro mundo possível, é preciso reordenar as relações sociais espaciais, ter um novo entendimento de como se relacionar com a natureza, onde se cada indivíduo pensar no mundo que quer deixar para as próximas gerações, colheremos muitos mundos possíveis, onde seja possível sentir, cheirar, inspirar, escutar e descobrir novas camadas que estavam fora de nós, pois estávamos deslocados na natureza, portanto, destaca que adiar o fim do mundo é urgente (KRENAK, 2020). Segundo Maffesoli (2021) a dominação do mundo tem limites e a natureza está começando a responder a esse fenômeno, com erupções vulcânicas, inundações, intempéries, múltiplas e tsunamis.

Maffesoli (2021) defende a comunhão com a natureza, onde é preciso reconhecer a biodiversidade como parte do multiculturalismo, que proporcione aos sujeitos intimidade com o meio ambiente a partir da relação e contato, substituindo a pretensão de dominá-lo, por segui-lo. Colocar a natureza como algo sagrado e ritualizado é importante, mas deve-se tomar cuidado para esse movimento não se tornar perverso, fanático, desencantado e puritano, que não traz verdadeiras transformações, mas sim olhar para a vocação natural dos seres humanos de relação com a terra, colocando em práticas as ações e não apenas questionando como o mundo deveria ser ou qual seria o mundo ideal, pois é preciso sair da utopia sem ação.

No que tange ao aspecto da sobrevivência, um dos relatos apresentados foi:

Deveria preservar. Tudo o que vem da natureza a gente tem que preservar até para a própria sobrevivência da espécie porque o dia que acabarem com a natureza, acabou o ser humano. Acabou o mundo inteiro. Então, a preservação faz parte da sobrevivência de um todo (T81).

Arelado a este pensamento, o fator unicidade, ou seja, dos indivíduos pertencerem e serem dependentes da natureza, foi citado:

A importância, primeiramente, é de sobrevivência. Quando você destrói o meio ambiente, você está fadado a extinguir a si próprio, porque isso aqui é o que mantém a gente vivo: árvores, rios, o próprio ar. Então, tem que preservar onde você vive. E a importância histórica não só para essa cidade, mas para qualquer outra. O berço das cidades sempre são os rios. Então, tem que preservar, porque esse tipo de paisagem é a vida (T48).

Por fim, foi mencionada a situação que os recursos hídricos vêm sofrendo, sendo imediata e indispensável atenção para a questão da água, tanto na preservação dos recursos que estão limpos, quanto na recuperação daqueles que já estão afetados e poluídos. Nesse sentido, segue fala dos entrevistados:

O custo para você recuperar um rio poluído é complicado, a gente tem o exemplo do rio Tietê. Então, se a gente não cuidar agora, se passar, sei lá, uns dez, vinte anos, nós estaremos carente de natureza e a destruição só aumenta, precisa rever esse modo de vida e as formas de controlar e fiscalizar, porque não está funcionando (T85).

[...] tantos locais iguais a este já estão mortos, igual ao rio mesmo ali de Sorocaba, rio Piracicaba, era um rio bonito, hoje em dia, está um rio praticamente morto, tem peixe, mas não pode comer, começa por aí. Eu acho que seria fundamental preservar o que ainda tem de limpo do nosso planeta (T66).

Visando identificar se os entrevistados sabiam sobre o contexto no qual estavam inseridos, foi perguntado: Você sabia que o Rio Paranapanema é o mais limpo do Estado de São Paulo? De acordo com as respostas, 87,1% não sabiam dessa informação, enquanto 12,8% já tinham conhecimento. Vale frisar que muitos turistas frequentam o local há anos e mesmo assim não tinha conhecimento dessa informação.

Esse dado demonstra a inexistência de informação no atrativo turístico, mesmo sendo um dado relevante de ser compartilhado com os turistas, pois além de fornecer conteúdo, possibilita reflexão acerca do cuidado com o meio. Destaca-se que há possibilidade e espaço para construir no local, um memorial sobre o Rio Paranapanema, contanto sobre sua história e espécies, no entanto não há nenhuma previsão de ação nesse sentido. Esse tipo de informação, poderia gerar aproximação entre o visitante com o rio, além de contribuir com o aprendizado. Vale ressaltar que alguns turistas citaram até mesmo não saber o nome do rio, desse modo, entende-se que a informação pode ser um instrumento poderoso para mobilizar, sensibilizar e situar as pessoas.

Ao apresentar a informação que o Rio Paranapanema é o mais limpo do Estado de São Paulo e explicar que já sofre impactos ambientais, surgiram diversas reações. Uma delas foi a curiosidade, como apresentado a seguir: “Eu sei o nome do rio, mas o que significa não, já fiquei curioso com essa nossa conversa, vou pesquisar mais informações quando chegar em casa” (T61)

Nesse mesmo contexto, outra observação gerada a partir do conhecimento adquirido:

Eu não sabia disso. E olha que a gente vem aqui e a gente vai para outros lugares que passa o Rio Paranapanema também. É muito importante, por quê? Ele é o mais limpo, mas ainda assim não está 100%. Então por que ele já não está 100%, o que a gente

pode fazer para contribuir para não deixar ele virar um rio Sorocaba, um rio Tietê, não é? Devemos pensar no nosso papel de turista e cidadão (T69).

O sentimento de pertencimento também foi mencionado ao adquirirem essa nova informação: “Eu realmente não sabia dessa. Você sente orgulho de estar num lugar que é mais preservado” (T53).

Sob essa mesma ótica, dois turistas discorrem:

Saber que a gente está perto de um rio mais limpo é muito importante e dá uma sensação única, porque quando a gente chega lá no Tietê, eu conheço a nascente, nós fomos ver a nascente, é uma coisa aquela água, quando você chega em São Paulo e vê aquela água preta é uma tristeza (T57).

Essa informação faz muita diferença. Eu não sabia. Inclusive, dá uma sensação maior ainda de saber que nós temos uma jóia preciosa como essa, sabendo da informação que você falou que é limpo. Não tinha essa visão, é muito satisfatório saber que este ainda está preservado (T77).

Como apresentado anteriormente, o Rio Paranapanema possui água mais escura em alguns trechos, devido ao terreno argiloso e isso pode gerar confusão sobre sua qualidade, por isso também a informação é importante, pois além de ensinar, também esclarece questionamentos. Nesse sentido, um turista faz essa observação:

Embora as águas sejam um pouco mais escuras, visualmente, olhando, não dá essa impressão de que realmente é o ambiente mais limpo de São Paulo. A gente, geralmente, procura algo mais cristalino para poder falar: "nossa, é 100% pura (T47).

Compartilhar e debater informações é fundamental no processo de educação ambiental, nesse sentido, os turistas se queixam da falta de atividades e dados sobre o Rio Paranapanema e seu entorno:

Eu vim aqui sem saber que esse era um dos principais rios de São Paulo, fiquei sabendo agora que é o mais limpo. Se você não estivesse aqui, eu provavelmente iria embora e não saberia dessa informação. Então, você tem uma riqueza natural e histórica e não é feito nada para mostrar e educar, quem visita está totalmente distante dessa realidade (T46).

Seguindo a mesma linha de raciocínio um turista explana:

Tinha que ter mais informações, como essa, de ser o rio mais limpo de São Paulo, o nome do rio que às vezes eu mesma não saberia falar, algumas informações do próprio rio mesmo. Normalmente em um ponto turístico a gente vai e tem aqueles painéis explicando o que você está vendo, o que você está visitando, aqui não tem nenhuma informação, eu nem sabia disso (T60).

Por fim, alguns turistas opinaram que essa informação bem contextualizada no local poderia contribuir com a melhoria do comportamento ambiental dos indivíduos que frequentam o atrativo, pois saber que está em um local preservado, pode inibir más condutas. Por outro lado, alguns explanam que a informação deve ser mostrada com planejamento:

Assim, eu acho que essa informação é importante, mas ela também tem que ser usada com cuidado, porque, por exemplo, se você fala assim: “Ele é o mais limpo”, então as pessoas acham que elas não precisam fazer mais nada, que está tudo certo, não é? Tem gente que joga sujeira no rio e o lixo desaparece. Então acho que ela tem que ser usada, mas com uma certa cautela (T30).

A última questão abordada foi em relação ao sentimento despertado ao entrarem em contato com aquela paisagem. Dessa forma, segue nuvem de palavra com os destaques:

Figura 31 - Sentimento dos turistas ao estarem em contato com a paisagem



Fonte: Autora (2022)

Os sentimentos que mais se destacaram foram tranquilidade e paz, proporcionada pelo conjunto de sensações oferecidas pela natureza, o som do rio, canto dos pássaros, silêncio, paisagem, tons verdes e azuis, que trazem harmonia aos visitantes. Conforme alguns relatos a natureza pulsante aproxima os indivíduos do patrimônio natural, isso foi explanado em algumas das falas, “Eu sinto...você escutar o rio, você se aproxima da natureza” (T47), outro turista destaca: “ [...] estar aqui é bom para a alma” (T55).

Em uma das conversas, uma turista que frequenta o Salto há anos, conta sobre seu ritual:

Me sinto bem, é uma paisagem romântica. Amo vir aqui na cachoeira, sentir a natureza, ficar tirando foto. Na hora que eu chego e eu sou assim, eu fecho o olho, sinto o vento, escuto o barulho da água, parece que vem a minha infância toda na minha cabeça. E eu acho que todas as pessoas que vem aqui, que gostam daqui, que já teve o momento de natureza na sua vida, ou que então já viveu a sua infância no meio da natureza, tem essa sensação (T4).

Esse também foi um sentimento mencionado por alguns, nostalgia, saudades, infância e memória, pois muitos entrevistados viveram parte da sua juventude próximo ao Rio Paranapanema, e estar em contato com a cachoeira os remete a esse período.

O sentimento de conexão e pertencimento foi destacado também, além da paisagem e a beleza do local mexer com as emoções dos visitantes em diferentes lugares, como apresentado por um turista: “ Eu sinto pertencimento. Eu me sinto parte disso mesmo, é como se eu fizesse parte da natureza. Eu me emociono, de uma certa forma, de estar em contato com esse ambiente. (T52)

O sentimento de estar na presença de algo divino também foi muito comentado, não apenas pelos turistas, mas também moradores. Esse é um ponto interessante, pois autores como Cáceres Aguirre (2011), Boff (2011) e Francisco (2015), apontam para a importância desse olhar sacramental para a natureza, pois é fundamental para sentir, reaproximar e inserir novamente os seres humanos em um lugar de integração e pertencimento com o meio.

Vale ressaltar que o olhar sacralizado para com a natureza, não deve ser confundido com isolar esses espaços como santuários e tê-los apenas como espaços de adoração, pois os sujeitos devem compreender, interagir e se sensibilizar com esses ambientes, pois são parte dele e possuem papel ativo em sua reconstrução e preservação. É preciso uma nova racionalidade para o relacionamento com a natureza e as ciências sociais, podem contribuir com essa formação de pensamento (NEIMAN, 2002).

Como mencionado, o contato com a natureza tem essa característica de impactar emocionalmente as pessoas, ressignificando e proporcionando momentos de tranquilidade e reconexão. No entanto, por outro lado, também houve sentimentos negativos, como: preocupação, falta de água, escassez, dó e tristeza, devido às transformações que a paisagem vem sofrendo aos longos dos anos. Vale destacar que o perfil do turista que frequenta a cachoeira, é em sua maioria um turista antigo, que já conhece o local e outros trechos do rio, portanto, acompanha essa mudança ambiental.

Nesse sentido, compreende-se que um crescimento ilimitado em um sistema limitado, a exploração disfarçada de desenvolvimento, foi o que levou o mundo ao colapso atual, onde a

contaminação da água e a poluição prevalecem, sendo necessário redefinir o local do ser humano na natureza, pois a saúde humana e a saúde do planeta são inseparáveis, é uma relação de interconexão, uma teia alimentar onde todos têm um papel e podem ser atores da mudança. Sendo assim, levar as pessoas para a natureza, através do lazer ou da atividade turística, é primordial, pois enquanto não se vive essa relação não há compreensão e, portanto, preocupação, há uma sociedade afastada e desconectada do meio ambiente.

Portanto, compreende-se que a relação dos seres humanos com os recursos naturais é pautada na abundância e disponibilidade gratuita infinita, nesse sentido, é necessário uma mudança comportamental em âmbito individual e coletivo, compreendendo que os seres humanos são parte integrante do meio ambiente e que as atitudes afetam a sua existência (CASTAGNOLI, 2012).

5.3 Perspectivas dos gestores públicos e ações relacionadas ao turismo e meio ambiente em Campina do Monte Alegre

Nesta seção será discutida a articulação do turismo e meio ambiente no município de Campina do Monte Alegre, trazendo olhares de gestores municipais, representantes do COMTUR e ambientalistas, a fim de identificar quais ações realizadas no que se refere a essa temática e se há uma preocupação ativa e programas de enfrentamento às ameaças ambientais através do turismo e educação ambiental, relacionadas ao rio Paranapanema e seu entorno.

Para iniciar a discussão será abordado inicialmente o papel do Conselho Municipal de Turismo e as principais ações. No que se refere a formação do conselho, um dos membros explica:

Esse conselho está formado desde a votação, porque quando o prefeito entrou em 2020, já se formou o conselho, nós estamos há dois anos já com o conselho. Mas tivemos um período que não teve conselho de turismo antigamente. Um período de quatro anos que teve uma falta de uma atuação. E aí a gente foi chamado, nesse período nós estávamos quase perdendo o projeto do município de interesse turístico por falta de atuação do conselho municipal, por falta das atas registradas (A2).

Em relação a aplicação da verba advinda do MIT, como explicado anteriormente, os investimentos ocorreram nas áreas urbanas da cidade, como lago municipal e centro de eventos. De acordo com a conselheira:

Nós estamos batalhando no grupo do conselho de turismo, nas últimas reuniões, para a gente usar uma verba do MIT para fazer a sinalização turística do município, desde o portal, porque o que mais as pessoas perguntam chegando na cidade, "o que eu posso fazer aqui?" E nós não temos nada pronto (A2).

Já os planos futuros de investimento com a verba MIT para o Distrito de Salto a entrevistada discorre:

2023, nós estamos pensando, se der tempo, de investir a verba em Saltinho. A gente quer fazer um portal, quer fazer banheiros primeiro, berçário, fraldário. Não tem infraestrutura. Saltinho é maravilhoso, natureza pura, mas a gente tem que ter essa preocupação, do turismo ser organizado, porque se não, ele não passa de um lugar da natureza, que o povo está indo lá para estragar. Essa é a minha visão (A2).

Como frisado, a comunidade local, apontou sobre a falta de investimento no Distrito de Salto, de acordo com o Secretário de Turismo da Prefeitura:

Olha, os conselhos municipais anteriores tinham uma vertente de que beneficiando a cidade beneficia o turismo, então foi feito muito na infraestrutura da cidade, reformas de praças, troca de lâmpadas (LED) e agora a gente está ampliando, hoje o nosso maior ponto turístico é o lago municipal, então os últimos dois anos as verbas investidas foram todas no lago, uma a revitalização e a de 2022, que está em fase de projeto, é a expansão e ampliação do Centro de Convenções que está dentro do lago, para propiciar ao turista um espaço de lazer melhor e mais estruturado, vamos dizer assim (G1).

Vale ressaltar que segundo a comunidade e turistas entrevistados, o principal indutor do turismo da cidade é o Rio Paranapanema, com destaque para a Cachoeira de Salto. No que se refere a estrutura, o lago municipal está mais avançado do que outros pontos com potencial turístico, no entanto não é o que faz os turistas se deslocarem para visitar o município de Campina do Monte Alegre, pois o ponto forte da cidade no que tange a atividade turística é seu potencial hídrico e fluvial, com a presença de dois grandes rios, o Paranapanema e Itapetininga. Refletindo sobre a falta de investimento em Salto, o gestor complementa:

Infelizmente Campina do Monte Alegre, embora seja reconhecida pelo próprio Estado, através do MIT, como potencial turístico, as gestões não tinham essa visão, então a nossa gestão é que está tentando, vamos dizer assim, criar uma estrutura melhor para o turista. É como eu citei para vocês, o Saltinho, embora seja um dos pontos mais referenciados do município, a infraestrutura turística é zero, não tem acessibilidade, não tem banheiro público, não tem nada, então é uma coisa que está entrando no plano diretor de turismo do município esse desenvolvimento lá, os próximos investimento a gente já combinou que serão feitos no Saltinho e, aonde eu falei para você, no Píer, no desemboque do rio Paranapanema e do rio Itapetininga (G1).

Segundo a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural:

Por enquanto o investimento está sendo no lago, eles até pensaram em destinar lá para o Salto, na verba do ano passado, mas como o Salto tem aquela questão do meio ambiente, já entra a CETESB, todas essas outras coisas, então eles precisam de um valor, de uma verba maior para estar investindo lá. Com mais tempo, elaboração de projeto, tudo isso, já pensando na questão ambiental, porque é tudo mais complicado. Foi escolhido mexer no lago, no lago é mais fácil, não tem a questão ambiental (G2).

De acordo com as falas apresentadas, nota-se que o planejamento turístico não ocorre de forma estratégica, tampouco tem-se um olhar macro para o desenvolvimento do turismo ambiental no município, percebe-se que a verba aplicada até o momento se deu na parte estrutural, que beneficiam a atividade turística indiretamente, porém não faz com que avance significativamente.

Durante a entrevista realizada com o Secretário de Turismo, foi citado que a partir do segundo semestre do ano de 2022 iniciaria uma parceria com o SEBRAE e sistema S para capacitação da população local no que se refere a atividade turística, e seria ofertado curso para piloteiros se regularizarem e tirarem a carteira da marinha ARRAIS, organizando a atividade no município e fortalecendo o turismo náutico, no entanto até o momento do trabalho as ações ainda não haviam sido realizadas. Nesse sentido, o Secretário destacou:

[...] hoje nós não temos uma política pública voltada a padronizar esses passeios no rio, muitos tem seu barco, mas nem todo mundo tem Arrais, que é o direito de pilotar em água públicas, nem todo mundo tem conhecimento, você vai fazer um passeio dentro do rio com o piloteiro, que é a pessoa que pilota o barco, nem sempre sabe te explicar o que aconteceu, não tem técnica para explica a história do rio, a história da cidade ou coisa parecida, então eu acho que o investimento nessa capacitação é bastante importante (G1).

O secretário de turismo frisou ainda que o município tem por objetivo trabalhar o turismo em três grandes vertentes, sendo elas: ecoturismo, turismo de pesca e desenvolvimento histórico. Porém como mencionado, ainda se encontra no plano das ideias, sem ações concretas, ainda que o Plano Diretor de Turismo trace alguns caminhos para esse planejamento, destacando o fator natural como uma fortaleza do município. Diante disso, as ações direcionadas no PDT são as seguintes: Criação de rotas turísticas; Criação de acervo com pré-projetos identificando o potencial turístico do município; Estudar a viabilidade de implementar passeios náuticos; Promover capacitação relacionada ao turismo, Auxiliar na sinalização turística, Revitalizar, reestruturar e ampliar o centro de convenções que sedia eventos tradicionais e está localizado em frente ao lago municipal e citado no PDT como principal atrativo turístico do município.

Em relação aos programas propostos no documento, as ações que mais se destacaram foram: atualização do site no que tange a atividade turística, sinalização turística, capacitação relacionada ao turismo, criação de central de informação turística e elaboração de material gráfico promocional.

Analisando o Plano Diretor de Turismo referente ao período 2020/2022 é notório que o turismo ecológico ainda está colocado de forma coadjuvante, pois, ainda que seja mencionado a política municipal que destaca o fomento ao turismo sustentável, as ações e programas não vão nessa direção, ainda são colocados de forma genérica os temas pertinentes ao meio ambiente. Mesmo citada a possibilidade de capacitação e implementação do turismo náutico e turismo rural, não há em nenhum momento do texto a importância da premissa ecológica como alicerce dessas atividades, tampouco é focado sobre o potencial hídrico do município, com destaques para o Rio Paranapanema e Rio Itapetininga. Ainda que na fala do Secretário durante a entrevista tenha-se demonstrado esse olhar para o meio ambiente, não foi apresentada essa necessidade no PDT, o que é fundamental, pois a partir desse documento que as políticas públicas relacionadas ao turismo serão direcionadas e pautadas nos próximos dois anos.

Um dos conselheiros informou que uma das ações do COMTUR é o planejamento de rotas turísticas, como turismo rural, turismo cultural e cicloturismo, no entanto, essa iniciativa está inserida de maneira tímida no Plano Diretor de Turismo, pois mesmo sendo sinalizado no discurso dos entrevistados a importância de fomentar e descentralizar o turismo no município, para trazer novas possibilidades para além do potencial ecoturístico, as rotas turísticas são apenas mencionadas, não há aprofundamento e inventário do potencial relacionado ao turismo histórico-cultural-gastronômico que foi mencionado no presente trabalho e nas entrevistas realizadas.

Vale ressaltar que o plano de turismo anterior foi desenvolvido em parceria com alunos da UFSCAR e o atual foi realizado pela própria secretaria. No entanto, um dos ambientalistas da região explana sobre a ineficiência dos PDT's pois normalmente não são especificados as ações, o que gera conseqüentemente uma vagarosidade da aplicação dos recursos e falta de investimento em setores estratégicos e locais que ainda carecem de infraestrutura, porém não são vistos como prioridades mesmo havendo potencial, devido ao trabalho complexo que é estruturar estes locais.

Nessa linha, o entrevistado declara:

Angatuba, por exemplo, aprovou semana passada o plano diretor de turismo. Ficou de uma forma bem genérica, sabe? Investir na infraestrutura dos potenciais atrativos turísticos. Mas não fala qual potencial. Vai investir onde? Na cachoeira? Na Pedreira? Como vai ser esse investimento? Então, ficou uma coisa bem genérica para que agora a gente discuta como que vai especificar essas ações. Então vai demorar. O problema é a população também. Eu fui pessoalmente chamar os responsáveis dos hotéis. Vocês têm que participar do plano diretor de turismo, não foi ninguém. Então falta trabalho de base e participação (A3).

Esse é um caso sobre o turismo no município de Angatuba, que faz limite com Campina do Monte Alegre e como discorrido no trabalho há potencial para trabalharem a atividade turística de forma integrada. Desse modo, essa realidade exposta, não se limita ao município, mas é um problema de diversas cidades brasileiras, pois a verba MIT é vista como mais um recurso para melhorar a infraestrutura da cidade e não como algo que elabore e aperfeiçoe de forma sustentável o turismo.

Ainda sobre o planejamento do plano diretor de turismo de Angatuba, o ambientalista segue abordando:

Abriam a licitação, veio uma empresa e jogou 22 e meio. metade do preço. Ganhou. Só que eles vieram duas vezes aqui na cidade. O resto foi tudo online. A gente criou uma expectativa com esse plano. Como é que a gente vai fazer um plano diretor sem um inventário? O rapaz queria dizer para mim que o inventário foi feito em uma oficina, onde nós escrevemos no papel, “o que vocês acham que têm de ponto atrativo turístico da cidade”. Esse ia ser o inventário (A3).

Essa é uma realidade comum, vale destacar que a pesquisadora já participou do acompanhamento de planos diretores de turismo durante sua vida profissional e acadêmica e muitos gestores e conselheiros se queixam desse modelo, pois o ramo de consultoria turística cresceu e os PDTs são replicados em diferentes municípios com a mesma estrutura, sem aproximação efetiva da sociedade civil. Não se pode generalizar esse processo, pois a verba MIT e PDTs vieram para melhorar e estruturar os destinos turísticos do Estado de São Paulo, e existem empresas sérias que trabalham com os preceitos do turismo sustentável e participativo, dialogando com a comunidade, no entanto, é comum esse tipo de trabalho dentro do setor, onde são realizadas reuniões em formato de oficinas abertas à população, pois é uma das obrigadoriedades do processo, porém não se envolve verdadeiramente o conselho de turismo e comunidade local, não se visita os estabelecimentos turísticos estruturados e com potencial, o que gera ao final o recebimento da verba, porém sem direcionamento estratégico.

No que se refere a captação de verba relacionado ao turismo ambiental, o Comitê do Alto Paranapanema é um instrumento que possui potencial para apoiar e articular a atividade turística com foco nos recursos hídricos de forma regional. De acordo com o vice-presidente, existem linhas de financiamento para projetos de educação ambiental e com viés turístico que podem ser direcionadas aos municípios via comitê, após a aprovação das câmaras técnicas internas. No entanto, até o momento não houve demanda, pois, as cidades interioranas que compõem a bacia do alto Paranapanema estão focadas na questão estrutural, como drenagem, controle de erosão e obras relacionadas aos recursos hídricos, pois as verbas a nível federal

para questões ambientais são poucas, então o comitê acaba sendo uma fonte para esses investimentos.

Além disso, foi destacado a dificuldade de os municípios apresentarem e desenvolverem projetos de qualidade, sendo assim, se limitam as propostas direcionadas ao setor de obras, pois já existe um padrão a seguir, o entrevistado explica:

Uma coisa é você fazer um projeto para drenagem de água fluvial, que é algo específico, aquela colocação de tubos para controle de erosão e pronto, já o turismo tem uma situação um pouco diferente, da qual o projeto precisa estruturar a captação de recurso, objetivo, relação com a área ambiental, resultados e normalmente é uma ação a longo prazo. A gente tem noção que assim, um dos usos múltiplos passíveis da nossa região é o turismo, é um grande potencial, mas ainda está em uma fase muito preocupante, tem cidade que não tem secretaria ou diretoria de meio ambiente, e no primeiro momento, ao colocar a secretaria de meio ambiente, eles colocam ela junto do setor de obras, não tem essa visão de que na nossa região, o turismo nosso vem do meio ambiente, o nosso turismo aqui é um turismo que tem muito a ver com recursos hídricos e com meio ambiente, a gente está descobrindo isso agora. Ainda não conseguimos receber projetos de turismo que fossem eficientes para a nossa região, apesar que toda vez que a gente discute no comitê esses usos múltiplos da água, a gente entende que o turismo é um dos melhores aspectos para nós. Por quê? Primeiro porque a gente tem o recurso natural e o recurso hídrico disponível, nós temos corredeiras, temos cachoeiras, temos cânions, as pessoas saem daqui, querem visitar a chapada diamantina e não veem que os cânions daqui tem tanta beleza quanto os de lá, E o turismo, na maioria das vezes, ele vai ser um turismo regional, é muito difícil você fazer um turismo no município, quer dizer, os municípios se somam, a gente sempre fala isso, o turismo não é feito com um município só. Então acho que o Rio Paranapanema tem um caminho grande para ser um difusor de desenvolvimento interessante, por conta dessa água, por conta desses recursos disponíveis, mas o trabalho do comitê agora vai ser conseguir fazer com que a gente faça uma conservação disso, quer dizer, para que esse recurso hídrico não seja esgotado (A9).

Em contraponto, um dos gestores entrevistados diz que existem algumas barreiras para trabalhar junto ao comitê da bacia hidrográfica do alto Paranapanema, que comprometem a efetividade e implementação de novos projetos ambientais e novas possibilidades:

O comitê de bacias por mais que integre os municípios e tenha verba disponível é complicado, a meu ver não pensa na preservação das bacias hidrográficas do território, não tem um plano efetivo. Isso fica muito claro. E a gente vê lá que a diretoria é a mesma a muitos anos. A gente tem difícil acesso. Por mais que a gente consiga sentar-se, a gente não consegue fazer o diálogo com essa galera, entendeu? Porque tem muitos entraves, não é? (G6).

Dessa forma, mesmo havendo uma câmara técnica para desenvolvimento de ações e programas de educação ambiental pelos municípios que compõem o Comitê do Alto Paranapanema, ainda é inexistente projetos com este foco. Segundo Tibúrcio (2021), esse fato, atrelado ao descaso do poder público e a baixa eficiência da educação no país, causando inércia

na população e desinteresse popular pelas questões ambientais e que prejudicam o bem-estar das comunidades. Ao comparar a região do Alto Paranapanema com outras regiões paulistas, o autor afirma que este território ainda não alcançou um desenvolvimento humano pleno e um olhar maduro para as questões ambientais que permeiam o Rio Paranapanema, essas condições atuais e a forma que os indivíduos estão desarticulados para as questões emergentes contribui cada vez mais com a marginalização das populações rurais e êxodo rural.

No que se refere a inércia dos sujeitos, Krenak (2020), ressalta que as pessoas foram transformadas em consumidoras e não cidadãs e isso as tornou aduladas, até o ponto de ficarem inertes e não pensarem criticamente sobre o mundo que vivem, incapaz de terem uma cosmovisão para as florestas, rios e mares e de experimentarem o prazer de estar vivo, vive-se no mundo das vaidades e não no mundo do sentir, das subjetividades e da poética da existência e da diversidade. A humanidade está alienada sob o seu exercício de ser (KRENAK, 2020). Para Maffesoli (2021, p.35): “hoje em dia o fascínio pela futilidade chegou ao auge”.

No que se refere os desafios ambientais, foi destacado a questão do desmatamento de forma recorrente, sobretudo na zona de transição entre mata atlântica e cerrado, pois foi muito destruída, muito mal fiscalizado e mal gerenciado, sendo assim, entende-se que a região tem grande problemas para se enfrentar e discutir.

O cerrado nessa região apresenta um avanço significativo de área desmatada, devido à concentração de uso da água utilizada para a irrigação para agricultura, assim, o agronegócio avança, adentra e destrói cada vez mais esse bioma para conseguir expandir e utilizar o solo (UGRHI-14, 2020).

No que se refere aos desmatamentos da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, foram identificados sobretudo em área rural com predomínio de uso agropecuário, sendo este o principal responsável pela ameaça do bioma. Essa identificação foi realizada pelo Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) da Mata Atlântica, uma ferramenta da Fundação SOS Mata Atlântica, Arcplan e MapBiomas, que tem como objetivo monitorar e difundir informações sobre a degradação ambiental do bioma (SOS MATA ATLÂNTICA, 2022).

Segundo um ambientalista especialista em sementes e plantio, é possível realizar um trabalho de reflorestamento no município de Campina do Monte Alegre e região, criando refúgios ecológicos junto aos proprietários rurais, seja pequeno ou de grande porte e reflorestando as matas ciliares e áreas de APPs, porém é necessária uma cultura ambiental, que incentive e acompanhe os proprietários e moradores rurais.

Da Mata Atlântica tem diversas espécies, da mata do Paranapanema tem muitas espécies que poderiam ser plantadas. Uma delas quase tá difícil também hoje de encontrar que é uma espécie típica da beira do rio, é uma árvore que suporta encharcamento e suporta cheia do rio, ela produz um fruto vermelho, saboroso, tem gosto de bolacha de baunilha, ela é farinhenta, lembra um chocolate doce de baunilha é muito importante para alimentação dos peixes, ele flutua, então na época da cheia o fruto vai descendo o rio e os peixes consomem né. E aí tem várias frutas assim, o suputa mesmo é uma fruta também que flutua, tudo para alimentação dos peixes. Tem várias espécies, têm uma que lembra pequena cerejinha, da família da pitanga, que também alimenta os peixes. Poderia sim plantar uns suputás, se tivesse mais saputá ao longo do rio teria mais alimento para peixes, pro Pacu e pro pescador, pro turista encontrar uma fruta na beira do rio é uma coisa linda, agradável, ele pode experimentar, fazer parte do turismo com informação, entendeu, porque atualmente é só: Ahhh é bonito aqui, mas não sabe o nome de uma árvore da beira do rio. Então essas ações fazem parte, um turismo com conteúdo. Plantar mais frutas e as pessoas saberem o que que tem na beira do rio. Tal fruto atrai tal pássaro, faz parte da cultura, mas não tem, é negligenciado isso. O rio é bonito, então fica uma coisa muito simples né. Muito monótono, muito só aquilo. A meu ver tem como desenvolver e muito aqui. E não é só os peixes, têm os pássaros, os animais que poderiam fazer parte do turismo. Vamos até uma parte do rio que tem macaco e vamos observar os macacos. Tem pessoas que vem de longe pra ver isso. Então tudo envolve preservação e conhecimento. É o lema do meu projeto, preservar para conhecer, conhecer para preservar. As duas coisas juntas. Ah eu vou naquele rio porque o rio é bonito, é coisa até supérflua né. O que que tem naquele rio? Quais os peixes que têm? Quais os pássaros? Animais? Quais as frutas? O turista que quer ver natureza e preservação não vem. Infelizmente é essa realidade (A1).

Há anos se discute sobre cidades inteligentes, porém, as cidades ainda são excludentes, com barreiras sociais e inacessíveis, é preciso pensar não apenas em cidades modernas e tecnológicas, mas em cidades sustentáveis, que perpassam a construção de grandes parques urbanos controlados, mas que possibilite um contato real com a natureza, pois como aponta LOUV (2018) esses espaços são cada vez menos naturais, existem muitas vezes para se cumprir um protocolo de quantidade de áreas verdes, defende que é possível até mesmo em metrópoles ter vida selvagem e contato com a natureza viva, através por exemplo do aproveitamento de terrenos baldios, podendo ser transformados em ilhas selvagens e com atividades educativas, além de que uma vida selvagem urbana possibilitaria aumento da biodiversidade, como aves e insetos, assim, afirma que os bairros deveriam ter vegetação nativa e dá o exemplo, de aves em extinção que se alimentam dos frutos do salgueiro, então questiona, porque não plantar salgueiros nas cidades ao invés de palmeiras? Segundo o autor, é nos planos diretores das cidades que se tem a possibilidade de considerar se a natureza será importante e equiparada às demais necessidades urbanísticas de infraestrutura, saneamento e transporte. É preciso, portanto, de estratégias amplas e novos formatos e ideias, pois ao preservar a infraestrutura verde evita-se grandes investimentos em infraestrutura artificiais, pois elas conseguem mitigar gastos, a partir dos controles naturais, como a questão de drenar as águas da chuva, por exemplo.

Pode-se dizer que as cidades verdes ainda estão no campo da utopia, mas já existe um movimento nesse sentido. No que se refere às cidades pequenas, localizadas no interior, podem ser consideradas refúgios ecológicos e possibilitar o contato de indivíduos com a natureza, sobretudo da população local, pois o patrimônio natural muitas vezes faz parte do cotidiano dessas comunidades. Nesse sentido, a natureza torna-se cada vez mais valiosa do ponto de vista regenerativo e muitas pessoas estão fazendo o inverso dos anos anteriores, ou seja, migrando para cidades médias e pequenas, em busca de mais tranquilidade e contato com a natureza, há, portanto, um movimento de retorno ao campo. (LOUV, 2018)

Em uma das passagens de seu livro, Louv (2018) traz entrevista que realizou com David Orr, que disse:

Uma civilização saudável deveria ter mais parques e menos shopping center, mais pequenas fazendas e menos agronegócio, mais pequenas cidades prósperas, mais placas solares e menos cavas de mineração, mais ciclovias e menos estradas, mais trens e menos carros, mais comemoração e menos correria (DAVID ORR em entrevista LOUV, 2018, p.288).

Segundo o engenheiro florestal e ambientalista entrevistado na presente pesquisa, a restauração ecológica, é um problema de estado:

[...] o prefeito que cismar de fazer restauração ecológica, de querer revegetar área, ele não vai inaugurar aquilo, porque até as árvores chegarem no tamanho satisfatório, já acabou o mandato dele, então ninguém se interessa, então assim, por que gostam de fazer praça? Gosta de fazer praça desde que seja banco, agora vai plantar uma árvore, eles já trazem aquelas árvores com 20 metros de altura, e aí não dá certo, porque o custo é muito grande, e nem sempre elas se adaptam, aí traz palmeiras, um monte de palmeiras que está fora da nossa realidade. Já tive com prefeito que falava assim: "Mas vamos plantar uma coisa que eu não vou inaugurar? Quando tiver crescido eu não estou mais aqui", e eu dizia: "Não, mas você vai estar na cidade", "Ah, mas eu não vou ser mais prefeito". Então, esses programas são programas de estado, não são programas de governo, os quatro anos não resolvem, então a restauração ecológica, controle de erosão, essa parte de meio ambiente é um processo muito difícil para o político, mas nós precisamos de um processo de restauração ecológica nas APPs, nas áreas de preservação dos rios, dos afluentes, urgente, e isso não tem a ver só com dinheiro, tem a ver com cultura, com incentivo. É isso é um processo lento, não é um processo de um mandato, é um processo lento, então a gente tem um trabalho que fazer aí, e se a gente não recuperar essas margens, se a gente não tiver essas restauração, se a gente não tiver essa revegetação em locais essenciais, para que esses mananciais possam ser conservados, a gente vai ter grandes problemas no futuro com relação a água, que a gente já vê acontecer em locais dentro do Brasil mesmo, quer dizer, porque ninguém revegetou, ninguém recuperou, ninguém pensou nisso, e aí os problemas são maiores. Então, é um trabalho para ser feito, começa pelos afluentes, às vezes é um córrego pequeno lá que a gente tem que fazer um trabalho mesmo (A9).

Nessa mesma ideia, o ex-secretário de Meio Ambiente, formado na área ambiental expõe:

A gente tem um grande problema, pelo menos eu avalio isso, que são os ranchos na beira do rio, em área de preservação permanente. A gente tem áreas devastadas. A gente não tem um planejamento adequado desses ranchos, não é? Que estão na beira do rio, que muitas vezes não tem uma gestão de esgoto. Os esgotos a gente vê caindo no rio, não é? Tanto no rio Itapetininga, quanto no rio Paranapanema. Eu acho que o poder público municipal não tem força. Pode obviamente fazer encaminhamentos sobre isso. Mas o poder público estadual e federal podem fazer uma proteção muito maior das áreas de proteção permanente, nas encostas dos rios, não é? A gente não conseguiu avançar aqui na preservação ao longo do rio Paranapanema daqui de Campina do Monte Alegre pelo menos. E pensando na questão do turismo, eu acho que no Brasil ainda não se construiu uma relação muito próxima entre o turismo e o meio ambiente (G6).

Foi mencionado pelos ambientalistas a necessidade de pessoas técnicas nas secretarias para dar suporte a área de turismo e meio ambiente. Atualmente as ações relacionadas ao meio ambiente estão atreladas a secretaria de agricultura e desenvolvimento rural, o que de certa forma ofusca as ações ambientais, pois mesmo se tratando de meio ambiente, quando faz essa fusão é comum priorizar questões relacionadas ao agronegócio e agricultura familiar e não no desenvolvimento e ações efetivas relacionadas a proteção e conservação do patrimônio natural.

O Secretário de turismo atual reconhece que o turismo tem de ser baseado nos preceitos ecológicos e destaca que está sendo construída uma parceria para trabalhar turismo junto com a pasta responsável pelo meio ambiente, no entanto, segundo a secretaria de agricultura ainda não foram desenvolvidas ações concretas, apenas a presença de um representante desta secretaria no Conselho Municipal de Turismo.

Ainda sobre esse tema, um dos ambientalistas comenta sobre esse debate nas gestões anteriores:

Tinha um secretário de meio ambiente que estudava a área ambiental, e ele queria trabalhar muito a questão ambiental. Mas a pressão era para que ele trabalhasse a questão da agricultura, que não era o que ele queria. Nós falávamos vamos desmembrar, como que você vai colocar uma secretaria de agricultura com meio ambiente? São coisas antagônicas. Você tem que ter a secretaria de agricultura, para pensar na agricultura, a pecuária. E a secretaria de meio ambiente. Meio que você pode juntar, meio ambiente, turismo, cultura. Isso você junta. Mas meio ambiente e agricultura, não estava legal. É que a questão ambiental de modo geral para o poder público não dá voto, não é? (A7).

Segundo o ex-secretário de Meio Ambiente, em sua gestão foi priorizado a questão dos resíduos sólidos, como plano integrado municipal de resíduos sólidos e a arborização urbana, além de buscar uma aproximação com a universidade, pensando no tema de turismo rural e meio ambiente, porém sem grandes avanços. Nesse período também se iniciou o levantamento sobre as espécies nativas da região e apoio com recurso financeiro da Prefeitura destinado às limpezas do rio, organizada pelas ONGs e sociedade civil, além da instalação de lixeiras no

Distrito de Salto para coleta seletiva. Porém o ex-secretário reconhece que foram ações pequenas, sobretudo pelo fato de não haver uma pasta destinada exclusivamente para o tema ambiental, sendo assim, as principais ações foram focadas na agricultura e desenvolvimento rural.

Ainda sobre as ações, o entrevistado afirma:

Falando de ações, tem o dia do Paranapanema, não é? Que as escolas municipais trabalham no dia do Paranapanema para plantar algumas mudas. São pontuais. É aquilo ali naquele dia apenas. Não tem o trabalho da conscientização contínuo (G6).

Referindo-se aos projetos de mapeamento a secretária atual responsável pelo meio ambiente mencionou que esse estudo foi realizado pela gestão anterior, tanto das espécies nativas, quanto mapeamento das nascentes, porém a documentação não foi encontrada. Esse é um ponto importante de destacar pois é comum em trocas de governo a transição não ocorrer, afetando o desenvolvimento e implementação das políticas públicas e gerando discontinuidades dos projetos desenvolvidos que demandaram recursos e esforços. Isso foi mencionado sobre o COMTUR, segundo uma das conselheiras: “É necessário dar continuidade, mas é comum as ações pararem, e o prejudicado é o município, isso acaba acontecendo porque muda o poder público, muda os membros do conselho de turismo e aí quando volta já não se acham mais os dados, os arquivos se perdem. (A2). Portanto, compreende-se que, mesmo o objetivo do conselho seja ter autonomia e independência do poder público, a gestão é afetada pelas alternâncias do poder.

Nesse sentido, como mencionado ao longo do trabalho, é fundamental trabalhar de forma articulada, turismo, educação e meio ambiente, de forma continuada, sobretudo em um município com potencial natural desse porte, com recursos hídricos importantes e vegetação exuberante e singular, caracterizado por mata atlântica e cerrado.

A Secretária atual responsável pelo meio ambiente destacou que as ações a atual gestão ainda estão sendo planejadas, a principal mencionada foi a semana do meio ambiente, ação que já ocorre e é tradicional no município, especialmente em datas comemorativas, como dia da água e dia do rio Paranapanema, debatendo o conteúdo em sala de aula e levando os alunos para realizar plantio de árvores, mas novamente, sem desdobramentos.

No que se refere às problemáticas ambientais, a secretária destacou a questão dos ranchos e esgoto nas margens do rio, porém, citou não haver uma política de acompanhamento em parceria com o governo estadual e federal, além do tema dos agrotóxicos e desmatamento. Quando perguntado se há uma política de fiscalização sobre o uso de agrotóxico nas

propriedades, foi mencionado que as próprias fazendas já possuem um técnico ambiental para essa análise, o que se entende não ser efetivo, uma vez que esse profissional não cumpre o papel de fiscalizador, mas possui vínculo empregatício com a proprietário, podendo haver barreiras no que diz respeito a efetividade do processo, devido a ausência de autonomia.

Como já destacado, a bacia do Alto Paranapanema, está localizada na região hidrográfica do Paraná, um território com histórico de problemas agrários no que se refere ao estilo de produção e cultivo e desigualdade devido a concentração fundiária. Desse modo, Tiburcio (2021), defende que é necessário que os produtores rurais tenham acompanhamento técnico de profissionais da área ambiental, como engenheiros agrônomo e ambiental, além da orientação por parte do poder público, capacitando-os para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Paranapanema.

Uma das ações ambientais desenvolvidas pela prefeitura relacionadas a essa temática é a campanha para os produtores rurais entregarem os galões vazios de agrotóxicos que ocorre uma vez ao ano e após a coleta é feito o descarte correto.

Um dos ambientalistas comenta sobre essa problemática:

Têm pessoas que adubam as suas plantações, e largam os sacos, vidro com veneno, pela mata. E na enxurrada, vai para o rio. Então a gente tem achado, muita embalagem de agrotóxico, quando pega o lixo, muita embalagem de vidro com veneno dentro, de agricultura, às vezes tampado com rolha, você vê que ainda tem dois, três dedos de produto, então a gente não sabe também se jogaram no rio, ou se ele também rolou na enxurrada, e é preocupante (A2).

No que se refere às questões relacionadas à poluição do rio, foi destacado que o acompanhamento da qualidade da água é feito através dos relatórios emitidos pela SABESP e CETESB, não havendo uma participação ativa da Prefeitura neste processo, mesmo com as constantes denúncias da população local. Foi mencionado pelos gestores a necessidade de maior fiscalização dos recursos naturais, sugerido a criação de um cargo público para essa atuação e que fosse trabalhado junto a esfera estadual, porém, não foi mencionada nenhuma ação para melhorar esse gargalo existente.

Vale destacar, que segundo a entrevistada, o conselho do meio ambiente está ativo e se reúne mensalmente. No entanto, de acordo com os dados coletados, a partir de entrevistas, análise do PDT e portais oficiais de comunicação do município, compreende-se que as ações das gestões atual gestão anteriores relacionadas à preservação ambiental do Rio Paranapanema e seu patrimônio natural são efêmeras e moderadas. Quando se pensa na questão do turismo atrelado a ecologia também são inexistentes ações concretas para trabalhar a educação ambiental, valorizar, proteger o meio ambiente e gerar conscientização dos turistas e

moradores, pois não há um trabalho conjunto entre as pastas de turismo e meio ambiente no município e ações participativas idealizadas pelo setor público, que deveria ser o principal responsável pela organização da atividade turística.

Segundo Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Campina do Monte Alegre, foram mapeadas algumas ações possíveis relacionadas a atividades de conscientização ambiental, sendo elas: Programa de Utilização Racional da Água e Energia; Programa de Reuso da Água; Programa Município Verde Azul; Programas de Educação Ambiental; Orientação para separação na origem dos lixos seco e úmido; Promoção de reforço de fiscalização e estímulo para denúncia anônima de descartes irregulares; Orientação para separação dos entulhos na origem para melhorar a eficiência do reaproveitamento. Foi identificado também o PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, com as seguintes ações: Despoluição de Corpos D'Água, Recuperação e Preservação de Nascentes, Mananciais e Cursos D'Água em Áreas Urbanas e Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes. No entanto, de acordo com pesquisa realizada, as ações não foram desenvolvidas de forma efetiva. (CAMPINA DO MONTE ALEGRE, 2014)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando responder à pergunta: “Em que medida a atividade turística pode contribuir com a preservação do rio Paranapanema”, o presente trabalho fez um resgate histórico e mapeamento do turismo desenvolvido no local, a partir da abordagem teórica e trazendo o pensamento da comunidade local e turistas, com sugestão de ações possíveis para um despertar ambiental através do turismo, que contribua com a preservação do Rio Paranapanema e para uma consciência ecológica.

Assim, de acordo com os dados levantados apontados pela comunidade local, ambientalistas, gestores, turistas e pesquisadores, um dos principais problemas ambientais identificados está relacionado ao desmatamento da vegetação da mata atlântica e cerrado, biomas que estão presentes no município de Campina do Monte Alegre e dão características singulares ao local em se tratando de diversidade natural, mas que estão sendo devastados, com ausência de mata ciliar no entorno do rio, restando apenas alguns refúgios ecológicos na região, espaço que seria responsável por conservar parte da biodiversidade da fauna e da flora ainda existente.

No que se refere a poluição do Rio Paranapanema, os principais poluentes vêm através de resíduos industriais, agrícolas e domésticos, sobretudo pelo avanço do agronegócio na região, que pressiona gradativamente o rio Paranapanema e provoca erosão, assoreamento e contaminação da água, devido aos insumos químicos utilizados, como agrotóxicos e retirada da mata ciliar.

Nesse sentido, um dos pontos críticos explorados no presente trabalho, devido a ênfase que foi dada pelos entrevistados, foi o tema da redução do volume da água, que já afeta a vida da comunidade local, que utiliza o rio para lazer e subsistência. De acordo com as falas dos pescadores e moradores mais velhos, a paisagem vem se modificando rapidamente, sendo perceptível a preocupação relacionada a escassez da água pelos moradores e ambientalistas, pois mesmo o Rio Paranapanema sendo considerado um rio volumoso, já não é o mesmo de 10 anos atrás e os pescadores que navegam pelo rio relataram que há trechos que já não são navegáveis em certos períodos do ano, pois com a baixa do volume de água, os barcos correm risco de bater nas pedras, afetando até mesmo a vida aquática, uma vez que há peixes que já se encontram em extinção.

Vale ressaltar que a restauração da vegetação e políticas isoladas não resolve o problema, uma vez que é necessário um despertar ambiental e engajar os atores sociais para

participarem da solução do problema e desenvolver um projeto contínuo de reflorestamento da mata ciliar, criação de refúgios ecológicos e um movimento em defesa do rio Paranapanema.

No que se refere aos usos do rio pela comunidade local, a principal utilização foi o lazer e trabalho. Nesse sentido, o rio pode ser considerado como espaço de sociabilização, de lazer e convívio e, portanto, a degradação ambiental gera, conseqüentemente, perda de espaço social. Os relatos dos entrevistados trouxeram lembranças de um rio do passado e comparações e preocupações com o rio do presente e o rio do futuro. Pode-se dizer que a nível nacional, os rios estão na UTI e que mesmo o Rio Paranapanema sendo considerado o mais limpo do Estado de São Paulo, esse rótulo é inadequado, pois já sofre grandes impactos ambientais que podem comprometer sua qualidade e abundância se não for colocado em prática ações preservacionistas e educacionais, que mobilizem os sujeitos a mudarem o modo de vida vigente e criarem um pensamento ecológico.

A contaminação dos recursos hídricos é um dos graves problemas ambientais e afeta toda a sociedade, pois diminui a água doce disponível no planeta. Além da questão de suprimento, a poluição da água afeta também a atividade turística, pois para que a atividade ocorra, os recursos naturais precisam estar preservados e a qualidade da água adequada para a balneabilidade. Segundo Ruchamann (2002), a preservação ambiental é fundamental para que a atratividade turística siga ocorrendo.

O Brasil é um dos guardiões das principais reservas de água doce do mundo, com rios e aquíferos e, mesmo assim, algumas regiões já sentem a crise hídrica (PERTILLE; LANZER, 2006). Essas alterações se dão por conta das mudanças climáticas a nível mundial e que se percebe em escala local, pois a alteração dos regimes das chuvas e a intensa exploração do rio para irrigação da agricultura, que margeia grande parte do curso d'água, a paisagem cercada pelo agronegócio, substituiu a diversidade ambiental e cultural da região por uma cultura homogênea e monótona, trazendo riscos à saúde pública e afetando os modos de vida existente.

Esse modelo de agricultura, baseado nos moldes capitalistas, vem acompanhado de concentração fundiária, sendo que uma porcentagem significativa dessas terras advém do processo de grilagem. Nesse sentido, compreende-se que a monocultura pode ser comparada a uma prisão, enquanto a diversidade pode ser libertadora e inclusiva (BOMBARDI, 2017).

Conforme apontado no trabalho, o Rio Paranapanema possui relação afetiva com os moradores e até mesmo com os turistas, pois em sua maioria são visitantes da região que já conhecem o Rio Paranapanema, pois ele passa pela sua cidade de origem. Nesse sentido, o Paranapanema tem grande importância ambiental, histórica e cultural, pois através dele, navegam memórias da história do país e da história dos sujeitos locais, que de certa maneira,

estão ligados desde a infância com o rio, sobretudo pelas atividades de lazer e como fonte de renda familiar. O rio representa também diversidade ambiental, em suas águas vivem espécies de peixes, voam aves que se alimentam de animais aquáticos e banha cidades e vegetações, contribuindo com a vivacidade desses locais, podendo ser considerado um patrimônio natural e cultural, porém, que vem sofrendo graves impactos, devido à ausência de uma política eficaz e fiscalizadora.

Em relação a comunidade local a mesma vê o turismo como positivo e negativo, pois ao mesmo tempo que gera emprego e renda ao município, não é uma atividade sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental, pois não está baseada em um turismo ecológico e preservacionista. É notória a preocupação da população local com o crescimento da atividade sem planejamento, pois entendem que a sobrecarga do local pode impactar o rio e a mata, através da geração de lixo, pesca predatória e esgoto doméstico. Ressaltaram que o turismo no local é subaproveitado, pois não há atividade de lazer organizadas para que o visitante aproveite e conheça com mais propriedade o local. A atividade que mais apareceu como sugestão foram os passeios de barco com acompanhamento de profissionais para contar a história do rio e suas características naturais, ou seja, um turismo que articule o campo cultural e natural e coloque a comunidade local como participante e não como coadjuvante, como acontece atualmente.

No que se refere ao perfil do turista, como mencionado na discussão dos resultados, é um visitante que já frequenta a região e conhece Campina do Monte Alegre. Caracteriza-se por turistas que possuem casa de segunda residência e turistas que alugam ranchos ou pousadas para passar o feriado ou final de semana, mas o perfil que mais se destacou foi o de visitantes que não pernoitam no local. Durante as entrevistas, um ponto de atenção foi que todos os turistas se consideraram viajantes conscientes e cidadãos, porém foram poucas as ações mencionadas que contribuem significativamente com a preservação ambiental, se destacando a ação de recolher o lixo. Os entrevistados demonstraram bastante interesse pelo tema turismo ecológico e sugeriram diversas possibilidades de lazer ambiental que teriam interesse em participar, como trilhas, passeio de barco, observação de animais, atividades de aventuras, caminhadas históricas e ecológicas e palestras ambientais, o que demonstra o potencial desse tipo de atividade no local.

É notório que o Rio Paranapanema em toda sua extensão carece de planejamento e zoneamento ecológico, definindo e limitando os seus múltiplos usos possíveis. O município de Campina do Monte Alegre não possui um plano diretor municipal, pois de acordo com a Lei 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade a obrigatoriedade do documento se dá para municípios a partir de 20 mil habitantes. Esse fato, causa impactos negativos ao município,

pois não há um monitoramento e planejamento para os cursos d'água, tampouco uma política ecológica que vise transformar as cidades em ambientes sustentáveis.

A consciência ambiental é algo que vem sendo debatido na sociedade, porém avança a passos lentos, discutida de forma isolada, pois não está integrada em áreas que impactam toda a sociedade. Nesse sentido, compreende-se que a educação é um dos caminhos possíveis para contribuir com a emancipação dos sujeitos e a sensibilização para o entendimento de seu papel no mundo e sua relação com a Terra, uma interação de troca e dependência, onde os seres afetam e são afetados e suas ações degradantes na natureza impactam seu corpo, mente e alma, mesmo que não sejam percebidas de forma imediata, mas que vem sendo sentida e será ainda mais percebida pelas futuras gerações, pois se a sociedade seguir nesse ritmo de exploração e desintegração com o meio, seguiremos correndo sérios riscos de sobrevivência.

Nesse sentido, é necessário superar a visão reducionista e fomentar o pensamento crítico e emancipatório, para que as pessoas compreendam o potencial que possuem para intervir e mudar a realidade atual e se reconheçam como sujeitos históricos (FRANCO, 2016).

O objetivo das reflexões apresentadas no trabalho não é ter uma visão pessimista do futuro, porém, alertar de acordo com pesquisadores renomados e estudiosos da área ambiental para os sinais de que o planeta Terra vêm dando à humanidade, através das catástrofes planetárias, como inundações, aquecimento da terra e dos oceanos, escassez da água, extinção de espécies e outras adversidades que decorrem da relação homem e natureza, ao tentar controlá-la e impor as necessidades consumistas e modernas sem considerar as necessidades da natureza, que por consequência são também nossas necessidades. Assim sendo, vale destacar que existem novas tecnologias sustentáveis, que podem substituir essa tecnologia degradante e alienante, porém, para isso é preciso uma mudança na visão de mundo de toda a sociedade, substituindo a visão consumista, por uma visão ecológica.

Os recursos hídricos são utilizados para inúmeras funções, como transporte, pesca, navegação, irrigação, cura, lazer e turismo. Ao pensar na atividade turística, que utiliza estes recursos naturais, é necessário um planejamento conjunto, que sensibilize veranistas e moradores, para que os efeitos negativos do setor sejam minimizados ao máximo. Para isso, a participação da comunidade local no planejamento do turismo e nas causas ambientais é fundamental, pois são os principais impactados pela atividade turística e pela degradação ambiental provocada por diversas outras atividades. Desse modo, os moradores, em conjunto com as organizações sociais e gestão local, devem estar unidos em prol da preservação. Porém, para que seja possível alcançar esse cenário ideal, é necessário políticas públicas eficazes, fiscalização e um trabalho de base, desde a educação, atrelada aos preceitos ambientais.

Compreende-se que mesmo havendo a preocupação ambiental da comunidade local que vive no Distrito de Salto, ainda há poucas ações coletivas e um movimento ambientalista na região que defenda o Rio Paranapanema e um turismo ecológico. Apesar de haver importantes iniciativas, como a ONG EcoRoad e ONG Amigos do Rio, as ações ainda são realizadas por um pequeno grupo de pessoas engajadas na causa ambiental, que fazem um trabalho primoroso de preservação e educação ambiental, porém, com pouca participação local, pois como apresentado no trabalho, os moradores locais não participam de ações contínuas focadas na preservação, apenas em alguns casos da limpeza anual que ocorre no rio. Nesse sentido, acredita-se que como diz Krenak (2020), há uma inércia a nível mundial, que faz com que os sujeitos não se mobilizem e não lutem de forma organizada para preservação da natureza, mesmo os riscos e mudanças ambientais sendo perceptíveis e a informação sobre os riscos ambientais esteja disponível de forma universal.

Para reverter esse cenário de inércia, compreende-se que a educação possui papel central, pois tem a possibilidade de contribuir com a formação do pensamento crítico dos indivíduos e através da educação ambiental com a formação de um pensamento ecológico.

Nesse sentido, de acordo com a abordagem teórica apresentada, a educação deve estar presente no cotidiano das práticas educativas que ocorrem nas escolas ou em outras instancias da sociedade que seja possível trabalhar a sensibilização ambiental, pois a integração entre os aspectos ambientais, históricos, geográficos, biológicos e sociais permitem aos sujeitos maior aprofundamento e conhecimento da realidade (FARIA; GARCIA, 2002).

Nessa linha de pensamento, o turismo pode ser uma ferramenta de grande contribuição, pois através da ludicidade, lazer e conhecimento partilhado, pode aproximar os sujeitos da natureza, pois conforme apontado por Coriolano (2002), o turismo ambiental e responsável pode agir como um ator de proteção e preservação dos recursos naturais, pois é uma atividade que prioriza os cuidados com o meio ambiente, preserva as culturas locais e proporciona protagonismo dos moradores.

Nessa linha, Pertille e Lanzer (2006), ressaltam que esses benefícios ocorrem quando o turismo é utilizado de forma consciente e enfatiza os valores ambientais, contribuindo com a forma que a sociedade vê e interage com a natureza, transformando a visão de meio ambiente como recursos inesgotáveis para suprir a necessidade humana, por uma relação de participação e cuidado.

O turismo ecológico é uma dessas vertentes que tem como premissa o respeito a natureza como um todo e vem crescendo no Brasil, com destaque para o Pantanal e Amazônia, que oferecem aos turistas atividades de pesca esportiva, trilhas ecológicas, observação de

animais, passeio de barcos, safáris fotográficos e esportes de aventura. No entanto, segundo Pertille e Lanzer (2006) o turismo atrelado aos recursos hídricos, ainda ocorrem de forma desordenada e despreocupado, sem se preocupar verdadeiramente com a vulnerabilidade dos ecossistemas, gerando impactos negativos e degradação ambiental.

Dessa forma, segundo relatórios da ANA (2005), o turismo em recursos hídricos, representa uma parcela significativa de contaminação das águas, devido ao crescimento populacional descontrolado, resíduos de embarcações, lançamento de esgoto, ausência de coleta de lixo e falta de orientação dos turistas por profissionais capacitados que possibilitem um pensamento responsável e de proteção.

Vale ressaltar que o uso de equipamentos e embarcações náuticos motorizados também podem ocasionar danos ao meio ambiente, como erosão da margem, sobretudo em locais com ausência de mata ciliar, além da poluição sonora que pode afetar as espécies que habitam a região (MOSICH; ARTHINGTON, 1998).

Nesse sentido, como destacado pelos entrevistados é fundamental que tenha uma política educativa para turistas e moradores, através de palestras, oficinas e atividades práticas, com acompanhamento de profissionais capacitados para contribuir com a formação ecológica dos moradores e visitantes. A Cachoeira de Salto e seus arredores não possui nenhum profissional com essas características, havendo carência de atividades de lazer, turísticas e ecológicas a disposição dos turistas sobre a história do rio e suas características geográficas. Desse modo, o turista atualmente não sai sensibilizado e tampouco aprende sobre o destino o qual esteve em contato, pois a única atividade possível é a contemplação da paisagem, banho de rio e alimentação no restaurante.

Dessa maneira, estudos que diagnosticam e proponham melhorias para que o turismo seja um facilitador e articulador para preservação ambiental são essenciais, viabilizando um lazer e turismo estruturado e de baixo impacto, que conecte os indivíduos com o meio ambiental e cultural.

Segundo Louv (2018), é necessário que o desenvolvimento se dê a partir de uma economia regional e sustentável. Esse é um fato importante, pois ao pensar em meio ambiente, as ações preservacionistas devem estar conectadas, pois os biomas se interligam através das cidades e são dependentes.

No que se refere ao turismo, o planejamento integrado entre cidades é essencial, pois contribui com o aumento do fluxo e permanência dos visitantes, no entanto, a cidade de Campina do Monte Alegre, mesmo inserida na região turística (RT) Altos de Paranapiacaba - Veredas da Mata Atlântica, não possui integração concreta, pois não há ações conjuntas em

prol do desenvolvimento turístico e ambiental dessa região, ficando exclusivamente no papel, apenas para cumprir uma normativa do Estado de São Paulo, que visa categorizar regiões turísticas. No entanto, na prática essa RT não teve um desenvolvimento regional funcional, até mesmo porque municípios como Buri e Angatuba, que fazem limite com CMA, não fazem parte deste grupo, mesmo sendo as duas cidades que mais poderiam trabalhar em conjunto. Portanto, é evidente que é preciso rever as formas de planejamento turístico na cidade e criar um modelo próprio, inspirado em exemplos de outros destinos com características parecidas, para de fato conseguir alcançar um desenvolvimento econômico, social e ambiental pleno e como diz Magalhães (2002), alcançar um grau de conscientização ambiental que permita os sujeitos exercerem sua cidadania.

Como abordado ao longo da pesquisa, o município de Campina do Monte Alegre possui potencial turístico devido sua diversidade natural e cultural e a atividade turística já ocorre de forma espontânea, sendo colocada pelos moradores como uma importante contribuição econômica para a cidade, pois muitos possuem trabalhos diretos ou indiretos na área. Porém, sem protagonismo, pois o formato da atividade atualmente gera dependência dos fluxos externos para movimentação do comércio local e trabalhos em ranchos, sem valorização da cultura local e, tampouco atividades em que os moradores façam a condução, como passeios de barcos, canoagem, trilhas, guiamentos histórico-culturais, safáris fotográficos e demais atividades alinhadas ao turismo responsável.

Portanto, mesmo a cidade possuindo forte potencial hídrico para implementação do turismo ecológico, essa ainda é uma realidade distante, pois de acordo com dados levantados através de entrevistas com gestores e documentos oficiais, não há nenhuma política pública nesse sentido e a falta de integração e trabalhos conjuntos entre as Secretarias de Turismo e Secretaria de Meio Ambiente é uma realidade.

Tampouco aparece no Plano Diretor de Turismo, principal documento norteador das ações turísticas, propostas relacionadas ao desenvolvimento de um turismo ecológico. Dessa forma, as ações ambientais para preservação do Rio Paranapanema, reflorestamento e atividades de educação ambiental atreladas ao lazer, são organizadas exclusivamente pelas ONGs, que isoladamente apesar de desenvolverem um trabalho essencial, não conseguem avançar com mais projetos, sobretudo projetos focados no turismo, pois necessitam de apoio do setor público para fortalecer as ações.

Vale destacar que uma sociedade que produz desigualdades sociais e ambientais extremas necessita de políticas públicas extremas para resolução de seus problemas. No entanto, as ações atuais que permeiam esse universo ambiental são iniciativas isoladas

propostas pelas ONGs locais, que não conseguem dar conta de desenvolver mais ações devido à falta de verba, investimentos e equipe.

Nesse sentido, a presente pesquisa procurou refletir sobre o turismo em suas relações com o meio ambiente e analisar a partir das narrativas de moradores, turistas, ambientalistas e gestores, as potencialidades locais e urgências no que se refere a preservação do Rio Paranapanema e a maneira que o turismo pode contribuir para a valorização e preservação deste importante curso d'água, pois além de ser o principal recurso turístico do município, possui importância nacional, por sua abundância, diversidade e representação histórico-cultural.

Vale destacar que foi desafiador encontrar trabalhos sobre a cidade de Campina do Monte Alegre, pois por ser um município relativamente recente, ainda carece de dados. Em relação ao rio Paranapanema, aliado ao turismo ecológico, também foi difícil encontrar bibliográficas, situação que mostra que é um tema ainda pouco explorado.

Dessa forma, o trabalho visa agregar com a cidade Campina do Monte Alegre através dos dados científicos levantados e pensar em maneiras de contribuir com a construção de uma visão e pensamento ecológico a partir do turismo, agindo como uma ferramenta de transformação social, pois é urgente aumentar a disponibilidade de natureza a aproximar os indivíduos dela.

Por fim, a proposta foi mostrar um novo olhar para o Rio Paranapanema, mas vale frisar que o presente trabalho foi construído por muitas mãos, pois houve o envolvimento da comunidade local, que se mostrou aberta e a disposição da pesquisadora para construir em conjunto ideias para um turismo ambiental e ao mesmo tempo, trouxeram de forma corajosa durante as entrevistas os graves problemas ambientais que o Rio Paranapanema vêm sofrendo.

Todo corpo hídrico é único e insubstituível. Dessa forma, entende-se que essa é uma causa coletiva e espera-se que o presente trabalho contribua para que em alguma medida a ideia sobre a importância deste rio, que faz parte da minha e de outras tantas infâncias, seja preservado e vistos pelos olhos da alma, mas também com políticas regulatórias e que sirva como instrumento de lazer, afeto e aprendizado para os sujeitos que tiveram contato com esta natureza pulsante, pois é um patrimônio cultural e ambiental essencial, que representa um elo para todos que convivem ou conviveram em suas águas. Portanto, acredita-se que o turismo é uma forma de viabilizar essa aproximação entre sujeitos e natureza, neste caso, uma aproximação com o Rio Paranapanema, Mata Atlântica e Cerrado, que possibilite um entendimento e preservação deles.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Richard. A opção pela terra como lugar teológico. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Nosso planeta. Nossa vida. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA **Modelagem Da Qualidade Da Água Na Bacia Do Paranapanema Bases Para O Enquadramento**. Brasília, 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. Cadernos de recursos hídricos: turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>> Acessado em: 10 novembro de 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. **Relatório Executivo do PIRN Paranapanema**. Brasília, 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. **UGRH PARANAPANEMA: Qualidade de Água**. Brasília, 2014.

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)**. 2011.

ANDRADE, Mário. **Mário de Andrade, cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)**. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

ARÉVALO, Tania Ricaldi. Alternativas ao desenvolvimento: Construindo culturas de vida. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.

ARRUDA, Marcos. Flores que se abrem no deserto: o milagre da vida e o desenvolvimento endógeno sustentável. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.

BACCA; Lauro Eduardo. **O grande Mito**. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **REDESCOBRINDO A ECOLOGIA NO TURISMO**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BARRETO, Margarida. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas: Papirus, 1991.

BARROS, Marcelo. CARAVIAS, José Luis. **Teologia de la tierra**. Madrid: Paulinas, 1988.

BOFF, Leonardo. Características do novo paradigma eco-cosmológico. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.

BOFF, Leonardo. **Ética e ecoespiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BOFF, Leonardo; ESCOTO, Miguel de. Declaração universal do bem comum da terra e da humanidade. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Nosso planeta. Nossa vida. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo, 2017.

BONIOLO, Vinicius Rainer. **Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Campina do Monte Alegre/SP**. 2019. 101f. TCC (graduação) - Curso de Engenharia Ambiental, Universidade Federal de São Carlos/Campus Lagoa do Sino.

BORGES, Juliana; CASTRO, André Spinola. Destino preservado. **Caderno Sesc de Cidadania**: Dia mundial do turismo. n. v. 1, n. 3, p.26-30, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 01 de abril de 2022

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de segmentação em turismo**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil, 2006b, Coordenação geral: Tânia Brizola.

BRASIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012**. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Brasil. Ministério do Turismo. **Orientações técnicas para a criação do Conselho Municipal de Turismo**. 2016. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/CARTILHA_CONSELHOS_MUNICIPAIS_REVISADA_05_10_18.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

BURI CONECTADO (Buri). **Órgãos Ambientais investigam origem da mancha de poluição em rio de Campina do Monte Alegre**. 2020. Disponível em: <http://www.buriconectado.com/2020/09/orgaos-ambientais-investigam-origem-da.html>. Acesso em: 05 out. 2022.

BURLE MARX, Roberto. **Arte e paisagem**: Conferências escolhidas. São Paulo: Nobel, 1987.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia**: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CABRAL, Edson. Clima e turismo. In: **TELES, R. et al. Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

- CÁCERES AGUIRRE, Alirio. **Entre ecologia e ecosofia**: Passos para uma hermenêutica ecoteológica. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Nosso planeta. Nossa vida. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CAMARGO, Luiz Octávio. **O que é lazer**. Brasiliense, 2017.
- CAMPINA DO MONTE ALEGRE. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico** – Município: Campina do Monte Alegre. São Paulo, 2014
- CAMPOS, Neide Pelaez. **A construção do olhar estético-crítico do educador**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969
- CARVALHO, I.C. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- CASTAGNOLI, Roseli da Costa Ribeiro. **Monitoramento das águas superficiais do estado de São Paulo**: reflexões sobre a Bacia do Alto Paranapanema (UGRHI-14). 2012.
- CBH-ALPA. Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema. Disponível em: <<http://www.cbhalpa.com.br>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.
- CERVEIRA FILHO, José Luiz Fernandes. **Pós-modernidade e risco na bacia hidrográfica do Alto Paranapanema**: uma análise da construção social da sub-política ambiental no município de Piraju (SP). 2007
- CETESB. **Qualidade no estado de São Paulo das águas interiores**. São Paulo, 2020.
- CETESP. **Apêndice B**: Descrição dos pontos de amostragem planejados para 2020. São Paulo, 2020.
- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAPANEMA. Disponível em: <<https://www.paranapanema.org/a-bacia/caracteristicas/>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.
- COSTA, Paula Chamy Pereira; ROSSI, Patrícia Regina; SCHUMAHER, Sylvania Maria. **Reflexões finais**: a real contribuição do ecoturismo para a natureza. In: NEIMAN, Zyman. Meio Ambiente, educação e ecoturismo. Barueri/SP: Manoli, 2002.
- CURY, José Flávio. **A gestão integrada de bacias hidrográficas: a abertura de uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável do Alto Paranapanema**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DÍAZ, A.P. **Educação ambiental como projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica**. In: SIMÕES, Luciano Lopes; LINO, Clayton Ferreira. Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais. São Paulo: SENAC, 2003.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DINO, Bruna Renata; TOLEDO, André. **Diagnóstico do uso e cobertura do solo em áreas de preservação permanente e a qualidade da água de dois rios na bacia do Alto Paranapanema**. *Enciclopédia Biosfera*, v. 17, n. 33, 2020.

DUKE ENERGY (Brasil) (org.). **Peixes do Rio Paranapanema**. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/110776457/GUIA-PEIXES-Do-Rio-Paranapanema>. Acesso em: 4 ago. 2022.

EBIRD BRASIL (Brasil). **Global Big Day 2021 alcança novas alturas**. 2021. Disponível em: <https://ebird.org/brasil/news/global-big-day-2021-alcanca-novas-alturas>. Acesso em: 7 set. 2022.

EMOTO, Masaru. **A vida secreta da água**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARIA, Marcelo Oliveira; GARCIA, Eliana Britto. **Um sonho e trabalho para a construção de outro futuro**. In: NEIMAN, Zyman. Meio Ambiente, educação e ecoturismo. Barueri/SP: Manoli, 2002

FARIAS, Marcelo Oliveira. **O mundo globalizado e a questão ambiental**. In: NEIMAN, Zyman. Meio Ambiente, educação e ecoturismo. Barueri/SP: Manoli, 2002.

FASE. Armadilhas do paradigma do desenvolvimento: um convite ao debate da transição. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.

FIGUEIREDO, L. F. **A observação de aves: Esporte, Lazer, Ciência e Arte**. Centro de Estudos Ornitológicos. Disponível em: <http://www.ceo.org.br/> . Acessado em 04 nov 2022.

FLOSI, Catarina. Rotas dos Descobrimentos. **Caderno Sesc de Cidadania: Dia Mundial do Turismo**. n, v. 1, n. 3, p.9-25, 2010.

FONSECA, Gustavo; MITTERMEIER, Russell; SELIGMANN, Peter. Prefácio. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

FOOTE WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77- 86

FRANCISCO, Papa. **Laudato si**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015.

FRANCO, Flávia Fina. **A educação ambiental crítica e o saber de experiência feito na educação de pessoas jovens e adultas: um diálogo para a transformação**. 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e Terra, 1996. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf

ITESP. **Fundação Itesp**: sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiária no Estado de São Paulo. São Paulo: ITESP, 2013.

G1 (Brasil). **Amazônia**: 2022 já tem pior marca da série histórica de alertas de desmate do inpe. 2022 já tem pior marca da série histórica de alertas de desmate do Inpe. 2022.

Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/10/28/amazonia-2022-ja-tem-pior-marca-da-serie-historica-de-alertas-de-desmate-do-inpe.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2022.

GALINDO LEAL, Carlos. et al. Estado dos hotspots: a dinâmica da perda de biodiversidade In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. Status do hotspot Mata Atlântica: uma síntese. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

GASTAL, S; MOESCH, M. M. (2006). Turista cidadão: uma contribuição ao estudo da cidadania no Brasil. In **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – UnB – Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis: vozes, 1997.

GOMES; Carmo Lourenço Gomes; FRATESCHI, Aleandro. Eu, você e Campina do Monte Alegre: Histórias e poesia. São Paulo: Meireles editorial, 2006.

GRANADO, Danielli Cristina. **O uso dos recursos hídricos para turismo**. In: RAMIRO, Patrícia. Turismo, cultura e meio ambiente. João Pessoa: UFPB, 2019

GRASSI, Ernesto. **Poder da imagem**: impotência da palavra racional. São Paulo: Duas cidades, 1978.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HERNÁNDEZ, Eleazar López. Guidxilayú: Teologia indígena da terra. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Nosso planeta. Nossa vida. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

HINTZE, Helio. **Turismo Legitimado**: Espetáculos e invisibilidades. São Paulo: Edições SESC, 2020.

HIROTA, Márcia Makiko. Monitoramento da cobertura da Mata Atlântica brasileira In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campina-do-monte-alegre/panorama>>. Acesso em: 01 de abril de 2022

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História e dados**: Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=campina%20do%20monte%20alegre%20IBGE>>

INSTITUTO FLORESTAL. **Plano de Manejo Estação Ecológica do Paranapanema**. São Paulo, 2018.

ISAYAMA, H.F. **Recreação e Lazer como integrantes dos currículos de graduação em Educação Física**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Unicamp, Campinas, 2002.

JORNAL DA UNICAMP (Campinas). **Tese da área de educação revela práticas de inspiração nazista no país antes da 2ª guerra**. 2012. Disponível em: <https://issuu.com/ascom.unicamp/docs/ju536>. Acesso em: 25 nov. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

KUDREV, Todor Georgiev. **Água vida das plantas**. São Paulo: Ícone, 1994

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Editora Nova Alexandria, 2019.

LANZER, Rosane; RAMOS, Bernardo; RUDZEWICZ, Laura. **Recursos hídricos no turismo dos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul: usos e interferência antrópica**. ANPTUR, 2013.

LEIRA, Matheus Hernandes et al. **Piracema**: período de preservação dos peixes nativos. Disponível em: <http://nutritime.com.br/arquivos_internos/artigos/Artigoo_466.pdf>. Acessado em: 04 nov 2022.

LOUV, Richard. **A última criança na natureza**: Resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2018.

LUTZENBERGER, José. **Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro**. Porto Alegre: Movimento, 1977.

LUTZENBERGER, José. **Manual de Ecologia**: do jardim ao poder. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MACHADO, Angela; KLABIN, Roberto. Apresentação da edição brasileira. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

- MADEIRA, Thais Fernanda Leite. **A caminho do rio: um estudo sobre as relações de gênero e meio ambiente entre os pescadores do Alto-Médio Rio São Francisco**. 2006.
- MAFFESOLI, Michel. **Ecosofia: Uma ecologia para nosso tempo**. São Paulo: Edições SESC, 2021.
- MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
- MAGNANI, J. G. C. **Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade**. 3º ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.
- MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Editora da USP/FAPESP, 2000, p.12-53.
- MALERBA, Julianna. Bens Comuns. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer, concepções e significados. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 1, n. 1, 1998.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Políticas Públicas de Lazer-formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP**. 2007.
- MARRE, Jacques AL. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel, PR: Mimeo, 1991.
- MATHEUS, Fabricio; TELES, Reinaldo. Manejo de visitante em áreas naturais. In: TELES, R. et al. **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- MEIRELLES FILHO, João. **Ecoturismo: O novo mecanismo de desenvolvimento sustentável**. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **REDESCOBRINDO A ECOLOGIA NO TURISMO**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- MENÊZES, Luzia Neide; CORIOLANO, Teixeira. **O ecoturismo e os hóspedes de natureza**. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **REDESCOBRINDO A ECOLOGIA NO TURISMO**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- MENINO 23. Direção de Belisario Franca. Roteiro: Bianca Lenti e Belisario Franca. Música: Armand Amar. Campina do Monte Alegre: Giros, 2016. Son., color. Disponível em: <https://www.menino23.com.br>. Acesso em: 14 jul. 2022.
- MERLO, Márcia. **Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar**. São Paulo: FAPESP, 2000.
- MOLINA, Sérgio. **Turismo e ecologia**. Bauru: Editora da Universidade Sagrado Coração, 2001.

- MOORE, Gordon. Apresentação da edição original. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.
- MORAES, Antonio. **Meio Ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAN, Emilio. Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-ambiente. São Paulo: SENAC, 2008.
- MOREIRA, JC. Geoturismo e interpretação ambiental [online]. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 157 p. ISBN 978-85-7798-213-4. Available from SciELO Books.
- MOURA, L. A .A. **Qualidade e gestão ambiental: sugestão para implementação das normas ISO 14.000 nas empresas**. São Paulo: Juarez Oliveira, 2002.
- MURAD, Afonso. Felicidade e sobriedade feliz: uma contribuição para novos paradigmas. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.
- NEIMAN, Zyman. **Reflexões da modernidade**. In: NEIMAN, Zyman. Meio Ambiente, educação e ecoturismo. Barueri/SP: Manoli, 2002.
- NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Ed.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Manole, 2010.
- NILLES, Bernd; KNECHT, David; BOURBAN, Hélène. Condição para uma mudança sistêmica. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.
- NOGUEIRA, Silvia. Planejamento do ecoturismo em unidades de conservação no Brasil. In: TELES, R. et al. **Turismo e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- NOVAES, Marlene Huebes. **Atividades ecoturísticas e educação ambiental**. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. REDESCOBRINDO A ECOLOGIA NO TURISMO. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- OLIVEIRA, Angela Geremias. O Rio da minha infância: Onde a arte e a natureza se encontram. 2010. 88f. TCC (graduação) - Curso de Artes Plásticas, Faculdade Mozarteum de São Paulo.
- OLIVEIRA, João Bosco Biase. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável**. Publicado em 2007. Disponível em: <m www.universoambiental/novosartigos> Acesso em: 01 fev de 2022.
- OTSU, Roberto. **A sabedoria da natureza: Taoísmo, I Ching, Zen e os ensinamentos essênios**. São Paulo: Ágora, 2006.
- PEREIRA, C.M.M *et al.* Ecopedagogia: uma nova pedagogia com propostas educacionais para o desenvolvimento sustentável. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.8, n.2, p.-80-89, jun.2007.

PERERA, Marlene. Cada parte desta terra é sagrada para meu povo. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Nosso planeta. Nossa vida. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

PERTILLE, Iara; LANZER, Rosane. Turismo em reservatórios de hidrelétricas-uma reflexão sobre o múltiplo uso e os possíveis impactos ambientais. **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, v. 4, p. 1-11, 2006.

PINTO, Luiz Paulo; BRITO, Maria Cecília Wey. Dinâmica da perda da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira: uma introdução. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas**. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

PIVETTA, Marcos. O clima no antropoceno, São Paulo: **Pesquisa FAPESP**, v..22 n.307. p.33-40 2021.

PLOG, Stanley. Why destination areas rise and fall in popularity: An update of a Cornell Quarterly classic. **Cornell hotel and restaurant administration quarterly**, v. 42, n. 3, p. 13-24, 2001.

POLETTO, Ivo; MALVEZZI, Roberto. A questão da água nos dias atuais. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO MONTE ALEGRE. Disponível em: <<https://www.campinadomontealegre.sp.gov.br>>. Acesso em: 01 abr 2022.

QUEIROZ, Cristina. Cidades contra a crise climática. São Paulo: **Pesquisa FAPESP**, ano.22 n.307. p.40-45 2021

QUEIROZ, Odalélia Teles. Turismo paisagístico. In: Panosso Netto, Alexandre & Ansarah, Marília (edits). **Segmentação do mercado turístico: Estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, 2009.

RAIMUNDO, Sidnei. Paisagem, turismo e análise ambiental. In: **TELES, R. et al. Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier**, 2011.

REIGOTA, M.O. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, Maurício Sedrez. et al. Contexto ecológico, fundiário e legal dos recursos da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciano Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais**. São Paulo: SENAC, 2003.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, Carla. **Turismo de natureza: o desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer**. Lisboa: ICN, 2002. Disponível em: <www.geografia.uminho.pt/uploads/carla.doc>

RODRIGUES, Ivone da Silva. A avaliação da paisagem para fins de desenvolvimento turístico, In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário . **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000.

ROJEK, Chris and URRY, John. **Touring Cultures**. Transformations of Travel and Identity,

RYAN, Chris et al. **Recreational tourism: A social science perspective**. Routledge, 1991.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Papirus Editora, 1997

SALÓN, Pablo. Vivir Bien: antigas cosmovisões e novos paradigmas. In: LESBAUPIN, Ivo; CRUZ, Mauri. **Novos paradigmas para outro mundo possível**. São Paulo: Usina editora, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto LUPA 2007/2008: Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/portal>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SÃO PAULO, Secretaria do Meio Ambiente. **Cadernos de educação ambiental: Recursos hídricos**. 2014.

SÃO PAULO. **A Água: Um olhar para a história**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1999.

SÃO PAULO. **Conhecer para conservar: As unidades de conservação do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1989.

SÃO PAULO. **Preservação e Recuperação das Nascentes de Água e Vida**. São Paulo: Cadernos da Mata Ciliar, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Agroecologia: conceitos**. Conceitos. 2022. Disponível em: <https://www.cati.sp.gov.br/portal/produtos-e-servicos/publicacoes/acervo-tecnico/agroecologia-conceitos>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano 1, no 1, julho 2009. Disponível em <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em 01 fev. 2016.

SCLIAR, Moacyr. Renovando o turismo. **Caderno Sesc de Cidadania: Dia mundial do turismo**. n. v. 1, n. 3, p. 32-34, 2010.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. O produto ecoturístico. In: **Turismo: Como aprender, como ensinar.** Marília Gomes dos Reis Ansarah (org). São Paulo: SENAC, 2004.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23a ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIGRH. Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://sigrh.sp.gov.br/cbhalpa/apresentacao#:~:text=Angatuba,%20Arandu,%20Bar%C3%A3o%20de%20Antonina,,%20Paranapanema,%20Pilar%20do%20Sul,>>> Acesso em: 01 de abril de 2022.

SFAIR, Isabella Christina Athayde et al. **Qualidade da água na região Sudoeste Paulista**, 2021.

SIMÕES, Luciana Lopes. Políticas proativas e processos participativos: necessidade para o bom manejo florestal na Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: SENAC, 2003.

SIMÕES, Luciano Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais.** São Paulo: SENAC, 2003.

SOCIAL. Turismo Social. **Caderno Sesc de Cidadania: Dia mundial do turismo.** n, v. 1, n. 3, p. 5-8, 2010.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas Dos Remanescentes Florestais Da Mata Atlântica Período 2018-2019: Relatório Técnico.** São Paulo, 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Relatório Anual.** São Paulo, 2020.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Sistema de Alerta de Desmatamento Mata Atlântica.** São Paulo, 2022.

SOUZA, Fernando Vidal. Uma abordagem crítica sobre o greenwashing na atualidade. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**, v. 3, n. 2, p. 148-172, 2017.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional.** In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. **Lazer e mercado.** Campinas: Papyrus, 2001.

SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. Apresentação: As dores da Mãe Terra, nossa casa. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. **Nosso planeta. Nossa vida. Ecologia e Teologia.** São Paulo: Paulinas, 2011.

TELES, Reinaldo. Turismo e meio ambiente ou turismo de natureza? Alguns apontamentos para a organização dessa modalidade. In: **TELES, R. et al. Turismo e meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier.,** 2011.

TIBÚRCIO, José Antônio. **Bacia do Alto Paranapanema: Direitos fundamentais ao desenvolvimento sustentável e o controle da erosão do solo.** Belo Horizonte: Leitura Dialética, 2021.

TOZONI REIS, M.F. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores associados, 2004.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, São Paulo, 2008.

TUNES, Suzel. Políticas para a natureza. **Pesquisa FAPESP**, ano.21 n.298. p.64-68 2021 UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <<https://www.lagoadosino.ufscar.br>>. Acesso em: 01 de abril de 2022.

UGRHI 14. **Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (UGRHI 14) – 2016-2027**. São Paulo, 2018.

UGRHI-14. **Relatório de situação dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2020.

ULBRA. **Ecopedagogia**: educação e meio ambiente. Curitiba: Ibepex, 2008.

VÁLIO, Vinícius Mori et al. **Impacto Do Efluente Tratado Da Estação De Tratamento De Esgoto Na Qualidade De Água Do Rio De Itapetininga, Sp**. *Holos environment*, v. 13, n. 2, p. 224-242, 2013.

VIVERET, Patrick. Sobre o bom uso do fim do mundo. In: SUSIN, Luiz Carlos; SANTOS, Joe Marçal G. dos. *Nosso planeta. Nossa vida*. **Ecologia e Teologia**. São Paulo: Paulinas, 2011.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, 1998. p. 129 – 145.

XAVIER, Herbe. **Educação ambiental**: Caminho para a sustentabilidade ecológica no turismo. In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete. **REDESCOBRINDO A ECOLOGIA NO TURISMO**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. Causas socioeconômicas do desmatamento da Mata Atlântica brasileira. In: GALINDO LEAL, Carlos; DE GUSMÃO CÂMARA, Ibsen. **Mata Atlântica**: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 2005.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Economia do extrativismo em áreas de Mata Atlântica**; In: SIMÕES, Luciano Lopes; LINO, Clayton Ferreira. *Sustentável Mata Atlântica: A exploração de seus recursos florestais*. São Paulo: SENAC, 2003.

YOUTH, H. **Watching vs. Taking**. *World Watch* v. 13, n.3, p. 12 - 23. 2000.

ZAJONC, Arthur. **Meditação como indicação contemplativa**: quando o conhecimento se torna amor. São Paulo: Antroposófica, 2010.

ZOCCHI, Paulo. **Paranapanema: da nascente à foz**. São Paulo: Audichromo, 2002.

WIKIAVES (Campina do Monte Alegre). **Painel de Campina do Monte Alegre/SP**. 2022. Disponível em: https://www.wikiaves.com/municipio_3509452. Acesso em: 10 nov. 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS MORADORES

PESQUISA: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

RESPONSÁVEL: Isadora de Oliveira Pinto Barciela

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

ROTEIRO DE ENTREVISTAS MORADORES

1. Nome/Idade/Escolaridade/Profissão/gênero
2. Você nasceu na cidade de Campina do Monte Alegre/Distrito de Salto? Se sim, como é sua relação com a cidade? Se não, de onde é e como chegou até o município?
3. Qual sua percepção sobre o perfil do turista que o Campina do Monte Alegre recebe?
4. Quais transformações da cidade você percebe ao longo desses anos?
5. Houve alguma transformação no Rio Paranapanema?
6. O que o Rio Paranapanema representa para você?
7. Quais usos você faz do rio?
8. Quais atividades de lazer você costuma vivenciar?
9. Ao seu ver, quais as principais problemáticas ambientais que ameaçam o Rio Paranapanema? E aqui em Salto há algo específico?
10. Como você percebe a situação e preservação na extensão do rio Paranapanema e especificamente aqui na cachoeira Salto ?
11. Você participa ou já participou de alguma atividade para preservação do rio?
12. Como percebe a participação dos moradores em relação a preservação do rio?
13. Você acompanha as políticas públicas do município?
14. A Prefeitura e outras instituições têm feito algo para preservar o rio? Se sim, quais? Se não, por quê?
15. Como você percebe o desenvolvimento do turismo na cidade?
16. Para você, a forma que a atividade turística é realizada na cachoeira do Salto é positiva ou negativa?
17. Acredita que o turismo pode ser um aliado da preservação? Se sim, como?
18. Quais atividades de preservação e lazer poderiam ser realizadas em Salto?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS AMBIENTALISTAS

PESQUISA: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

RESPONSÁVEL: Isadora de Oliveira Pinto Barciela

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

ROTEIRO DE ENTREVISTAS AMBIENTALISTAS

1. Nome/Idade/Escolaridade/Profissão/gênero
2. Você nasceu na cidade de Campina do Monte Alegre/Saltinho? Se sim, como é sua relação com a cidade? Se não, de onde é e como chegou até o município?
3. Qual o nome da instituição que atua? Como surgiu a instituição?
4. Quais ações desenvolvidas pela instituição para preservação do rio?
5. Para você qual a importância do rio Paranapanema?
6. Como está a situação do rio Paranapanema atualmente?
7. Qual o papel/importância da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema? Você acompanha?
8. Quais as principais problemáticas ambientais que ameaçam a Mata Atlântica e o Rio Paranapanema? Há alguma problemática específica no trecho do município?
9. Quais principais poluentes do rio na cidade e no Salto?
10. Qual a importância da participação da população local na cidade e na região do salto na cachoeira nas questões ambientais?
11. Percebe engajamento da comunidade local para as questões ambientais, em especial a preservação do rio Paranapanema?
12. Como percebe as ações da Prefeitura para preservação?
13. Acredita que o turismo pode ser um aliado da preservação? Se sim, como?
14. Quais as possibilidades e ações para reverter o cenário relacionado a poluição do rio e desmatamento?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS GESTORES

PESQUISA: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

RESPONSÁVEL: Isadora de Oliveira Pinto Barciela

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

ROTEIRO DE ENTREVISTAS GESTORES

1. Nome/Idade/Escolaridade/Profissão/gênero/cargo
2. Você nasceu na cidade de Campina do Monte Alegre/Saltinho? Se sim, como é sua relação com a cidade? Se não, de onde é e como chegou até o município?
3. Quais atividades de turismo são desenvolvidas no município?
4. Quais os principais recursos de atração turística do município?
5. Qual a importância de o município ter se tornado Município de Interesse Turístico-MIT? Quais foram os investimentos realizados com a verba?
6. Quais as políticas públicas de lazer e turismo do município?
7. Há relação e atividades conjuntas com outras secretarias municipais? Se sim, quais? Se não, por quê?
8. O rio Paranapanema possui potencial de atração turística? Se sim, como? Se não, por quê?
9. Em relação a preservação, como está a situação do rio Paranapanema?
10. A Prefeitura tem realizado medidas para preservar o rio Paranapanema? Se sim, quais? Se não, por quê?
11. Qual a sua visão sobre o segmento turismo de natureza?
12. Como avalia o turismo na cachoeira do Salto? Há ações de turismo por parte da Prefeitura no local? Se sim, quais? Se não, por quê?
13. Quais atividades são desenvolvidas na cachoeira do Salto?
14. Acredita que o turismo pode ser um aliado da preservação? Se sim, como? Se não, por quê?
15. Tem previsão de atividades culturais e ambientais para serem desenvolvidas em prol preservação?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTAS TURISTAS

PESQUISA: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

RESPONSÁVEL: Isadora de Oliveira Pinto Barciela

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

ROTEIRO DE ENTREVISTAS TURISTAS

1. Nome/Idade/Escolaridade/Profissão/Gênero
2. Qual a sua cidade de origem?
3. É sua primeira vez no município? Se não, com que frequência costuma vir?
4. Qual o meio de transporte utilizado na viagem? Veio acompanhado de mais alguém?
5. Quanto tempo vai ficar na cidade?
6. Está acompanhado de quem?
7. Qual o meio de hospedagem utilizado?
8. Quais atrativos turísticos visitados no município?
9. Qual a principal motivação para visitar a cachoeira do Salto?
10. Quais tipos de atividades você realizou na cachoeira de Salto?
11. Além das atividades realizadas, gostaria de ter participado de outras atividades de lazer e de turismo de natureza no local? Se sim, quais? Se não, por quê?
12. Na sua percepção o atrativo está em boas condições de uso? Por quê?
13. Em sua opinião o rio Paranapanema encontra-se preservado?
14. Acredita que o turismo pode ser um instrumento de preservação?
15. Você se considera um turista cidadão/consciente? Se sim, quais? Se não, por quê?
16. É importante preservar um local como este?
17. Você sabia que esse é o rio mais limpo do Estado de São Paulo?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

PESQUISA: Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental.

RESPONSÁVEL: Isadora de Oliveira Pinto Barciela

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa

Observação realizada em ____ / ____ / ____.

Aspectos relevantes a serem observados:

1. Funcionamento do Espaço:

Organização do espaço físico,
Limpeza;
Infraestrutura oferecida;
Sinalização;
Acessibilidade para pessoas com necessidades especiais;
Características do espaço;
Opções de lazer;

2. Turistas:

Quais atividades de turismo e lazer realizadas;
Horário de chegada e saída das pessoas;
Qual maior horário de fluxo;
Qual a relação com a natureza/rio;
Presença de lixo;

3. Fatores externos

Situação da preservação do rio/mata
Presença de moradores;
Integração moradores e turistas;
Tipos de serviços oferecidos;
Presença de gestores do município no espaço;
Houve alguma ocorrência diferente do habitual;

APÊNDICE F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como entrevistado, do estudo da pesquisadora responsável e aluna de pós-graduação Isadora de Oliveira Pinto Barciela do curso de Mestrado em Turismo da Universidade de São Paulo, n.º. USP 11867723, que pode ser contatada pelo e-mail isadorabarciela@usp.br e pelo telefone (11) 96818-8336. Tenho ciência de que o estudo tem em vista analisar o desenvolvimento do turismo no Distrito de Salto e de que maneira a atividade pode contribuir com a preservação do Rio Paranapanema, visando, por parte da pesquisadora a realização de sua dissertação de mestrado, intitulada “**Um novo olhar para o Rio Paranapanema no município de Campina do Monte Alegre/SP: Perspectivas para um turismo ecológico a partir de um possível despertar ambiental**”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica e sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser.

As entrevistas serão registradas em um questionário, gravadas e posteriormente citadas no corpo do trabalho, portanto, solicitamos sua autorização para a divulgação do conteúdo de sua entrevista, que muito contribuirá para a realização deste trabalho. Caso o(a) senhor(a) concorde em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Não se espera riscos previsíveis para a participação na pesquisa. Entretanto serão tomados todos os cuidados no sentido de se evitar qualquer tipo de exposição desnecessária na condução da pesquisa. Informo que não haverá ressarcimento para o sujeito, pois não haverá gastos decorrentes da pesquisa para os entrevistados e que os resultados serão utilizados apenas para os fins desta pesquisa.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito no projeto

Eu, _____, RG. _____, concordo voluntariamente em participar deste estudo, como sujeito da pesquisa. Declaro ainda que fui devidamente informado e esclarecido pelo Pesquisador/a sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade ou interrupção de minha participação e que todas as informações obtidas serão mantidas sob sigilo. Havendo a necessidade de maiores explicações éticas, divulgamos os dados da Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. Av. Arlindo Bettio, 1000 – Ermelino Matarazzo - telefone (11) 30918870.

Local e data _____

Endereço RG _____

Assinatura _____